

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**ANDRÉ LUIS CORRÊA DA SILVA**

**“NOVO” SINDICALISMO E POLÍTICA: POLITIZAÇÃO E MULTIPOSICIONALIDADE  
DOS DIRIGENTES DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC (1972-2005)**

**Porto Alegre**

**2014**

**ANDRÉ LUIS CORRÊA DA SILVA**

**“NOVO” SINDICALISMO E POLÍTICA: POLITIZAÇÃO E MULTIPOSICIONALIDADE  
DOS DIRIGENTES DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC (1972-2005)**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Engelmann

Porto Alegre, 2014

**ANDRÉ LUIS CORRÊA DA SILVA**

**“NOVO” SINDICALISMO E POLÍTICA: POLITIZAÇÃO E MULTIPOSICIONALIDADE  
DOS DIRIGENTES DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC (1972-2005)**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciência Política, defendida em 04/12/2014.

Banca Examinadora

---

Professor Doutor Fabiano Engemann- PPG Ciência Política -  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS -  
Orientador

---

Professora Doutora Luciléia Aparecida Colombo- PPG Ciência  
Política - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS

---

Professor Doutor Marcelo Kunrath Silva – PPG Sociologia -  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS

---

Professor Doutor Rafael Machado Madeira – PPPG Ciências  
Sociais - Pontifícia Universidade Católica - PUC/RS

Porto Alegre  
2014

Dedico essa pesquisa a minha família, sem a qual minha própria vida careceria de sentido. A Rô e Lanna e a infinidade de vezes que disputaram com essa mesma pesquisa e a minha atenção.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos professores do PPG/Ciência Política pela dedicação com que sempre conduziram suas aulas e que proporcionaram, além do aprendizado, momentos de intenso debate. Ao professor Fernando Coutinho Cotanda, pelos contatos e referências que possibilitaram compor o banco de dados e as entrevistas, iniciados ainda no período do Mestrado. Aos professores Carlos Arturi Schmidt, Benedito Tadeu César e Odaci Luiz Coradini, pela assistência ao longo de minha trajetória no doutorado. Ao professor Fabiano Engelmann, pela paciência e comprometimento em auxiliar na resolução das dificuldades que enfrentei para realização dessa pesquisa.

Aos inúmeros amigos e amigas que cultivei na jornada. Agradecimentos especiais aos amigos Elias Medeiros e Naiara Dal Molin pelo carinho e parceria ao longo de nosso período no mestrado e doutorado. Ao amigo Manoel Passos, pelas palavras de incentivo após cada encontro entre uma e outra escada do IFCH.

“A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes *por acréscimo*, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados ou "intelectuais" e "artistas", segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização”. (BOURDIEU, 2010, p.12).

## RESUMO

O presente trabalho trata da temática do engajamento e militância em organizações e a possibilidade dos agentes, através da defesa de determinadas “causas”, conquistarem o capital militante passível de ser reconvertido em capital político, compensando a ausência de outros recursos de origem. A investigação teve como foco as lógicas construídas por dirigentes do SMABC que militaram entre os anos de 1972 e 2005, identificados com o surgimento do “Novo” Sindicalismo. Com a finalidade de investigar as diferenças desses dirigentes com seus antecessores/concorrentes, nossa problemática considerou a relação entre politização e multiposicionalidade. Como hipótese de pesquisa, sustentamos que a diferença entre esses dirigentes e seus antecessores/concorrentes estava ligada à constituição de uma estrutura multiposicional que os ligava a organizações formalmente reconhecidas. A posição dentro dessa estrutura, visível através da ocupação de cargos, era mediada pelos recursos e capitais detidos ao longo da militância sindical ou político-partidária. Para dar conta da problemática, investigamos a trajetória dos dirigentes que atuaram no sindicato no período destacado, identificando perfis e analisando os casos representativos de cada um deles. O estudo permite concluir que os dirigentes ligados ao “Novo” Sindicalismo, utilizando-se da multiposicionalidade militante e da politização, garantiram condições para a aquisição de um capital simbólico que lhes proporcionou os meios de reverter os capitais conquistados em cargos na estrutura multiposicional e em retribuições para a militância.

**Palavras-chaves:** multiposicionalidade, politização, retribuições, trajetórias.

## ABSTRACT

This thesis treats the themes of engagement and activism in organizations and the possibility of the agents, through the defense of "causes" acquire capital militant capable of being converted into political capital offsetting the absence of other resources of origin. The research focused on the logic built by leaders who militated SMABC between the years 1972 and 2005, identified with the emergence of the "New" Trade Unionism. In order to investigate the differences of these leaders with their predecessors / competitors, our problematic consider for the relationship between politicization and multiple engagements. As research hypothesis, we argue that the difference between these leaders and their predecessors / competitors was linked to the formation of a multiple engagements structure linking them to organizations formally recognized. The position within that structure, visible through the occupation of positions was mediated by the resources and capital held along the trade union or party activism. To account for the problems investigated the trajectory of union leaders who acted in the highlighted period, identifying and analyzing the profiles representative cases of each. The study concludes that the leaders connected to the "New" Trade Unionism, using the militant multiple engagements and politicization ensured conditions for the acquisition of symbolic capital that gave them the means to convert the conquered capital in positions in the structure and retributions for militancy.

**Keywords:** multiple engagements, politicization, retributions, trajectories.



## RESUMÉ

Cette thèse porte sur les thèmes de l'engagement et du militantisme dans les organisations et la possibilité de les agents, par le biais de la défense des «causes» acquérir le capital militant capable de se transformer en capital politique et compenser l'absence d'autres ressources d'origine. La recherche axée sur la logique construite par les dirigeants qui ont fait milité SMABC entre les années 1972 et 2005, a identifié avec l'émergence de la «nouvelle» syndicalisme. Afin d'étudier les différences de ces dirigeants avec leurs prédécesseurs / concurrents, notre problématique considéré la relation entre politisation et militantisme positionnel. Comme hypothèse de recherche, nous pensons que la différence entre ces dirigeants et leurs prédécesseurs / concurrents a été liée à la formation d'une structure multi-positionnel les reliant à des organismes officiellement reconnus. La position dans cette structure, visible à travers l'occupation des postes a été véhiculée par les ressources et le capital détenus sur le syndicat ou l'activisme des partis politiques. Pour tenir compte des problèmes étudié la trajectoire de dirigeants syndicaux qui ont agi dans la période en surbrillance, l'identification et l'analyse des profils des cas représentatifs de chacun. L'étude conclut que les dirigeants liés à la «nouvelle» syndicalisme, en utilisant le militantisme multi-positionnel et politisation assurées les conditions de l'acquisition du capital symbolique qui leur a donné les moyens de convertir de capitaux conquis en les positions dans la structure multi-positionnel et la rétributions pour le militantisme.

**Mots-clés:** militant multi-positionnel, politisation, rétributions, trajectoires.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABC** – Região que compreende Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Mauá.
- ABI**- Associação Brasileira de Imprensa
- AI-5**- Ato Institucional nº 5
- ANFAVEA**- Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores
- ANL**- Aliança Nacional Libertadora
- AP**- Ação Popular
- ARENA** – Aliança Renovadora Nacional
- BIRD**- Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CC**- Cargo de Confiança
- CEAGESP**- Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
- CEBs**- Comunidades Eclesiais de Base
- CGT**- Confederação Geral dos Trabalhadores
- CIPA**- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
- CLT**- Consolidação das Leis do Trabalho
- CNBB**- Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
- CNM**- Confederação Nacional dos Metalúrgicos
- CNTI**- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
- CRT**- Comissão de Relações no Trabalho
- CS**- Convergência Socialista
- CTB**- Confederação dos trabalhadores do Brasil
- CUFA** – Central Única de Favelas
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- DEOPS** – Departamento Estadual de Ordem Política e Social
- DIEESE**- Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas
- DOPS** – Departamento de Ordem Política e Social
- DRT**- Delegacia Regional do Trabalho
- FAT**- Fundo de Apoio ao Trabalhador
- FETSuas-SP**- Fórum Estadual de Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social
- FGTS**- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- FIESP**- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

**FNT**- Frente Nacional do Trabalho  
**GM**- General Motors  
**JOCs**- Juventude Operária Católica  
**LSN**- Lei de Segurança Nacional  
**MAST**- Movimento dos Agricultores Sem Terra  
**MEP**- Movimento de Emancipação do Proletariado  
**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro  
**MUT**- Movimento Unificado dos Trabalhadores  
**OAB** – Ordem dos Advogados do Brasil  
**OIT**- Organização Internacional do Trabalho  
**PCB** – Partido Comunista Brasileiro  
**PC DO B** – Partido Comunista do Brasil  
**PP**- Partido Popular  
**PT** – Partido dos Trabalhadores  
**SDS**- Social Democracia Sindical  
**SENAI**- Serviço Nacional da Indústria  
**SIMESP**- Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do Estado de São Paulo  
**SINDIPEÇAS**- Sindicato dos Fabricantes de peças de Veículos Automotores  
**SINFAVEA**- Sindicato dos Fabricantes de Veículos Automotores  
**SMABC** – Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista  
**SNI** – Serviço Nacional de Informações  
**SOF** - Sempreviva Organização Feminista  
**TIE** - *Transnational Information Exchange*  
**TRT**- Tribunal Regional do Trabalho  
**TSE**- Tribunal Superior Eleitoral  
**TVT**- Tevé dos Trabalhadores  
**UDN** – União Democrática Nacional  
**UNE**-União Nacional dos Estudantes

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Eleições no sindicato (1972-2005).....	123
<b>Quadro 2</b> – Eleições no sindicato (casos investigados) .....	124
<b>Quadro 3</b> - Propriedades sociais dos dirigentes investigados .....	187
<b>Quadro 4</b> - Dados referentes a militância na conjuntura crítica .....	187
<b>Quadro 5</b> – Militantes da organização .....	197
<b>Quadro 6</b> - Dados referentes à militância no SMABC .....	200
<b>Quadro 7</b> - Dados referentes à militância político-sindical.....	201
<b>Quadro 8</b> - Militantes político-sindicais .....	209
<b>Quadro 9</b> - Dados referentes à militância sindical e política .....	217
<b>Quadro 10</b> - Dados referentes à militância política .....	218
<b>Quadro 11</b> - Militante político-partidário na conjuntura crítica .....	227
<b>Quadro 12</b> - Dados referentes à militância sindical e política .....	230
<b>Quadro 13</b> - Dados dos militantes político-partidários no pós-ditadura civil- militar	239
<b>Quadro 14</b> - Dados referentes à militância sindical .....	248
<b>Quadro 15</b> - Dados referentes à militância política .....	250
<b>Quadro 16</b> - Dados sobre os presidentes do SMABC .....	285
<b>Quadro 17</b> - homenageados entre os anos 2009 e 2012 .....	301

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>1. REVISÃO DE LITERATURA E REFERENCIAIS TEÓRICO-CONCEITUAIS</b> .....	<b>49</b>
1.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE MILITÂNCIA SINDICAL E POLÍTICA NO BRASIL .....	50
1.2 MILITÂNCIA SINDICAL E POLÍTICA NO BRASIL: RUPTURAS E PERSISTÊNCIAS NA HISTÓRIA.....	74
1.3 O CIENTISTA SOCIAL E A ANÁLISE DO MILITANTISMO: RELAÇÃO COM O OBJETO E TEMPORALIDADE .....	80
1.4 ENGAJAMENTO, MILITÂNCIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: REPRESENTAÇÃO E “PORTA-VOZES” .....	81
1.5 A ANÁLISE DE BIOGRAFIAS E TRAJETÓRIAS .....	88
1.6 CONJUNTURAS CRÍTICAS, ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS E IDENTIDADE COLETIVA.....	92
1.7 A ANÁLISE DA MILITÂNCIA: DO INDIVÍDUO A ESTRUTURA.....	95
<b>1.7.1 Uma via intermediária de análise: o nível micromeso de análise</b> .....	<b>104</b>
<b>1.7.2 As análises de redes</b> .....	<b>106</b>
1.8 IDENTIFICAÇÃO E MULTIPOSICIONALIDADE .....	110
1.9 AS RETRIBUIÇÕES DO MILITANTISMO .....	113
<b>2 FONTES E DADOS SOBRE A POPULAÇÃO INVESTIGADA</b> .....	<b>119</b>
2.1 AS FONTES E ANÁLISE DA POPULAÇÃO INVESTIGADA .....	120
<b>2.1.1 Gênero e militância</b> .....	<b>126</b>
<b>2.1.2 Ano de nascimento e militância</b> .....	<b>128</b>
<b>2.1.3 Local de nascimento e militância</b> .....	<b>129</b>
<b>2.1.4 Cargo funcional e militância</b> .....	<b>130</b>
<b>2.1.5 Escolaridade e militância</b> .....	<b>132</b>
<b>2.1.6 Socialização e militância</b> .....	<b>133</b>
<b>2.1.7 Origem social e militância</b> .....	<b>136</b>
<b>2.1.8 Produção intelectual e militância</b> .....	<b>136</b>
2.2 CARGOS NO SINDICATO E MILITANTISMO .....	137
<b>2.2.1 Cargos no sindicato, reconduções e militância</b> .....	<b>138</b>
<b>2.2.2 Tipo de cargo ocupado no sindicato e militância</b> .....	<b>139</b>

<b>2.2.3 Cargo no sindicato, entrada na política e militância</b> .....	<b>141</b>
<b>2.2.4 Filiação partidária e militância</b> .....	<b>144</b>
2.3 A MILITÂNCIA NA CONJUNTURA CRÍTICA .....	147
<b>2.3.1 Repressão e militância</b> .....	<b>148</b>
<b>2.3.2 Participação nas grandes mobilizações e militância</b> .....	<b>149</b>
2.4 DESENGAJAMENTO E MILITÂNCIA .....	150
2.5 FUNDAÇÃO DA CUT E MILITANTISMO .....	152
<b>2.5.1 Fundação do PT e militância</b> .....	<b>156</b>
2.6 CONSTRUINDO A LEGITIMAÇÃO NA CONJUNTURA CRÍTICA .....	158
2.7 ATRIBUINDO SENTIDO A POSTERIORI: A LEGITIMAÇÃO DAS CARREIRAS MILITANTES .....	161
2.8 A PRODUÇÃO DE SÍMBOLOS: A CRIAÇÃO DE JOÃO FERRADOR .....	167
2.9 ENGAJAMENTOS E DESENGAJAMENTOS .....	168
<b>3 PERFIS E TRAJETÓRIAS DOS DIRIGENTES DO SMABC</b> .....	<b>174</b>
3.1 IDENTIFICANDO PADRÕES E ANALISANDO PERFIS.....	175
<b>3.1.1 Desengajamento</b> .....	<b>176</b>
<b>3.1.2 Militante da organização</b> .....	<b>178</b>
<b>3.1.3 Militante político-sindical</b> .....	<b>178</b>
<b>3.1.4 Militante político-partidário</b> .....	<b>179</b>
3.2 A ANÁLISE DOS PERFIS .....	182
3.3 “PERFIL DO MILITANTE DA ORGANIZAÇÃO” .....	186
<b>3.3.1 José Arcanjo: socialização e identificação na “velha” esquerda</b> .....	<b>188</b>
<b>3.3.2 Osvaldo Cavignato: investimentos escolares e reconversão</b> .....	<b>190</b>
<b>3.3.3 Geovaldo Gomes: identidade coletiva e retribuições da militância</b> .....	<b>193</b>
<b>3.3.4 Os recursos dos militantes da organização</b> .....	<b>196</b>
3.4 “PERFIL DO MILITANTE POLÍTICO-SINDICAL” .....	198
<b>3.4.1 Valter Sanches: investimentos, expertise e retribuições</b> .....	<b>201</b>
<b>3.4.2 Enílson Simões de Moura “alemãozinho”: socialização na esquerda e ostracismo</b> .....	<b>203</b>
<b>3.4.3 Adi Lima: socialização na igreja, investimentos em educação e management</b> .....	<b>205</b>
<b>3.5 OS RECURSOS DOS MILITANTES POLÍTICO-SINDICAIS</b> .....	<b>209</b>
<b>4 PERFIS E TRAJETÓRIAS DOS DIRIGENTES DO SMABC QUE ENTRARAM NA POLÍTICA PARTIDÁRIA</b> .....	<b>211</b>

4.1 “PERFIL DE MILITÂNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA” .....	212
4.2 “PERFIL DE MILITÂNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA EM CONTEXTOS DE CONJUNTURA CRÍTICA” .....	215
<b>4.2.1 José Ferreira de Souza: pioneiro na reconversão de capitais nos anos 1980 .....</b>	<b>218</b>
<b>4.2.2 Djalma de Souza Bom: visibilidade na conjuntura crítica .....</b>	<b>221</b>
<b>4.2.3 Expedito Soares: reconversão e identidade coletiva .....</b>	<b>223</b>
4.3 OS RECURSOS DOS MILITANTES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS NA CONJUNTURA CRÍTICA .....	227
4.4 “PERFIL DE MILITÂNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA NO PÓS-DITADURA CIVIL-MILITAR” .....	228
<b>4.4.1 Januário Fernandes da Silva: a dependência da rede de relações .....</b>	<b>231</b>
<b>4.4.2 Alfredo Alves Cavalcante: uma trajetória militante diversificando as “causas” .....</b>	<b>233</b>
<b>4.4.3 Gervison Marcos Melão Monteiro: multiposicionalidade e conflito identitário .....</b>	<b>235</b>
4.5 OS RECURSOS DOS MILITANTES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS NO PÓS-DITADURA CIVIL-MILITAR.....	239
4.6 O CAPITAL DE RELAÇÕES DOS DIRIGENTES DO SMABC .....	240
<b>5 TRAJETÓRIAS DOS PRESIDENTES DO SMABC.....</b>	<b>245</b>
5.1 AS TRAJETÓRIAS DOS PRESIDENTES DO SMABC E O CONTROLE DA ORGANIZAÇÃO.....	246
<b>5.1.1 Luiz Inácio da Silva: caso exemplar de reconversão de capital militante....</b> .....	<b>253</b>
<b>5.1.2 Jair Meneguelli: O fazer-se militante .....</b>	<b>261</b>
<b>5.1.3 Vicente Paulo da Silva: diversificando as “causas” .....</b>	<b>268</b>
<b>5.1.4 Heiguiberto Guiba Della Bella Navarro: reescrevendo a própria trajetória .</b> .....	<b>274</b>
<b>5.1.5 Luiz Marinho: compensando recursos militantes com o discurso de management .....</b>	<b>276</b>
<b>5.1.6 José Lopes Feijóo: um itinerário diferenciado e a rede de relações .....</b>	<b>280</b>
5.2 OS RECURSOS DOS PRESIDENTES DO SMABC .....	284
5.3 ENGAJAMENTO E MILITÂNCIA: RETRIBUIÇÕES DIFERENTES PARA MILITÂNCIAS DIFERENTES .....	286

5.4 O PROCESSO DE POLITIZAÇÃO DOS DIRIGENTES DO SMABC .....	292
<b>5.4.1 O Processo De Politização Na Conjuntura Crítica.....</b>	<b>294</b>
5.5 UM “NOVO” TIPO MILITANTE: MULTIPOSICIONALIDADE E EMPREENDEDORES DA MOBILIZAÇÃO.....	297
5.6 A “HOMENAGEM” COMO REAFIRMAÇÃO DO PASSADO NO PRESENTE: O PRÊMIO JOÃO FERRADOR .....	300
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>306</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>318</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>334</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>335</b>



## INTRODUÇÃO

[...] todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como ‘caso particular do possível’, conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis. (BOURDIEU, 1994)

### TEMA E JUSTIFICATIVA

A emergência de organizações com militantes de várias matizes na segunda metade dos anos 1970 e durante os anos 1980 representou não apenas “novas” formas de atuação para os inúmeros militantes sindicais que debutavam naquele momento, mas uma inquietação nos estudiosos dos movimentos sociais.

Parte considerável do arcabouço teórico que os cientistas sociais utilizavam para compreender temas como sindicalismo passou a ser considerado incapaz de compreender aquelas que eram apresentadas como “novas” modalidades de ação. A eclosão de uma série de greves na região do ABC Paulista<sup>1</sup> no final da década de 1970, justamente naquela que era considerada a parte mais dinâmica e moderna da indústria brasileira, a automobilística, surpreendeu simultaneamente o governo, a ditadura civil-militar, o empresariado e os cientistas sociais.

Boa parte das interpretações sociológicas sobre o fenômeno discutia a falta de consciência do operariado, o cotidiano dos operários e, para o caso dos trabalhadores da indústria automotiva, as condições diferenciadas e o aparecimento do que denominavam de aristocracia operária. A mobilização e as greves lideradas pelos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema contrariavam todas as expectativas, sobretudo, daqueles investigadores que faziam uma leitura mais superficial do marxismo. De outra parte, elas representaram da mesma forma um caráter de novidade para a grande imprensa no período que, mesmo limitada pela presença da censura, acabou repercutindo o aparecimento em “cena” de um novo sindicalismo.

---

<sup>1</sup> A região do ABC paulista compreende sete municípios localizados no Estado de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Mauá. Embora o sindicato fosse denominado de Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, adotamos daqui para diante a denominação assumida após 1996 de Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, ou para melhor comodidade a sigla SMABC.

A grande novidade era o propalado apolitismo das lideranças sindicais que ganhavam notabilidade. O espaço na imprensa servia para reafirmarem o compromisso com demandas econômicas de suas categorias, contrariando ao menos no nível do discurso as práticas comumente adotadas pelas lideranças de décadas passadas. Uma análise apressada e menos cautelosa levou muitos investigadores a verem ali o surgimento de um sindicalismo de negócios ao estilo norte-americano. Outros viam reforçadas suas teses de aristocracia operária, pois, se por um lado as manifestações e as greves contrariavam a apatia esperada por alguns, por outro lado, as demandas defendidas expressavam o que outros viam como uma consciência “pequeno-burguesa”.

De qualquer forma, ainda era na esfera da consciência de classe que essa realidade era debatida. Por fim, alguns ainda sustentavam que era no ressurgimento da sociedade civil e, particularmente do mundo do trabalho, que a grande inovação do final dos anos 1970 assentava-se. Qualquer que fosse a interpretação, sobressaía o fato de que a conjuntura que culminou com a redemocratização do país assistiu um momento singular de aparecimento de militantes sindicais que se destacaram por evidenciar as diferenças em relação aos militantes de décadas passadas.

O golpe militar de 1964 foi uma resposta, entre outras coisas, à movimentação sindical no período<sup>2</sup> e à organização e arregimentação da Central Geral dos Trabalhadores. Tanto a justificativa para o golpe como os eventos que se sucederam serviram para que a ditadura civil-militar implantada tentasse por todos os meios pôr fim ao sindicalismo mais combativo. Evidentemente que junto com a repressão havia tentativas de cooptação e, quanto a isso, é preciso lembrar a estrutura do Ministério do Trabalho e as “recompensas” disponíveis para os dirigentes sindicais atrelados.

Para os dirigentes que ganhavam visibilidade na região do ABC, sua prática deveria ser de confronto direto com essas lideranças cooptadas, pejorativamente denominadas de “pelegos”. Não era, portanto, apenas entre dirigentes ligados ao Partido Comunista e às várias linhas de atuação que incluíam organizações clandestinas de esquerda que os dirigentes saídos do Sindicato dos Metalúrgicos opunham-se. Mais do que em oposição a esses foi no confronto com os dirigentes

---

<sup>2</sup> O argumento é que o golpe colocou fim a República sindicalista de João Goulart.

atrelados à estrutura corporativa do Ministério do Trabalho que os atributos do “novo” ganharam significado.

Ao propugnar as diferenças em relação aos dirigentes sindicais do pré-1964 e constituir-se como uma inovação em termos de agenda, os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema transcenderam os propósitos dos discursos que enunciavam. Para além das diferenças expressas na oposição entre uma militância que se dizia surgida do “chão da fábrica” contra uma voltada à busca de recompensas e vantagens, do apoliticismo aparente em oposição à militância orgânica no PC, ou de uma militância atrelada, os dirigentes do sindicato, especialmente naquele contexto, consolidaram-se como o extremo oposto a seus adversários.

A ênfase na militância sindical, a agenda voltada contra a estrutura corporativa, a ligação com as bases, a retomada da greve como repertório de ação coletiva e o aparente afastamento da política-partidária apareciam como corolários da luta sindical desses dirigentes no período.

Essa contraposição do “novo” ao sindicalismo do pré-1964, o reducionismo do conflito entre os autodenominados autênticos e os pejorativamente chamados de “pelegos” não permite questionar as continuidades e as aparentes rupturas. Afinal, quem eram os dirigentes do sindicato no período de redemocratização? Quais características os diferenciavam dos demais? E quais aproximavam? O sindicalismo defendido por eles tornou possível um sindicalismo de negócios no Brasil? O apoliticismo garantiu a existência de esferas distintas entre a política partidária e a atividade sindical? Questões como essa não pontuam a agenda de pesquisa pelo fato de que os próprios agentes envolvidos naquela conjuntura encarregaram-se de fornecer as respostas.

A fundação do Partido dos Trabalhadores, e mais tarde da Central Única dos Trabalhadores, garantiu um espaço político de militância e atuação e uma ampliação da própria ação sindical. Mais do que nunca a atividade sindical e a política partidária imiscuíram-se. Se uma parcela dos dirigentes sindicais das décadas que antecederam o golpe civil-militar atuava dentro do PC e da CGT, no novo contexto o pertencimento a diversas organizações seguiu a regra, ainda que as razões não permanecessem as mesmas.

Se no primeiro momento a militância deveria preparar para a revolução, outras lógicas são reivindicadas pelos dirigentes das décadas seguintes.

Independentemente das disputas inraelites sindicais, para Almeida (1996), mesmo as lideranças comprometidas como o “novo” sindicalismo acabaram optando pela manutenção da estrutura corporativa<sup>3</sup>. Nessa pesquisa estamos mais inclinados a avaliar como a estrutura de pertencimento multidimensional contribuiu para a aquisição de recursos capazes de justificar carreiras “bem sucedidas” do que avaliar normativamente o caráter mais ou menos conservador dessas militâncias. Ainda que de qualquer forma trate-se de uma análise *ex-post*, buscamos investigar processualmente a constituição dos itinerários militantes como meio de explicar as escolhas e estratégias dos agentes em cada contexto.

O conjunto de questões propostas ao longo do tempo sobre os dirigentes sindicais surgidos no final dos anos 1970 que se identificavam em torno do “novo” sindicalismo serviu para definir o tema da pesquisa: a relação das elites sindicais com a política. O interesse na pesquisa surgiu da possibilidade de avançar na análise das relações entre elites sindicais e a política, particularmente destacando os padrões na militância e as diferenças em relação ao período de militância.

Entre as justificativas para a análise desse tema podemos arguir que as escolhas resultantes da agenda de pesquisa negligenciou determinados aspectos (SAWICKI; SIMÉANT, 2011) dos quais dois desses efeitos interessam-nos avaliar pela perspectiva de avançarmos justamente nos interstícios desses “pontos cegos”.

O primeiro desses efeitos foi: *i*) a tendência a caracterizar como “novas” formas de militância, aquilo que de novo só apresentava a nomenclatura e, *ii*) a pouca atenção conferida aos efeitos da organização (como ela organiza o trabalho interno e a seleção dos militantes). A presente pesquisa justifica-se pela ruptura com esses dois efeitos e com a ênfase conferida à agenda de pesquisa que se encontra direcionada para a análise da militância “moral” em detrimento da análise do engajamento e militância em organizações sindicais ou partidárias.

Outra vantagem é de acompanhar uma tendência a direcionar a pesquisa para o exame das organizações operárias (SAWICKI; SIMÉANT, 2011, p. 206 e 207). Grande parte dessa mudança está associada ao esgotamento do paradigma marxista e estruturalista no final dos anos 1980, permitindo romper com o tabu

---

<sup>3</sup> DAL MOLIN, Naiara (2011) vai além ao lançar a hipótese de que, ao defender a livre negociação entre patrões e empregados, as lideranças sindicais identificadas com o “Novo” Sindicalismo abriram espaço para as políticas neoliberais.

acerca da análise das retribuições do militantismo e superando a centralidade assumida nas motivações para o engajamento e a militância sobre os efeitos da socialização primária ou do controle exercido pela ideologia da organização sobre os militantes. Ainda, de acordo com Engelman (2009), esse tipo de abordagem, apesar de encontrar-se fora do *mainstream* da ciência política, permite recuperar a dimensão social do fenômeno político.

Tanto a construção da problemática quanto a opção pelo universo empírico resultaram de pesquisa de dissertação de mestrado<sup>4</sup> que teve como objeto a análise do impacto da ação do SMABC na transição para a democracia. A importância desse sindicato não pode ser desconsiderada, pois, não apenas foi o precursor das jornadas grevistas do final dos anos 1970, como ampliou consideravelmente sua agenda inicial, incorporando todas as demandas políticas do período. A relevância econômica da indústria automobilística e da região do ABC por si só tornaram o sindicato uma referência nacional. O final dos anos 1970 e início dos anos 1980 tornaram-no identicamente uma referência política, afirmando seus militantes e dirigentes no cenário político nacional. O problema de pesquisa aqui proposto pode ser investigado a partir de diversos contextos históricos. A opção de investigar o período de redemocratização no Brasil entre os anos 1970 e 2000 deveu-se à emergência de uma série de organizações e indivíduos que se mobilizaram e assumiram uma dimensão nacional através de sua militância.

O engajamento e a militância em uma organização implicam uma delegação na constituição de “porta-vozes” autorizados (BOURDIEU, 2000) que falam em nome do grupo. Isso representa uma espécie de expropriação da fala coletiva por parte desses dirigentes. No caso investigado, essa situação é ambígua, pois, se, por um lado, os dirigentes controlavam recursos distintos dos demais, assim como recebiam retribuições distintas por sua militância, por outro lado, os mecanismos de identificação valorizavam fortemente um discurso igualitário.

Podemos, a partir dessas considerações, argumentar, para o caso aqui pesquisado, que o controle sobre a organização do sindicato representou o controle sobre cargos que, em última instância, permitiram a mobilização e a contestação com menores custos e maiores retribuições. Por extensão, esse pode ter sido um fator importante para explicar a fundação e inserção de seus dirigentes em outras

---

<sup>4</sup> Ver SILVA, André Luis Corrêa da (2006).

organizações representativas, como a CUT e o PT. Precisamos ainda, de forma complementar, considerar outros elementos pertinentes, tais como: lógica de identidade/identificação e a importância da rede de relações mantidas pelos dirigentes com outros agentes e organizações.

As estratégias e ações dos dirigentes ocorreram mediante a ocultação da estrutura de dominação na qual estavam inseridos e da qual puderam – ou não – fazer uso. Diante desses processos de produção de interesses e defesa de “causas”, entendemos como fundamental observar as lógicas de identificação. Nesse sentido, tanto os conceitos presentes em Ellias (1994) de “configuração” que permitem explicar identidades sociais a partir das inter-relações, quanto aqueles presentes em Pizzorno (1986) que sugere que devemos substituir a lógica da utilidade pela lógica da identidade são importantes para nossa análise. Por um lado, permitem avançar para além da idéia de que os vínculos baseiam-se no cálculo de utilidade; por outro lado, possibilitam que possamos investigar a dinâmica da multiposicionalidade<sup>5</sup> sem nos atermos apenas às retribuições através de benefícios materiais.

Com relação a isso, a noção de identidade estratégica possibilitou-nos sair da noção de identidade coletiva e observar como os dirigentes comportam-se como empreendedores da representação. A identidade coletiva funcionou, sob determinadas condições, como elemento agregador entre os militantes, dissimulando as assimetrias de poder. Toda identificação é construída e sujeita a condições de “fixação” que se relacionam com identidades públicas construídas. Trata-se de estratégias identitárias (COLLOVALD, 1988) que permitem aos militantes adaptarem-se aos diversos contextos. Essas considerações são fundamentais como ponto de partida para respondermos às perguntas formuladas na pesquisa.

A escolha por um estudo de caso que tomou como referência a trajetória dos dirigentes do SMABC no período de conjuntura crítica ou no período marcado pelo ocaso da ditadura civil-militar permitiu observarmos os mecanismos que tornaram possível, sob determinadas condições, a reconversão de capitais militantes. A análise de cada conjuntura possibilitou-nos identificar os elementos de distinção, honoríficos e de hierarquização tanto no que concerne aos dirigentes sindicais que

---

<sup>5</sup> Entendemos a multiposicionalidade como resultado da participação de agentes em diversos espaços de militância simultâneos (organizações sindicais, políticas, etc.).

militaram durante a conjuntura crítica, quanto no que diz respeito ao mesmo processo em relação aos dirigentes que militaram no pós-ditadura civil-militar.

As características da conjuntura crítica (DOBRY, 1992) foram importantes para explicar a excepcionalidade da trajetória dos dirigentes sindicais, além, é claro, de uma gama de militantes que estreavam na luta política naquele contexto. Não é possível ignorar que a participação em eventos marcantes em cada diferente período foi importante para a trajetória militante de cada dirigente. Ainda assim, como veremos na conjuntura “pós-ditadura civil-militar”, os dirigentes do sindicato não deixaram de seguir politizando inúmeros acontecimentos sociais.

Entre as décadas de 1970 e 1980 houve a emergência de um contexto político marcado por uma redefinição nas formas de ação pública, de contestação e sua consequência nas possibilidades de ação de organizações, grupos e indivíduos. Naquele contexto, a defesa de determinados interesses e sua requalificação e articulação com outras “causas” resultaram em objetos de disputa passíveis de apropriação por parte dos dirigentes sindicais. Dois aspectos devem ser ressaltados, primeiro o da constante inovação dos recursos disputados e conquistados, dos repertórios utilizados e, sobretudo, da defesa e promoção de interesses e “causas”. O segundo aspecto relaciona-se com a politização de temáticas sociais e à diversificação dos espaços de militância.

Nesse contexto, procuramos identificar os padrões nas trajetórias militantes dos dirigentes sindicais quanto ao tipo de militância e a forma como o uso dos recursos conquistados em cada diferente contexto, associados à capacidade de re-significar e produzir “novos” interesses e “causas”, contribuíram para a aquisição de uma espécie de capital. Capital esse que serviu, ao menos parcialmente, para compensar a aparente escassez de capitais escolares, culturais e econômicos. Nesse sentido, entendemos por capital militante o conjunto de técnicas e saberes que orientam a ação no meio político e que é obtido a partir da aprendizagem obtida na própria militância. O capital político é uma forma de capital simbólico regido pela notoriedade e popularidade que é concedido ou herdado a um indivíduo por determinado grupo, podendo ser, inclusive, um partido ou sindicato (MATONTI; POUPEAU, 2004).

Considerando-se a constante disputa por recursos e pelas limitações intrínsecas na sua obtenção, tanto o engajamento em uma organização quanto o processo de produção de identidade coletiva, foram relevantes para a afirmação dos

interesses produzidos pelos indivíduos. Conseqüentemente, ambos os processos foram fundamentais para a efetiva participação política e definição de repertórios de ação coletiva<sup>6</sup>, de estratégias e uso dos recursos coletivos por parte dos dirigentes do sindicato. Com esse objetivo, analisamos os processos de socialização, os recursos detidos e disputados pelos dirigentes, as estratégias e as escolhas adotadas e como esses fatores foram importantes para demonstrar as possibilidades de utilização dos recursos quanto às diferentes trajetórias (militantes).

A assimetria na distribuição dos recursos entre os indivíduos é o que definiu sua posição no campo de lutas onde esses recursos faziam sentido e podiam ser reconvertidos. É, portanto, no local da militância que devemos encontrar não apenas os elementos que apontam para as lutas de concorrência pelos recursos valorizados naquele meio, mas também para a validação ou não desses recursos obtidos, especialmente através do capital militante para reconversão em uma melhor posição no espaço social<sup>7</sup> de concorrência.

Com a finalidade de avançarmos nessa discussão, reconhecemos que o capital militante tenha características específicas, em grande parte, adquiridas no campo político (MATONTI; POUPEAU, 2004) e que, assim como definiu GAXIE (2005), a passagem por instituições sociais serviu como um substitutivo para o capital escolar e que passou a orientar a ação no meio político. Esses indivíduos, ao tornarem-se “porta-vozes”, constituíram-se em empresários políticos (TILLY, 2004) que assumiram a representação de indivíduos social e culturalmente despossuídos e que, por essas razões, contavam com recursos precários para o domínio dos códigos dominantes.

Procuramos no curso do trabalho identificar os padrões nas modalidades de engajamento e militância dos dirigentes sindicais do SMABC a partir da sua relação entre uma militância efetivamente sindical e as possibilidades de uma militância política. Enfatizamos, para isso, os pontos de conflito entre as duas formas de militar

---

<sup>6</sup> A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (TILLY, 1995, p. 26). Enfim, os repertórios dizem respeito aos meios utilizados para que determinados grupos façam avançar a defesa de seus interesses. (TILLY, 1995, p. 102).

<sup>7</sup> Entendemos espaço social na concepção desenvolvida por Passeron (1994), segundo a qual os agentes sociais distinguem-se neste espaço tanto através de processos de identificação, quanto pela acumulação de capital simbólico. O que nos interessa é perceber o espaço social enquanto caracterizado por uma distribuição desigual de recursos.



e as possibilidades ofertadas pela militância sindical e pela militância político-partidária. Além disso, atentamos para os diferentes significados atribuídos aos recursos conquistados por intermédio de sua militância em determinados eventos e sua adesão a determinadas “causas”. Esses recursos foram conquistados, podendo ter sido, em alguns momentos, utilizados, em outros abandonados ou até mesmo perdidos, através do engajamento no sindicato. É importante frisar que esse processo estava intrinsecamente ligado às questões relacionadas à socialização e legitimação que serviram simultaneamente para garantir a representatividade e para constituir processos de identificação coletiva para os indivíduos.

## **PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E HIPÓTESES**

Como problema de pesquisa, pretendemos investigar quais os fatores que explicam os mecanismos de legitimação sob as quais os militantes/dirigentes do SMABC, produziram seu processo de diferenciação e hierarquização e conseqüentemente obtiveram cargos e postos, não apenas no sindicato, mas em toda a estrutura multiposicional. Logo, questionamos a relação entre a multiposicionalidade militante e a politização com a aquisição de capital simbólico e sua reconversão tanto na ocupação de cargos em organizações sindicais ou organizações políticas, quanto no que diz respeito ao tipo de cargo ocupado, isto é, se eletivo ou indicação. Para darmos conta desse problema de pesquisa, apontamos outras questões específicas que precisam ser investigadas:

- De que forma a posse de determinados capitais sociais diferenciou os dirigentes caracterizados com o “Novo” Sindicalismo daqueles que os antecederam?
- Qual a relação entre a politização e o acesso a cargos dentro da estrutura multiposicional (de organizações)?
- Como o elemento hierárquico de uma organização (assimetria no controle dos recursos em disputa) afeta as chances de sucesso no empreendimento político a despeito de ser uma organização uma instituição de participação política que oferece condições de solidariedade e participação?

Daí depreendemos a necessidade de compreender como a passagem por uma ou mais organizações afeta as trajetórias individuais. Diferentemente da análise de agentes que ocupam posições em redes sociais marcadas pela dificuldade de investigar as posições ocupadas por esses indivíduos em cada ponto dessa rede, contamos com a análise desta multiposicionalidade através da ocupação de cargos e posições em organizações formais.

- De que forma os mecanismos de politização fundamentaram, independentemente da conjuntura investigada, as condições de acesso ao meio político?
- Qual o impacto da estrutura de retribuições da militância na construção de carreiras políticas marcadas pela multiposicionalidade militante?

Investigamos, portanto, quais as lógicas que presidem a constituição de agentes multiposicionais em realidades periféricas<sup>8</sup>. Nas sociedades centrais, a multiposicionalidade não se apresenta da mesma forma que aparece nas sociedades periféricas. Uma das explicações para isso diz respeito à inexistência de setorialização e espaços autônomos. A explicação dessa dinâmica na periferia representa a compreensão da própria lógica da política nessas sociedades.

Outro obstáculo considerável para aplicar o modelo teórico de Bourdieu em nossa realidade é o fato de que, por razões de desenvolvimento histórico, a ideia de *campos* enquanto espaço instituído e instituinte (BOURDIEU, 2000) encontra-se circunscrita geográfica e temporalmente. Qualquer tentativa de transposição dos conceitos e categorias adotadas corre o risco de criar analogias que não servem para explicar o objeto de análise e sim categorizá-lo segundo parâmetros que não são encontrados no Brasil e tampouco no resto da América Latina (CORADINI, 2006, 2010a, 2010b, 2010c; REIS, 2007).

A análise de Combes (2004), a título de exemplo, a respeito das redes de relações do Partido da Revolução Democrática (PRD) no México, ilustra muito bem a diferença entre os distintos processos de legitimação em um contexto onde a noção de *campos* não se aplica, considerando a falta de autonomia e de uma lógica de

---

<sup>8</sup> A noção de *hibridismo* na obra de REIS (2007) remete para o intercâmbio entre produtos de duas esferas distintas, no caso a intelectual e a política. Conforme define a autora, o *hibridismo* em cenários onde inexistem a autonomia das esferas (campos) diz respeito à legitimação de recursos exógenos, por exemplo, em estratégias de importação.

reprodução do próprio *campo*. Tomando como referência inúmeros trabalhos já realizados, podemos considerar a mesma realidade para o Brasil.

A fim de compreendermos a problemática, apresentamos a hipótese de que *os mecanismos de politização/transgressão permitiram às elites sindicais a constituição de um capital simbólico passível de ser reconvertido na ocupação de cargos em uma estrutura multiposicional.*

A hipótese central pode ser desdobrada em:

- *Os dirigentes congregados em torno do chamado “Novo” Sindicalismo diferenciaram-se de seus antagonistas, sobretudo na efetiva constituição de uma estrutura multiposicional de militância e ocupação de cargos.* Essa estrutura era caracterizada pela existência formalizada e reconhecida de organizações sindicais e políticas.
- *A ocupação de cargos na estrutura multiposicional foi proporcional aos investimentos na militância.* A passagem por várias organizações não determina a ocupação de cargos em uma ou mais de uma delas. Os investimentos realizados na militância, fossem em capital educacional, fossem em capital de relações, foram fundamentais para que os dirigentes pudessem, de uma ou de outra forma, consolidar os recursos conquistados em uma esfera da militância na outra. Quanto a isso, é importante salientar que o capital escolar adquiriu maior relevância enquanto investimento após o final da conjuntura crítica do final dos anos 1970.
- *A multiposicionalidade foi reforçada por conta das expectativas quanto às retribuições da militância.* Esse reforço não desconheceu dois processos relacionados: o reconhecimento da superioridade (maior eficácia da arena política e o impacto sobre as recompensas de identificação) e a ocupação de cargos no sindicato e a participação efetiva na conjuntura crítica, que deflagrou o processo de reabertura política no país do que foi instrumental para a aquisição de um capital de notoriedade.

As retribuições para a militância jamais estiveram apartadas da própria militância. Eram partes constitutivas do engajamento, ainda no período do sindicato, e tornaram-se gradativamente, a despeito de sua ocultação ou negação, um incentivo tanto para o engajamento quanto para

a militância em múltiplas organizações simultaneamente. A concepção de que a política partidária permitia melhores condições para “mudar” efetivamente a realidade conferiu a essa esfera uma superioridade em relação à militância sindical. É possível aventar que as retribuições da militância para os dirigentes que passaram a militar na política partidária e lograram ter êxito na obtenção de algum cargo foram exponencialmente maiores do que aquelas extraídas da militância no sindicato ou na Central Sindical. A multiposicionalidade militante afeta de forma diferenciada as retribuições do militantismo que, dentre outras coisas, dependem de uma série de fatores como dos recursos conquistados pelos dirigentes e da capacidade de reconvertê-los. É possível investigar as retribuições através da análise da trajetória militante dos indivíduos com base na análise dos diferentes padrões identificados através dos dados coletados. Tanto os investimentos quanto os rendimentos obtidos podem variar conforme o período de engajamento, isto é, dependem da especificidade de cada conjuntura ou do acréscimo de determinados investimentos tais como capital escolar.

- *A politização serviu para reforçar a legitimidade das lideranças sindicais e compensar a ausência de outros recursos sociais de origem.* Como forma de legitimar sua condição, os dirigentes do sindicato buscaram atingir seus objetivos em um meio que comportou recursos de ordem material e não material. O engajamento na luta contra a ditadura civil-militar constituiu-se em um marco na trajetória dos dirigentes do SMABC e permitiu que obtivessem mais recursos. Para os dirigentes que militaram no pós-ditadura civil-militar, a politização (LAGROYE, 2003) representou a possibilidade de compensar essa diferença e garantir acesso tanto aos recursos quanto às retribuições da militância. Dessa forma, procuramos compreender como esses dirigentes utilizaram os recursos e como acionaram estratégias para ampliar o espaço de sua militância.
- *A multiposicionalidade militante afeta a estrutura de recompensas da militância.* A análise das retribuições da militância, por si só, compreende inúmeras dificuldades teóricas e empíricas. Se considerarmos a investigação dentro da organização partidária, essa já é uma tarefa

complexa. Se acrescentarmos a dinâmica das retribuições do militância em organizações sindicais, o grau de complexidade torna-se maior.

Dois fatores contribuem para isso: o fato das retribuições serem negadas, ocultadas (GAXIE, 1980), e a própria amplitude dos cargos em disputa ser inferior tanto em termos de qualidade quanto em quantidade na comparação com os partidos políticos. A análise da multiposicionalidade e dos mecanismos de politização não pode ser desvinculada da percepção da existência de uma estrutura de retribuições para o militância.

O objetivo geral desse trabalho é o de analisar as relações entre as elites sindicais surgidas no contexto da redemocratização e a ocupação de cargos em organizações sindicais e políticas, privilegiando a investigação dos fatores explicativos do “sucesso”<sup>9</sup> na ocupação de cargos eletivos ou de cargos de confiança nas diversas esferas da administração pública.

A análise permitirá ainda avançar sobre os seguintes objetivos específicos:

- Diferenciar os dirigentes sindicais do SMABC de seus antecessores quanto ao uso dos recursos;
- Relacionar os mecanismos de politização com seu uso em diferentes conjunturas com a ocupação de cargos nas diferentes organizações;
- Identificar os recursos mais relevantes para explicar a ocupação de cargos e postos nas diversas organizações em que militaram;
- Relacionar a ocupação de cargos na estrutura multiposicional e as chances de “sucesso” no empreendimento político;
- Identificar a existência de uma estrutura (multiposicional) de retribuições para o militância.

## **FONTES DA PESQUISA**

---

<sup>9</sup> A legitimação dos dirigentes sindicais, tanto no que concerne a representação no meio sindical, quanto na passagem para uma militância política e consequente ocupação de cargos na esfera pública é “fiador” desse “sucesso” no empreendimento político da mobilização. Não pretendemos explicar o “sucesso” enquanto “fim”, mas sim os mecanismos de hierarquização, legitimação e produção de “causas” ao longo da trajetória desses agentes.

Para a consecução da pesquisa foi realizado o trabalho de campo que consistiu no acesso ao material disponível no CPDOC no SMABC, onde encontramos farta documentação, parte dela organizada, especialmente o material ligado à produção jornalística (*ABCD Jornal e Tribuna Metalúrgica, Suplemento da Tribuna Metalúrgica*) do período das grandes greves na região. Outra parte da documentação carecia de uma organização mais sistemática, ficando difícil sua análise por conta do pouco acesso a esse material e da forma como se encontrava. A maior parte desse material consistia em documentação burocrática do sindicato.

Seja como for a catalogação e organização do material por parte do sindicato, imprimiu uma ênfase na seleção da documentação não apenas para nossa pesquisa, mas provavelmente para as pesquisas realizadas sobre a elite sindical do SMABC. Entendemos que a organização da documentação obedeceu a um critério de legitimação das elites do sindicato destacando suas principais lideranças e os períodos de maior relevo da luta sindical. Isso teve como consequência a atribuição de um peso diferencial conferido à documentação.

O acesso a fontes primárias foi o objetivo principal da investigação em *locus*. Logo, mesmo não contando com uma maior sistemática na sua organização, foi possível acessá-las parcialmente. Esse material, em grande medida, tratava das eleições sindicais e da documentação burocrática do sindicato.

Precisamos considerar o fato de que na época da pesquisa de campo o SMABC era dirigido por uma diretoria que reivindicava a continuação do legado das gestões dos anos 1970 e décadas seguintes. A defesa de um contínuo entre as diversas gestões que sucederam a de Luis Inácio da Silva é parte de um discurso que pretende legitimar as lideranças sindicais, independentemente do tipo de prática sindical. Portanto, a análise do material de imprensa produzida pelo sindicato é importante à medida que permite reconstituir os diversos eventos que se ligam às trajetórias individuais, não obstante revelando os mecanismos que os dirigentes adotaram para justificar as escolhas ao longo de seus itinerários militantes.

O material de propaganda do sindicato, bem como o material voltado para a mobilização, é ilustrativo das estratégias dos dirigentes e sua análise foi fundamental para os objetivos dessa pesquisa. A análise da produção jornalística foi de extrema importância pelo fato de comportar o discurso adotado pelas lideranças sindicais, suas estratégias, seus repertórios de mobilização e, principalmente, por guardar a

própria dinâmica com que os discursos foram quer reforçados quer reconstruídos com a finalidade de adaptarem-se às condições enfrentadas em cada conjuntura.

Foi através desse material que os dirigentes sindicais trabalharam coletivamente a produção da identidade/identificação dos militantes (inclusive sua identidade política). Também foi a partir dele que se relacionaram com seus antagonistas (governo, empresários e outras lideranças sindicais).

Ainda foram também investigados os materiais de imprensa produzidos na época dos acontecimentos. Essas fontes não podem ser desconsideradas em virtude da ampliação do interesse da própria imprensa sobre o assunto. Foram analisadas as matérias dos jornais diários Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, particularmente para o período referente à conjuntura crítica do final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Esses dois veículos de comunicação fizeram uma ampla cobertura dos eventos do período destacando as greves e a figura já pública do então presidente do sindicato Luis Inácio da Silva.

Ainda que com abordagens diferentes e com a concessão de um espaço na imprensa distinto em um e outro jornal, a análise do material publicado permitiu observar as manifestações públicas dos dirigentes do sindicato e as estratégias de ampliação do escopo de suas “causas”. A pesquisa realizada junto ao centro de documentação dos citados jornais deu-se sobre as publicações compreendidas entre os anos de 1972 e 1984. A mesma razão levou a analisarmos as matérias dos números compreendidos entre os mesmos anos dos semanários Veja e Isto é Senhor. Independentemente das abordagens serem não apenas diferentes entre os dois veículos, mas opostas, elas permitiram da mesma forma apreender os discursos e a crescente notabilização dos dirigentes do sindicato.

Utilizamos fartamente depoimentos desses dirigentes e adotamos, ainda, como forma privilegiada de coleta de dados e informações, entrevistas semiestruturadas em profundidade com membros da diretoria sindical no período destacado para essa pesquisa. A seleção dos entrevistados e dos depoimentos coletados obedeceu a dois critérios: um critério relativo à distribuição entre os dois períodos recortados para a análise e um critério analítico que os distinguiu a partir das diferentes trajetórias militantes.

A coleção de todos os nomes dos dirigentes que atuaram no sindicato no período destacado para essa pesquisa dependeu da análise dos dados relativos às eleições sindicais. Após realizar a compilação dos nomes, foi possível coletar dados

referentes a cada um dos dirigentes. Dessa pesquisa dependia a capacidade de reconstituir as trajetórias individuais do maior número possível de dirigentes. A escolha dos entrevistados dependeu de uma série de fatores que incluiu a época da pesquisa de campo e as dificuldades de acesso a esses indivíduos.

É importante destacar que, naquele momento, o próprio órgão encarregado de compilar dados e entrevistar os ex-dirigentes no sindicato (CPDOC) possuía um banco de dados bastante limitado. Ainda assim, considerando os contatos prévios, possíveis por intermédio de pesquisa realizada pelo então professor do Departamento de Pós-Graduação em Sociologia no ABC paulista<sup>10</sup> e os contatos fornecidos pelo CPDOC, foram viabilizadas cerca de uma dúzia de entrevistas em profundidade com dirigentes representativos de cada perfil investigada nessa tese.

Alguns fatores, além daqueles já citados, contribuíram para dificultar um número maior de entrevistados, entre eles o desengajamento de muitos ex-dirigentes e conseqüente mudança e desatualização de suas informações. Outro de grande relevância foi o fato de que boa parte daqueles que seguiram militando encontravam-se inseridos nas mais diversas esferas da administração pública das três esferas.

Através das entrevistas foi possível comparar as diferentes escolhas e estratégias dos dirigentes, a particularidade de cada trajetória, os recursos, os conflitos, a produção e defesa das causas, os mecanismos de identificação, a disputa por recursos e o acúmulo de capital militante.

Uma fonte importante de dados foi o material disponibilizado no sítio do SMABC<sup>11</sup> que conta com uma coleção importante de depoimentos de dirigentes, ex-dirigentes e militantes, além de disponibilizar um acervo documental considerável. Ainda assim, faz-se importante ressaltar que o sítio do sindicato é antes de qualquer coisa um espaço de divulgação e glorificação dos diretores da organização. Por essa razão, o material referente às diretorias, às grandes greves e às eleições sindicais representa uma seleção que visa atender a duas demandas: uma ligada à memória e a demonstrar a importância do sindicato e de seus diretores ao longo do tempo em vários eventos da história sindical e do país. A outra demanda está ligada à

---

<sup>10</sup> COTANDA, Fernando. Sindicalismo e Inovação tecno-organizacional: a experiência da Central Única dos Trabalhadores. 2001. Tese de Doutorado, UFRGS.

<sup>11</sup> É possível acessar essas informações em [HTTP://www.abcdeluta.com.br](http://www.abcdeluta.com.br).



necessidade sempre premente de re-atualizar o presente com a militância do passado.

A presença desses dirigentes na política-partidária confere um contexto diferenciado para que os espaços de divulgação do SMABC simbolizem a busca da legitimidade expressa na dualidade: militância sindical e militância político-partidária. O sítio do sindicato ainda disponibiliza biografias dos dirigentes de maior relevo. Como se trata de indivíduos com vida pública e que militaram num contexto importante da história do país, há muitos outros espaços de consagração além do próprio sindicato. Muitas dessas biografias também podem ser encontradas em sítios ligados ao Partido dos Trabalhadores ou a núcleos de memória<sup>12</sup>.

Um último recurso adotado foi o da análise das entrevistas e das biografias publicadas desses dirigentes. Com relação a esse recurso, é preciso salientar que a quase totalidade é voltada ao dirigente mais expressivo do SMABC, o ex-presidente do sindicato Luiz Inácio da Silva, e direcionada aos eventos do final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Ao tornar-se uma figura proeminente da grande mídia durante as grandes greves no ABC Paulista, Luiz Inácio teve publicadas muitas de suas entrevistas concedidas aos órgãos de imprensa da época. Isso representou uma primeira onda de material publicado tendo ele como foco. Uma segunda onda iniciou com sua ascensão na política partidária através do PT, muito particularmente com a chegada a presidência da República em 2002. Desde então muito foi produzido, quer seja na linha da glorificação, quer seja em direção oposta.

Enfim, como forma de dar conta de nossa problemática, combinamos o estudo das biografias, entrevistas e pesquisa documental.

## **UNIVERSO EMPÍRICO E PERIODIZAÇÃO**

Para os objetivos dessa pesquisa, tomamos como universo empírico os dirigentes que participaram nas disputas pela diretoria do SMABC, isto é, aqueles que participaram de eleições pelo controle da diretoria. Em virtude do escopo do trabalho e da relação com os objetivos elencados, não julgamos necessário analisar o conjunto dos militantes que participaram ativamente do processo de mobilização, dado ao fato do engajamento sindical apresentar como característica a contribuição

---

<sup>12</sup> São exemplos as histórias de vida do DIEESE que podem ser encontradas em [HTTP://www.memória.dieese.org.br](http://www.memoria.dieese.org.br) ou no museu da pessoa em [HTTP://www.museudapessoa.net/](http://www.museudapessoa.net/).

compulsória. Logo, todos eram “associados”, ainda que nem todos fossem militantes<sup>13</sup>.

Sobre esse universo, foram coletadas informações acerca daqueles que foram considerados os principais indicadores sócio-demográficos para investigar os recursos detidos pelos agentes, que foram especificamente: os de gênero, idade, origem geográfica, origem social, posição social (última profissão antes da profissionalização política) e nível e tipo de diploma, entre outros.

A análise das trajetórias dos dirigentes permitiu-nos identificar padrões que acabaram por configurar determinados perfis, relacionados com as passagens desses dirigentes por organizações e com o tipo de investimento realizado. Com a identificação desses perfis foi possível demonstrar a relação existente entre a militância em um determinado período e a obtenção de recursos que ampliaram o capital militante dos dirigentes. Foi possível ainda investigar a relação entre a multiposicionalidade militante e a aquisição de recursos para aqueles dirigentes que militaram após o final da ditadura civil-militar.

Os perfis são representativos dos vários itinerários possíveis das trajetórias militantes dos dirigentes. A vantagem da análise dos perfis foi permitir observar as disposições que os dirigentes adquiriram tanto na relação com o período de militância, quanto com relação às passagens por outras organizações (simultaneamente ou não). Ainda para fins analíticos constituímos como recorte empírico os militantes que disputaram (vencendo ou não) as eleições sindicais entre os anos de 1972 e 2005. Com esse intuito pretendemos evitar que a análise se detivesse apenas nos casos que militaram no período da conjuntura crítica marcada pelo ocaso da ditadura civil-militar. Definimos como marco inicial o ano de 1972 por considerarmos que foi a partir desse momento que a diretoria eleita passou a lidar com os eventos de uma conjuntura crítica. Também definimos como marco final desse recorte, o ano de 2005, por representar o momento de eleição presidencial de Luiz Inácio da Silva e o recrutamento em maior escala desses militantes para esferas da administração federal. No sindicato ao longo do período da conjuntura crítica houve eleições sindicais nos anos de 1975, 1978, 1981 e 1984. Através desse recorte empírico podemos investigar o impacto de uma conjuntura crítica sobre a trajetória dos dirigentes sindicais, os efeitos do controle dos recursos da organização

---

<sup>13</sup> Essa distinção é importante, pois se tratava de uma organização sindical onde nem todo associado era um militante.

favorecendo o engajamento ou em caso contrário, facilitando o desengajamento. Além disso, podemos investigar a forma como os dirigentes crescentemente politizaram as “causas” e os interesses.

O período posterior (1985-2005) nos permitiu investigar as estratégias adotadas pelos dirigentes sindicais como forma de obterem recursos em uma conjuntura que já não guardava as características da primeira. Esse recorte possibilitou avançar na observação dos recursos mobilizados pelos indivíduos, a capacidade de re-significar “causas”, politizando-as, e a multiposicionalidade militante. Investigamos os dirigentes que disputaram as quatro eleições que ocorreram entre os anos de 1985 e 2005, isto é, nas eleições de 1987, 1990, 1993, 1996, 1999, 2002 e 2005. Com a análise desse recorte temporal investigamos de que forma os dirigentes desse período se apropriaram e atribuíram novos significados as “causas” em disputa. Enfim, após a conjuntura crítica a disputa pelos recursos do sindicato acentuou-se, garantindo através da hierarquia dos cargos e dos postos, maiores oportunidades para esses dirigentes.

Tomando como referência as eleições sindicais e o período investigado, montamos um banco de dados com informações sobre 272 militantes/dirigentes do sindicato. Consideramos na análise as variáveis destacadas como importantes pela literatura a fim de dar conta do fenômeno do engajamento e militância, tais como, gênero, ano de nascimento, local de nascimento, escolaridade, socialização. Além disso, avançamos na investigação de outras variáveis que permitissem avaliar a importância da politização e da multiposicionalidade militante e sua tradução na conquista e ocupação de cargos e postos. Dessa forma, destacamos na análise a relação entre os recursos de origem, recursos conquistados através da militância na organização e os investimentos realizados ao longo do tempo. Partimos da premissa que os dirigentes investigados partilhavam de uma origem social comum (com escassos recursos sociais de origem), porém, existiram diferenças, que precisam ser investigadas. Dentre elas destacamos a socialização anterior ao engajamento no sindicato, os diferentes cargos ocupados no interior das fábricas, o nível de coerção sofrida por esses dirigentes, as oportunidades que se apresentaram e não menos importante, as escolhas e estratégias desses dirigentes nas diversas situações enfrentadas.

## REFERENCIAIS CONCEITUAIS E TEÓRICOS

O engajamento e a militância nas circunstâncias em que estamos analisando nos colocam a necessidade de cotejarmos o conceito de multiposicionalidade militante. Entendemos que a multiposicionalidade militante não significa que um pertencimento substitui o outro, mas, sim uma superposição entre esses pertencimentos. Evidentemente, que esses pertencimentos não ocorrem sem conflitos para as identidades dos indivíduos, necessitando de mediações permanentes de acordo com o tipo de inserção. A multiposicionalidade militante tem, portanto, como característica a condição assumida por determinados militantes, de transitar em diversos tipos de organização, multiplicando seus locais de atuação.

Ao atentarmos para o fenômeno desse múltiplo pertencimento, destacamos o momento privilegiado da participação política através da *entrada* de alguns dirigentes do sindicato. Salientamos que essa relação não é apenas a expressão do imperialismo velado da instituição sindical ou partidária sobre as demais organizações (sindicatos, partidos, movimentos sociais, ONGS) ele é também produto dessa interação de forças. Da mesma forma que as estratégias dos PCs que também produziram –intencionalmente – um militante multiposicional com o objetivo de “aparelhar” determinadas organizações em proveito do partido (operário), a emergência de representantes relevantes no SMABC produziu modalidades de multiposicionalidade militante através da interação das lutas sociais do período. Em um e outro caso, o militante multiposicional era instrumental à luta do partido, mas também a multiposicionalidade militante foi instrumental ao dirigente, pois foi um meio de obter sucesso na legitimação dos recursos obtidos em outros domínios sociais.

Essa é uma das marcas dos políticos que se engajaram ao longo da década de 1970 e que também se tornou marca nas modalidades de engajamento e militância dos “novos” agentes políticos a partir de então. A multiposicionalidade também permitiu mobilizar recursos distintos como, por exemplo, recursos escolares em um universo militante (GAXIE, 2005, p. 163). Os dirigentes analisados nessa pesquisa contavam, ao menos inicialmente, com poucos recursos escolares; entretanto, a inserção em várias organizações, acirrou a competição por cargos e postos gerando demanda por formação técnica e escolar. Outro aspecto que não

pode ser negligenciado é o de que a multiposicionalidade militante abriu um leque maior para a militância e, por extensão, para as diversas retribuições da militância.

Considerando as condições de legitimidade da representação, cabe lançar mão dos parâmetros que nos permitem entender como se processou o reconhecimento desses dirigentes por parte do conjunto dos militantes. O reconhecimento possui uma tripla dimensão: pode ser visto como uma delegação<sup>14</sup>, e, nesse caso, é instituída pelas normas e regras existentes; pode ser visto como um investimento e como um rendimento a ser garantido no futuro<sup>15</sup>, ou seja, uma reconfiguração, implicando novos mecanismos de identificação, que garantem reconhecimento para alguns e permitem negá-los para outros.

O reconhecimento não vem automaticamente da posse de alguns recursos, que em algumas análises são saberes culturais ou intelectuais<sup>16</sup>; ou como estamos argumentando para caso dos dirigentes investigados em nossa pesquisa, a constituição de um capital militante. Podemos argumentar que o acúmulo de aprendizagens obtidas por determinados dirigentes sindicais constituiu um tipo particular de capital militante e político. Para finalizar, entendemos *recursos*, no sentido atribuído por Bourdieu (1989), como sendo especificamente o capital econômico (renda, salários, imóveis), o capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), o *capital social* (relações sociais que podem ser revertidas em capital, relações que podem ser capitalizadas) e, por fim, mas não por ordem de importância, o capital simbólico (o que vulgarmente chamamos prestígio e/ou honra). Assim, a posição de privilégio ou não privilégio ocupada por um grupo ou indivíduo é definida de acordo com o volume e a composição de um ou mais capitais adquiridos e/ou incorporados ao longo de suas trajetórias.

---

<sup>14</sup> A delegação permite dar ordem à anarquia gerada pelas estratégias individuais. Porém, existe o risco permanente de usurpação, haja o fato de que a delegação torna os porta-vozes banqueiros simbólicos.

<sup>15</sup> Nem sempre é fácil assumir uma determinada posição militante baseada em um cálculo racional sem considerar os possíveis prejuízos decorrentes de assumir essa ou aquela postura. Atribuir uma racionalidade aos dirigentes no sentido de que em meio a uma ditadura militar eles assumiriam uma postura de contestação ao regime e com isso conquistariam ou acumulariam recursos parece emprestar um sentido à história. De outra forma, concordamos com a ideia de que a reatualização de suas ações definiu o valor de seu engajamento e, ao concordarmos com isso, entendemos que o reconhecimento também está sujeito a essa dinâmica; é um processo que se reatualiza, transforma-se.

<sup>16</sup> Esse é o caso da pesquisa de Reis (2007) que em sua Tese de doutorado defende a ideia de que o reconhecimento do saber dito "intelectual" reforça os mecanismos de intervenção e esses reforçam a condição intelectual. (2007, p. 15).

Na análise do objeto de pesquisa em particular, uma série de análises que procurou dar conta dessa problemática sublinhou a excepcionalidade das condições para a reconversão desse tipo de capital, uma vez que na Europa há uma setorização entre as esferas da vida social que torna a passagem da militância sindical para a militância política uma tarefa custosa. Investigar as possibilidades dessa passagem num contexto como o brasileiro permite, além de testar as condições de sua ocorrência em um meio onde não encontramos essa setorização, compreender uma configuração particular de reconversão de capitais.

Para tanto, faremos uso de importantes trabalhos de Bourdieu. Existe um considerável acervo de trabalhos discutindo acerca da autonomização dos *campos* na França (BOURDIEU, 1989) e sobre as particularidades desses campos na realidade periférica (CORADINI, 2006, 2010a, 2010b, 2010c; COMBES, 2004; DEZALAY e GARTH, 2002). Reconhecemos tratar-se de diferentes lógicas e as dificuldades de adequação das ferramentas teórico-metodológicas encontradas nessas pesquisas dificultam a compreensão de lógicas de sociedades periféricas. Devemos buscar nas particularidades de cada configuração as explicações para o uso, desuso e ressignificação dos recursos, bem como sua reconversão.

A militância sindical, da mesma forma que a militância em movimentos sociais, proporciona um prestígio que pode ser reconvertido para a militância político-partidária, particularmente nos partidos denominados de “esquerda”. Segundo Coradini (2002, p. 109), há uma vinculação entre a militância partidária, no caso dos partidos de esquerda, e a militância em outras esferas. Essa vinculação não deve ser vista como uma mera transgressão, mas como uma possibilidade de reconversão do capital militante em capital político e como uma retribuição na forma de lucro simbólico.

Coradini (2001), ao investigar o universo dos candidatos a deputado estadual no RS, com o objetivo de compreender os mecanismos e modalidades de reconversão de recursos sociais presentes nas apresentações de candidatos visando à eficácia eleitoral (2001, p.7), oferece-nos algumas pistas a respeito das possibilidades de reconversão. Muito mais do que indivíduos visando à legitimação, o que se encontra em questão são determinadas características que podem, sob determinadas condições, resultar em recursos eleitoralmente representativos.

Investigar a *entrada* na política partidária relativamente às condições de reconversão dos dirigentes do SMABC pressupõe entender o “sindicalismo” como

um recurso eleitoral, cuja reconversão nunca é direta. Nessa pesquisa, a reconversão de capitais obtidos na esfera sindical para uma esfera político-partidária é uma das dimensões investigada, diga-se de passagem, a mais relevante. Ainda assim não há uma afinidade automática entre a política eleitoral e a lógica da representação sindical, fato esse que levou Coradini (2001) a recorrer à noção de liderança encontrada em Bailey (1990).

A partir dessas considerações, a reflexão sobre a realidade na periferia, onde de fato não encontramos uma setorização conforme observada por Bourdieu para o contexto francês, remete-nos a pensarmos em diferentes formas de estruturação e legitimação do fazer político. Seja como for, essa diferença leva-nos à tentativa de compreender como se processa a aquisição da competência e da autoridade política.

Há uma considerável ausência em relação a pesquisas retratando essa problemática para a realidade brasileira. Nesse sentido, é exemplar a pesquisa de Tomizaki e Rombaldi (2009) que investiga a construção de diferentes processos de legitimação política entre os sindicalistas. O objetivo de sua pesquisa foi o de analisar os processos de ordem objetiva e subjetiva que possibilitaram que determinados indivíduos tornarem-se militantes e constituírem uma situação de legitimidade que garantiu sua condição de liderança. Contudo, essa pesquisa ateu-se à legitimidade dentro do meio sindical deixando de lado o debate acerca da disputa por recursos e da passagem para militância político-partidária.

A reconversão de capitais obtidos no meio sindical não é apenas uma tendência de uma dada configuração da militância, mas uma possibilidade concreta ditada pela congruência de todas as esferas sociais em uma realidade periférica. A inexistência de uma setorização ao estilo francês não implica a inexistência de filtros capazes de interditar o mercado político a postulantes a ingressar na política partidária. Os recursos iniciais heterogêneos conduziram a diferentes estratégias militantes, não apenas no que concerne aos destinos de seus itinerários como no que diz respeito à passagem para uma militância prioritariamente político-partidária. A análise das trajetórias completas, desde o engajamento no meio sindical dentro das fábricas até o ingresso definitivo na política partidária, permite-nos observar os constrangimentos que estruturaram suas trajetórias.

As pesquisas que procuram investigar a problemática partem do pressuposto de que a militância sindical não é efetivamente política (OFFERLÉ, 1998). Freeman

e Medoff (1979) apresentaram a ideia do sindicato como uma “voz coletiva”, o que o aproximaria de um grupo de pressão ou de um movimento social. Nessa condição, podemos pensar a figura do “porta-voz” tal como encontramos na obra de Bourdieu (1988).

São as organizações que proveem uma alternativa através da concentração do capital simbólico na pessoa do porta-voz. A militância proporciona o acesso a cargos que, por sua vez, resultam em benefícios não coletivos para os dirigentes. Esses benefícios consistem em estímulos materiais e retribuições honoríficas, sendo essas últimas uma dimensão que não deve ser negligenciada do militantismo quando se pensa na reconversão de capitais para a política partidária.

Bourdieu (1988), com a noção de interesse<sup>17</sup>, avançou para além das finalidades econômicas e abarcou alguns conceitos que se tornaram fundamentais daí em diante para a compreensão dos engajamentos e da militância: os conceitos de lucro simbólico, capital simbólico, interesse simbólico. O autor parte da premissa de que os indivíduos não realizam atos arbitrários e que, por essa razão, suas ações apresentam-se motivadas por várias ordens de interesses que podem apresentar-se como explícitos ou estratégicos.

Um caso exemplar é o dos líderes sindicais da CFDT após a “crise de 1968”. A conjuntura diferenciada permitiu que a distinção entre as ordens de atividades fosse momentaneamente abolida. Evidentemente que essa transgressão parcial deu-se ao preço de acrobacias que imiscuíram os sentidos entre uma política dita “*politicienne*” e uma política em sentido “mais nobre”. A politização<sup>18</sup> suscita um imenso trabalho de legitimação ou de justificação na medida em que visa ultrapassar os limites ditados pela setorização. Ela implica ademais em uma convergência possível dos objetivos dos agentes que portam papéis distintos. Offerlé e Gaxie (1985) ainda apresentaram uma pesquisa a respeito da ascensão ao poder do PS na França e a emergência de militantes sindicais e associativos ocupando cargos estatais.

---

<sup>17</sup> Para Bourdieu (1988), a noção de interesse funciona como um instrumento de ruptura com a mistificação das condutas humanas.

<sup>18</sup> Ainda que o conceito de politização tenha sido concebido para entender a dinâmica de sociedades em que ocorre a autonomização e independência de esferas sociais é possível traduzi-lo para uma realidade como a brasileira. Por mais que nas sociedades periféricas a relação com a política seja indiscernível das outras esferas da vida social (COMBES, 2008) é justamente nessa relação que ela (a politização) se torna importante para explicar [não apenas as transgressões], mas, sobretudo, as possibilidades de compensar a escasses de recursos sociais de origem.



Numa perspectiva mais ampla, a pesquisa de Juhem (2001) a respeito da reconversão de capitais dos militantes fundadores do SOS Racismo forma um painel que permite observar como o “uso e a propagação das ‘ideias de maio’ (de 1968) são então favorecidas pela ação de empreendedores políticos da extrema esquerda (...)” (JUHEM, 2001, p.132). Para o nosso caso, podemos aventar que a propagação da ideia de redemocratização e de luta contra a ditadura foi favorecida pela ação política desses militantes dirigentes através dos mais variados repertórios de ação coletiva.

Siméant (2003), ao tomar como universo empírico o militantismo humanitário e a tensa relação com a política partidária, identificou um distanciamento desses agentes em relação à política, considerada um tipo de militantismo desvalorizado. Isso, entretanto, não exclui em nada a politização entendida como narrativa da política, recusando seu modo de reconhecimento, avaliação e interesse (2003, p.169).

O humanitarismo revela a presença de uma oposição entre verdade e puro a falso e impuro. Essa tendência apresenta uma aparente ausência de interesse na política; quando ao contrário, esse tipo de militantismo (humanitário) garante um forte prestígio social a partir justamente da apresentação apolítica (IDEM, p. 177). O humanitário nesse caso, antes de ser uma negação da política, representa um prolongamento do militantismo político.

Agrikoliansky (2001), ao investigar o porquê de alguns indivíduos que portam características comuns se engajarem enquanto outros permanecem inativos enveredou sua pesquisa para um estudo do militantismo político, observando o itinerário dos militantes de uma organização, a Liga dos Direitos do Homem (LDH). A problemática investigada pelo autor diz respeito aos determinantes do engajamento ou do contrário, dos estímulos para o desengajamento.

Em outra pesquisa com o mesmo universo empírico, Agrikoliansky (2002) colocou o acento sobre os recursos hierárquicos como exigindo a constituição de um interlocutor da administração. A hierarquia de postos e cargos na organização, enquanto legitimador da condição de porta-voz autorizado foi ainda alvo da análise de Agrikoliansky (1994). O autor analisou 70 biografias de candidatos ao Comitê Central da LDH partindo da premissa de que organizações têm um papel importante na estruturação do mundo social. Elas produzem importantes elementos de objetivação e produção de sentido do qual a função de representação através da

designação do porta-voz desponta. A construção dessas biografias, assim como o uso de estratégias de apresentação de si, é condição relevante para explicar a legitimação.

Em muitos casos, o engajamento e a militância aparecem como extensões da atividade profissional e como decorrência de uma elevada posição social (BOURDIEU, 1979). Em outros casos, há formas de participação de indivíduos pertencentes a estratos baixos da sociedade, mas que não são absolutamente desprovidos de recursos sociais e cuja participação implica a aquisição de um capital militante que é distinto do capital político (MATONTI; POUPEAU, 2004) mediante a participação em organizações.

No primeiro caso, a militância permite maximizar recursos de outra natureza (capital de relações sociais, capital escolar e cultural, etc.) concentrados pelos dirigentes (GAXIE; OFFERLÉ, 1985). No segundo caso, trata-se de um capital adquirido através das “aprendizagens conferidas pelo militantismo, pelas competências importadas do exterior e, também, por aquelas que são aprendidas na prática [...]”<sup>19</sup> (MATONTI; POUPEAU, 2004, p. 7). Em termos gerais o capital militante é conquistado em grande parte no campo político e é nele que é valorizado, mas também é reconvertido fora dele.

Ainda assim, não podemos conectá-lo diretamente ao capital político, pois, como sugerem Matonti e Poupeau (2004), trata-se de uma dimensão do engajamento para o qual a análise do capital político não dá conta de maneira suficiente. Para o que nos interessa, isto é, o caso de militantes com poucos recursos, a passagem por instituições sociais confere um capital que compensa a falta de capital escolar e garante uma capacidade que lhes permite orientar-se no espaço político (GAXIE, 2002).

Nesse mesmo sentido, Lagroye (2003), ao destacar as propriedades do ofício político<sup>20</sup>, demonstra como o aprendizado e a socialização militante podem interferir em mudanças na legitimação do “fazer” político afetando as próprias lógicas do ofício.

É através da participação política que tanto o engajamento quanto a militância realizam-se. Esse tipo de participação, entretanto, não se restringe ao voto. Para a

---

<sup>19</sup> Essa é uma definição provisória proposta pelos autores.

<sup>20</sup> Reconhecemos que a lógica política não tem relação direta com a lógica sindical e que, para Lagroye (2003), a política existe enquanto representação política. Ainda assim, destacamos a politização como uma capacidade de transgredir para além das fronteiras de legitimação.

presente pesquisa, interessa observar um tipo particular de participação (política) que ocorre – ou pode ocorrer - por intermédio de uma organização e que implica diretamente a constituição de representantes. A representação garante a legitimidade que, por sua vez, é a um só tempo o produtor e o resultado da concentração – da força do grupo - em benefício de alguns poucos indivíduos e de poucos indivíduos em várias atividades (MEMMI, 1985).

Há um conflito permanente entre os elementos que permitem a constituição do grupo e que são, por assim dizer, por um lado, a força da organização e, por outro lado, a representatividade. O engajamento e a militância remetem para a arena política ou para um campo institucionalizado de práticas (materiais e simbólicas) eminentemente políticas.

A militância sindical possui particularidades que a distinguem da militância político-partidária. É a partir dessa premissa que precisamos pensar nessa *entrada na política*<sup>21</sup> em termos de espaço privilegiado de militância. Após 1980, por razões que trataremos no corpo dessa pesquisa, uma gama de dirigentes que militavam em uma organização sindical (SMABC) fundaram e passaram a militar quase que exclusivamente em um partido político, o PT. De qualquer forma, seja no sindicato, seja no partido, naquela conjuntura e em muitas outras, a politização (LAGROYE, 2003) desses dirigentes sindicais levou-os gradualmente a uma participação política formalizada através de uma organização partidária (em alguns casos de outros partidos). Sendo assim, devemos pensar na participação política como uma categoria relevante para compreender a dinâmica dos engajamentos e da militância, sobretudo em uma conjuntura crítica.

A militância sindical dos dirigentes do SMABC avançou para distintas formas de militância que propiciaram, na primeira metade da década de 1980, a criação e ocupação de duas novas organizações, a CUT e o PT. A partir de então, os dirigentes do SMABC ampliaram sua militância, podendo contar com a Central

---

<sup>21</sup> Adotamos essa distinção tomando por referência a concepção de Offerlé (1996) segundo a qual a questão é o de estudar tanto as trajetórias individuais quanto as coletivas (dos novos entrantes) e de observar de que forma os novos entrantes adaptam suas propriedades aos constrangimentos estruturais do *métier* da profissão política tendencialmente delimitadas sem ser fechadas ou codificadas; de que maneira os entrantes criam ou recriam pela concorrência (entre eles e com seus predecessores) as condições de possibilidade de seu sucesso político. (1996, p.3-4).

Única como um prolongamento da militância sindical promovida no sindicato e um meio de inserção política através do Partido dos Trabalhadores<sup>22</sup>.

Essa tríade - SMABC, CUT e PT - proporcionou para esses dirigentes um conjunto de ações objetivas e simbólicas de cooperação e disputa em um meio compartilhado de estratégias e crenças. A mediação entre as instâncias não era automática, assim como o recrutamento, sua intensidade e as possíveis retribuições para a militância. Cada um dos possíveis itinerários precisa ser investigado.

A política, que é fundamentalmente representação (LAGROYE, 2003), depende da construção da autoridade do agente social em relação ao grupo (BOURDIEU, 1989). A precariedade e a instabilidade dessa construção dependem da incorporação de uma série de técnicas; um corpo de saber internalizado pelos agentes políticos. Esse capital político adquirido é fundamental para a ação na política e é naturalizado através daquilo que Bourdieu definiu como um *habitus* político.

A noção de *habitus* permite uma aproximação entre o capital militante e o capital político, uma vez que é ele que estrutura a percepção e a forma de agir dos agentes num determinado meio. A militância em uma organização como o sindicato proporcionou um aprendizado que facilitou o movimento no meio político através do domínio de uma linguagem e de uma retórica política. O fato é que a militância proporciona um capital simbólico através da doação a uma causa e seu valor é ampliado por um princípio de desinteresse que o cerca e pelo fato de ocorrer em um meio onde é reconhecido e valorizado.

O engajamento, a militância e, por fim, a participação política são partes indissociáveis da ação política. Deixando de lado qualquer explicação naturalista que tome como referência uma história natural, uma visão heróica dos acontecimentos ou ainda uma ilusão etiológica<sup>23</sup>, procuramos observar as configurações como contingentes, como produtos, sempre precários de arranjos. Entendemos a ação dos dirigentes do sindicato como redefinidoras dessas dinâmicas históricas.

---

<sup>22</sup> As análises sobre o Partido dos Trabalhadores dão conta da formação por composição de núcleos, sendo um deles o núcleo sindicalista, cuja base repousaria nas lideranças do ABC Paulista e aquelas associadas a suas lutas e bandeiras, o núcleo intelectual composto por professores, especialmente do ensino superior e, por fim, um núcleo oriundo da “velha” esquerda.

<sup>23</sup> Conforme advertência de Dobry (1992) é necessário atentar para as três ilusões da sociologia das crises políticas.

A conjuntura na qual os dirigentes investigados militaram é fundamental para explicar os diferentes usos, abandonos ou ressignificação dos recursos em cada diferente contexto. No início dos anos 1970 a ditadura civil-militar iniciou um processo de abertura política que, entre outras coisas, propiciou um diálogo entre as elites civis e militares. Essa abertura e liberalização política foram o ponto de partida para o que aqui definimos como sendo uma conjuntura crítica (DOBRY, 1992). Essas conjunturas, ao menos para as sociedades centrais, são caracterizadas pela fluidez de todos os setores da sociedade, que acabam abolindo ao menos parcialmente as lógicas até então instituídas.

Mesmo tratando-se de uma sociedade periférica onde essas esferas não possuem esse grau de autonomia, funcionando como um *campo* com regras próprias como ocorre nas sociedades centrais, isso não significa que as conjunturas críticas não forneçam condições de excepcionalidade para aqueles que militam. A ideia de conjuntura crítica ou fluída, central na análise de Dobry (1992), permitiu pensar na ampliação da arena de luta, na transposição dos recursos e de seus significados de uma arena para outra, garantindo as condições e situações onde as estratégias dos agentes, seu comportamento e ações foram balizados por essa conjuntura de extraordinariedade política. Com a ideia de conjuntura crítica, podemos pensar os eventos do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e as condições nas quais os dirigentes do SMABC conquistaram espaço na militância sindical e político-partidária.

Diferentemente de uma sociedade que experimentou um processo histórico de formação e consolidação dos setores ou de *campos* distintos da vida social, as sociedades periféricas possuem como característica a contingência permanente dessas esferas. Como o presente trabalho trata de um estudo de uma realidade periférica, devemos considerar a precariedade dos arranjos em cada configuração, a reatualização permanente dos recursos dos militantes e as possibilidades abertas para militância em contextos de excepcionalidade política.

Ao discutirmos as possibilidades de repertório de ação política no que respeita a um ciclo de contestação e protesto<sup>24</sup>, devemos considerar todos os

---

<sup>24</sup> A noção de ciclo de contestação está presente em Tilly (1992) que descreve um processo no qual a tensão reivindicatória produz como resultado um espaço para aberturas políticas, a emergência de organizações concorrentes e um rearranjo das forças em disputa, dos recursos em disputa. Os principais trabalhos desse autor dão conta de seqüências históricas e de recursos comunais e têm como mérito recuperar questões consideradas menos importantes por outros teóricos da mobilização

aspectos de um determinado contexto histórico. O desencadeamento de um ciclo de protesto (TARROW, 1998) trouxe consigo não apenas a emergência de um conjunto de organizações e indivíduos demandando na cena pública, mas seus interesses e suas “causas”.

A tentativa de ruptura com as lógicas instituídas serviu para que esses militantes fossem promotores de “causas” e de novas lógicas. O ciclo de protesto<sup>25</sup> foi, em grande medida, um resultado da estrutura de oportunidades políticas (KRIESE, 1995) na qual emergiram as condições para o surgimento e desenvolvimento de uma miríade de agentes sociais, dentre os quais os dirigentes do SMABC.

Tanto a apresentação dos conceitos e categorias quanto do quadro analítico-conceitual foram fundamentais para compreendermos a ação de agentes em uma conjuntura onde todos os aspectos da vida social passaram a ser politizados. Essa politização ocorreu através da requalificação das mais diversas atividades sociais mediante o acordo prático dos indivíduos inclinados pelas mais diversas razões a transgredir ou a colocar em causa as diferenciações dos espaços de atividades (LAGROYE, 2003).

Uma das dimensões mais importantes do difícil aprendizado que é a politização é o de “saber o que é conveniente fazer” sob as diversas circunstâncias, ou seja, o fato é que, ao trabalharem a fim de transgredir os papéis sociais, esses indivíduos rompem processos historicamente estabelecidos de “setorização”<sup>26</sup>, caracterizados pelas lutas por legitimação e, por extensão, por hierarquização. A transgressão dos militantes permite mesclar os setores, ainda que cada um deles seja regido por ações orientadas através de lógicas distintas.

De uma ou de outra forma, produziu-se uma crença na eficácia da ação política, conduzindo a politização das “causas” e, por conseguinte, da ação do conjunto dos engajados. Em nossa pesquisa partimos do pressuposto, como fora defendido anteriormente, de que, sob circunstâncias de uma conjuntura crítica, os espaços de legitimação políticos são diretamente afetados por crises setoriais

---

de recursos, tais como identidade e crenças. As razões dessa interpenetração de todos os espaços sociais, dessa politização da vida social podem ser observadas em Dobry (1992), assim como a relação entre a emergência de atores coletivos e individuais e o processo de mobilização em uma determinada conjuntura (RODRIGUES, 2001).

<sup>25</sup> A noção de conjuntura crítica coexiste na literatura sobre processos políticos com a noção de ciclo de protesto.

<sup>26</sup> Um exemplo desta setorização é a crescente diferenciação das atividades políticas e das atividades sindicais, ainda que os objetivos dos dois se apresentem como idêntico (LAGROYE, 2003).

(DOBRY, 1992). Esses novos espaços abriram-se para que os dirigentes do SMABC conquistassem posições-chave e alterassem a relação de força com outras lideranças/ outros dirigentes que viam seus recursos serem esvaziados, na medida em que a estrutura de fundo que os balizava passava pouco a pouco a se transformar.

## **ESTRATÉGIA DE APRESENTAÇÃO**

Diante da exposição das linhas gerais da problemática, do corpo teórico e dos encaminhamentos metodológicos, pretendemos expor a pesquisa e seus resultados em cinco capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo, discutimos a bibliografia a respeito da temática investigada, tratamos das dificuldades e possibilidades dos estudos de militância e engajamento, a análise em situações de conjuntura crítica. Além disso, debatemos os principais conceitos e modelos teóricos que discutem a nossa problemática.

O segundo capítulo apresenta as fontes a respeito da população investigada. Esses dados forneceram uma caracterização do conjunto dos metalúrgicos, seus processos de socialização e politização e foi o ponto de partida para a análise da população e da amostra investigada. Ainda apresentamos os parâmetros para a constituição dessa população e as dificuldades pertinentes à coleta de dados.

No capítulo três tratamos da análise dos perfis e trajetórias dos dirigentes do sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista. Nesse capítulo, apresentamos o perfil do militante da organização e do militante político-sindical. O primeiro dos perfis destaca o agente que engajou e militou na organização do sindicato tendo ocupado uma variedade de cargos e passado por diferentes conjunturas. Os recursos em disputa no sindicato proporcionaram para alguns a passagem exitosa para outras organizações sindicais ou partidárias; entretanto, alguns permaneceram tendo o sindicato como espaço predominante de sua militância.

O perfil do militante político-sindical refere-se ao dirigente que passou a militar em organizações sindicais de maior relevo, tais como centrais sindicais. Evidentemente que esses agentes militavam numa estrutura multidimensional, definindo, na maioria das vezes, uma organização como espaço privilegiado de militância.

No capítulo quatro analisamos os perfis dos dirigentes que, reconvertendo os capitais militantes conquistados na militância sindical, *entraram* na política partidária. Tomando como referência essa militância, investigamos sumariamente o capital de relações dos dirigentes do SMABC com militantes e organizações, enquanto um recurso disponível e imprescindível para futuras reconversões, sobretudo se considerarmos a multiposicionalidade militante desses dirigentes. A ênfase atribuída à militância político-partidária para uma parcela considerável dos dirigentes reflete uma concepção de superioridade desse tipo de militância na resolução de problemas.

No capítulo cinco apresentamos as trajetórias militantes dos dirigentes que ocuparam o cargo de presidente do SMABC, destacando de que forma o controle da organização foi importante para a trajetória militante desses dirigentes. Através da análise dessas trajetórias, consideradas em sua totalidade (seis casos), investigamos a estrutura assimétrica na distribuição desses recursos, o processo de identificação coletivo e estratégico, assim como as recompensas para a militância em diferentes contextos. Ademais, apresentamos o processo de politização produzido por esses dirigentes que lhes proporcionou compensar a escassez de recursos sociais de origem. Adicionalmente apresentamos a multiposicionalidade militante e a empresa da mobilização como mecanismo de maximização das recompensas do militantismo. Para finalizar investigamos o Prêmio João Ferrador instituído em 2009 pelo SMABC como uma oportunidade para identificarmos os usos ou abandonos dos recursos conquistados dentro da estrutura multiposicional e sua reatualização no presente.



## 1 REVISÃO DE LITERATURA E REFERENCIAIS TEÓRICO-CONCEITUAIS

[...] o que comumente chamamos de distinção, uma certa qualidade, mais freqüentemente considerada como inata (fala-se de 'distinção natural'), de porte e de maneiras, é de fato diferença, separação, traço distintivo, resumindo, propriedade relacional que só existe em relação a outras propriedades. (BOURDIEU, 1994)

Neste capítulo apresentamos dados históricos e sociológicos referentes ao problema de pesquisa. Nosso objetivo foi o de tratarmos das dificuldades e das possibilidades do estudo da militância e do engajamento. Procuramos especificadamente discutir conceitos e ferramentas analíticas a fim de compreender as várias dimensões da intervenção desses agentes em conjunturas críticas. Para tanto, partimos de um painel mais amplo que considerou as características do sindicato enquanto organização no Brasil, enfatizando a relevância do SMABC. Adicionalmente esboçamos uma análise histórica do período investigado nessa pesquisa.

Propriamente no que diz respeito aos militantes, buscamos as especificidades dos metalúrgicos da região do ABC, suas origens sociais, escolaridade, alinhamentos políticos; enfim, as variáveis que nos permitiram identificar, a grosso modo, as características desses indivíduos. Discutimos ainda a respeito das conjunturas críticas e da emergência de ciclos de mobilização salientando como estes momentos tornaram-se propícios para o engajamento e como os recursos conquistados foram passíveis de utilização em vários domínios do mundo social.

Ao investigarmos o impacto das conjunturas críticas na trajetória militante dos dirigentes, consideramos as diferentes construções em seus processos de identificação. Particularmente, enfatizamos tanto a construção de uma identificação coletiva que, ao menos parcialmente, serviu para mediar as assimetrias na apropriação dos recursos em disputa, enquanto construção de uma identificação política, fundamental para justificar a militância político-partidária.

O capítulo está dividido em nove seções. Na primeira elaboramos uma revisão bibliográfica sobre as características da militância sindical e política ao longo da história do Brasil. Na segunda seção, destacamos as continuidades e as rupturas nesse tipo de militância. Na seção seguinte, tratamos das dificuldades no tratamento de temas como “engajamento” e “militância”, atentando adicionalmente para a

questão da temporalidade e a relação entre o pesquisador e o objeto. A seção seguinte trata dos conceitos de militantismo e engajamento, relacionando-os com a representação. A quarta seção discute a relação entre o engajamento, a militância e a participação política.

Na quinta seção abordamos a análise de biografias e trajetórias. Na sexta seção, salientamos a importância das conjunturas críticas e a emergência de ciclos de mobilização. Nesta seção ainda analisamos a relação entre a estrutura de oportunidades políticas e a identidade coletiva. A sétima seção desdobra-se em três tópicos, onde o primeiro debate a dimensão assumida pela análise do militantismo nas diferentes correntes teóricas, o segundo avança para a discussão de um modelo de análise no nível micromeso de análise e o terceiro tópico aborda a análise de redes. Na oitava seção, apresentamos o processo de identificação em um cenário de multiposicionalidade militante. A nona e última seção debate e relaciona as recompensas para o militantismo com a ocupação de cargos em uma estrutura multiposicional.

## 1.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE MILITÂNCIA SINDICAL E POLÍTICA NO BRASIL

A relação entre a militância sindical e a militância política no Brasil sempre foi apresentada como complementar. Os cientistas sociais e os historiadores trataram ao longo do tempo do fenômeno da militância sindical e política como um descontínuo, talvez amparados por modelos teóricos que propunham a inexistência de fronteiras entre ambas. Dependendo da filiação teórica, uma ou outra ênfase era conferida ao objeto de análise. Por décadas, sociólogos, antropólogos, politólogos e historiadores debruçaram-se sobre o tema da militância sindical e político-partidária atentos ao seu impacto societal e menos interessados em sua dinâmica.

No Brasil, a relação entre sindicalismo e política não só é estreita como também tem suas linhas mestras pautadas por fatores de longa duração histórica. Essa constatação permite enveredar pelos acontecimentos do final da década de 1970 com um olhar a um só tempo retrospectivo e prospectivo, percebendo eventuais rupturas e elementos de continuidade. O “novo” sindicalismo que teve como berço o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema teve em seus dirigentes os protagonistas no movimento de redemocratização.

A fim de avançar na análise do tema, faz-se necessário lançar mão das obras de alguns autores que se debruçaram sobre o tema, uns a época dos eventos outros mais contemporaneamente; alguns com métodos de análise rigorosos outros acenando abertamente com um normativismo. Resulta que a análise tanto das obras já consideradas clássicas como de outras que trazem excelente contribuição para o entendimento do tema possa servir para fazer avançar o estudo nos pontos ainda a serem problematizados.

Pretende-se aqui, mais do que um mero apanhado de revisão bibliográfica da linha mestra dos trabalhos dos autores, esboçar com eles um diálogo crítico e reflexivo, possibilitando questões que guardem relação com a problemática que se pretende responder.

Entre as interpretações de cunho culturalista, podemos citar a análise de Laís Wendel Abramo (1994). A autora centrou sua análise nos questionamentos a respeito da natureza do movimento sindical nascido no ABC paulista. Sua intenção era avançar sobre as explicações causais que viam unicamente na luta pelo aumento salarial o fator motivacional para toda a mobilização que teve curso na região. Como sugere a autora, é importante avançar para além das divisões analíticas, considerando-se, a partir de então, “procurando desvendar o seu significado e as maneiras e processos pelos quais foi gestado o movimento capaz de produzi-lo” (ABRAMO, 1994, p. 182).

Ao deparar-se com os porta-vozes, códigos, referenciais produzidos ao longo do processo, a autora destacou a palavra dignidade como uma espécie de chave para o entendimento da problemática. Evidente que com esse procedimento a autora procurou nos elementos simbólicos das lutas travadas os caracteres substantivos que forneceram força e emprestaram coesão ao processo mobilizatório. A autora ainda apontou a importância de considerar o espaço das práticas não institucionalizadas, isto é, o cotidiano operário como local de assente para a construção do “novo”.

Esse cotidiano não teria sido exclusivamente o cotidiano do desemprego, da rotatividade, do arrocho e da repressão patronal, mas também o cotidiano onde “[...] os trabalhadores viveram um processo constante de dilapidação de suas energias físicas e morais, e mais que isso, de violentação de sua dignidade” (ABRAMO, 1994, p. 184).

Todo o desdobramento pela autora dos elementos de construção de um discurso efetivo e eficiente dotado de um simbolismo irresistível é importante para compreenderem-se os elementos que se encontravam em disputa no campo sindical, seus bens mais apreciáveis, seus gritos de guerra, seus slogans, suas palavras de ordem; enfim, todo o arsenal disponível não só para batalha, mas também para capitalizar, munir de um capital simbólico até então distinto um grupo de sindicalistas autorizados a fazer uso desse discurso e desses símbolos.

É nesse sentido que o trabalho de Abramo (1994) converte-se em importante fonte de discussão para essa problemática. A autora segue destacando os fatores que produziam nos trabalhadores o sentimento de injustiça e humilhação, ou seja, a todos os elementos que violavam a convicção que possuíam de sua importância (os mais qualificados tinham consciência disso). A greve aparecia como ponto alto dessa constatação, como produto mais bem acabado da recusa veemente a essa ordem de fatores e como possibilidade concreta de reivindicar a condição de dignidade.

Para Abramo (1994):

A dignidade dos trabalhadores começa a ser recuperada na greve porque este foi justamente o momento em que os trabalhadores, após longos anos de dispersão e fragmentação, foram capazes de unificar-se em uma ação coletiva de suficiente peso para interromper o trabalho, ou seja, para negar a sua continuidade nas condições vigentes e a partir daí forçar modificações substanciais (1994, p. 186).

A análise de Abramo (1994) conjuga muito bem os elementos de uma pesquisa do cotidiano operário como procederam Rainho (1980) e Rainho e Bargas (1983) com o acréscimo de uma força explicativa importante. Os aspectos do cotidiano operário servem em Abramo (1994) como painel de fundo para o vir a ser ou o fazer-se dos metalúrgicos no transcorrer de todo o processo de luta. Essas experiências vividas traduziram-se – não que a autora tenha concluído nesse sentido - na construção de um *habitus* incorporado. A forma como esse *habitus* constituiu-se em toda sua positividade e a maneira como era possível apreendê-lo tornando-se prática no discurso determinou a capacidade de acumular capital simbólico nesse meio.

Mais adiante em sua análise, quando trata de encaminhar as discussões sobre a forma como os metalúrgicos ensaiaram a recuperação da dignidade, a autora não deixou de observar os elementos conjunturais, por si só importantes para

uma explicação holística do problema, e também os aspectos internalistas, tais como a dimensão de status alcançado pelos ferramenteiros no interior das fábricas e o papel de protagonismo que desempenharam.

Para ela este era “[...] um grupo diferenciado, que se tornou nuclear, e que desempenhou um papel fundamental no processo de recomposição da identidade da categoria”. (ABRAMO, 1994, p.202). Outro ponto abordado foi a relação do sindicato, metalúrgicos e lideranças sindicais ao longo do processo, pois é preciso que se diga que essa relação não obedeceu a uma linearidade.

Por fim, a autora conclui que, embora os aspectos visíveis da mobilização recaíssem sobre a luta pelo aumento salarial, que de fato foram importantes, “[...] seu significado mais profundo foi a recuperação da dignidade dos trabalhadores” (ABRAMO, 1994, p.209). Acrescentamos que, através da análise da autora, é possível mapear tanto os bens imateriais produzidos ao longo desse processo de luta como os mecanismos de sua apropriação e utilização por lideranças sindicais que estiveram presentes num campo de luta simbólica que nada possuía de estático. Sua dinâmica encontrava-se na capacidade de garantir acesso a esses bens e privar os demais de obtê-los.

Ao refletir sobre a conjuntura de emergência das lideranças sindicais na região do ABC paulista, Vera da Silva Telles (1994b) investigou os fatos que se deram em especial nos anos finais da década e procura apanhar as singularidades daqueles eventos procurando desvelar os “elementos do passado que se projetaram no presente” (TELLES, 1994b, p.219). Essa tarefa é justificada pelo fato de que, como nos adverte a autora, esses elementos continuam a interpelar o presente enquanto valores e referências colocados nos discursos e nas práticas (IDEM, 1994b, p.219) e esse aspecto de sobrevivência histórica de determinadas estruturas interessa na medida em que possibilita avaliar o tipo de recurso produzido ao longo de todo um processo.

Evidente que sua apropriação depende em grande medida de quem os apropria, dos discursos em que os enquadra (inclusive os próprios discursos que encaixam outros discursos) e do grau de autoridade de quem os investe. Todos esses fatores estão intimamente ligados à constituição de um determinado tipo de capital. Ainda que a autora não trate o tema com esses adjetivos, é para essas

constatações que suas reflexões iniciais parecem levar, ou vejamos como encadeia os eventos do passado ao presente:

[...] os acontecimentos vividos criam significados que transcendem o momento de seu aparecimento. Transformam-se em pressupostos de uma nova realidade instituída e continuam, por isso mesmo, a interpelar o presente enquanto valores e referências corporificados em práticas e discursos que contribuem para tecer a trama da ação por onde a história se realiza. (TELLES, 1994b, p.219).

Ao relacionar esses aspectos teóricos com a realidade brasileira dos anos 1970 resulta a constatação, primeiro, da dificuldade de construir um espaço político em virtude do papel desempenhado pelo Estado ao longo da história brasileira e, segundo, que a despeito disso aquele período assistiu ao irromper de atores coletivos que construíram e eram construídos por valores, referências, discursos e práticas que produziam “novos” e diferenciados procedimentos, tais como participação e democracia de base.

Ao discutir aqueles anos, a autora questiona a ideia de que no pós-1964 havia um “vazio” e aponta para a ideia de que ali havia, de fato, efetivado-se rupturas. A autora procura demonstrar que os anos 70 carregam consigo os eventos de 1964 e 1968 e, para tanto, revela os enfrentamentos e embates no sindicalismo no pós-golpe de 1964, revelando a insatisfação das oposições sindicais com as práticas dos sindicatos sob a tutela populista.

Para Telles (1994b), o ano de 1968 é importante, pois aponta para o futuro e essa constatação guarda relação com a ideia de que é através desses “novos” mecanismos, pensados e produzidos através de “novas” experiências, que se foi possível uma “[...] espécie de deslocamento das tradições e referências instituídas, explicita-se as condições de *construção de espaços sociais e políticos*, a partir de práticas instituintes de novas realidades e novos significados (TELLES, 1994b, p.225 – grifos da autora).

Todas essas “novas” práticas somadas às “novas” circunstâncias encontradas no correr da década possibilitaram a construção de novos espaços antes não experimentados, como a organização nos bairros e o trabalho intrafábrica, condições únicas para o surgimento de novos militantes. A efetividade com que se construía um espaço político público traduzia-se em mecanismos de recrutamento das novas

lideranças que iam sendo forjadas. Os acontecimentos da década de 1970, em especial as mobilizações sindicais, produziram-nos em quantidades invejáveis.

Esses novos mecanismos de recrutamento não dissiparam os “velhos”, servindo assim para promover uma luta dentro desse(s) campo(s). No meio sindical, o conflito estabeleceu-se entre os “antigos” grupos ligados às associações tradicionais de esquerda e os “autênticos”, grupo que se vangloriava de ter nascido das fábricas, das lutas surgidas no ABC paulista.

Telles (1994b) também objeta a ação e a importância da igreja na formação desses grupos e dessas lideranças, até mesmo afirmando que provavelmente serão as matrizes vindas da igreja que serão determinantes na formulação de valores e referências que orientaram as práticas. Havia ainda um espaço para o compartilhamento dessas falas, desses discursos, fazendo com que todas as matrizes em algum momento entrecruzassem-se produzindo novos significados que iam para além dos limites para os quais foram formulados.

Foram essas permanências que instituíram um campo compartilhado de experiências e foram eles que serviram de substrato para a ideia, ainda que difusa, para alguns de emergência de uma “nova” sociedade política. Tratava-se, como a autora assinala na conclusão, de um imaginário político em construção (TELLES, 1994b, p.245). A importância desse imaginário, dos elementos que comportava serve para destrinchar todo o espaço de produção de bens simbólicos, tornados capital simbólico (na possibilidade de acumulá-los).

Silvio Bava (1994) destacou a forma diferenciada com que a organização nos bairros nasceu em São Bernardo do Campo. Para o autor, ela surge a partir das experiências de greve e, em especial, das práticas do movimento sindical. Essa articulação entre greve e cidade estabeleceu a forma associativa que se deu dali por diante. A greve, ou melhor, o processo de greve, foi um longo aprendizado, não somente do aprender a fazer a greve ou ainda as greves, tanto de um ponto de vista quantitativo como qualitativo, mas foi, sobretudo, um aprendizado político.

A importância do sindicato para os operários refletia-se na população da cidade, estruturada à margem do cinturão de fábricas transnacionais. Os momentos rituais, de organização e mobilização eram vividos por toda a cidade. Como relatou Bava (1994): “o movimento grevista toma conta da cidade, cria novos espaços de organização e desenvolve uma solidariedade tanto interna ao movimento como de

apoio de importantes setores da sociedade, de entidades que reforçam a legitimidade da greve”. (BAVA, 1994, p.257).

Subjaz por detrás dessa dicotomia, entre a greve (entendida como processo) e a cidade, uma complementaridade e esse efeito redundaram na ampliação da mobilização para além das fronteiras previstas. Dessa forma, a cidade tornou-se também um produto disponível. Ela em si tornou-se um bem simbólico e aqui não se faz distinção entre a cidade concreta e a cidade projetada para dentro dos discursos sindicais.

Esses fatos ilustram claramente uma obviedade: São Bernardo do Campo não foi só o palco da guerra, mas também o reservatório imenso de simbolismo e de discurso. Ser dirigente naquele contexto dependia de articular esses elementos, de dominar linguística e socialmente todos os produtos que a cidade oferece; é converter-se ao final das contas em parte da paisagem da cidade.

O fundo de greve organizado a partir da Igreja servia como fator de agregação; as assembleias como “argamassa” para sedimentar a identidade dos operários. Tal identidade via-se, no entanto, ampliada na medida em que se constituía o embrião de uma identidade “nova” situada no conjunto de fatores diferenciais de São Bernardo do Campo.

A solidariedade que acompanha o movimento “[...] não vem somente da população de São Bernardo. Por todo o Brasil cria-se uma rede de apoio dos trabalhadores. Eles veem na *cidade-greve* uma referência política [...]”. (BAVA, 1994, p.264 – grifos do autor). Em que pese a constatação feita pelo autor de que essa greve, a de 1980, encerra um ciclo mobilizatório, ainda assim é necessário relativizar esse “encerramento” questionando por um lado a transformação da relação desses atores coletivos com o Estado e, por outro, apontando como o próprio autor tratou de fazer para suas consequências mais visíveis, dentre as quais cabe destacar a questão da organização político-partidária (BAVA, 1994, p.265).

A historiadora Kátia Paranhos (1999) aprofunda a discussão trazida por Bava (1994) utilizando-se dos discursos contidos no material jornalístico produzido pelo sindicato com a dupla finalidade de informar e de mobilizar os metalúrgicos. A autora observa as estratégias prescritas para o processo de luta e os espaços de consecução dessas estratégias. Para ela, entre 1971 e 1978 os locais eleitos foram o sindicato e a fábrica. São esses os dois locais onde as estratégias de mobilização tiveram seu foco prioritário.



Para esse fim, o Jornal do sindicato Tribuna Metalúrgica teve uma importância fundamental, pois foi quem articulou os discursos das lideranças sindicais, produziu e reproduziu os símbolos, os locais “sagrados”, a visão de política, economia e sociedade, etc. Paranhos (1999) revela a dinâmica dos eventos e a velocidade com que os elementos discursivos e, daí legitimadores, precisavam adaptar-se.

Outro destaque fica por conta da defesa da participação política dos trabalhadores nas eleições para deputados e senadores em 1978. Essa interconexão com o campo político provocou o que a autora chama de “[...] movimentação na prática dos enunciados e nas imagens de luta proposta pelas lideranças sindicais desde o início dos anos 70” (PARANHOS, 1999, p. 168). Havia trocas e modificações a serem feitas, já que o discurso inicialmente apolítico, ou se quisermos antipolítico, encontrava agora um novo momento, o de produzir discursos capazes não só de legitimar uma relação entre um campo e outro, mas também um discurso com capacidade de desconstruir aqueles que defendiam um sindicalismo próximo do purismo. Esse discurso regenerador precisava de interlocutores loquazes fortemente amparados por um capital simbólico convincente e, sobretudo, dispostos e desejosos de tomarem a palavra e produzirem novas matrizes discursivas.

Ao discutir os discursos contidos no material publicado pelo sindicato a autora fornece um valioso subsídio para que se compreenda o valor dos bens simbólicos em disputa dentro do campo e que, de alguma forma, poderiam mais tarde ser convertidos. Segundo ela própria, o escopo do seu trabalho escora-se na tentativa de “demonstrar [...] esse arcabouço de uma lógica de identificação operária” (PARANHOS, 1999, p. 191).

Os discursos serviriam para consolidar uma identidade operária forjada a partir de uma matriz de enunciados e de imagens. Evidente que a construção e permanente reconstrução de uma identidade operária é um importante fato de um ângulo analítico; porém, pretende-se compreender a relação que esses enunciados e essas imagens e mesmo essa identidade operária guardam com a produção de capital simbólico, sua acumulação e conseqüente reconversão.

Na linha das obras que procuraram compreender o surgimento e desenvolvimento do “novo” sindicalismo a partir de referenciais estruturalistas e/ou marxistas, cabe destacar o livro *O Novo Sindicalismo: Vinte anos depois*, organizado por Iram Jácome Rodrigues (1999). Este livro formado a partir de uma coletânea de

artigos pode ser elucidativo por representar um novo olhar sobre aqueles acontecimentos.

Num dos artigos, Negro (1999) busca entender as origens do “novo” sindicalismo remontando a algumas datas marcantes, considerando-se as lutas operárias e sindicais. A primeira delas, o maio de 1959, o ano de 1968 e, por fim, o de 1978. Ao historicizar desde a fundação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, o autor deixa de observar algumas características que o tornam desde o ato de sua fundação diferenciado.

Desde o início era acentuada a preocupação com a particularidade do novo operariado empregado na indústria automobilística, com a presença contínua no interior das fábricas, etc. O relacionamento com os patrões e autoridades exigia naquele momento – pelo menos na concepção dessas lideranças – pessoas providas de características que os assemelhassem a estes, evitando torná-los alvos de preconceitos. O que havia por detrás disso tudo “era a respeitabilidade do Sindicato diante dos patrões [...]” (NEGRO, 1999, p.13).

O trabalho de Negro (1999) possibilita reconstituir, num plano cronológico, não de forma exaustiva, mas de maneira pontual e sucinta, o caminho percorrido no sindicato para a construção do que viria a ser mais tarde seu potencial de luta. Após enveredar por esses anos-marco da história o autor conclui que “[...] a greve de 1978 não é uma ‘coisa solta no ar’, um ‘novo’ que irrompe espontaneamente, apontando, em contrapartida, para um ‘trabalho articulado’, desconhecido [...]”. (NEGRO, 1999, p.29).

Essa última consideração de Negro (1999) é fundamental, tendo em vista a concordância de que as greves por fábrica de 1978 não ocorreram num “vazio”, pois, se houve espontaneísmo, foi porque antes houve trabalho de mobilização, produção consciente de símbolos, de figuras, de ideias-força. Todas elas transformadas mais tarde num conjunto de práticas e também um grupo de lideranças perfeitamente articuladas ao trabalho das fábricas e ao que ocorria no interior delas.

Em outro artigo do mesmo livro a autora Leila Maria Blass (1999) avalia o que de persistência e o que de discontinuidades havia nas práticas sindicais do “novo” sindicalismo. Alguns pontos elencados pela autora merecem ser pontuados: 1) ao “novo” sindicalismo é atribuído o caráter de ser um conjunto de experiências de luta diversificado que surge com as jornadas paredistas do final dos anos 1970; 2) o “novo” sindicalismo foi construído e reconstruído coletivamente ao longo de todo o

seu percurso histórico – e ainda segue sendo – pelos diferentes agentes; 3) é elaborado em contraposição ao “velho” sindicalismo; 4) suas estratégias sindicais repousam na politização do cotidiano de vida e de trabalho, na organização no interior das empresas, no confronto direto e na interlocução com patrões e empresários (BLASS, 1999, p.34).

Essas características podem ser dissecadas da seguinte forma: o “novo” sindicalismo só é “novo” porque se convencionou diferenciá-lo do que era realizado antes de 1964. Isso importou qualificá-lo desde o nascedouro com uma valoração positiva, com atributos e qualidades de excepcionalidade

Blass (1999) chama ainda a atenção para as características inovadoras das lutas sindicais ao promoverem a democracia sindical, frutos do conhecimento que as lideranças sindicais possuíam das bases. Possivelmente, a trajetória dessas lideranças disponibilizou uma gramaticalidade reconhecível e o domínio imprescindível dos símbolos.

Através da politização do cotidiano, os sindicatos tornam-se depositários de demandas efetivas dos seus afiliados tornando-os artífices políticos para além da institucionalidade que os encapsulava; avançam no sentido de tornarem-se movimentos e, nesse processo, “[...] transformam-se em referência política para os trabalhadores (as) e seus representantes passam a ser reconhecidos como interlocutores políticos válidos pelo patronato e Estado [...]” (BLASS, 1999, p. 35).

Uma passagem do texto do autor chama a atenção, pois, segundo ele: “os principais protagonistas do chamado novo sindicalismo, ou seja, dirigentes, militantes sindicais e trabalhadores (as), reinventam e recriam formas de organização e de mobilização operária e sindical, sem destruir as que lhes antecederam” (BLASS, 1999, p.37).

Esse procedimento implicou primeiro descaracterizar do “novo” sindicalismo a ideia de ruptura absoluta com o passado e torná-lo tributário do “velho” sobre o qual se construiu o discurso do “novo”. Sendo assim, é importante considerar aspectos das trajetórias das antigas lideranças sindicais, de suas falas e articulações no bojo de estratégias das “novas” lideranças sindicais.

Iram Jácome Rodrigues (1999) em seu artigo procurou destacar a importância desempenhada pela luta sindical do ABC na esfera política quando das jornadas grevistas do final da década de 1970. Para o autor, a importância desse ator coletivo

se fez sentir no processo de transição, sendo este para ele o segundo momento importante naquela conjuntura; o primeiro havia sido a eleição parlamentar de 1974.

Essa eleição teve para Jácome Rodrigues (1999) um efeito bumerangue ao atingir o centro do poder e simultaneamente trazer à tona as diversas formas organizativas. Essa correlação implica o reconhecimento de antemão de um eixo concatenando política e luta sindical. Diante disso, pode-se concluir que:

Os trabalhadores, enquanto expressão de uma certa organização da sociedade civil, procuravam se afirmar na crítica à política econômica do governo, na luta contra os baixos salários e pelo direito de greve, na defesa da negociação direta com o patronato e pela autonomia e liberdade sindical, trazendo para a esfera da política amplos contingentes, que até então pareciam adormecidos e expressando um forte sentimento oposicionista ante o regime militar (RODRIGUES, 1999, p.76-77).

É preciso que se diga que essa esfera da política apontada pelo autor não existia anteriormente. Ela precisou ser mais do que conquistada, ela precisava ser inventada, fato este que se processou em conjunto com a definição de uma identidade estratégica para os militantes do sindicato. Essa identidade coexistia com identidades coletivas, frutos das circunstâncias e dos conflitos em curso, marcando passo para um objetivo comum: o reconhecimento de um dado estatuto que garantisse o acesso ao Estado e a possibilidade de intervir na esfera pública (RODRIGUES, 1999, p.77).

O último artigo da coletânea é de autoria de Marco Aurélio Santana (1999) e pretendeu discutir a forma como foi articulada à ideia de “novo” do modelo sindical surgido no ABC Paulista uma ideia de ruptura com o passado. Tal ruptura foi logo relativizada pelo autor ao ponderar não se tratar de um passado genérico, senão o período compreendido entre 1945 / 1964.

Outro ponto apanhado pelo autor e que exige referência é o reconhecimento de que o movimento estremeceu os arranjos da transição pensada pela ditadura civil-militar. Esses dois pontos são importantes, pois estão consubstanciados em eventos de mesma natureza. No primeiro caso o “novo” foi pensado em contraposição às velhas práticas, considerando-se a junção política e sindicalismo no período populista, como um momento adjetivado como negativo, pernicioso até para a luta sindical.

No outro ponto foi novamente o sindicalismo que afetou a cena política, agora sob um conjunto diferente de atributos. Essa categorização de valores justapostos

entre o “velho” e o “novo” pautaram o discurso das lideranças sindicais garantindo a legitimação.

Outro ponto a ser destacado do texto foi o reconhecimento de que aquele momento caracterizava-se “por uma situação de concorrência entre projetos políticos e sindicais no interior dos setores de esquerda no Brasil” (SANTANA, 1999, p.135). É importante que se diga que esse conflito pela hegemonia dentro do campo importava na validação de discursos, símbolos, etc, fortalecendo uma identidade específica. No outro extremo cabia neutralizar os chavões, discursos, símbolos dos grupos concorrentes.

Essa disputa dava-se no terreno do concreto, do real, ainda que se desse sobre a produção subjetiva dos grupos em litígio. Essa disputa acirrada polarizou dois blocos, de um lado as Oposições Sindicais que eram compostas pelos “combativos” ou “autênticos”, e do outro lado a Unidade Sindical agrupando os setores denominados “pelegos”, além dos militantes da esquerda tradicional. Essa disputa também se caracterizou por carregar para esse momento de reconversão seus valores constitutivos, daí que o nascimento do PT não está de forma alguma descolado das práticas do PCB (vistas através do filtro das lideranças sindicais “autênticas”).

O problema reside na conclusão do autor de que: “a própria história do movimento operário do País acabou sendo reduzida à mera sucessão de rupturas que pareciam pouco dever aos momentos que lhe precederam” (SANTANA, 1999, p.139). Menos preocupado com essa questão interpretativa do que com os elementos em disputa, surge como relevante a análise sistemática da disputa dos grupos intrassindicais como forma de relacionar essas disputas com a constituição dos agentes no campo, além da definição dos caracteres e atributos de cada um dos lados em litígio.

Margareth Keck (1988) procurou situar de que forma a luta sindical e o processo político de abertura relacionaram-se. Para a autora, “o período da ‘abertura’ deu um espaço maior para atividades sindicais, principalmente um aumento na negociação direta entre sindicatos e patrões e a tolerância da organização intersindical, que era ilegal segundo a CLT”. (KECK, 1988, p.382).

Esse espaço, entretanto, pouco ou nada representou nos quadros de recrutamento e cooptação das lideranças sindicais no tipo de sindicalismo do pré-1964, pois, como sustenta a própria autora, eram inúmeros os benefícios oferecidos

a fim de cooptar essas lideranças<sup>27</sup>. Essa constatação que encontrava suas razões na edificação e manutenção de uma estrutura sindical não implicou em uma capacidade ilimitada dessa estrutura de absorver todas as lideranças que surgiam, nem a valorização equitativa dos recursos ofertados pelo Estado via estrutura pelos diferentes grupos envolvidos no conflito dentro do aparelho sindical.

A conexão entre a conjuntura diferenciada e o particularismo dos mecanismos de recrutamento e cooptação das lideranças sindicais foi muita bem apanhada pela autora na seguinte passagem onde, segundo ela:

A ascensão e a politização de novas forças do movimento operário nos anos 70 aconteceram numa situação onde havia pouco espaço disponível para que os trabalhadores participassem dos processos nacionais de decisão. Nesse pequeno espaço, os próprios sindicatos tornaram-se terrenos politicamente disputados por tendências de diferentes visões quanto ao caminho apropriado para o futuro do movimento. (KECK, 1988, p.385).

Essa passagem é de grande importância pelo alcance com que consegue apreender a relação anteriormente exposta. Sem dúvida o processo em curso era de abertura política em todas as esferas da sociedade, ainda que buscasse de todas as formas reduzir o número de interlocutores envolvidos. O meio sindical que possuía uma forte tradição de participação no meio político-partidário guardava na lembrança daqueles tempos as prebendas que continuaram a serem ofertadas e que recaíam sobre um contingente pequeno de sindicalistas que, no intento de maximizar os lucros obtidos com elas, isolavam-se num cupulismo que marginalizava as bases e alijava deliberadamente outros grupos.

Não se pretende argumentar, contudo, que foi unicamente a luta por prêmios que serviu como elemento motivacional para a emergência de grupos em litígio. Ao contrário, esses poucos recursos foram tomados como produtos “negativos” responsáveis pelo esvaziamento do movimento sindical, pelo crescente distanciamento entre as cúpulas e as bases e pela transformação dos sindicatos em “massa de manobra” nas mãos do governo.

Pouco importa aqui que esses valores tenham sido novamente reconstruídos quando da redemocratização, pois é o significado que lhe foi atribuído à época que interessa resgatar, buscando com isso o conjunto de valores e significados que lhes

---

<sup>27</sup> Benefícios como perspectiva de ascensão social através da burocracia estatal tanto nas instituições de assistência social ou ainda por nomeações para os tribunais trabalhistas. (KECK, 1988, p.382).

foram atribuídos. No momento em que o sindicato apareceu como espaço de interlocução viável, boa parte do meio político procurou diálogo com seus dirigentes.

Na mesma linha de trabalho que procurou articular as modificações na esfera do político com a dinâmica da luta sindical, pode-se ainda citar Vianna (1986) que situa o diferencial do processo de transição brasileira no atraso da burguesia nacional. O trânsito para a democracia dar-se-ia através do duplo condicionante que incluía esse atraso da burguesia juntamente com a presença de uma tradição autoritária por um lado e a existência de vontades coletivas com projetos alternativos por outro. Esse duplo condicionante tinha também um duplo “porém”: seria a burguesia incapaz de conduzir o processo segundo seus desejos? E a ação dessas vontades coletivas portadoras de projetos alternativos seria capaz de engendrar uma mudança de fato?

A resposta a essas indagações é fornecida pelo atestado de que a adoção de um modelo de desenvolvimento como o implantado pela ditadura civil-militar deu-se apesar da burguesia e da falta de teleologia desta. Esse projeto de modernização contou, é verdade, com uma coligação dos “de cima” (VIANNA, 1986, p.45), mas não através de um modelo de dominação tipicamente burguês. A sua forma assumida foi a de um regime discricionário, que privou da cidadania amplos setores da sociedade. Quanto a isso à formulação do autor de que a conjuntura de transição foi eminentemente política, faz sentido, embora o autor tenha se utilizado dessa assertiva para afirmar a ideia de um movimento de fluxo e contrafluxo na história política do país.

A sociedade funcionaria ciclicamente com períodos de liberalismo (abertura), como as de 45-46 e após a iniciada em 1974, e períodos de autoritarismo (fechamento), como em 1930 ou 1937 e mais tarde em 1964. Esses elementos de permanência no plano político encontrariam os elementos diferenciais no terreno sindical com o surgimento do “novo sindicalismo” construindo novos arranjos e novos caminhos para o devir histórico.

Obviamente, tal posição não assumida com letras maiúsculas pelo autor pode ser deduzida de suas concepções expressas. Ressalta, ao retomarmos a obra do autor, algumas linhas gerais de seu pensamento, dentre os quais a constatação de que o surgimento coletivo desse autor obedece a uma dupla revolução: a modernização econômica das duas décadas anteriores (1960/1970) e a emergência de massas buscando acessar a livre cidadania. Essa demanda coincide com a

busca por um novo padrão institucional que se revela a partir de um desajuste entre a política macroeconômica do regime e a permanência de uma estrutura sindical corporativa e uma legislação restritiva. Daí que o que realmente importa para o autor é compreender os limites e o caminho a ser percorrido para a incorporação desse conceito de cidadania.

O grande mérito do “novo sindicalismo”, para Vianna (1986), teria sido o de patentear a disfuncionalidade entre a política e a economia. Ao colocar em relevo os elementos disruptivos, o “novo sindicalismo” politizou-se exigindo muito mais espaço do que o oferecido pela estrutura corporativa (no plano sindical) e muito mais espaço do que aquele consentido pelo autoritarismo (no plano político). Tal postura implicou não necessariamente numa ordem de causa e efeito direta, mas na edificação de um tipo de prática sindical de orientação menos classista e mais do tipo associativo (VIANNA, 1986, p.191).

A sua afirmação de que o bloco burguês não teria como incorporar esse tipo de sindicalismo politizado e o primado do político na vida do “novo sindicalismo”, defendendo que este não pertencia ao fato sindical (IDEM, 1986, p. 195), precisa ser mais bem esclarecida. Primeiramente, é verdade que o movimento sindical nascido no ABC politizou-se, porém, o fez sem ignorar as demandas econômicas. Ao contrário, partiu deste tipo de demanda para politizar-se e, ao fazer, politizou – não o espaço político, mas o seu cotidiano e seus espaços de luta.

Pensar o contrário nos levaria a observar uma simetria no meio sindical e no meio político tornando a reconversão de capitais um fenômeno muito menos complexo do que realmente foi. Da mesma maneira, a luta sindical de fato encampou o conceito de cidadania, emprestando-lhe significado. Fato que realizou ao imputar-lhe todos os atributos desenvolvidos ao longo de todo o ciclo mobilizatório e grevista. A ideia de cidadania envolve, portanto, a busca pela universalidade do movimento nascido no ABC.

Por fim, a orientação sindical que dali resultou e a tolerância ou não do bloco burguês foram eventos correlatos, pois o primeiro é a livre expressão de uma trajetória singular, prenhe de estratégias que incluíram – graças aos (in) determinismos da história - a possibilidade de redimensionar discursos, reelaborá-los; enfim, reconstruir identidades.

Dentre as interpretações de caráter marxista, podemos mencionar a obra de Ricardo Antunes (1988). O autor discorre longamente sobre as especificidades de



cada greve, apanhando sua processualidade, percebendo seus “nexos” e seus diferenciais. A integralidade do movimento sindical dependeu em muito de sua capacidade de diferenciação. Daí que cada greve guardou seus elementos de singularidade. Antunes (1988) centra a análise na constatação de que a luta sindical desenvolvida e travada no ABC paulista teve como elemento motivador a superexploração do trabalho, pois, segundo ele, tratava-se de contrapor-se ao arrocho salarial empreendido pela ditadura civil-militar. Concomitantemente com sua natureza de cunho reivindicatório economicista, as greves “[...] assumiram, desde seu desencadear, *nítida dimensão política*, expressa no confronto que efetivaram contra a base material e a superestrutura jurídica-política da autocracia burguesa” (ANTUNES, 1988, p.167 – grifos do autor).

Essa visão corrobora com a quase totalidade dos trabalhos que avaliaram a ação sindical empreendida no ABC paulista. É difícil estabelecer o primado do político sobre o econômico e vice-versa, já que no contexto do ciclo grevista esses elementos encontravam-se imbricados pela própria natureza da crise que o regime experimentava, isto é, a natureza ambígua da crise a um só tempo conjuntural e estrutural, econômico e política.

Tão importante quanto a constatação do caráter político do movimento é a forma como a política foi encaminhada no “interior” das questões sindicais. Um dos momentos destacados pelo autor para referendar sua discussão a respeito das características da luta sindical é o episódio da trégua dos 45 dias. O destaque conferido por Antunes é resultado de uma dualidade, uma preocupação teórica, pois, ao optar pela saída da negociação, as lideranças sindicais teriam, segundo o autor, infringido o “erro” de renunciar ao papel de vanguarda política da categoria. Essa é uma das visões de um dos tantos marxismos aplicados à análise sociológica.

A outra ponta dessa dualidade reside numa necessidade normativa, pois, para o autor, a decisão daquele momento afetou drasticamente todo o trajeto histórico no sentido do socialismo. Essa constatação fica óbvia na passagem onde o autor destaca que:

a ausência de uma direção política consciente, dotada de independência teórica e ideológica, impossibilitou a visualização plena da contextualização social e política vigente, levando o movimento à derrota (ANTUNES, 1988, p.169 – grifos do autor).

O que Antunes (1988) chama de direção política consciente é na verdade uma variação da vanguarda revolucionária. Cabe indagar-se sobre a forma de legitimação, os elementos simbólicos em jogo, a relação de poder intralites sindicais, a capacidade do “discurso” aprisionar a prática, o grau de autonomia, a estrutura de comunicação, etc, que intervinham nas decisões dos dirigentes sindicais. Sem uma investigação criteriosa nesse sentido qualquer questionamento sobre as decisões dessas lideranças corre o risco de ser taxado de anômalo por não se adequar aos esquemas teóricos propostos.

Para ele, a:

liderança sindical do ABC deveria articular ‘com as forças democráticas opositoras uma alternativa conjunta para enfrentar a questão social, num plano mais geral. Ao contrário, resolveu enfrentar a situação social *apenas com a greve, isolando-se, de saída, do movimento democrático*’. (ANTUNES, 1988, p. 171 – grifos do autor).

Outro autor nessa linha é Octávio Ianni (1980) que questiona os limites da abertura, a existência de projetos distintos que incluíam um voltado para a constituição de uma democracia restritiva e um projeto de uma democracia popular. Esses projetos teriam estado em permanente confronto durante o período de abertura e transição para a democracia. Naquela conjuntura, a luta dos operários do ABC paulista teria sido um grande diferencial, na medida em que propôs questões econômicas e políticas simultaneamente atingindo a estrutura do poder.

O enfrentamento, seguindo o modelo clássico, dar-se-ia no embate com a burguesia que aquela altura contava com todo o aparelho repressivo institucional em suas mãos para reprimir a luta sindical. Diferentemente de Antunes (1988), o autor avalia a greve de 1980 como uma vitória política por desmascarar o papel do empresariado na abertura, por tornar pública a inadequação da legislação e por fim por desmascarar o próprio processo de abertura.

Para Ianni (1980), a liderança sindical é uma vanguarda da classe. Acrescente-se que esse apontamento leva-nos a pensar que o fato de não dirigir o movimento de forma politicamente orientada resulta de toda uma confluência de fatores, alguns dos quais construídos ao longo do processo. Foram esses componentes embutidos no esquema de poder do meio sindical que se traduziram em novas práticas dentro do próprio meio. Violá-los, em especial, num momento de forte apelo simbólico, teria resultados imprevisíveis, exceto se os arranjos

orquestrados por essas lideranças construísem novos e eficientes critérios de legitimação. Isso nos leva a pensar que a trégua dos 45 dias possui esse forte conteúdo simbólico, pois levou, em parte, a repensar os esquemas internalizados até aquele momento, propondo novos esquemas atualizados às necessidades de outro momento da luta sindical.

Por fim, seria apreciável retomar alguns textos já considerados clássicos igualmente problematizando seus pressupostos e encaminhando um conjunto de questões pertinentes na discussão da temática abordada. Inicialmente podemos lançar mão da obra de John Humphrey (1982) com o objetivo de ampliar o leque de questões que possibilitariam um olhar internalista e simultaneamente reflexivo sobre o vir-a-ser do “novo sindicalismo” em sua matriz no ABC paulista.

A análise empreendida pelo autor sobre o ciclo grevista (1978, 1979 e 1980) é fértil tanto na sua intenção de compreender os meandros que serviram como elementos fundantes – de um ponto de vista interno – quanto na análise criteriosa desses fatos. Na sua introdução o autor já aponta a premissa sobre o qual se debruçou ao longo do trabalho, ao sentenciar que: “a militância que se observou no final dos anos 70 só poderia ter sido motivada por sérios descontentamentos e sustentada pela determinação e pela organização” (HUMPHREY, 1982, p. 11). Esse apontamento do autor é contrário às teses até então em voga que sustentavam a ideia de que o operário da moderna indústria brasileira constituía-se de uma aristocracia operária e à tese de que os militantes e as lideranças sindicais encontravam-se definitivamente presos a uma teia que os aprisionava a estrutura sindical.

Preocupado em investigar esses fatores, o autor voltou-se para a realidade dos operários no seu interior de trabalho, fazendo uma análise do cotidiano desses operários com o adendo oportuno de uma análise criteriosa dos fatores que tornavam a prática (irrupção desses operários num ciclo grevista) diferente da teoria (ideia de aristocracia operária). Esse estudo dimensionou também um diferencial que não poderia ser desprezado em uma análise que pretendesse minimamente explicar o fenômeno da mobilização publicamente visível no pós 1977: a distinção da indústria automobilística dos demais segmentos da indústria brasileira.

As especificidades da moderna indústria foram apresentadas a partir de um quadro mais geral que era composto por um regime autoritário que dirigia a

economia de forma a garantir as melhores condições para a reprodução acelerada do capital. Diante disso, o autor argumenta que:

o controle do Estado sobre os sindicatos e sobre a oposição política permitiu que as firmas automobilísticas desenvolvessem práticas de emprego que maximizavam o controle, efetuando ao mesmo tempo a contenção dos custos salariais (HUMPHREY, 1982, p.14).

Seguindo esse postulado do autor, chegamos a algumas considerações que precisam ser aprofundadas. Uma delas diz respeito à singularidade da indústria automobilística; o outro, ao espaço da fábrica como um terreno-chave para um tipo de militância que se tornaria explícita nos anos seguintes à Campanha Salarial de reposição dos 34,1% de 1977. Foi, segundo Humphrey, no espaço da fábrica, no nível da produção, que se produziram os elementos fundantes da luta sindical e também a única forma de oposição verdadeiramente autêntica ao autoritarismo.

O autor ainda fornece uma importante contribuição ao investigar os aspectos pertinentes aos metalúrgicos do ABC paulista, buscando as suas especificidades. Sua investigação converge para alguns pontos elucidativos, dentre os quais o fortalecimento desses operários do setor mais dinâmico tornando-os mais aptos a relacionar-se com os patrões e o Estado, uma heterogeneidade estrutural que contrastava com a uniformidade produzida pela CLT, o descompasso das estratégias populistas sob um regime autoritário e a ruptura com reformismo, em face da existência desse autoritarismo. Como ele próprio sustenta: “[...] as atividades dos metalúrgicos de São Bernardo eram uma parte central de uma luta sindical e política mais ampla da classe trabalhadora, e o sindicato estava na vanguarda da luta para a democratização” (HUMPHREY, 1982, p.229).

Essa dimensão política que lhes é atribuída por Humphrey (1982) não pode ser imputada para uma ação na política-partidária. Pelo contrário, ela está em outra dimensão que, no limite, negava ou excluía esse diálogo. É nesse sentido que o autor argumenta que:

Longe de estar integrados na esfera política das classes dominantes ou de aceitar o sistema existente por sua posição privilegiada dentro dele, os metalúrgicos de São Bernardo e a corrente ‘autêntica’ do movimento sindical fizeram a mais séria oposição ao regime militar (HUMPHREY, 1982, p.229).

Quando o autor destaca o tipo de orientação política da ação sindical e a forma como negava ao menos inicialmente a política institucionalizada, não quer dizer que esse espaço fosse de fato desconsiderado. Se assim fosse, não teria havido inúmeras incursões das lideranças sindicais à Brasília ou o encontro de lideranças políticas. Dessa forma, os atributos do “novo sindicalismo” devem ser pensados a partir dessa matriz, ou seja, do questionamento quanto aos espaços institucionalizados de poder político. A própria distinção que as lideranças políticas faziam ou que os metalúrgicos imaginavam que elas faziam servia para alinhar essas diferenças, produzindo não só um novo tipo de militante político, mas também um novo fazer político.

Finalmente utilizando-se de uma inversão cronológica intencional na revisão das principais interpretações sobre o tema, tem-se a obra clássica de Maria Hermínia Tavares de Almeida (1983a) escrita ainda sob o impacto da mobilização. Antes de enveredar pelas ideias mais gerais da autora questionando seus fundamentos, cabe justificar a já comentada inversão na ordem cronológica das apresentações. Trata-se de uma opção teórica que permitiu aprofundar a discussão sobre o tema no diálogo com uma “tradição” construída pela intelectualidade com a finalidade de explicar o tema. A adoção simples das principais linhas explicativas teria fatalmente conduzido à elaboração de uma história da sociologia das lutas sindicais do ABC paulista.

Almeida (1983a) é quem destaca a ambiguidade existente no fato da luta sindical ter sido conduzida pelo segmento mais bem remunerado da indústria moderna brasileira. Ao entender o fato dessa maneira, a autora julgou estar diante de um sindicalismo de negócios (*business union*) ao estilo norte-americano. Mais tarde, a autora reconheceu que a velocidade que imprimiu para julgar os fatos que se desenrolavam no ABC paulista levou-a a equivocar-se sobre a natureza supostamente economicista da luta sindical.

Na linha dos trabalhos militantes, Luís Flávio Rainho (1980) faz um estudo das condições de produção da consciência de classe, considerando os fatores presentes no cotidiano operário. O autor está preocupado em compreender a emergência dos elementos que potencializaram a luta sindical travada no ABC paulista. Para isso, debruça-se sobre questões como a condição salarial, alimentar, o nível de escolaridade, a permanente insegurança, etc. Para Rainho (1980), a política, ou melhor, a concepção de política desse “novo” tipo de militante sindical

estaria relacionada diretamente com a explicitação da sua consciência de classe. Dessa forma, a política, no entendimento do autor, apresenta-se como substrato ideológico potencializando e sendo potencializada pela capacidade de luta e de libertação teleológica dos operários.

A análise do autor torna-se importante por trazer daquele cotidiano a voz “nativa” que serve para os questionamentos presentes no corpo desse trabalho, pois, se a luta sindical fora travada no terreno das ações invisíveis intrafábrica e não mais no espaço público como fora até 1964, nada mais razoável do que lançar o olhar para dentro desse espaço tido e havido como invisível. Esses estudos da realidade e do cotidiano operário possuem o mérito de descreverem com razoável acuidade questões que aparecem em estudos de enfoque estruturalista com certa superficialidade.

Rainho (1980), ao descrever a concepção de política dos metalúrgicos, pauta-a em algumas linhas gerais: alheamento da participação política, falta de entendimento do que seja a política, pouco espírito associativo, falta de interesse pela política, etc. Esses elementos aparecem no ato de observação e a análise de fato desses fatores leva o autor a constatar que: “[...] o que ocorre não é propriamente o desinteresse do operário pela política, mas ausência de participação no seu processo” (RAINHO, 1980, p.276).

A eleição de 1974, que se apresentou como uma eleição de cunho plebiscitário para o regime, representando um crescimento exponencial do partido da oposição, o MDB, teve nos metalúrgicos um eleitorado potencial. Para estes, o voto no MDB representava um voto de protesto denunciando que o “casamento” do meio sindical (ao menos dos dirigentes atrelados) com a política partidária (afetada pela contínua mudança de regras e pela presença de um órgão de arbítrio, a ditadura civil-militar) estava indo por terra. O esgotamento do modelo econômico e a incapacidade de gerir uma crise econômica que afetava diretamente a legitimidade da própria ditadura civil-militar impactava no discurso aliancista de determinados setores sindicais ainda ligados à ideologia desenvolvimentista. Entretanto, apesar da intensa participação nesse processo, não tardou para que as limitações do meio político-partidário se apresentassem em toda a sua extensão para os metalúrgicos.

A falta de representatividade política dentro do MDB e a dificuldade de uma luta parlamentar eficiente em face dos constrangimentos infringidos pela ditadura civil-militar levou os metalúrgicos a identificarem o núcleo do poder central: a figura

do Presidente da República. Doravante, as estratégias de luta sindical terão um endereço fixo: o Palácio do Planalto.

Essa percepção não se deu unicamente entre os sindicalistas metalúrgicos. É preciso lembrar que a Campanha pelas Diretas Já algum tempo mais tarde objetivava a eleição direta para Presidente da República. Ainda em face desta constatação, o autor acrescenta que os metalúrgicos não viam saída para seus problemas em termos políticos, ao menos não inicialmente, e o próprio deflagrar de todo o ciclo mobilizatório, a Campanha Salarial de 1977 que procurava repor a perda dos valores “maquiados” pelo governo nos longínquos 1972 e que representara um achatamento ainda maior nos salários dos trabalhadores.

A denúncia desse logro potencializou a luta, arregimentou os quadros militantes e dotou o discurso dos dirigentes sindicais de acréscimos preciosos; porém, não significou a construção de uma proposta política imediata ou ainda, como sugere o próprio autor: “[...] alguns Sindicatos dos Metalúrgicos da região do Grande ABC paulista passaram a se fazer mais presentes e atuantes, esforçando-se por realizar pelo menos o ‘possível’ dentro dos limites impostos [...]” (RAINHO, 1980, p.279).

Esse apego à lei justificava-se em parte como estratégia de evitar a repressão, mas também significava em parte uma concepção que se relacionava com a própria dimensão “pedagógica” do aprendizado do que era política até aquele momento.

Na esteira do mesmo tipo de análise temos outro trabalho de Rainho (1983) escrito em coautoria com o sindicalista Osvaldo Bargas. Neste trabalho, os autores seguem o mesmo tipo de orientação do anterior ressaltando a necessidade de descrever os eventos do ciclo grevista iniciado em 1978 a fim de manter viva a memória coletiva dos sindicalistas. Nesse estudo, os autores preocuparam-se em pontuar os diversos obstáculos colocados à ação sindical no pós-1964. Para eles, o entendimento do que ocorrera em São Bernardo do Campo no final da década de 1970 necessitava de um exame apurado dos mecanismos de acumulação do capital e a maneira como os trabalhadores se posicionaram em relação a isso nos anos posteriores ao golpe militar.

Os autores, ao proceder a análise cronológica dos fatos, destacaram o crescimento da pauta política da luta sindical, sobretudo após a ascensão de Luis Inácio a presidência do sindicato. Como salientam os autores, a gestão do

antecessor de Lula (o presidente Paulo Vidal) “do ponto de vista político, [...] era extremamente legalista, personalista, impedindo, assim, a organização do trabalho de base” (RAINHO; BARGAS, 1983, p.52).

A mudança de orientação programática do sindicato passou de fato pela mudança na presidência, pois se tratou de uma disputa no interior do sindicato a despeito das orquestrações que levaram Paulo Vidal a compor a nominata vitoriosa como forma de garantir uma votação expressiva. A trajetória desses agentes no interior do sindicato não é aprofundada, e isso é compreensível em face dos objetivos definidos pelos autores para o trabalho.

Mais uma vez nesse trabalho procede-se à análise pormenorizada dos fatos que dizem respeito ao desenvolvimento da capacidade combativa do sindicato. A impressão é de que, se há alguma indagação a ser respondida, é justamente a da compreensão da genealogia dos eventos. O encadeamento entre eles assume a lógica de uma progressão evidentemente que muito bem documentada.

O mérito do trabalho encontra-se justamente no alcance do objetivo proposto, isto é, de servir de compêndio das lutas do final dos anos 1970, uma espécie de depositário dos principais acontecimentos. Quanto a isso, nenhuma dúvida de que é uma fonte preciosa no que diz respeito à contextualização do tema, ao encadeamento objetivo dos fatos e principalmente no que diz respeito ao emprego de fontes primárias importantes.

Dentre os trabalhos de cunho militante, mas que postulam ir além de inventariar os eventos ou de salvaguardar a memória coletiva, podemos citar a obra de José Álvaro Moisés (1982b). O autor, escrevendo no momento dos acontecimentos, reveste a mobilização no ABC paulista de uma aura diferenciada. Essa posição já demonstra que a análise foi além da imparcialidade dos fatos. Com isso, não se quer dizer que todos aqueles eventos não tiveram importância fundamental na história do país; ao contrário, possuíram, tanto no plano prático quanto na produção de símbolos, discursos e produtos simbólicos uma riqueza incontestável; um verdadeiro reservatório de enunciados disponíveis para as gerações futuras.

Como o próprio autor sentencia ainda não prefácio, “o *novo sindicalismo* é uma das maiores provas de que algo de novo está se gestando no Brasil, a partir da sociedade (sem falar do PT)” (MOISÉS, 1982b, p.16 – grifos do autor). A verdadeira contribuição é o fato de que nessa obra o ator articula sindicalismo e política



buscando com isso compreender os acontecimentos do final da década de 1970 como partes constituintes de um processo político muito mais amplo. Apesar das considerações iniciais, há que se reconhecer o mérito do autor ter observado o movimento sindical do período como coparticipante no processo de democratização então em curso no país. Esse fato por si só justifica a retomada dos escritos de Moisés (1982b), pois qualquer consideração a respeito da luta sindical no ABC que despreze seus efeitos políticos sobre a conjuntura estaria omitindo o essencial.

Ao retomar de forma até sucinta a maneira como a luta sindical desenvolveu-se, ampliou-se, ganhou contornos políticos e assumiu uma dimensão nacional, o autor atribui um peso considerável a esse ator coletivo no desenrolar da crise que levou ao fim o autoritarismo após cerca de duas décadas. Daí que citando Poulantzas o autor conclui que:

Quando intervêm, as massas populares só o fazem uma vez que já estejam cristalizados, a partir das articulações no seio do Estado, os compromissos políticos entre as forças que tomam parte nas contradições internas do regime que, dessa forma, criam as suas “saídas” para a crise (MOISÉS, 1982b, p.45).

Os conflitos internos e a maneira como os solucionavam (provisória e contingencialmente) refletia o domínio sobre os símbolos, sinais; códigos que serviam também para o enfrentamento num espaço maior, o espaço da política. Prova desses símbolos e a forma como eles incidiam na conjuntura estava “[...] no fato de que esses próprios operários estão sendo capazes de propor, até certo ponto, o problema da democratização interna dos sindicatos [...]”. (MOISÉS, 1982b, p.61).

Observe-se aqui, em passagem do autor, a simbologia da democracia sindical e sua valoração para os metalúrgicos. Naquela conjuntura, a democracia passava por diversas razões a assumir também um conteúdo positivo. A interposição entre democracia sindical e a democracia parlamentar aponta para as inúmeras potencialidades do discurso construído ao longo das mobilizações. Finalmente a indagação de Moisés (1982b) questiona se seriam os militantes do “novo” sindicalismo os fiadores de um “novo” regime democrático.

A resposta precisa ser encontrada tanto naqueles elementos que o próprio Moisés juntamente com outros autores tão bem apanharam, isto é, o dos elementos indistintos da luta sindical ali operada, que produziram identidade e coesão, e

também deve ser procurada nos mecanismos de reconversão adotados pelos dirigentes sindicais ao avançarem para a política partidária.

## 1.2 MILITÂNCIA SINDICAL E POLÍTICA NO BRASIL: RUPTURAS E PERSISTÊNCIAS NA HISTÓRIA

O desenvolvimento da militância sindical no Brasil guarda relação direta com o desenvolvimento da indústria brasileira no final do século XIX. Da Europa afluíram anarquistas, socialistas e comunistas de vários matizes. Ao chegar ao Brasil, encontrava um país cuja elite fazia apologia deliberada da vocação agrícola do país, comprazia-se nas relações de trabalho de tipo escravista e não bastasse tornaram o Estado instrumental a seus interesses. O incremento da industrialização a partir do final do século XIX teve como consequência o aumento da mão de obra empregada na indústria e o surgimento de um grupo social até então desconhecido ou desconsiderado no país: o operariado urbano.

A estrutura do Estado brasileiro levava-o a desconsiderar a questão operária. A própria sobrevivência dos operários dependia da capacidade de articularem caixas de assistência mútua em face da inexistência de um sistema previdenciário mantido pelo Estado. As condições de trabalho assemelhavam-se em muito com as encontradas durante a industrialização europeia, exceto pelo fato de que as organizações operárias não possuíam, no Brasil, toda a experiência adquirida de um longo processo de mobilização social. Daí que as associações mutualistas organizavam-se funcionalmente, já que “o objetivo era sobreviver, o que se tentava fazer organizando o socorro mútuo em caso de doença, de acidente, ou a ajuda pecuniária nos anos de velhice, em caso de enterro de parente próximo, etc” (MACEDO, 1986, p.10).

Como se percebe facilmente, essas organizações possuíam um caráter suplementar às funções de um Estado social inexistente e respondiam em grande medida pelos interesses mais imediatos dos operários urbanos. As relações estabelecidas com o meio político guardavam um distanciamento natural entre uma aristocracia rural que encampou o poder a despeito da industrialização experimentada.

A realidade do trabalho no país, principalmente no centro de seu desenvolvimento, mostrava-se difícil. Não tardou para que as lideranças sindicais

anarquistas ganhassem espaço nas lutas operárias. A forma de atuação a partir de então foi a adoção sistemática da greve como meio de enfrentamento a essas situações adversas. Paulatinamente, o Estado passou a reconhecer alguns direitos junto ao operariado, concedendo um espaço anteriormente inexistente a este ator coletivo.

Para muitos autores foi com a ação desse tipo de militância sindical que podemos falar efetivamente em ação sindical no Brasil (RODRIGUES, 1968, p. 10). O enfrentamento travado pelos anarco-sindicalistas deu-se justamente no momento de implantação de fato do capitalismo no Brasil. Denunciando as organizações clericais e “trabalhistas” que defendiam uma aliança salutar entre capital e trabalho, esses militantes acabavam consolidando um espaço de luta dentro do meio sindical. Estabeleciam suas diretrizes de luta, seus discursos, materiais de divulgação, etc.

Os anarquistas, através de suas estratégias de luta, firmaram o predomínio sobre o movimento operário brasileiro<sup>28</sup> numa época de ascenso das lutas operárias, das greves e das estratégias de enfrentamento. Do final do século XIX até o ano marco de 1930, foram períodos de ascensão seguidos de períodos de declínio nas atividades operárias. Esses períodos estavam sempre ligados à capacidade do Estado de acionar seu sistema policial e imprimir severas perseguições às organizações e às lideranças/dirigentes sindicais.

Ainda que consideremos as mobilizações protagonizadas pelos anarco-sindicalistas, algumas considerações precisam ser feitas, se observados os avanços das lutas operárias na época. Em primeiro lugar, há que se considerar a fragilidade da concepção de luta política dos anarquistas. Ao desconsiderar o espaço da política, os anarquistas abriam mão de um espaço dos mais importantes em termos de militância. A recusa por participar da arena político-institucional serviu para ilhar o movimento sindical a época, tornando-o mais sujeito às armadilhas de uma política em grande medida hegemônica pelos grupos saídos da aristocracia. As correntes anarquistas, escoradas sobre setores qualificados, mas socialmente marginalizados de minorias militantes, não dispunha de canais de negociação. Daí que qualquer estratégia naquele contexto que excluísse a interlocução com o campo político diminuía consideravelmente suas possibilidades de sucesso.

---

<sup>28</sup> Em 1906 foi organizado o Iº Congresso Operário Brasileiro onde foram estabelecidos os marcos desse predomínio. Em 1908 foi fundada a COB (Confederação Operária Brasileira).

Os fatores que serviram para enfraquecer o movimento sindical sob a égide das lideranças anarco-sindicalistas serviram mais adiante para o fortalecimento dos comunistas. A fundação do Partido Comunista em 1922 foi de fundamental importância para os desígnios posteriores da luta política, pois se observe que as estratégias de luta dos comunistas nos sindicatos eram um dos sustentáculos de uma estratégia que comportava um braço político. Para os ativistas comunistas, a luta sindical e a luta política eram complementares e não mutuamente excludentes. O Partido Comunista representava à época um órgão pretensamente internacional e que, portanto, possuía estratégias particulares, uma agenda nacional e também, mais importante, uma agenda transnacional.

Acoplado a teoria, munidos de certificado ideológico, os militantes comunistas pretendiam servir de vanguarda para a classe trabalhadora na construção de uma sociedade socialista. Apegados ao etapismo do marxismo vulgar (dos muitos marxismos), essas lideranças estabeleceram alianças e estratégias diferenciadas durante o período que estiveram à testa do movimento sindical brasileiro. Curiosamente o período de crescimento da atividade dos comunistas no campo sindical é também o período de importantes alterações na ordem político-social do país. Com o advento da Revolução de 1930 e a chegada de um novo grupo ao poder, alteraram-se as relações entre as oligarquias e também passou a alterar-se gradualmente a própria configuração do Estado brasileiro. Para o movimento sindical, esses eventos tiveram uma implicação imensa, pois o Estado passou a reivindicar um controle cada vez maior sobre as organizações dos trabalhadores. Para os sindicalistas, isso se apresentou como perda de autonomia. A contrapartida foi a organização de todos os direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo das primeiras décadas do século XX somados a outros sob a nomenclatura de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Em termos gerais, o formato do “novo” Estado não só reconhecia o operariado e suas organizações como os tornava doravante órgãos de colaboração desse mesmo Estado. Na prática isso representava que, a partir de então: “[...] a legislação trabalhista determinava ou determinou os marcos da atuação do movimento sindical, estabelecendo, meios legais de mantê-lo sob controle, e o atrelava ao Ministério do Trabalho [...]” (HERNANDEZ, 1985, p.24).

Toda a ofensiva do Estado sobre os sindicatos não arrefeceu o ímpeto do avanço dos comunistas no campo sindical, mas representou uma mudança de

orientação programática das lideranças e dos militantes comunistas. Durante os primeiros anos do governo Vargas, os comunistas procuraram solapar os enclaves ainda dominados pelos anarquistas neutralizando a influência destes, ainda que sob o discurso da unidade de luta sindical. As disputas dentro do meio sindical não cessavam; ao contrário, tornaram-se mais agudas com os novos parâmetros trazidos no pós-1930. As estratégias ditadas pela Internacional Comunista prescreviam a necessidade de reorganizar os trabalhadores a partir do trabalho no interior das fábricas. Uma estratégia propunha políticas mais colaboracionistas como o governo, a fim de respaldar o fortalecimento das posições já alcançadas pelos comunistas no interior do movimento sindical.

Durante todo o longo período de Vargas no governo, guardadas as especificidades de cada momento, foi realizada uma série de experiências na organização política do país, assim como na organização sindical<sup>29</sup>. Foram os elementos de natureza política que alteraram o curso dos eventos, dado que com o esgotamento das condições que propiciaram a retomada de valores liberais da Carta Constitucional de 1934 uma nova conjuntura política tem início com o suposto plano Cohen que empresta apoio para um golpe de Vargas e a implantação do Estado Novo.

Os sindicatos passam a ser acusados de imiscuírem-se na política pelo Estado em sua face corporativa. Da parte dos sindicalistas comunistas existia a ideia de que os sindicatos eram espaços privilegiados de política, com a ressalva de que a atuação política sindical não implicava forçosamente a participação política efetiva. Convém lembrar que fora uma época em que o PCB foi tornado ilegal e que os militantes comunistas sofreram uma perseguição implacável.

Com o Estado Novo, os sindicatos foram absorvidos pela estrutura sindical edificada pelo governo. Ainda que se considere o confronto contra tal prática, há que se considerarem as limitações impostas aos agentes desta oposição, tais como o desmantelamento das organizações comunistas e as prebendas oferecidas para as lideranças sindicais que se deixassem cooptar. Crescentemente, a partir de então, “a liderança sindical, que se firma e permaneci, adquiriu o hábito de ater-se à lei e, por conseguinte, tornar-se não apenas fiel cumpridor dela, mas também sua guardiã” (RODRIGUES, 1968, p.170).

---

<sup>29</sup> Por exemplo, o decreto 24694 determinava a pluralidade sindical.

A edificação de um Estado corporativo e os espaços reservados em seu interior para os sindicatos acabou tornando-se formidável atrativo para um novo tipo de liderança sindical que via nos sindicatos e na estrutura sindical uma excelente oportunidade para se locupletarem com a queda de Vargas em 1945 e o início de mais um período liberal na história do país. Com essa liberalização, "[...] os militantes comunistas voltam a atuar nos sindicatos, ganhando freqüentemente postos de direção [...]" (LOWY, 1980, p.49).

Os ciclos de abertura e fechamento no sistema político implicavam consequências para a luta sindical, em virtude das formas de atuação dos comunistas estarem diretamente ligadas ao meio político. Os momentos de ressurgimento do PCB no cenário político-partidário são momentos de ascensão no meio sindical. Existe uma conexão direta entre ambos.

A reestruturação partidária que iniciou antes mesmo da queda de Vargas e que tem como ponto alto o PTB como seu entreposto avançado para dentro dos sindicatos, via Ministério do Trabalho, apontou o caminho tanto para o curso da política nacional como para os desígnios da luta sindical a partir de então. Estava lançada a base para o sindicalismo sob a égide populista. Paulatinamente os sindicatos que já haviam sido tornados órgãos de colaboração com o Estado tornam-se entidades de cunho meramente assistencialistas.

Esse é o momento em que a liderança sindical cooptada estabeleceu os vínculos mais fortes com o meio político. O governo Goulart, nos seus momentos agudos de radicalização, encontrou nesta estrutura o ponto alto de sua legitimação a ponto de serem denunciados pelos adversários políticos como incentivadores de uma "República Sindicalista".

O golpe de 1964 pôs fim não só ao populismo enquanto modalidade da vida política brasileira, mas a todos os canais de interlocução existentes para dentro do Estado. Para os sindicatos, o golpe representou efetivamente que:

a partir de 1964, a repressão policial nos sindicatos, considerados pela reação aos baluartes do regime de Goulart, introduz uma ruptura nas funções do sindicato em seu caráter: ele se torna mais claramente assistencialista (pela proibição formal de qualquer reivindicação política e salarial) (LOWY, 1980, p. 88).

Definitivamente, com a entrada em cena dos militares em 1964, produziu-se o esvaziamento dos sindicatos populistas, consolidando-se doravante as medidas que,

na prática, amordaçavam a luta sindical<sup>30</sup>. A ditadura civil-militar recém instaurada passou a escorar-se sobre a legislação anterior, defendendo um apego à lei e estabelecendo modificações na estrutura da legislação a fim de garantir um controle maior sobre os sindicatos. Estes se tornaram paulatinamente instrumentos de controle para que o regime empreendesse sua política macroeconômica para que os empresários encontrassem um terreno fértil para a reprodução acelerada do capital e, principalmente, para que os dirigentes sindicais tivessem acesso privilegiado dentro da estrutura do Estado. Convertia-se, dessa forma, o acúmulo de capital simbólico adquirido no meio sindical não em um capital passível de ser reconvertido (por exemplo, em cargos na política), mas sim em ganhos materiais absolutos e econômicos.

Essa realidade citada não desconheceu momentos de conflito, de rechaço dos princípios que norteavam a ditadura civil-militar erigido no pós-1964. Um exemplo foi o das greves de 1968 em Osasco (SP) e Contagem (MG), que tiveram um papel fundamental, tanto por terem trazido à tona a questão operária num momento agudo do autoritarismo, quanto por terem servido de centro de experiências para uma série de estratégias montadas e desenvolvidas ao longo de muito tempo no interior das fábricas.

Tanto Osasco como Contagem, guardadas as diferenças que por certo existem no encaminhamento das greves nos dois sindicatos, apontaram para um novo tipo de prática sindical, para um novo tipo de militância sindical. Não à toa estiveram presentes no imaginário dos dirigentes sindicais ao longo das lutas do final da década de 1970 no ABC paulista. Acontece que ali já estavam presentes os diversos elementos constitutivos do que viria a ser mais tarde o “novo” sindicalismo. Lutas orquestradas por lideranças ideológicas que sobreviveram aos momentos de repressão e que agora mais uma vez viam-se cercadas e obrigadas a fugir.

A ditadura civil-militar fez questão de demonstrar que os sindicatos não seriam um agente coletivo importante. Longe de significar como viram muitos à época, o ocaso do sindicalismo à repressão serviu para arrefecer a luta sindical. Todavia, há que se considerar uma dupla gama de eventos: de um lado a Nova Política Salarial implantada pelo regime em 1965 e a organização nos locais de trabalho a partir de uma pauta de reivindicações econômicas. Iniciava-se uma fase

---

<sup>30</sup> Considere-se nesse caso a Lei 4330, a famosa Lei de Greve.

de negação do espaço político como interlocutor válido. Daí que o economicismo apareceu com força no discurso das lideranças sindicais. Junto com o economicismo, veio a negação contundente aos dirigentes sindicais atrelados ao governo.

### 1.3 O CIENTISTA SOCIAL E A ANÁLISE DO MILITANTISMO: RELAÇÃO COM O OBJETO E TEMPORALIDADE

Consideramos dois principais obstáculos para a análise do militantismo no contexto sob a qual nos debruçamos. Um dos principais obstáculos no tratamento de nosso problema de pesquisa diz respeito à relação do cientista social com o objeto de análise. O segundo aparece como uma preocupação mais relevante entre os historiadores; o tempo na análise de dados históricos. As pesquisas que se concentram sobre análises do tempo presente<sup>31</sup> caracterizam-se por fazerem parte de um debate sociológico e político contemporâneo. O pouco distanciamento cronológico dos fatos no mínimo reflete-se sobre a importância e atualização dos elementos de análise ainda como “troféus” em disputa entre os agentes investigados e seus rivais.

Na análise da militância, o pesquisador deve ter em conta uma realidade da qual faz parte. Em nossa análise, os dirigentes investigados foram construtores e “alvos” de representações acerca de suas pessoas na forma de discursos, de estratégias de “heroicização”, etc. Enfim, esses dirigentes ganharam uma dimensão e uma notoriedade que tornaram qualquer tentativa de analisá-los cientificamente uma espécie de “sacrilégio”. Essa situação é ainda mais complexa quando ocorre, como foi no caso investigado, a formação de redes de relações entre os dirigentes analisados e expoentes do meio acadêmico das ciências sociais. Quanto a esses aspectos, tomamos como referência Gaxie (1977) que salientou a necessidade de rompermos com as abordagens mais sedutoras que tendem a ver a militância e o engajamento mais pela forma como são definidos do que pelo que de fato são.

---

<sup>31</sup> O historiador Eric Hobsbawm qualifica o tempo presente como o nosso próprio tempo, fato esse que, segundo o autor, dificulta a análise tanto de mecanismos de mudança quanto das persistências. Uma das áreas temáticas utilizadas pelos historiadores é da análise da história do tempo presente voltadas para as ditaduras de segurança nacional (PADRÓS, 2009). O impacto social desse tipo de investigação tanto sobre a agenda de pesquisa quanto sobre os parâmetros de análise tornam o debate extremamente relevante. Conforme Padrós (2009) “as motivações de ordem político-ideológicas, sempre sedutoras, não devem ofuscar o rigor da transparência de análise”. (2009, p.35).



Todos esses obstáculos epistemológicos ilustram os desafios e obstáculos que foram enfrentados no tratamento de um tema que teve seus protagonistas “heroicizados”. E, numa perspectiva de análise *ex-post*, podemos dizer que muitos desses dirigentes construíram uma trajetória política exitosa. A partir das mobilizações da conjuntura crítica, esses dirigentes conquistaram notoriedade e acumularam recursos. A consequência mais imediata foi o de se inserirem no “panteão” dos promotores da redemocratização. Essa condição, associada ao atrelamento de boa parte da intelectualidade brasileira, especialmente dos cientistas sociais ao debate político da época, fez do discurso “nativo” o discurso “oficial”.

Tomando como referência a reflexão sobre a prática dos cientistas sociais e rejeitando as premissas de “neutralidade” e “distanciamento”, pretendemos tecer algumas considerações a respeito de alguns conceitos e categorias que balizam esse trabalho. Qualquer exercício de investigação que considere as trajetórias militantes necessita levar em consideração todos os elementos elencados acima. Tomar como objeto de análise a militância de dirigentes sindicais implicou considerar antes de qualquer coisa seu engajamento e militância em uma organização. Essa organização, o SMABC, foi um espaço privilegiado de socialização e de politização. Esse aprendizado das práticas militantes foi o que definiu a relação dos dirigentes com a política instituída e com as modalidades de ação de sua política contestatória.

Para entendermos porque esses indivíduos engajaram-se em uma causa, é preciso considerar os elementos que os pré-dispuseram a isso: origem social, processos de socialização anterior, etc. A análise da militância em uma organização sindical não pode prescindir do entendimento de todas as suas dimensões, desde as possibilidades oferecidas por esse engajamento, os constrangimentos, até as facilidades abertas por determinadas conjunturas. Qualquer análise *ex-post* que não considere esses postulados corre o risco de retificar a trajetória dos dirigentes do sindicato atribuindo-lhes um sentido, uma direção (visão teleológica).

#### 1.4 ENGAJAMENTO, MILITÂNCIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: REPRESENTAÇÃO E “PORTA-VOZES”

Termos como militância, engajamento e participação política são por circunstâncias históricas e características das próprias ciências sociais polissêmicos. Se a natureza dessa polissemia fosse apenas as disputas teórico-conceituais das

ciências sociais, todos os cuidados já se justificariam; porém, mais do que isso, esses termos carregam um forte viés normativo. Por essas razões, julgamos oportuno apreciarmos, mesmo que sumariamente, cada um desses conceitos a fim de esclarecermos os significados assumidos no presente trabalho.

No que diz respeito a uma definição mais precisa dos termos “militância” e “engajamento”, é necessário que se diga que se trata de fenômenos que variam em intensidade e duração ao longo do tempo. A militância é uma atividade individual e dinâmica que implica a adesão a uma causa ou organização e a ação efetiva na obtenção da reivindicação, do atendimento do interesse coletivo em causa. Podemos definir o militantismo como uma atividade social específica que trata de um conjunto de aspectos que atribuem sentido à ação e que funcionam como um “guia” que permite aos militantes tomarem “escolhas práticas realizadas no curso da ação” (AGRICOLIANSKY, 2002, p.141).

O ato de militar, nesse contexto, significa combater por valores, “doar” a si próprio em nome de uma causa, ainda que possa significar também a possibilidade de ascensão social através de um mecanismo de compensação da ausência ou de escassez de recursos passíveis de serem reconvertidos. Ainda mais, mas não menos importante, o ato de militar é um fator de socialização. Essa ação militante, entretanto, não se dá num espaço homogêneo com fronteiras e códigos compartilhados; ao contrário, diferentes lógicas sociais (FILLIEULE, 2005) atravessam e reordenam essa ação permanentemente em uma multiplicidade de espaços e lógicas que tornam a participação e o desengajamento<sup>32</sup> exequíveis.

O engajamento, ao seu turno, está relacionado a uma determinada disposição dos indivíduos em intervir em uma determinada realidade, funcionando como uma “ética” ou como um “compromisso”. No presente trabalho, pretendemos, mais do que entender o engajamento como uma “ética” que reporta a um sentimento de eficácia, obrigação, credibilidade e valorização, entendê-lo como um “investimento” com rendimentos que dependem da estrutura de oportunidades políticas e das estratégias dos agentes.

Em nosso caso, torna-se importante pensar a participação política, pois, ainda que se sustente que a organização é uma instituição de participação política que oferece condições de solidariedade e participação, são os fatores hierárquicos que

---

<sup>32</sup> Como definição prévia, entendemos o ato de desengajar-se como uma opção individual do militante em deixar de militar em determinada causa e/ou organização.

afetam as chances de sucesso no empreendimento político. Segundo Pizzorno (1966), a organização pode se oferecer “[...] como condição de solidariedade e de participação, mas contem dentro de si também os germes que levam a esclerosar a mesma participação” (1966, p.261- nossa tradução).

A análise de Olson debruça-se sobre três aspectos fundamentais da problemática da participação política: as motivações dos indivíduos, a relação entre a ação individual e a ação dos grupos; e a natureza e a importância dos benefícios e dos incentivos individuais ou coletivos (PASQUINO, p.192). A participação política em Olson (1999) ocorre efetivamente através de organizações que servem como promotoras de interesses comuns entre seus membros. Para Olson, o tamanho da organização implica diferentes formas de otimização dos custos. Sem o provimento de bens seletivos, o empreendimento da ação coletiva seria na teoria da ação racional pouco provável, ainda que as condições fossem favoráveis.

Hirshman (1984), em outro sentido, busca unir as motivações individuais com a participação política. Uma e outra são partes indissociáveis da atuação dentro de organizações e só podem ocorrer mediante o recurso a incentivos seletivos a fim de mobilizar os militantes. Atentando para os elementos oligárquicos presentes nas organizações, Michels (1982) demonstrou em sua tese os processos internos presentes nas organizações e a forma como tendem a obstaculizar a participação política.

Memmi (1985), por sua vez, identificou duas dimensões que estruturam o campo dos comportamentos políticos: o engajamento e a orientação. Ao primeiro cabe ser a relação do ator com a política e ao outro a direção dada a sua ação dentro da política. Segundo a autora, a primeira relação é a mais complexa, uma vez que se assenta sobre toda a tradição da política dos regimes ocidentais e sobre uma concepção de participação que deve ser encarada com reservas. O que preocupa aqui é notadamente a dimensão visível, explícita e verbalizada oralmente dessa participação.

A definição da categoria de participação política esboçada pela autora nos serve, pois se relaciona diretamente com o fenômeno que procuramos explicar, isto é, de agentes que aderiram voluntariamente em uma organização e utilizaram-se de inúmeros repertórios de ação coletiva para influenciar políticas de governo, seja em reivindicações particulares, como política salarial, seja em reivindicações universais como a “luta pela redemocratização”. Em termos práticos, Memmi (1985) a define

como sendo “[...] uma ação que diz respeito ao indivíduo, é voluntária, e é uma atividade orientada para influenciar políticas de governo” (MEMMI, 1985, p. 311). Evidentemente essa definição não esgota o alcance conceitual, pois, tanto pode se discutir a limitação de uma participação orientada para influenciar políticas de governo quanto as motivações não explicitadas da participação como sugerem inúmeras análises empíricas.

As trajetórias dos agentes, considerando-se tanto o seu engajamento quanto a sua militância política, não devem ser entendidas através das representações que lhes são atribuídas. Essas representações são amiúde produzidas pelo mito moderno da cidadania ativa como potencial para influenciar a elite política; porém, as trajetórias são um fenômeno interligado a diversas outras dimensões da vida social. A participação política assume, nesse contexto, da parte dos atores políticos, uma indissociabilidade entre conteúdo e forma da atividade política<sup>33</sup> (MEMMI, 1985, p.360). A explicitação disso são as distintas –contraditórias ou complementares – formas de práticas políticas<sup>34</sup> que são colocadas em funcionamento. Toda essa complexidade foi durante muito tempo reduzida à análise dos móveis ideológicos por detrás da ação.

Um movimento que avança para ação contestatória sob uma organização formal é fruto de ações orquestradas e organizadas. Quando se fala em um movimento que funciona como grupo de pressão voltado para a defesa de determinadas premissas frente a um interlocutor “forte”, a necessidade de organização aumenta. Como nossa análise está centrada nos agentes que faziam parte da organização do sindicato, especificamente sobre os dirigentes, destacamos nessa discussão o poder da manifestação no plano micro, isto é, o uso da palavra individual. A expressão de um movimento de indivíduos através desse tipo de recurso é tão difícil quanto desnecessário, daí o papel do porta-voz do grupo, daquele que possui as condições para exercer a fala autorizada pelo grupo e, que por esta razão, fala em seu nome. Nessas circunstâncias, a força do grupo – da capacidade de mobilização e pressão – é dirigida a um único indivíduo – ou poucos - que passam a negociar segundo essa correlação de forças.

---

<sup>33</sup> Segundo Memmi (1985, p.360) “[...] as diferentes formas da atividade política aparecem efetivamente elas mesmas como indissociáveis quanto a seu conteúdo e sua função”.

<sup>34</sup> O voto, o contato com políticos, o pertencimento a grupos de pressão, a participação em campanhas eleitorais (MEMMI, 1985, p.360).

Remontando a caracterização dada por Bourdieu (2000), “Quando o porta-voz fala é o grupo que fala através da palavra que ele porta” (2000, p. 84 - nossa tradução). Esse é o encaminhamento de uma das duas formas possíveis de ação política<sup>35</sup>: a delegação. O caráter da delegação traduz-se pela permanente ameaça da usurpação e do desvio, além da interconexão entre o grupo e o(s) seu(s) porta-voz(es). Cabe a estes serem os agentes mobilizadores que farão o grupo existir como tal, logo “para poder produzir este efeito, eles devem ser percebidos como sendo a expressão do grupo” (2000, p. 86 – nossa tradução).

A delegação é, segundo o próprio Bourdieu (2000), um processo segundo a qual há implicação de concentração de capital. O depositário desse capital delegado funciona como um “banqueiro simbólico”. Segundo o autor:

Ele afirma e reafirma, para seu poder de mobilização, a delegação do poder, segundo o sujeito: sua ação própria, diremos a ação de mobilização, reproduzido pelo acréscimo o princípio de sua eficácia. É um símbolo que exerce uma ação simbólica de reforço do símbolo (no mesmo título que as bandeiras e os emblemas do grupo e também toda a retórica da manifestação, gritando palavras de ordem, slogans comuns, etc. (BOURDIEU, 2000, p.91 - nossa tradução)

Há algumas questões que devem ser retidas para um melhor exame do papel da representação e as transformações que operam no grupo. Primeiramente, a representação aparece como uma estratégia para dominar a anarquia das estratégias individuais e produzir uma ação orquestrada. O porta-voz é o agente autorizado pelo grupo para falar em seu nome (do grupo). A delegação permite que o grupo possa se exprimir através de um só indivíduo e com isso “[...] ele pode mobilizar toda a força material e, sobretudo, simbólica do qual eles dispõem em estado potencial” (BOURDIEU, 2000, p.90 – nossa tradução). É a concentração desse capital simbólico nas mãos do agente autorizado que permite conferir o máximo de força para a ação.

Para Bourdieu (2000), um terceiro caminho para a dualidade expressa em Hirshmann (1984) no binômio desertar ou protestar está nas instituições. Se os dois primeiros representam alternativas nos marcos da ação individual, este último permite seu direcionamento para a esfera coletiva, pois “as instituições especialmente projetadas para expressar exigências, aspirações e protestos

---

<sup>35</sup> A outra forma é a que repousa na agregação de estratégias e atos individuais. Neste caso os agentes são duplamente despossuídos da matriz de suas opiniões.

fornece um terceiro caminho: o porta-voz é uma voz autorizada que fala em nome de todo um grupo” (2000, p. 313). O resultado final é, para Bourdieu (2000), a antinomia do protesto coletivo resultando na concentração do capital simbólico através da delegação e a reprodução da distribuição desigual dos meios de produção.

Dentro do modelo desenvolvido por Hirschmann (1984) existe a preocupação de elaborar uma construção a partir da adaptação de ferramentas da economia para responder as questões da política, em especial à resolução da questão do *free-rider* no meio político. Para Hirschmann (1984), a questão do *free-rider* pode ser definida da seguinte forma: “o que parece apatia não é ausência de interesse em uma política pública, senão um interesse considerável combinado com a esperança que alguém mais se sacrifique por todos” (1985, p. 272).

Primeiramente, como foi colocado, se o uso da voz determina certo custo, o mesmo não se observa no caso da saída que é geralmente gratuita (excetuando-se os casos de lealdade). Sendo assim, seria concebível uma ação do tipo *free-rider*, pois o resultado da luta por uma política pública é sempre incerta e a necessidade de entrar pode ser minimizada pela crença de que a participação dos demais leve à obtenção dessa política para todos sem os custos da participação.

Se isso de fato confirma-se como o emprego mais adequado para uma ação de fins racionais, como explicamos, os casos em que isso não se confirma e em que a voz tem lugar, apesar dos custos, muitas vezes é bastante alto. Nas palavras de Pizzorno (1988):

Ainda temos necessidade de categorias de pensamento que nos permitam diferenciar os significados que um ato assume para uma pessoa. Precisamos igualmente de uma teoria que explique a razão pelo qual determinados atos, ou a recusa a realizar determinados atos, pode ter mais valor, para uma pessoa, que a liberdade (PIZZORNO, 1988, p.367).

Essa necessidade expressa por Pizzorno (1988) dá conta de uma problemática que não é nova, como evitar tanto os múltiplos significados do culturalismo, que conduziria as explicações para um relativismo estéril, e ao mesmo tempo evitar a tentação das análises do tipo *homo aeconomicos*. A apresentação que Pizzorno (1988) faz das ideias desenvolvidas por Hirschmann torna necessário tomar algumas de suas referências para debate posterior.

Inicialmente, como Pizzorno depreende da sua análise sobre Hirschmann: “[...] a lealdade consiste numa união especial com uma organização que torna a saída dessa organização menos provável [...]” (1984, p. 368). Não obstante, segundo o próprio autor, essa mesma lealdade propicia “[...] mais espaço para o exercício da voz (fala), que é a atividade voltada para influenciar as decisões da organização” (IDEM, p. 368). A ideia decorrente é a de que há três classes de membros em uma organização: os de baixa lealdade, os de alta lealdade e os “identificadores”. O fato é que a organização continua funcionando mesmo quando os membros da alta lealdade a deixam. O terceiro dos tipos é o mais complexo, pois, para estes, “[...] a saída não é concebível e com relação aos quais a barreira à saída é, tal com foi, de altura infinita” (PIZZORNO, 1988, p. 369). Diante disso, qual seria a natureza distinta dos “identificadores”? Algumas considerações permitem avançar na resposta a essa questão:

- Se o identificador sai do grupo, a organização deixa de existir como tal;
- O identificador é diferente do membro leal, pois, se este deixa de receber da organização, o que espera dela ele a deixa;
- A saída não é uma opção ou ainda seu custo é imensurável.
- Ao membro leal é permitido barganhar em relação a sua saída; ao identificador isso não é possível;
- O identificador não possui a opção de fazer ameaças.

O tratamento teórico dado a essa terceira modalidade de membro de uma organização permite avançar na compreensão das motivações que levam ao uso da voz, mesmo em condições onde o custo é extremamente elevado. Em nosso caso, não podemos ignorar o fato de que o custo para o uso da voz deveria ser “mediado” a cada instante, dadas as condições de existência de um regime autoritário e de uma conjuntura política. Para simplificar, vamos reter uma passagem de Pizzorno que aponta um caminho para o entendimento desse grupo de membros: “um membro identifica-se a um grupo, não com um fim específico, mas em função de sua realidade coletiva e, assim, recebe do grupo sua própria identidade” (PIZZORNO, 1988, p. 370).

A questão que para Hirschmann girava em torno da utilidade, para Pizzorno (1988) afigura-se como questão de identidade<sup>36</sup>; portanto, o que está em jogo não é a aquisição de utilidades e sim a garantia de reconhecimento. Esse último ponto é significativo já que é necessário lembrar que, como aponta Bourdieu (2000), o indivíduo não passa de uma abstração e que todas as opiniões são produto de um meio social determinado. Essa crítica ao individualismo permite avançar da análise dos agentes para as condições sociais da produção de suas identidades e discursos e percorrer o caminho de volta. Neste caso, tanto a militância como o engajamento fazem parte de um modo específico de socialização. Como aponta Bourdieu (2000) a respeito disso:

As palavras, palavras de explicação que mostram e fazem crer ou palavras de ordem que fundam o agir de forma concertada, são os princípios unificadores da situação e dos grupos, dos signos mobilizadores, permitindo constituir a situação onde o que importa é o que há de comum ao grupo (2000, p. 84 – nossa tradução).

É esse repertório comum que acaba sendo o capital socializado pelo grupo. Dentro desse quadro conceitual traçado por Hirschmann (1984), Freeman e Medoff (1979) lançam mão de uma interpretação dos sindicatos como uma voz coletiva e possibilitam avançar para a compreensão do sindicato como organização, inclusive podendo ser tratada como grupo de pressão sobre a arena política, onde os dirigentes passam a serem vistos como detentores de um capital simbólico ancorado na força de sua representação.

## 1.5 A ANÁLISE DE BIOGRAFIAS E TRAJETÓRIAS

A crise dos paradigmas nas ciências humanas propiciou uma nova valorização das biografias e um retorno do sujeito às abordagens. Na obra de Bourdieu, o conceito de biografia é empregado de forma diferente daquela tradicionalmente utilizada. Os eventos biográficos não seguem uma linearidade, não possuem um sentido teleológico tampouco se apresentam de forma coerente

---

<sup>36</sup> São muitos, segundo Pizzorno (1988), os problemas para se conceber a racionalidade no que concerne a utilidade resultante das escolhas que fazemos. Sem dúvida a antecipação é problemática uma vez que ocorre em condições de informação incompleta. A incerteza com relação ao curso da ação das pessoas coloca também a questão dos valores que a pessoa aciona no curso de suas escolhas.



(MONTAGNER, 2007). São as reconstruções *a posteriori* que lhes conferem um sentido, que organizam os fatos e os eventos dentro de uma narrativa mormente dotada de sentido e ordem.

A coerência na linearidade das histórias de vida é o que conduz à *ilusão biográfica*. Para Bourdieu, é impossível atribuir um sentido a um todo que escapa ao sujeito, restando a análise da objetivação do *habitus* como meio de entender as determinações sociais que incidem sobre os sujeitos. A composição dessa objetivação do *habitus* está impressa no corpo, no nome e no sobrenome de forma que se traduzem na própria identificação dos sujeitos. As diversas passagens dos agentes por diferentes espaços da sociedade configuram as trajetórias ou o resultado construído de um sistema de caracteres pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias (BOURDIEU, 1998). A trajetória é definida por Bourdieu como a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes em um determinado *campo*.

A investigação das trajetórias dos agentes abre espaço para o entendimento da interação social que eles estabeleceram. Essa interação é importante, pois conferiu poder e legitimação a determinados indivíduos em detrimento de outros. A interação entre os agentes na militância sindical ou política definiu não só os discursos válidos ou quem possuía a autoridade para falar, mas também definiu as regras de como ocorreu a multiposicionalidade militante.

Evidente que essas regras eram e foram na maioria das vezes contingentes e, portanto, dependeram das novas interações e de seus resultados práticos. As interações visíveis através da passagem por diferentes organizações representam a parte mais saliente de uma contínua ocupação de espaços através da militância. O que interessa é objetivar os elementos que in(viabilizaram) essa multiposicionalidade.

Utilizando-se de uma passagem de Lagroye (1997) sobre a noção de competência política para tratar dos dirigentes sindicais, podemos dizer que:

Graças aos títulos adquiridos, as características da organização social e as modalidades conjunturais da competência política, certos indivíduos podem cumprir um papel destacado na interação. (LAGROYE, 1997, p.197 – nossa tradução).

Diferentemente do individualismo metodológico onde o indivíduo acaba sendo regido por um axioma que lhe é externo: uma razão econômica que não encontra a cultura entre os seus pressupostos, num sistema de ação onde o indivíduo é também fruto das suas condições sociais de existência, é esta que providenciará seu espectro de opções. A capacidade de assegurar as melhores escolhas é o que garantirá a esse indivíduo seu pertencimento a um grupo social determinado e ao domínio da sua categoria de ações (LAGROYE, 1997, p.215).

De acordo com Bourdieu (1986), as dificuldades em analisar as trajetórias dos agentes não se dão apenas por questões metodológicas, mas por questões que se inscrevem no estatuto filosófico e ontológico das reconstruções biográficas. A reconstituição da história de vida é no limite a aceitação tácita de uma filosofia da história no sentido de uma sucessão de eventos. Logo, a vida é apresentada como um projeto orientado, como uma intenção subjetiva e objetiva e um excesso de sentido e de significado. Como o próprio Bourdieu (1986) assinala, a vida acaba por constituir-se em “[...] um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ [...]” (BOURDIEU, 1986 - nossa tradução).

Na biografia, há excesso de preocupação em atribuir sentido<sup>37</sup>. Como superação dessa narrativa de vida romanesca, o autor sugere uma dupla ruptura, de um lado, com o abandono da narrativa linear e, de outro, com a noção de vida como dotada de sentido. Essa ruptura permite retomar a história de vida com a construção do conceito de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente.

Nessa mesma linha crítica, Passeron (1995), a exemplo de Bourdieu, chama a atenção para o excesso de inteligibilidade expresso nas histórias de vida. A questão para o autor é entender como a sociologia pode aproveitar a ordem biográfica sem expor-se ao exagero de significado e sem deixar perceber o aspecto longitudinal dos fenômenos. Para a narrativa biográfica nada é insignificante, tudo é pertinente; logo, o risco é o do desaparecimento do problema teórico.

Segundo o autor, um estudo biográfico não consiste no trato de individualidades biográficas e sim no entendimento de que esses agentes são como

---

<sup>37</sup> Para uma análise da ambivalência do uso de estudos biográficos ver: PUDAL, Bernard. *Du biographique entre “science” et “fiction” Quelques remarques programmatiques*. In: *Politix*. Vol. 7, N° 27. 3° trim 1994, pp. 5-24.

marcadores intercambiáveis de uma estrutura da mudança e que, através de modelos estatísticos, é possível estabelecer uma análise longitudinal. Passeron (1995) define a análise dos fluxos como sendo uma “[...] análise dos movimentos das propriedades numa população, que só em aparência diz respeito aos indivíduos que a compõem [...]” (PASSERON, 1995, p. 209).

Ao discutirem a importância da construção sociológica dos itinerários biográficos, Coninck e Godard (1989) argumentam que o importante é levar em conta a questão da causalidade e da temporalidade. Convém lembrar que a causalidade não é necessariamente uma ação mecânica, determinista, positivista. Logo, ao discutirmos situações contidas em uma biografia, ficamos tentados a dar inteligibilidade a eventos que são meras contingências, expressões de adaptações dos indivíduos às situações dispare. Essa tentação é, como foi dito, levada a termo pelos agentes que buscam razões que deem sentido às suas ações e para isso reatualizam suas interpretações sobre fatos do passado.

A temporalidade é central, pois permeia a fundo toda a narrativa biográfica, seja pelo ângulo da reconstrução da biografia de vida como uma história, seja pela construção da própria biografia pelo agente que estabelece um temporal-explicativo para as próprias ações realizadas no passado.

Coninck e Godard (1989) apontam para a necessidade de avançar na técnica de investigação através do refinamento na técnica da coleta de dados. Os autores defendem o uso da pesquisa qualitativa por proporcionar um ganho em sentido; porém, perde-se a capacidade de explicação dos *caminhos* cronológicos, sem o qual a biografia restaria desprovida de sentido e sem explicação. Quais as soluções para compatibilizar o recurso ao estudo biográfico com uma análise que não sirva para descrição de “si” por parte dos agentes e o que garante ao pesquisador um controle sobre essa possível tendência? Como nos sugere Penneff (1994), devemos utilizar o método biográfico na busca por informações fatuais, na reflexão sobre os eventos e as suas circunstâncias e sobre os processos de longa duração (escolarização, trabalho, engajamentos). O essencial é utilizar o método para extrair informações identificáveis e comparáveis (1994, p.31).

Damamme (1994), por sua vez, fornece-nos algumas pistas ao relacionar as representações de “si” com a identidade. Para a autora, devemos questionar a identidade e o sentido de vida que os agentes se atribuem. Mais uma vez a questão da identidade/identificação aparece como central na re(construção) por parte dos

agentes do sentido atribuído para suas ações. Como bem sugere Damamme (1994, p.184), devemos evitar cair em uma ideologia do sujeito, pois:

As categorias e os esquemas explicativos que eles utilizam ao de qualquer forma ofertas para a biografia, sob a forma de identidades estratégicas, mas também de projeções narcísicas da infância, de traduções simbólicas de uma ambição ou de uma carreira em gênese, ma também de um investimento de modelos sociais e políticos valorizados – o chefe, o herói, o grande homem (DAMAMME, 1994, p.184 – Nossa tradução).

De certa forma, o sentido atribuído pode tornar-se uma estratégia de heroização por parte dos agentes que, ao condensar o fluxo infinito das palavras e das ações, conferem à sua identidade uma configuração estável e unitária (DAMAMME, 1994, p.184). Isso é o que a autora chamou de ilusão biográfica. É nos momentos de crise no sistema social e político que as formas culturais consolidadas são colocadas em xeque por novas formas de tradução do mundo, novos esquemas de interpretação e de ação fornecidos por estoques de recursos os mais diversos que tornam mais significativas as estratégias de construção de si (IDEM, p. 184). Esses contextos denominados conjunturas críticas proporcionam o espaço para disputas que, ao provocarem a “desobjetivação” das realidades instituídas e legitimadas, garantem condições de confrontação entre os poderes instituídos e os instituintes.

## 1.6 CONJUNTURAS CRÍTICAS, ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS E IDENTIDADE COLETIVA

A atuação dos dirigentes do SMABC durante o ciclo de protesto do final dos anos 1970 deve ser entendida como um processo relacionado e interativo onde “as estruturas abrem o caminho para a ação política, mas os movimentos, por sua vez criam oportunidades” (GAMSON e MAYER apud McADAM, 1986, p. 265 – Nossa Tradução). Em conjunturas críticas, as mobilizações sindicais podem, sob condições de oposição a um sistema político restritivo, assumir uma proporção que leva à ampliação de sua agenda inicial.

Para Tilly (2010), o repertório dos movimentos sociais justapõe-se aos repertórios de outros fenômenos políticos, tais como a atividade sindical (TILLY, 2010). Com relação a isso, adotamos a definição encontrada em Tilly (1978) de que

a repressão caracteriza-se por “qualquer ação por parte de um grupo que eleva o custo de ação coletiva daquele que protesta e que ao reduzi-lo oferece uma facilitação”. Tarrow (1998) argumenta, em sua obra, que os estados autoritários oferecem um campo unificado de ação para a construção de um objetivo centralizado. Segundo Tarrow (1998), um ciclo de protesto refere-se a momentos de intensificação da ação coletiva, que incluem uma rápida difusão da ação coletiva dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados, inovando rapidamente as formas de confronto com a “ordem” estabelecida. Os indivíduos, ao engajarem-se em um ciclo de protesto, inovam, produzindo novos repertórios de ação como forma de obter sucesso no empreendimento.

O objetivo principal da mobilização está ligado a alcançar determinadas reivindicações que se relacionam com os interesses previamente existentes e àqueles construídos no processo. A ação mobilizatória tem como consequência as disputas entre os reivindicantes instituídos em conflito com aqueles que veem ameaçado seu prestígio por partilharem de interesses já estabelecidos e as relações com representantes de interesses adjacentes que aproveitam a oportunidade para buscar alianças (McADAM et al., 2009).

A partir dos anos 1970 houve a emergência de uma miríade de movimentos sociais no Brasil. Na esteira da redemocratização não apenas esses agentes coletivos, mas suas principais lideranças, despontaram no cenário político-partidário nos anos que se seguiram. Essa situação levou à tentativa de compreender não apenas o quanto esses movimentos sociais impactaram naquele contexto, mas a dinâmica que produziu essas “novas” lideranças.

Em alguma medida, a movimentação sindical confundiu-se com a mobilização dos movimentos sociais, tendo inclusive em seus dirigentes os protagonistas no período. Os movimentos sociais<sup>38</sup>, de acordo com Tilly (2010), caracterizam-se por combinarem três tipos de reivindicações: programa, identidade e posição. Embora estejam umbilicalmente ligadas, interessa-nos discutir o processo de identificação construído pelos militantes no curso das várias fases que o movimento vivenciou ao longo da conjuntura crítica. De acordo com Tilly (2010):

---

<sup>38</sup> Um movimento social não está circunscrito apenas as ações dos demandantes, os objetos presentes em sua demanda ou o público envolvido, mas na interação entre os três elementos. Os movimentos avançam para manifestações públicas, seja pelo fato de que o interesse de sua existência remete para o enfrentamento contra um opositor ou para a explicitação de demandas construídas e retroalimentadas coletivamente. As representações públicas dos movimentos sociais comportam valor, unidade, números e comprometimento.

As reivindicações de identidade constituem em declarações de que “nós” – os reivindicadores – constituímos uma força unificada a ser enfrentada. Demonstrações de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento) constituem um apoio para as reivindicações de identidade. Reivindicações de posição afirmam laços e similaridades com outros atores políticos como, por exemplo, minorias excluídas, grupos de cidadãos propriamente constituídos e defensores do regime. (TILLY, 2010, p. 149).

Seguindo essa perspectiva, o processo de identificação dos metalúrgicos do ABC paulista pode ser decomposto em dois momentos distintos: um primeiro que resultou em uma identificação militante cujas características estavam centradas no batismo e na democracia direta, isto é, na crença na tomada de decisão coletiva. Esse processo de identificação correspondeu a uma primeira fase do movimento. Num segundo momento, esse processo de identificação modificou-se a fim de adequar-se a uma campanha que avançou em seu conteúdo político, questionando a legitimidade da ditadura civil-militar. Logo, a identidade dos dirigentes precisou adequar-se para dar conta das redes de solidariedade e apoio.

A readequação no processo de identificação colocou os dirigentes sindicais no centro das discussões sobre democracia no país e possibilitou a reconversão dos capitais conquistados na militância sindical para uma militância efetivamente político-partidária. Como apontou Tilly (2010), “[...] os movimentos sociais dependem fortemente de empreendedores políticos para sua escala, durabilidade e efetividade” (TILLY, 2010, p. 149). Complementarmente podemos dizer que esses empreendedores também dependeram dos movimentos sociais para adquirirem um capital de notoriedade, sem a qual a passagem exitosa para a política partidária não teria ocorrido sem contratempos.

Seja como for a conjuntura crítica e a estrutura de oportunidades políticas, foram determinantes para esses dirigentes e funcionaram como um quadro de referências para que conquistassem uma maior visibilidade. O fato de engajarem-se e militarem em “causas” não atenuou o fato de que se encontravam ligados inexoravelmente a uma organização que era um espaço burocratizado e hierarquizado.

Por imposição da própria estrutura sindical que atrelava a organização ao Ministério do Trabalho, eram rotineiros os corretivos “legais” executados através das Delegacias do Trabalho ou da própria Justiça do Trabalho. A razão de estarmos atribuindo relevância à organização deve-se não apenas ao fato de que elas possibilitaram um incremento em termos de solidariedade, da ampliação das

relações e, não menos importante, da formação de uma identidade coletiva passível de ser ampliada para um vasto conjunto de demandantes. Isso é possível pelo fato de que, na medida em que um grupo seleciona um determinado modelo de organização, ele sinaliza sua identidade tanto para seus próprios membros como para os demais (CLEMENS, 2010).

Foram, primeiramente, dentro da organização (do sindicato) que se processaram as condições de emergência dos dirigentes, e é importante ressaltar que essas condições são passíveis de serem observadas pela mudança na ocupação dos cargos e pelas atribuições de cada dirigente inserido na estrutura. Essa nova configuração representava uma resposta organizacional em favor do engajamento de novos militantes e uma estratégia de apresentação de si (NONJON, 2005), não apenas como dirigente, mas como militante sindical.

A mudança organizacional no sindicato pode ser pensada a partir dessa diáde, como mecanismo para criar incentivos à participação e promoção da identidade coletiva e, não obstante, como condição para legitimação dos dirigentes. A distinção entre o adversário externo e interno deu-se apenas no plano estratégico, já que no conflito interno era imperativo para os autodenominados “autênticos” estabelecerem algum tipo de distinção a fim de desconstituir algumas lideranças que gozavam de prestígio. Por outro lado, possibilitou a constituição de um discurso que unificou a militância contra um opositor pejorativamente denominado “pelego” e fundamentou a identidade dessa militância sindical autodenominada “autêntica”.

O mais importante é entender o *como* esse processo está umbilicalmente ligado a uma identidade coletiva que produziu uma ideia de pertencimento, de unidade, de força, para além das inúmeras defecções ao longo do ciclo de protesto. Em grande medida, é preciso compreender o processo de identificação em suas variações para entendermos a relação entre politização e multiposicionalidade militante desses dirigentes.

### 1.7 A ANÁLISE DA MILITÂNCIA: DO INDIVÍDUO A ESTRUTURA

Os estudos sobre indivíduos atuando em organizações sindicais ou políticas foram e seguem sendo marginais nos estudos sociológicos. Mais ainda se considerarmos as abordagens que tomam como referência a análise da organização como espaço de socialização. Ao interesse pelo tema suscitado em todo o século

XIX e que se seguiu ao longo de uma parte do século XX, observa-se uma ausência dessa temática em face da crise de ideologias do final do século XX. Do estudo dos sindicatos vistos como complementos do partido comunista na vanguarda pela emancipação do proletariado, passou-se a vê-los como um dos espaços de reivindicação nos marcos do capitalismo.

O fato é que de uma ou outra forma o sindicato era visto como instrumental aos interesses do meio político. Os agentes engajavam-se e militavam em “causas” frequentemente estando inseridos em organizações, cuja existência, material ou não, legalizada ou não, dependeu das circunstâncias e das relações com o contexto social e político. É dentro das organizações que os agentes constroem na relação com a particularidade das conjunturas, seus esquemas de legitimação e o fundamento de sua ação, assim como mobilizam seus repertórios, adquirem recursos e os utilizam ou não.

Decorrente dessa perspectiva analítica, algumas possibilidades teóricas alternativas podem ser pensadas a fim de dar conta da problemática. Essas opções apresentam simultaneamente aspectos positivos e negativos no tratamento de determinadas premissas que estamos ocupados em tentar comprovar ou refutar. A partir disso, consideramos a possibilidade de discutirmos alguns pontos relevantes desses modelos teóricos com a intenção de ressaltarmos as diferentes implicações teórico-metodológicas nas escolhas adotadas nessa pesquisa.

Dentro dos modelos que consideram a prevalência da organização sobre os indivíduos, contamos com a teoria das organizações que é uma escola crítica da racionalidade, e que estabelece limites para a cognição. Segundo essa corrente, “tempo e informação não são suficientemente abundantes para que indivíduos calculem suas preferências medindo a totalidade de todas alternativas e suas conseqüências” (IMMERGUT, 1998, p.14- nossa tradução). Para esta escola, as decisões políticas não podem ser vistas como macroagregadas formadas a partir das preferências individuais, mas como resultado de aspectos cognitivos e procedimentos organizacionais que produzem decisões a despeito das incertezas (IDEM, 1998, p.16).

A ênfase nessa proposição é importante, por estabelecer um novo marco analítico: as preferências, antes vistas de um ponto externo da organização, agora são entendidas como parte constituinte dela. Em síntese, as preferências são formadas, apreendidas e expressas na relação com os procedimentos



organizacionais. A racionalidade nesse cenário não corresponde a uma espécie de deus *ex-machine*; ao contrário, ela é parte constituinte do processo, na medida em que corresponde a um aprendizado<sup>39</sup>.

A ideia de um aprendizado, nesse nível, serve para dar conta do dilema estrutural da teoria das organizações, uma vez que, construído o modelo, resta pouco espaço para a intervenção dos atores, alteração das regras do jogo e mudança. Explicar mudanças desconsiderando o possível descolamento dos atores em relação aos procedimentos organizacionais resultaria problemático, se não observássemos a forma como aspectos cognitivos operam agregando atos individuais e produzindo processos de decisão.

Antes de Immergut (1998), March e Olson (1989), em trabalho seminal que serviu de referência para a retomada de estudos organizacionais, já enfatizavam a importância de entender as organizações políticas como arenas dentro das quais se estabelecem comportamentos políticos. A elaboração teórica de March e Olson (1989) pretendeu fazer um contraponto à forma como o behaviorismo compreendia a formação de preferências. Nessa corrente teórica, essas preferências políticas são vistas como produto desenvolvido endogenamente às organizações. O foco teórico sobre as instituições foi recuperado em detrimento das grandes correntes teóricas que viam a política como subordinada a forças exógenas, como é o caso do contextualismo (MARCH; OLSEN, 1989), das visões reducionistas da política como a análise do microcomportamento, a ação baseada no cálculo utilitário de atores racionais, o instrumentalismo e seu primado sobre os resultados e por fim o funcionalismo e a sua eficiência da história.

Ao relacionarmos a noção de organização com os elementos de socialização militante, podemos compreender as organizações políticas como arenas dentro das quais se estabelecem comportamentos políticos (MARCH; OLSON, 1989)<sup>40</sup>. Dentro dessa perspectiva, dois modelos de produção de decisões podem ser observados, um cujo foco recai na interação de atores racionais e outro que se concentra nos problemas, soluções de tipo temporal.

---

<sup>39</sup> Em Charles Perrow (1986) ela aparece junto com a hierarquia burocrática como mecanismo de dominação (APUD, IMMERGUT, 1998, p.16).

<sup>40</sup> É possível situar a obra de March e Olsen (1989) dentro do institucionalismo sociológico ou teoria das organizações.

O segundo modelo<sup>41</sup>, ao contrário, está mais preocupado em compreender a mudança, entender por que a despeito das escolhas dos indivíduos. Assim, muitas vezes os resultados são colocados num segundo plano. Quanto ao primeiro modelo, podemos dizer que: “a idéia núcleo é que indivíduos entram no processo político com preferências e recursos, e que cada indivíduo usa recursos pessoais para medir ganhos pessoais em termos de preferências pessoais” (MARCH; OLSEN, 1989, p. 9 – nossa tradução). Nesse modelo, a informação é um instrumento estratégico fundamental, a ponto de constituir-se no próprio “jogo”. Os dois modelos são construídos a partir de diferentes pontos de vista, embora ambos entendam o processo de formação de preferências em termos complexos de interações entre eventos e atores.

Não nos interessa, entretanto, mesmo que sumariamente, discutir as vertentes de análise organizacional e sim atermo-nos às noções importantes para compreendermos como a partir desses modelos teóricos se dá a interação entre agentes e organizações. No interior da organização, os agentes têm a sua disposição um estoque de estratégias que dependem das fronteiras definidas pela própria instituição e, em função disso, potencializam o uso social dos repertórios produzidos endogenamente. Em última análise, a organização fornece o *frame* que permite ao agente saber se suas ações fazem ou não sentido. As duas noções-chave para pensar o processo de escolhas e preferências em uma organização são as de *learning* e *appropriateness*, pois permitem pensar a racionalidade, a ação do agente e o próprio processo de mudança e esses são fatores pertinentes para pensar no uso social dos recursos organizacionais<sup>42</sup>.

March e Olsen (1989) defenderam a premissa de que organizações constroem e moldam a construção e elaboração de significados. Dessa forma, expectativas, preferências, experiências e interpretações da ação são construídas dentro das instituições políticas. Para os autores, isso se dá de três diferentes formas: os indivíduos atribuem valor a seu passado e futuro; o processo de compreensão de mundo inicia a partir de uma representação do mundo; e

---

<sup>41</sup> Um modelo apresentado pelos autores é o *Garbage Can Model* que postula a substituição da ordem temporal por uma ordem consequencial, nesse caso, os problemas, soluções, *decision makers* e oportunidades de escolhas ocorrem simultaneamente.

<sup>42</sup> Por recursos da organização entende-se o conjunto de bens materiais e simbólicos disponíveis para utilização dentro de uma organização. Em uma vertente associada à administração eles são denominados de recursos organizacionais e estão divididos em recursos físicos ou materiais, financeiros, humanos, mercadológicos e administrativos (DUBRIN, 2003).

interpretação não é só um instrumento de outros processos, como o de tomada de decisão (1989, p.39).

Essa representação do mundo guarda relação direta com a posição que o indivíduo ocupa na organização e com o conjunto de crenças (*clusters* de crenças) que atribui significados às preferências e valores que são formados endogenamente. Esses significados são cognitivamente apropriados e permitem aos indivíduos interagirem em seu interior. De forma mimética, o processo reproduz-se num nível macro, pois organizações não apenas adaptam-se ao seu ambiente, como também criam seu ambiente como forma de interpretar e atuar no mundo (MARCH; OLSEN, 1989, p. 47). Todos esses componentes tem um caráter eminentemente simbólico e é justamente isso que os autores visam trazer para explicar a política.

As noções desenvolvidas permitem compreender processos de estabilidade e mudança a partir do papel desempenhado pelas organizações, mas, embora a questão central seja responder como organizações contribuem para processos de estabilidade e mudança, também é pertinente indagar como organizações fornecem o *frame* no qual os agentes constituem-se em porta-vozes e acumulam recursos.

De acordo com a definição dos autores, as organizações servem para: a) prover ordem e influenciar mudanças na política; b) contribuem para a estabilidade e mudança na vida política; c) são formas fundamentais da política; d) definem identidades; e) possibilitam um papel mais independente para as instituições políticas (1989, p. 16). Apresentadas dessa forma, as características das organizações parecem atribuir-lhes um conjunto de valores normativos. A importância das organizações aparece no fato de que a ação coletiva coordenada não é um agregado de ações individuais e sim um *learning* fornecido pela organização. De acordo com March e Olsen (1989):

Instituições tem um repertório de procedimentos, e eles usam regras para selecionar entre elas. As regras podem ser impostas e reforçadas por coerção direta e política ou autoridade organizacional e ele pode ser parte de um código de comportamento apropriado que é regrado e internalizado através de socialização ou educação (1989, p. 22).

Os autores concebem a organização como um esquema de aprendizado cognitivo simplificado que possibilita entender a aglutinação dos interesses e a própria tomada de decisão de forma simplificada. A organização provê o meio de expressão de porta-vozes por intermédio do processo de delegação e garantia a

estes de possuir informação necessária para poder calcular o retorno esperado pelas escolhas feitas<sup>43</sup>. Trata-se menos da disposição de informações do que da possibilidade que os agentes têm de interpretar os códigos, crenças e esquemas culturais propostos pelas instituições. Todos são socializados segundo as rotinas e as regras definidas pela organização, isso elimina, ao menos em tese, a falta de informação. Nesse contexto, as diferenças hierárquicas só podem ser explicadas por fatores ideológicos ou de justificação, como a presença de *expertise* ou de ideologias.

Os autores buscam dar conta desse dilema através da ideia que instituições criam fronteiras entre domínios de ação legitimada. Essa ação é apresentada como eficiência organizacional<sup>44</sup> e deixa explícita a ideia de crença (1989, p. 27). A *expertise* e a divisão do trabalho são partes constituintes desses mecanismos de legitimação e justificação. A *expertise* está associada à alta especialização e a divisão do trabalho permite conceder uma grande autoridade e considerável autonomia para os dirigentes.

A retomada dos estudos organizacionais foi ampliada com o debate sobre o novo institucionalismo histórico que remonta à tradição sociológica inaugurada com Durkheim e que culmina com Weber e a relevância atribuída às estruturas organizacionais em seu trabalho. Diferentemente da teoria das organizações, onde a ênfase recai sobre as considerações a respeito da racionalidade limitada dos atores e a forma como procedimentos e regras coordenam a ação de indivíduos independentes. O institucionalismo histórico está mais preocupado com temas relativos a poder e interesses (IMMERGUT, 1998, p.16). Quanto ao método de análise, institucionalistas históricos têm privilegiado análises comparativas.

Immergut (1998) pontua três aspectos cruciais para entender a agenda de pesquisa do institucionalismo histórico: primeiro, os pesquisadores dessa área estão interessados em racionalidades “alternativas” (1998, p.18). Nesse caso, tanto os indivíduos quanto as coletividades desenvolvem interpretações acerca de seus próprios interesses, baseados evidentemente em um esquema de interpretação da própria realidade. Sendo assim, não há razões para falarmos em uma *ratio* que não seja historicamente datada. Como adverte a autora, a própria noção de razão

---

<sup>43</sup> Ação no modelo teórico de March e Olsen (1989) pode ser traduzida como o comportamento normativo de atores socializados em instituições.

<sup>44</sup> Desse processo advém vantagens para pessoas que possuem recursos econômicos ou intelectuais (1989, p. 28).

instrumental encontrada em Weber é produto de uma realidade histórica particular. Segundo, os institucionalistas históricos entendem a causalidade como sendo contextual. Essa é uma aproximação com o método histórico<sup>45</sup> e um afastamento com os pressupostos do método das ciências sociais<sup>46</sup>. Terceiro, o novo institucionalismo enfatiza as contingências da história, isto é, nossa compreensão sobre os eventos históricos particulares considera as possibilidades que não figuraram e, mais do que isso, dos fatores acidentais que produziram este ou aquele resultado.

Ao olhar para trás, as opções deixadas pelo caminho são ignoradas no repertório de soluções ofertadas para o futuro e este é um elemento importante para se pensar tanto em *path dependence* quanto em *increasing returns*. As opções descartadas e o arranjo estrutural dos fatores que permitem uma dada contingência histórica produzem uma sensação de “eficiência da história”. Essa eficiência é amplificada através da dependência de trajetória e de um reforço dos fatores que asseguram essa contingência através de retornos crescentes. A questão-chave aqui é como pensar a mudança numa configuração dessa natureza. Uma hipótese teórica para esse caso seria a de que a mudança só seria possível mediante ruptura.

Outro aspecto relevante discutido por Immergut (1998) acerca do institucionalismo histórico é a tendência de endogenizar a construção política de interesses em seus modelos (1998, p. 20). Ao tornar endógena a formação de preferências, uma das consequências é que as instituições passam a ser vistas como espaços de ressocialização reduzindo os indivíduos a meros portadores de identidades coletivas e, como sugere a própria Immergut (1998), os atores conseguem compreender as tensões entre seus interesses e sua identidade coletiva. Mais uma vez, coloca-se o problema da possibilidade de explicar mudanças, pois, se as instituições servem para ditar o comportamento dos atores políticos, o resultado será uma equação com resultados pré-definidos.

A mudança, num esquema de análise radicalmente fechado, só ocorreria em havendo um deslocamento entre a forma como os atores foram socializados e o

---

<sup>45</sup> Immergut (1998) aponta para o fato de que os institucionalistas históricos estão indo além da utilização da história como método e trabalhando história como uma teoria ou uma filosofia.

<sup>46</sup> A observação comparativa histórica trabalha freqüentemente com um número de variáveis maior que o número de casos e isso inegavelmente possui implicações metodológicas. Outro ponto de discussão importante é o fato de que fica difícil estabelecer a relação de causalidade ou mesmo os graus de associação entre as variáveis já que se trata de um processo de relação multivariada. A despeito desses questionamentos de método as análises dos institucionalistas históricos permitem testar hipóteses.

desenvolvimento institucional. Por outro lado, se compreendermos a formação de preferências como um processo não redutível à adequação a um *frame* institucional, mas ela própria entrecortada por interesses, oportunidades políticas e influências cruzadas, ampliamos a capacidade de compreender mudança, ainda que ao custo de reduzirmos a capacidade analítica de entendimento sobre ela.

Immergut (1998) utiliza-se de uma série de exemplos e de trabalhos para demonstrar que não apenas instituições, mas também autoridades políticas e cultura política são importantes para compreender como se estruturam estratégias e se organizam interesses e cursos de ação. O fato é que diferenças institucionais podem explicar por que interesses construídos de forma similar podem produzir resultados diferentes (1998, p.21), pois é a percepção das possibilidades oferecidas para mudança num determinado cenário institucional que definirá o melhor curso de ação.

Muitos institucionalistas têm colocado em relevo o contexto para explicar relações de poder e interesses. Nesse tipo de abordagem, as instituições podem oferecer o contexto no qual a ação política desenrola-se ou a modalidade que ela assume. Fatores contextuais podem ser fatores que incrementam mudanças. Se explicar mudança institucional apresenta-se como um problema, os institucionalistas históricos o contornam ao não assumir a existência de equilíbrio entre poder e instituições. Essa relação está intimamente ligada à forma como se dá a formação de decisões políticas e, antes disso, a formação das preferências dos atores políticos.

Reconhecendo que se trata de um processo complexo, convém acompanhar a definição na qual Immergut (1998) estabelece que: “instituições não determinam comportamento, elas simplesmente provêem um contexto para a ação que nos auxilia a entender porque atores fazem as escolhas que fazem” (1998, p. 26- nossa tradução).

Apesar das diferenças existentes entre os três tipos de abordagens institucionalistas, há muitos pontos de contato. Immergut (1998) chama a atenção para três questões que considera problemáticas no institucionalismo histórico. O primeiro relativo ao problema do falsificacionismo, o segundo diz respeito à adoção incorreta de premissas de modelos que esses *scholars* criticam e terceiro um problema relativo à dificuldade de cumulatividade de seus trabalhos.

Boa parte dessa reserva em relação ao institucionalismo histórico vem do fato de que o terreno metodológico privilegiado, o estudo comparativo fundado,

sobretudo em termos de duas orientações, escolha racional versus interpretação, tem privilegiado estudo com poucos casos e muitas variáveis. Essa digressão que pretendia dar conta das várias nuances assumidas pelas interpretações institucionalistas justifica-se tanto pela possibilidade de situar as possíveis diferenças e divergências existentes quanto por seus pontos de contato.

A análise de abordagens voltadas para análise organizacional remete ao fato de estarmos investigando agentes que atuaram efetivamente dentro de organizações. A maioria deles de existência formal e passível de ser mapeada. Os limites explicativos dessas abordagens têm relação direta com a dinâmica assumida pela militância em um contexto onde é necessário compreender as lógicas subjacentes à reconversão de capitais em um cenário marcado pela politização e pela multiposicionalidade militante.

Ainda que tenhamos apontado diferenças entre os tipos de abordagem (institucionalistas e do estruturalismo construcionista de Bourdieu), alguns autores consideram que a utilização de categorias propostas por Bourdieu, tais como as de *campos* e *habitus*, são relevantes para explicar processos de mudança. Nessa linha, Misoczky (2003) defende essa premissa assumindo entre as vantagens desse tipo de abordagem “compartilhada” a possibilidade de ver a organização como uma construção social sem retificá-la e reconhecer as disputas e os processos de luta pelos capitais em cada diferente campo social.

Kirschbaum (2012), discutindo o texto de Misoczky (2003), apontou algumas de suas lacunas e inconsistências, sem deixar de reconhecer a importância da proposta de abordagem interparadigmática da autora. Ao retomar os principais conceitos presentes, tanto nos teóricos institucionalistas quanto em Bourdieu, o autor sugere um debate com vários pontos de contato. O reconhecimento de uma dívida intelectual comum entre os dois modelos autoriza não apenas a refletir sobre as possibilidades dos modelos teóricos como também em buscar um diálogo profícuo, que em última instância, permita que pesquisadores institucionalistas incorporem conceitos desenvolvidos por Bourdieu e *vice-versa*.

Diferentemente de Misoczky (2003) e de Kirschbaum (2012) que discutem as possibilidades e limites de diálogo entre diferentes paradigmas teóricos, menos preocupados na resolução de problemas específicos, Marengo (2008) procurou discutir a luz da teoria das elites às possíveis contribuições para a resolução dos enigmas na agenda de pesquisa das instituições políticas. No seu entendimento a:

Eventual utilidade de uma perspectiva analítica centrada na composição e recrutamento de elites políticas reside menos na controvérsia de se minorias continuam a preponderar mesmo em democracias (primeira geração elitista), ou se essas minorias são homogêneas ou divididas (segunda geração elitista), e mais na potencial possibilidade de se explorar as conexões entre elites e instituições políticas, buscando compreender processos de *selfenforcing* institucionais. (MARENCO, 2008, p.6)

Mais preocupado com uma resposta utilitária da teoria das elites do que com as tentativas de ruptura paradigmática, Marengo (2008) examina de que forma essa retomada seria útil a fim de dar resposta a questões pendentes nas teorias institucionalistas, tais como, a tendência a endogeneizar a explicação para formação de elites e a questão da mudança institucional. Tangenciando as discussões de Mosca (1992 [1986]) e Pareto (1935) sobre a inevitabilidade de minorias que governam, da lei de ferro da oligarquia expressa na obra de Michels ou da confirmação da hipótese de homologia estrutural que balizaram investigações sobre os padrões de recrutamento, Marengo (2008) propõe pensar a partir das questões presentes nesses modelos teóricos os fatores endógenos que explicam as mudanças institucionais. A perspectiva de integrar a análise dos agentes dentro de uma organização permite além de avançar no estudo da formação de competências, da aquisição de recursos, identificar os processos de mudança institucional proporcionados pelas tentativas de transgressão a ordem instituída.

### **1.7.1 Uma via intermediária de análise: o nível micromeso de análise**

Nessa pesquisa não estaremos investigando uma organização, mas o engajamento e a militância de indivíduos em uma ou mais organizações. Para nossa investigação interessa, particularmente, o que Sawicki e Siméant (2011) denominaram de nível micromeso, ou ainda um modelo organizacional da militância. Nesse modelo, o engajamento “emerge na intersecção das expectativas organizacionais e das experiências pessoais” (KANTER, 1968, p. 499). Logo, compreender o engajamento em uma organização supõe não apenas dar conta dos motivos e das motivações, mas também das estratégias<sup>47</sup> dos agentes sociais para

---

<sup>47</sup> Em Bourdieu (1989) o agente é mais “atravessado” pelas estratégias do que é capaz de propô-las, ainda assim, ele possui alguma margem de manobra, menos do que em Giddens (1993) e menos ainda do que os indivíduos agindo sob condições de escolha sub-ótima da teoria da escolha racional.



manter e orientar essas motivações no interior da organização, possibilitando a acumulação de recursos.

Entendemos a organização como algo que não pode ser explicado pelos seus objetivos declarados. De fato ela só existe à medida que consideramos os indivíduos que agem em seu interior e que se encontram inseridos em um determinado contexto social. Nesse sentido, a organização deve ser entendida como sendo o “produto objetivado de uma prática incessantemente em jogo” (PUDAL, 1989, p. 125). Não se trata apenas de uma entidade formalizada, mas de todas as formas de ação instituídas e, inclusive, das imposições sobre seus membros dos mecanismos de seleção (SAWICKI; SIMEANT, 2011).

A “configuração” depende das disposições dos militantes, dos recursos que se encontram em disputa e da legitimidade construída pelos militantes (TOMIKASI; ROMBALDI, 2009). Os dirigentes investigados para essa pesquisa construíram suas trajetórias militando em uma ou mais organizações e o controle dos cargos nessas organizações foi um importante instrumento para a aquisição de saberes e técnicas que favoreceram possíveis reconversões futuras. Foram esses dirigentes que construíram, desconstruíram e reconstruíram a todo instante a organização.

É importante estabelecer uma distinção entre organizações que tomam como objetivo um interesse e o transformam em causa ao estilo dos grupos de interesse (OFFERLÉ, 1998) e as organizações formais. Trata-se de configurações distintas que afetam a hierarquização e as formas de representação. Alguns fatores esclarecem essas diferenças, tais como: grau de legalização segundo a legislação e a regulamentação do Estado, a relação com outros grupos ou organizações e a existência ou não de parceiros ou adversários. Em uma organização estruturada formalmente, duas dimensões são importantes para compreender como o interesse pode ser expresso: a força do número e a notoriedade de um pequeno número de indivíduos. Para o caso analisado, ambas as dimensões apareceram como importantes, uma vez que se reforçaram e se retroalimentaram.

Os dirigentes do SMABC encontravam-se inseridos em diversos espaços e submetidos a diversas lógicas sociais e cada um desses espaços funcionava segundo regras, preceitos e normas distintas, mormente conflituosas. A análise processual do engajamento pressupõe a “inscrição dos atores sociais dentro de múltiplos mundos e submundos sociais que podem, ocasionalmente, entrar em conflito” (FILLIEULE, 2001, p. 207).

Os indivíduos incorporam uma multiplicidade de esquemas de ação e tanto a trajetória individual quanto a coletiva combinam-se codeterminando as carreiras militantes, não sendo possível distinguir o estudo das disposições do estudo das instituições ou dos grupos que originam a institucionalização (SAWICKI; SIMÉANT, 2011). Logo, para Sawicki e Siméant (2011), o desafio é articular os três níveis de observação: o micrológico (indivíduo), o mesológico (grupos ou organizações) e o macrológico (as transformações sociais, econômicas e políticas). A ênfase nos aspectos micrológicos negligenciou ao longo do tempo os efeitos das mudanças conjunturais sobre os custos do engajamento, o capital militante, a disponibilidade a se engajar e as expectativas em relação a essa militância ao colocarmos apenas sobre as características individuais o primado da explicação das trajetórias militantes, dos motivos para os engajamentos avançamos, no limite extremo, para as fronteiras do utilitarismo, do *homo economicus*. Além disso, desconsiderar os contextos históricos equivaleria a ignorar o peso relativo e diferencial de cada conjuntura nas estratégias e na aquisição de recursos e sua reconversão.

### 1.7.2 As análises de redes

As redes de relações possibilitam aos agentes entrarem em relações com outros agentes e organizações estabelecendo vínculos e contatos. Em determinados contextos, como no caso de conjunturas críticas ou fluídas, esses vínculos assumem como característica o elemento estratégico, haja vista o componente aglutinador ser um interesse que condense todos os demais interesses em “jogo”. A rede de relações afirma um processo de aprendizado conjunto, pois a conjuntura é “igual para todos”, exceto pelo fato de que determinados agentes possuem diferentes recursos que podem ser maximizados em determinadas circunstâncias. Nestes contextos, os repertórios de ação coletiva podem ser partilhados pelos agentes e organizações, estabelecendo *slogans* comuns e processos de identificação mais amplos. Uma das considerações é a de que as análises de redes sociais distinguem-se das análises organizacionais pelo fato das organizações apresentarem-se mais centralizadas e hierarquizadas (MISCHE, 2004, p.260).

Ao investigarmos os dirigentes do sindicato, duas constatações básicas devem ser observadas: primeiro, a organização foi central para os dirigentes constituírem-se em porta-vozes relevantes no contexto; e, segundo, a rede de

relações foi importante por permitir a expressão do interesse defendido, dando-lhes notabilidade nacional. Ao explicitarmos a rede de relações sociais, poderemos identificar com maior clareza como elas potencializaram as assimetrias de poder, as hierarquizações, “distinções” produzidas, utilizadas, não utilizadas, ressignificadas, descartadas; enfim, como todos esses elementos estão imbricados nos itinerários dos dirigentes dentro da administração do sindicato, nas Centrais Sindicais ou na sua reatualização na carreira política.

Uma das visões mais contemporâneas do estudo de redes defende que ela é o local privilegiado para produção de coesão social e produção de identidades coletivas (MISCHE, 2004, p. 260). Essa é a perspectiva encontrada em Melucci (1988) e tem como maior problema o fato de enfatizar o valor da rede social, deixando de observar as relações de poder, influência ou disputa política. Para esse caso, devemos ressaltar um dos elementos fundamentais, ou seja, a rede serve para:

[...] encorajar a inovação de repertórios e novas formas híbridas de participação política. Mas eles podem também lidar com tensões ou disputa, quando atores com diversas identidades e compromissos interferem com outros e impedem a construção da mobilização ou da coalizão (MISCHE, 2004, p.262 – nossa tradução)

Como se observa, não há apenas uma concepção de como as redes de relações devem ser analisadas. Há múltiplas vertentes e abordagens. Desde aquelas que enfatizam os aspectos identitários até aquelas que tomam como central as dinâmicas da interação comunicativa.

A perspectiva de uma análise de redes coloca a possibilidade de entendermos as alianças horizontais a que o sindicato, enquanto organização, e os agentes, enquanto representantes da organização, estabeleceram. Muitas vezes a análise através da entrevista pode ser elucidativa para demonstrar a “informalidade” dessas relações que, por esse caráter, deixam de aparecer na documentação oficial da(s) organização(ões). Em um cenário de conjuntura crítica ou *complex conjunctures*, como propõe Mische (2004), a oficialidade das relações poderia ser um problema no conflito com a ordem instituída. Daí que as conversas e as trocas informais permitem romper esse controle. Uma consequência é que os laços, muito mais do que assumir um caráter interorganizacional, acabavam como vínculos / compromissos entre os porta-vozes/líderes das organizações.

A existência de uma conjuntura crítica com um intenso ciclo de mobilização permitiu as condições para que contatos, mormente formais, assumissem o caráter de informalidade. Esse é um fator que tem dois desdobramentos: um deles é o do menor controle dos militantes da organização sob os acordos dos dirigentes e o outro derivado disso é a ampliação do uso pessoal dos recursos obtidos na rede de relações em virtude de, como já foi dito, tratarem-se menos de vínculos institucionais e mais de vínculos pessoais.

Muitos autores<sup>48</sup> têm se dedicado a demonstrar a importância do estudo de redes com um objetivo geral: o de compreender os ciclos de mobilização e, mais particularmente, como as redes ligavam os agentes em múltiplas organizações (DIANI, 1995). Por sua vez, as análises que tomam como referência a mobilização de recursos partem da ideia de que organizações são suportes para a mobilização. Os ciclos de protesto são a mobilização de redes de organizações. A discussão quanto a análise da rede social, no nosso caso, deve servir para compreender como, através do engajamento e da militância individuais, os agentes, agindo em organizações formais, estabeleceram vínculos que contribuíram para aquisição de recursos.

O pertencimento a uma organização e, por extensão, a uma rede de relações (organizacional, associativa ou individual) expõe os agentes a pressões contraditórias. A própria tentativa de classificação de redes simplifica, mas não elimina o problema de pensar que as redes podem possuir todas as dimensões simultaneamente e os agentes sofrerem a pressão desses arranjos.

A discussão sobre a informalidade das redes na conjuntura crítica de redemocratização no Brasil procurou demonstrar até que ponto o organizacional e o individual encontravam-se imiscuídos. McAdam e Paulsen (1993), ao analisarem a literatura sobre o tema, destacam as variáveis que, segundo eles, podem explicar o pertencimento a uma rede e o engajamento em um ciclo de contestação, entre eles consta militar em organizações (fator microestrutural ligado diretamente ao ativismo individual (1993 p.644).

Esses fatores foram o ponto de partida para os autores elaborarem um modelo microestrutural de análise do recrutamento. Para eles (1993, p. 645), a dificuldade em identificar a variável de impacto da rede social dá-se pelo fato de que

---

<sup>48</sup> Tilly (1978) ao explicar revoluções através do processo de constituição de mobilizações , Oberschall (1973) ao interpretar a participação dos indivíduos nos movimentos sociais, etc.

é difícil capturar os múltiplos “pertencimentos” que caracterizam os agentes. A conclusões dos autores sugerem que a participação em um movimento depende de quatro condições limites: a ocorrência da tentativa de recrutamento; o sucesso na ligação entre movimento e identidade; suporte para ligar pessoas que sustentam essa identidade; e ausência de forte oposição (1993, p. 662).

Reconstituindo alguns dos eventos destacados do período analisado pretendemos dialogar brevemente com alguns pesquisadores que se debruçaram sobre o estudo de redes de relações naquela conjuntura política. Para Doimo (1995, p. 126), a rede de relações da reabertura política tinha relação com a própria transformação da linguagem democrática. Ao buscar entender o que havia em comum nessa interrelação das formações discursivas dos agentes, a autora salienta a maneira como o campo movimentalista apresenta-se como homogêneo, tanto a partir de um conteúdo ético-moral incorporado através do apelo a uma herança histórica quanto, para efeitos de análise, importa-nos grifar a partir da **troca de experiências**.

A própria identidade do articulador de todo o processo estava centrada nessa troca de experiências. Não apenas Doimo (1995), mas também Boschi (1987), em *A Arte da Associação*, buscou compreender a um só tempo a constituição de solidariedade e de identidades coletivas nesses movimentos e os limites da abertura institucional. Esse enfoque teórico admite a centralidade da construção do discurso como elemento unificador da rede de relações. Uma análise mais aprofundada dessas redes de relações possibilitaria avançar em direção às práticas sociais concretas nas quais o discurso aparece como estratégico para unificação das práticas, mas também como hierarquizador dos interesses em disputa.

A existência de vários discursos, por vezes contraditórios, fornece uma noção das disputas por essa hierarquização de interesses dentro da rede de relações, fossem estes discursos em favor da democracia, da luta contra a carestia, contra o arrocho salarial, em favor da dignidade do trabalhador, etc. Só é possível pensar para o caso brasileiro a luta contra a ditadura como elemento fundante<sup>49</sup> para os agentes políticos que estrearam na política naquele contexto se considerarmos a importância do aprendizado/socialização dentro de organizações militantes e da troca de experiências através da rede de relações sociais.

---

<sup>49</sup> REIS, Eliana. Tese de doutorado. UFRGS, 2007. A autora estabelece como hipótese que a luta contra a ditadura foi o evento fundante da *entrada* dos agentes na política partidária.

Em certo sentido, a luta contra a ditadura, enquanto apropriação dos agentes, deu-se pela defesa e legitimação de novas formas de interlocução política, de novas formas de intervenção na política, de novas modalidades de ação e mobilização que contrastavam com as adotadas pelas antigas lideranças sindicais ou políticas. Nesse caso, a luta contra a ditadura ou a favor da democracia só faz sentido como construção de recursos, como posse de um capital simbólico utilizado contra as lideranças estabelecidas até aquele momento (*status quo*).

É necessário atentar para, no caso da socialização dos militantes sindicais, as influências dos diversos grupos políticos que viam na causa operária uma possibilidade de revolução. Esse era o caso, em especial, dos comunistas e dos movimentos que viviam na clandestinidade. É importante atentar para a teia de relações que envolviam esses agentes socializados no sindicato com outras organizações, como as CEBs, os intelectuais ligados ao meio universitário, outras organizações, etc.

Outro aspecto é o que dá conta da articulação dessa socialização militante com a configuração de uma rede de relações com a Igreja, intelectuais, lideranças de bairros e de organizações e a articulação com o campo político-partidário. Obviamente que não se trata de linearidade, mas de um processo de continuidades e descontinuidades por onde se construíram discursos, se travaram disputas, se produziram a politização dos interesses. Todas essas ligações ou relações possibilitavam aumentar o capital simbólico detido pelos agentes ou reduzi-lo. Logo, a articulação em cada um desses casos ou ainda entre eles sempre dependia do contexto, da capacidade de trânsito e da valorização dos recursos obtidos.

## 1.8 IDENTIFICAÇÃO E MULTIPOSICIONALIDADE

Os agentes normalmente “declaram identidades” sem que, na maioria das vezes, incorporem uma “identidade fechada”. MacAdam e Paulsen (1993) referem-se a um “alinhamento de declarações” para descrever a formação das redes sociais e a associação dos agentes com organizações particulares. Agentes possuem múltiplas identidades. Logo, “quando pessoas pertencem a múltiplos grupos, eles freqüentemente necessitam alternar entre diferentes identidades que podem ser ‘jogadas’ dentro de um dado contexto” (MISCHE, 2004, p.269 – nossa tradução).

As identidades estratégicas (COLLOVALD, 1988) possibilitam aos agentes utilizarem-nas de acordo com o contexto e com o público-alvo. A afirmação dessa identidade é fundamental para a constituição de um forte sentimento de eficácia do engajamento individual. É preciso salientar que em cada circunstância os agentes não apenas apresentam a si próprios de forma a adequar-se a instância como esta possui regras específicas que orientam as possibilidades de sucesso ou não desse processo de identificação. Conforme Collovald (1988):

[...] dependendo das relações de concorrência de todos no local de fabricação de identidades públicas entre eles, a "marca" reúne, paradoxalmente, uma multiplicidade de identidades que são "abertas", sempre sujeitas a alterações, o político que pretende apresentar essa identidade a coloca em "jogo", e é dentro dos limites do campo que se tende a formar esses órgãos de encenar a vida dos políticos. (COLLOVALD, 1988, p.29 – nossa tradução)

A permanente reconstrução das identidades dos agentes políticos não é uma mera atualização de suas identidades as circunstâncias do momento; é um processo negociado que depende da disposição dos agentes, mas também das instâncias onde estão inseridos, das redes de relações interpessoais, etc. A identidade estratégica é, como já dissemos, um mecanismo onde o agente faz uma apresentação de si e constitui-se como recurso importante para a construção das carreiras políticas.

Ao longo da conjuntura crítica foram perceptíveis os antagonismos construídos pelos agentes durante o seu engajamento e militância que permitiram construir uma identificação coletiva "positivada" através da existência/construção de um *outsider* constitutivo: os pejorativamente denominados "pelegos"; de um lado o autodenominado "novo" sindicalismo e de outro o "velho" sindicalismo; enfim, termos que, além de definirem lógicas de identificação, serviram para maximizar os recursos obtidos pelos agentes do pós-1972. Seja como for, toda a trajetória e a biografia dos agentes que se incorporaram ao sindicato passou a balizar essa dimensão e a valorização desse discurso e desses recursos que foram relacionalmente construídos ao longo de uma conjuntura crítica.

A constituição de uma identidade militante subsumiu a constituição de identificações que negavam (em determinados momentos) o pertencimento à esfera da política e, em outros momentos, ressignificavam a relação entre os agentes e as duas esferas, de forma que seja pertinente cotejar as reconstruções dessas

identidades a partir do confronto entre as suas estratégias e suas reconstituições a *posteriori*.

Essas estratégias são importantes para compreender os mecanismos que possibilitaram a reconversão de capitais por parte desses agentes. O processo de identificação estratégica dos dirigentes do SMABC não se deu num suposto “vazio”<sup>50</sup>; ao contrário, deu-se em meio a uma conjuntura rica em eventos de natureza política, dentre as quais, incluía-se o processo de liberalização e abertura deflagrado em 1974 pelo próprio regime.

O processo de identificação atravessado pela identificação saliente e pela identificação estratégica impactou e foi impactado permanentemente pela multiposicionalidade militante. Em nosso entendimento, os dirigentes analisados nessa pesquisa só podem ser compreendidos levando-se em conta que o dirigente do sindicato (militante) que participou no ciclo de mobilização do final dos anos 1970 foi distinto do tipo de agente presente nos sindicatos nas décadas precedentes, tanto pela diferença em relação à conjuntura (conjuntura crítica ou política) quanto pela reapropriação dos repertórios de ação coletiva.

Podemos definir como militante multiposicional o agente que atuou em várias organizações (partido, sindicato, associação de bairro, associação religiosa). Este agente encontra-se imerso numa estrutura multidimensional – do partido, do movimento social, do sindicato, da ONG, etc – do qual extraímos como mais relevante, para a nossa análise, sua relação sindicato-partido político, por entendermos seu posicionamento como político e por entendermos que a universalidade do discurso político só é possível de realização no cenário político-partidário, que engloba toda a diversidade das outras formas de participação.

Ao atentarmos para o fenômeno desse múltiplo pertencimento, destacamos o momento privilegiado de constituição de um espaço de participação política. Salientamos que essa relação não é apenas a expressão do imperialismo velado da

---

<sup>50</sup> A idéia de que os agentes que se tornaram lideranças surgidas da militância e engajamento no sindicato e após políticos de expressão teriam sua origem social no “chão da fábrica”. Essa idéia foi fruto a um só tempo de interpretações de teóricos da revolução que tomavam como dado àquilo que era discurso “nativo”, uma construção biográfica que sobrevalorizava naquele contexto a origem trabalhadora. Essa interpretação ignorava as inúmeras disparidades entre os segmentos de operários na organização das fábricas de automóveis e dos componentes para esse setor. Para isso ver: HUMPHREY, J. **Fazendo o milagre: Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística**. Rio de Janeiro: Vozes/CEBRAP. 1982. Outra análise das disparidades das relações de poder e prêmio na indústria automobilística em JELIN, Elizabeth e TORRE, Juan Carlos. Os novos trabalhadores na América Latina: uma reflexão sobre a tese da aristocracia operária In: **DADOS-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 25, Nº 2, 1982, p. 189 - 208.



instituição sindical ou partidária sobre as demais organizações (sindicatos, partidos, movimentos sociais, Ongs), ele é também produto dessa interação de forças. Apesar das similaridades com o vanguardismo preconizado pelas esquerdas tradicionais que também produziu – intencionalmente – um militante multiposicional com o objetivo de “aparelhar” determinadas organizações da sociedade em proveito do partido (operário), as lutas sindicais produziram novas modalidades de multiposicionalidade militante através da interação das lutas sociais do período.

No primeiro caso, o agente multiposicional foi instrumental para o partido; no segundo caso, a multiposicionalidade militante é que foi instrumental ao agente, pois foi um meio de obter sucesso na legitimação dos recursos obtidos em outros domínios sociais. Essa é uma das marcas dos agentes políticos que engajaram ao longo da década de 1970 e que também se tornou marca nas modalidades de engajamento e militância dos novos agentes políticos a partir de então.

### 1.9 AS RETRIBUIÇÕES DO MILITANTISMO

As disputas pelos cargos e por extensão pelo controle das organizações são parte indissociável da percepção de “retribuições” para a militância. Essas retribuições, no entanto, não podem ser tão explícitas a ponto de afetar a identidade do grupo e pôr em xeque as linhas hierárquicas da organização. Os móveis ideológicos são importantes para configurar essa identidade coletiva e assegurar a unidade do movimento. Esses são dois momentos de um mesmo processo, o de legitimação da “causa” e dos dirigentes. Não há como deixar de observar, assim como propõe Gaxie (1980, p.126), que uma análise apenas devotada aos móveis ideológicos resultaria em inúmeras dificuldades teóricas<sup>51</sup>.

Diante dessa primeira constatação, Gaxie (1980) define que:

Sem negar que os móveis ideológicos possam ser dentro de certos casos um fator de mobilização política, temos que esperar que outros incentivos venham a apoiar e reforçar e que eles dediquem seu tempo e sua energia a um partido sendo retribuído de uma maneira ou de outra (1980, p. 128 – nossa tradução).

---

<sup>51</sup> Para uma análise nesse sentido ver: Silva, André Luis Corrêa da. **As greves do ABC paulista no final dos anos 1970 e a construção de uma ideologia das crises (1977-1980)**. Trabalho de Conclusão de Curso: UFRGS, Departamento de Sociologia, 2006.

É importante ter em conta os bens não coletivos, isto é, os bens seletivos disponíveis para cada tipo de militante. No caso do partido político, é importante a conquista de postos da administração pública, garantir cargos para o baixo escalão, etc. No caso da militância em um sindicato, outras retribuições encontram-se em jogo. Esses estímulos materiais não podem ser negligenciados na análise do militantismo<sup>52</sup>, pois os partidos, - e estendemos com certo cuidado para os sindicatos: “[...] são eles mesmos criadores, de postos de empregos de permanentes em todos os níveis de sua hierarquia dentro das organizações que são mais ou menos diretamente ligados” (GAXIE, 1980, p. 129 – nossa tradução).

Esse caráter expresso pelos partidos leva-os a oferecer estímulos para conservar seus membros mais engajados, inclusive permitindo compensar, ainda que parcialmente, os mecanismos escolares de eliminação de classes menos favorecidas no sistema social (GAXIE, 1980, p.136). Obviamente os estímulos não são somente de ordem material, há outros tipos de retribuições simbólicas e honoríficas que desempenham um papel importante. Não é sem razão que os momentos de crise interna nas organizações estão associados à desvalorização das posições de base.

Pensar essas retribuições no caso dos sindicatos é muito mais difícil, pois não somente elas são em menor quantidade como o valor dos bens seletivos é menor em relação àqueles distribuídos pelo partido político. Por essa razão os bens simbólicos são muito valorizados. A militância a um só tempo sindical e político-partidária garante acesso a retribuições em maior escala tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Ainda que a análise de Gaxie (1980) esteja voltada para o exame das retribuições nos partidos políticos, isso não inviabiliza utilizá-la para pensarmos as particularidades da relação entre sindicato e política. Algumas questões apanhadas ao longo do texto de Gaxie (1980) foram destacadas para em seguida serem problematizadas: 1) há uma estratégia de maximização das remunerações obtidas: para o dirigente representa a possibilidade de melhorar as chances de sua carreira, para os militantes possibilita preservar ou aumentar as gratificações oriundas de sua

---

<sup>52</sup> Se por um lado a causa ideológica é insatisfatória para a explicação do engajamento, por outro, o investimento para os dirigentes como que movidos única e exclusivamente pela busca da remuneração não explica o engajamento “benévolo” dos militantes de base. É o conceito de bens seletivos presente na obra de Marcur Olson (1999) que permite avançar na compreensão da militância.

atividade (1980, p. 142); 2) de um ponto de vista, a um só tempo normativo e prescritivo, podemos argumentar que as retribuições para o militantismo provêm de uma falha da participação global; 3) a adesão ao grupo de militantes sugere a integração de um grupo de reconhecimento e, como consequência disso, a construção de uma estrutura de interrelações que permite a construção de um capital social que lhe é derivado; 4) os interesses objetivos estão ocultados pelos motivos ideológicos que se tornam o discurso dominante e autoexplicativo; 5) os benefícios não coletivos ofertados aparecem como mecanismos mediadores dos macros fatores sociais na condução da organização política da classe trabalhadora (GAXIE, 1980, p.147) e, por fim, “dito de outra forma a atividade dos partidos aparece como um meio de satisfazer os próprios interesses de seus membros” (1980, p. 148 – nossa tradução). Segundo o autor (1980, p. 153), nos partidos – estendemos aos sindicatos e demais organizações – os conflitos de poder aparecem como conflitos ideológicos.

Em outro trabalho mais recente, o mesmo autor (2005) relacionou as retribuições do militantismo com a ação coletiva numa perspectiva mais ampla do que fez anteriormente para o caso dos partidos políticos. Nesse caso, estabeleceu como ponto de partida a ideia de que essas retribuições são importantes para que se compreendam os investimentos e desinvestimentos militantes e que tanto as retribuições quanto os custos só podem ser explicados a partir da relação que possuem com o itinerário militante do indivíduo. Aqui a hipótese do autor é a de que as organizações coletivas, ao mobilizar agentes que pertencem a categorias despossuídas, contribuem para a autorização e para a socialização políticas de seus membros e compensam os efeitos da politização dominantes (escolarização) (GAXIE, 2005, p. 158).

O ciclo de mobilização em curso nos anos 1970 tornou possível a existência de um processo de politização que permitiu a circularidade na qual despontou o surgimento de uma nova elite política oriunda de vários segmentos da sociedade<sup>53</sup>. Conforme Gaxie (2005) comentou a respeito das condições de compensação para o capital escolar:

---

<sup>53</sup> Desde a base sindical oriunda das fábricas do ABC paulista, passando pela intelectualidade e chegando a setores dos movimentos sociais e da igreja.

[...] nós vamos avançar na hipótese que quando eles tiverem sucesso na mobilização dos agentes pertencentes as categorias mais pobres, as organizações coletivas (partidos, sindicatos, associações) podem contribuir para a socialização e autorização política de seus membros e compensar, certamente, entre eles, os efeitos da exclusão dos processos de politização no domínio escolar (GAXIE, 2005, p.158 – nossa tradução)

Como a hipótese já comentada suscita, há uma ideia de aquisição de uma competência e de autoridade política por parte daqueles que são incluídos no processo de politização, sendo um dos veículos privilegiados dessa competência a atividade exercida dentro da referida organização. A análise dos elementos teóricos que foram discutidos nos tópicos extraídos da obra de Gaxie (2005) permite estabelecer alguns pontos de apreciação. O primeiro deles é o da importância da militância que se ocupa de controlar a relação da organização com o meio externo (suas relações sociais). O segundo dos pontos de apreciação é que diz respeito ao ocultamento das incitações reais que levam os indivíduos a engajarem-se e militarem em diversas causas. Essas incitações tornam-se um difícil problema teórico e metodológico na medida em que não aparecem abertamente nas declarações desses indivíduos. O terceiro ponto de apreciação é o da necessidade de avançar-se sobre essas fronteiras e estabelecer o uso de metodologias que permitam ir além do nível das representações. E, por fim, o quarto e último ponto diz respeito à necessidade de enquadrar-se esse avanço numa moldura bem mais ampla, que não se subsuma ao indivíduo e sim ao impacto desse tipo específico de engajamento e militância para o itinerário militante dos agentes e para a legitimação de competências que lhes permita reconverter capitais e utilizá-los no meio político.

A utilização desses apontamentos teóricos permite avançar sobre as interpretações voluntaristas que tratam de definir a atuação de militantes sindicais fora do campo de atuação sindical como uma mera intrusão, como oportunismo. Gaxie (2005), em outro artigo, ao discutir a questão ideológica, reconhece que: “[...] uma causa pode ser um fator de mobilização (política, mas também sindical ou associativa) [...]” (GAXIE, 2005, p. 162) sem que, contudo, seja o elemento dominante da mobilização. Essa distinção é importante a fim de afastar-se das razões oficiais da ação coletiva. As outras incitações<sup>54</sup> que frequentemente não são

---

<sup>54</sup> As outras incitações são minimizadas nas representações espontânea, embora, sejam observáveis dentro de determinados comportamentos, percepções e declarações de militantes. Essas outras incitações distinguem-se daquelas que são proclamadas como os móveis da ação coletiva e podem ser tanto da obtenção de numerosas vantagens materiais quanto um sentimento internalizado de superioridade ética.

declaradas constituem um *locus* privilegiado para o entendimento de determinados contextos e determinadas escolhas, que se analisadas única e exclusivamente pelo ângulo das motivações ideológicas não seriam efetivamente explicáveis.

Cada organização possui seu próprio estilo de funcionamento, de engajamento, características dos membros ou associados, além de determinados modos de funcionamento. Dentro de cada organização existe uma estrutura de oferta que não determina, mas que define, algumas possibilidades para investimentos na ação coletiva. Fatores ligados a essa estrutura de oferta relacionam a composição social dos indivíduos engajados, as orientações ideológicas e o repertório de práticas organizacionais.

Gaxie (2005), ao relacionar as retribuições do militantismo com a estrutura de oferta, salienta sua provisoriedade, pois ela se realiza em múltiplas configurações que as torna dependentes de oportunidades, de eventos, recrutamentos e da ação dos agentes. A estrutura de oferta de uma organização não é fixa ou cristalizada, ela evolui (GAXIE, 2005) através da própria história da organização, pelas modificações na composição dos dirigentes, pelas transformações na sua relação com a política partidária, com as demais organizações sindicais ou associativas. Isso amplia o espaço de concorrência dos militantes alterando o próprio funcionamento da organização, uma vez que as retribuições do militantismo dependem da ampliação da representatividade dos dirigentes, da sua “notabilização”.

Dentre as motivações para o militantismo, geralmente aparecem as razões não declaradas ou ocultadas da ação militante. Constam ainda os benefícios assumidos como “não-oficiais”, tais como a ocupação de um cargo na administração pública e conseqüentemente a possibilidade de viver da política. Ademais sempre existe a compensação pela realização dos princípios ideológicos, tais como as vantagens materiais e gratificações simbólicas como o prestígio, a honra e o poder (GAXIE, 2005).

Podemos afirmar que a militância é remunerada e estas são “recompensas” pelos diversos benefícios de poder e de “notabilização” (reconhecimento, prestígio, sentimento de importância, satisfação de agir sobre o mundo para transformá-lo, poder sobre as coisas e sobre as pessoas, possibilidade de intervir em diversos espaços públicos, informações estratégicas) e frequentemente por estima, afeição e por admiração por seus companheiros de luta (GAXIE, 2005).

O sentimento de agir, de poder, de que através de sua atividade seja possível modificar a realidade serve como meio de satisfação pessoal ou ainda a possibilidade de fazer a história. A doação, a entrega, os esforços depreendidos podem gerar um sentimento de realização, de plenitude quanto às satisfações morais e um sentimento de superioridade ética. Ao nos apropriarmos dos mecanismos que permitem as gratificações para o militantismo, observamos diferente distinção entre aquelas que representam um sentimento de satisfação moral e aquelas mais voltadas a vantagens materiais.

Um dos aspectos emblemáticos da militância e das retribuições é que os militantes não têm consciência das retribuições do militantismo, exceto como uma “recompensa” por doarem-se em nome de uma causa e como resultado do seu investimento nesse tipo de atividade. As retribuições do militantismo são censuradas, negadas e renegadas; porém, confusamente percebidas, explicitadas e identificadas.

Como salienta Gaxie (2005), o esforço de pensar as retribuições do militantismo é um esforço teórico que ocorre para além da visão oficial que coloca a ênfase dessas retribuições em uma visão estereotipada do militantismo enquanto uma posição benévola e desinteressada decorrente do engajamento em uma causa. Ao engajarem-se em uma “causa” que busque atingir determinados bens coletivos, os indivíduos retiram satisfações que são “recompensas” para aqueles que se engajem. Essas recompensas ou retribuições são percebidas como “nobres” e “justas”, ocultadas pela dinâmica ilusória da ação militante.

## 2 FONTES E DADOS SOBRE A POPULAÇÃO INVESTIGADA

A idolatria política reside precisamente dentro do fato que o valor que esta dentro da pessoa política, o produto da cabeça do homem aparece como uma propriedade objetiva da pessoa, um charme, um carisma; o ministério aparece como mistério. (BOURDIEU, 1984, p. 49- Nossa Tradução)

Neste capítulo apresentamos as fontes e analisamos a população investigada como forma subsidiária para a identificação de padrões. Investigamos os dados referentes a um conjunto de características e propriedades do nosso universo de pesquisa. A análise dos dados conduziu à identificação de perfis para os dirigentes investigados.

Apresentamos ao longo do capítulo os parâmetros para análise de cada um dos perfis, interrogando diretamente as variáveis explicativas mais importantes para cada um deles e investigamos os casos particulares a fim de demonstrar a relação entre essas variáveis e os processos de identificação. A análise de nosso universo empírico e a opção metodológica adotada permitiu-nos, além de observar a diferença no uso dos recursos para os dirigentes colocados em diferentes conjunturas, a possibilidade de avaliar os fatores de maior relevância na escolha que os dirigentes fizeram em militar ou em optar pelo desengajamento. Essa opção dos dirigentes esteve, como mostramos no capítulo precedente, diretamente ligada à conquista de cargos na organização, isto é, controlar a organização foi condição *sine qua non* para que os dirigentes pudessem disputar os recursos, controlá-los e avançar dentro de uma estrutura multiposicional marcada por hierarquias e assimetrias.

O capítulo foi dividido em nove seções, sendo que na primeira tratamos das fontes e da análise da população investigada, além de cotejarmos os dados a partir das variáveis apresentadas pela literatura a fim de dar conta do engajamento e da militância. Na segunda seção tratamos da importância da ocupação de cargos no sindicato e na estrutura multiposicional e sua relação com a acumulação de recursos. Na seção seguinte, discutimos a militância na conjuntura crítica. Na quarta seção tratamos do desengajamento. Na quinta seção analisamos o impacto da fundação da Central Única dos Trabalhadores na trajetória militante dos dirigentes do SMABC. Na sexta seção procuramos demonstrar os meios de construção da

legitimidade dos dirigentes ao longo da conjuntura crítica; na seção seguinte, apresentamos a forma como os eventos do passado foram “reatualizados” como meio de atribuir sentido ao presente nas trajetórias dos dirigentes. Na oitava seção investigamos a promoção de símbolos, destacando a criação de João Ferrador e, por fim, na nona e última seção retomamos o debate sobre engajamentos e desengajamentos, relacionando um e outro com a conquista de recursos na estrutura organizacional.

## 2.1 AS FONTES E ANÁLISE DA POPULAÇÃO INVESTIGADA

Nesta seção explicitaremos os dados pertinentes à população investigada, considerando-se os referenciais adotados e as opções de recorte empírico. Em que pese os obstáculos enfrentados para o acesso às informações dos dirigentes, procuramos a melhor forma de explorar as informações a fim de dar conta da problemática investigada. Dessa forma, procuramos identificar os dirigentes pesquisados e reconstituir, com base no conjunto de informações disponíveis, suas trajetórias militantes.

A delimitação da população investigada não se constituiu em um problema, pois definimos como universo empírico os dirigentes do SMABC. Para tanto, não nos detemos apenas naqueles que foram eleitos, pois, para fins de investigarmos a importância do controle dos cargos da organização, investigamos também aqueles derrotados nos pleitos.

A documentação do sindicato disponibilizou-nos não apenas os nomes dos integrantes das chapas vitoriosas como os nomes que integraram as chapas derrotadas nos pleitos. Ademais, a respeito dos dirigentes que integraram as chapas vitoriosas, há abundante informação a respeito da maioria deles e pouca ou nenhuma informação para a maioria dos integrantes das chapas derrotadas.

Como definido inicialmente, contamos com uma delimitação temporal que contemplou tanto a análise dos dirigentes engajados durante o ciclo de mobilização quanto daqueles engajados após o final da ditadura civil-militar. A aquisição de recursos permitiu aos dirigentes sindicais de distintos períodos obterem retribuições para a militância e reconverterem recursos militantes para adentrarem na política partidária, na condição de eleito ou de cargo de confiança. Ainda assim, em termos metodológicos é importante estabelecer uma distinção entre aqueles que engajaram



e militaram no curso do ciclo de protesto dos anos 1970 e 1980 e efetuaram sua *entrada* na política ao longo desses eventos e aqueles que efetuaram essa “entrada” em momento posterior, por possibilitar comparar o “uso” dos recursos em diferentes períodos.

A opção de dividir o universo empírico tanto distinguindo entre eleitos e não eleitos para cargos no sindicato, quanto em relação ao período de militância atendeu a uma opção metodológica que teve como objetivo: *i)* observar até que ponto as trajetórias militantes, bem como o desengajamento, foram dependentes da conquista de cargos na organização e *ii)* identificar até que ponto a participação no ciclo de protesto resultou em retribuições para a militância para os dirigentes sindicais do período.

A escolha por definir como objeto de estudo a militância do dirigente do sindicato colocou uma questão de fundo: a de que as lideranças sindicais não se esgotaram na categoria dos dirigentes sindicais, até porque o número de vagas no sindicato era limitado e muitas dessas lideranças eram concorrentes no meio sindical, inclusive disputando eleições.

Para uma melhor operacionalização da pesquisa, optamos por circunscrever a análise aos dirigentes eleitos, apenas secundariamente abordando aqueles que foram derrotados nas eleições para diretoria do sindicato. Justificamos a análise daqueles que foram derrotados nas eleições, primeiramente, pelo fato de que em alguns momentos esses dirigentes foram cooptados pelos “vitoriosos” nas eleições. Considerar isso nos permitiu observar que, mesmo em casos em que houve divisão nas eleições, formando-se dois grupos distintos pelo controle do sindicato, isso não significou que alguns indivíduos da chapa derrotada não tivessem um razoável acúmulo de recursos conquistados naquele período.

Com a implantação do novo Estatuto de 1996 houve uma alteração no formato das eleições para composição da diretoria. Nesse modelo, a eleição se dá primeiramente nos locais de trabalho, onde são eleitos os Comitês Sindicais de Empresa e, num segundo momento, ocorre a eleição das chapas para composição da diretoria. Essas mudanças que ocorreram sob a justificativa de dar mais espaço para a base sindical também podem e devem ser pensadas como estratégia dos dirigentes. Seguramente, significou melhores condições para a manutenção de um cargo no sindicato, fato que proporcionava trocas com a CUT e com a política partidária, sobretudo através do PT.

Todos os dirigentes pesquisados, em maior ou menor medida, foram consagrados pelo engajamento e militância ativa no ciclo de protesto dos anos 1970 e 1980 ou então pela atividade sindical nos anos 1990 e 2000. Seja como for essa militância e engajamento, estiveram no mesmo compasso da participação política e isso contribuiu e tem contribuído para a construção de identidades militantes e para a construção de identidades políticas estratégicas por parte dos dirigentes.

A legitimação dos dirigentes através do reconhecimento de sua importância histórica na luta contra a ditadura e, posteriormente, pela atuação nos partidos políticos, especialmente no PT, colocou a necessidade de cotejar as informações dos dirigentes através das mais diversas fontes. Esse esforço visou superar os dilemas colocados pela própria capacidade dos agentes de construir narrativas acerca de si mesmos (FILLIELLE, 2001; BOURDIEU, 2000). Nossa intenção foi ainda de explicitar como os agentes, independentemente da objetivação de suas práticas sociais, recriam significado para seu engajamento e militância (NONJON, 2005) e ainda como produzem identidades de acordo com o público ou de acordo com o cenário em que estavam inseridos (COLLOVALD, 1988).

O estabelecimento dos nomes dos dirigentes investigados deu-se sem grandes dificuldades, pois tanto a documentação referente às eleições do sindicato quanto os documentos dos dirigentes referem-se às nominatas (tanto dos vencedores nos pleitos quanto dos derrotados) e de conhecimento público. Um dos espaços privilegiados é o *site* do sindicato que funciona como meio de legitimação das lideranças e traz farta documentação, comentários e depoimentos dos dirigentes acerca de vários episódios históricos do sindicato, inclusive aqueles referentes às disputas eleitorais.

A lista dos nomes contempla todos os eleitos para a diretoria plena da qual é constituído o conselho da diretoria. Além disso, através da documentação escrita e dos materiais encontrados na imprensa e de divulgação do sindicato através dos mais diversos meios, podemos acessar diversos dados referentes aos dirigentes pesquisados, tais como dados biográficos, local de origem, ocupação profissional, cargo sindical na empresa, cargos ocupados no sindicato, cargos ocupados na militância política, etc.

Como se trata de dirigentes que permaneceram no controle da diretoria do sindicato e de dirigentes que transitaram para a política partidária como eleitos ou como cargos de confiança nas diversas esferas políticas, o material do *site* é

abundante no que se refere às suas biografias. Ademais, as informações permitiram compor juntamente com as fontes primárias obtidas em pesquisa de campo no sindicato e com o material jornalístico o conjunto de dados para nossa análise.

O aspecto positivo para a coleta de dados é o de que grande parte dos dirigentes tornou-se figura pública seja na militância no sindicato, na CUT seja na política partidária. Logo, para muitos deles, existe um farto material. Como nosso objetivo é o de constituir os perfis dos dirigentes e as suas relações com o meio sindical e a política partidária, examinamos toda a população, a partir de um conjunto de variáveis que nos permitiram visualizar padrões na militância e no engajamento dos dirigentes. Num segundo momento, passamos a examinar os perfis resultantes a partir da inserção de cada um num meio particular (na militância sindical, na militância política ou no desengajamento).

Quadro 1– Eleições no sindicato (1972-2005)

	Ano da eleição	Eleitos	Não eleitos
CONJUNTURA CRÍTICA	1972	20	24
	1975	23	---
	1978	22	---
	1981	24	24
TOTAL		89	48
PÓS-DITADURA CIVIL-MILITAR	1984	24	---
	1987	22	---
	1990	32	37
	1993	37	---
	1996	63	---
	1999	25	---
	2002	29	---
	2005	25	---
TOTAL		257	37

Outro aspecto a ser anotado é o do número reduzido de casos (conforme observamos no quadro acima), uma vez que a cada eleição sindical estava em disputa cerca de vinte nomes em cada chapa. Conforme podemos observar no quadro acima e levando em consideração o recorte empírico no formato de eleições vigente até o ano de 1996 computamos quatro eleições entre 1972 e 1984 resultando na eleição de 89 indivíduos. Houve eleição por chapa única em 1975 e 1978 e duas chapas em disputa em 1972 e 1981 e, portanto, foram 48 indivíduos derrotados nas disputas nestes anos. Com relação ao período denominado “pós-

ditadura civil-militar”, foram oito eleições entre os anos de 1984 e 2005 contabilizando um total de 157 nomes possíveis em disputa, sendo 257 eleitos e 37 não eleitos. As eleições de 1984 a 1993 ocorreram com apenas uma chapa, com exceção de 1990 que contou com duas chapas. A partir de 1996 o formato das eleições foi alterado, num primeiro momento através da criação dos Comitês de Fábrica e da eleição de diretores por fábrica perfazendo um total de 64 dirigentes eleitos, num segundo momento, a eleição do Conselho da executiva com 27 membros. Nesse formato temos as eleições de 1996 a 2005 sempre ocorrendo em chapa única. Precisamos ainda considerar as reconduções de alguns nomes nas eleições reduzindo ainda mais o número de casos investigados. Desse cômputo total foram investigados um total de 272 indivíduos<sup>55</sup> para o qual dispomos de algum tipo de informação.

Quadro 2 – Eleições no sindicato (casos investigados)

	Anos de disputa	Nº eleições	Eleitos	Não eleitos	Casos analisados
CONJUNTURA CRÍTICA	1972 a 1981	04	77	38	115
PÓS-DITADURA CIVIL-MILITAR	1984 a 2005	08	121	36	157
TOTAL		12	198	74	272

Do total de dirigentes que disputaram as eleições no período destacado para essa investigação, encontramos informações para um conjunto de 272 indivíduos, sendo destes: do período designado como conjuntura crítica um total de 77 dirigentes eleitos e 38 não eleitos e para o período subsequente, denominado de “Pós-ditadura civil-militar” um total de 121 eleitos e 36 não eleitos. O número de casos é representativo do conjunto da população investigada.

Foram consultadas diversas fontes com o objetivo de constituir os dados referentes aos indivíduos. Os documentos investigados, tais como *sítes* de organizações ou *sítes* pessoais possibilitaram coletar informações a fim da investigação de uma série de indagações. Um aspecto relevante é o da abundância de material referente a alguns dirigentes em detrimento de outros. Para aqueles que adentraram na política partidária como eleitos ou cargos de confiança, dispomos de

<sup>55</sup> Foram investigados os dirigentes que compunham o Conselho da Executiva e suplências por entendermos esses cargos como mais relevantes na estrutura organizacional.

farto material em documentos ou em referências públicas através da imprensa ou através de organizações partidárias a que estejam filiados.

Entre os que permaneceram na militância sindical, ligados ao SMABC ou a algum outro sindicato, também há material disponível pela produção documental das organizações. Outros dirigentes continuaram militando em organizações de bairro ou religiosas e, também para esses casos, é possível acessar informações. Há casos, entretanto, em que o desengajamento dos dirigentes processou-se de forma tão extrema que há muito pouco material disponível. Quanto a isso, é preciso observar o fato de que muitos dirigentes eram migrantes de várias regiões do país e que vários motivos (aposentadoria, constrangimentos para continuação do exercício profissional, etc.) poderiam levá-los a retornar ao local de origem ou para outras regiões do país.

A vantagem da coleta de dados ter se servido de muitas fontes é que foi, dessa forma, possível triangulá-las, reduzindo os equívocos nas informações, completando as lacunas. O fato de que muitas informações procedem de organizações aos quais os dirigentes fazem ou fizeram parte não é um indicativo seguro, pois, em muitos casos, desconhece as rivalidades, disputas e conflitos existentes.

Tomando como referência os dados obtidos, investigamos toda a população (272 casos) e analisamos, dentre esses, os 114 casos que correspondem ao recorte empírico que diz respeito aos militantes engajados no ciclo de protesto do final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Inicialmente analisamos os dirigentes tomando como referência as distribuições dos dados de acordo com as seguintes variáveis de caráter mais geral: gênero, ano de nascimento, local de nascimento, escolaridade, socialização, filiação partidária, produção cultural e literária (sobre os eventos). A análise dessas variáveis possibilitou observar os aspectos mais gerais da população investigada.

Quanto às variáveis mais específicas que guardam relação direta com as hipóteses levantadas e, portanto, guardam relação mais direta com o uso social dos recursos para reconversão dos capitais militantes dos dirigentes, foram investigadas: o ano da primeira eleição para diretoria do sindicato, resultado da participação na eleição do sindicato, cargo ocupado no sindicato, número de vezes na chapa vitoriosa do sindicato, resultado na política partidária, *entrada* na militância política partidária, entrada na política partidária, destaque nas greves e mobilizações do final

dos anos 1970 e início dos anos 1980, fundador da Central Única dos Trabalhadores, fundador do Partido dos Trabalhadores, ocupação de cargo na Central Única dos Trabalhadores.

A partir dessas variáveis, identificamos os padrões das diferentes trajetórias dos dirigentes, suas estratégias, a constituição das suas redes de relações e os usos sociais dos recursos, além, é claro, das retribuições da militância decorrentes. De acordo com os dados que dispomos sobre os dirigentes, faremos a exposição de cada uma das variáveis.

### **2.1.1 Gênero e militância**

Inicialmente, com relação ao gênero, os dados demonstraram a prevalência masculina (91,9%) sobre a participação feminina (8,1%) no engajamento e militância na condição de dirigente eleito para o SMABC. Se considerarmos apenas essa classificação geral, concluímos pela presença majoritária de homens na composição das chapas para as eleições sindicais. A participação feminina ficaria subsumida à apresentação de alguns poucos nomes nas nominatas.

Entretanto, é necessário destacar não apenas a importância da participação feminina expressa na organização dos congressos sindicais da mulher, como também na própria modificação da militância no sindicato, com representação feminina em diversas instâncias, assim como a militância na defesa dos direitos dos afro-descendentes. Gradativamente, foi a própria identidade saliente forjada no ciclo de protesto dos anos 1970 e 1980 que cedeu espaço ou dividiu espaço com outras identidades (feminismo, étnico, etc.). A fim de captar a dimensão e a importância desses realinhamentos é que devemos observar os (as) dirigentes em termos de gênero a partir da divisão cronológica adotada na pesquisa.

Vimos que a diferença na composição das diretorias entre homens e mulheres sofre alterações se considerarmos o período de “entrada” na diretoria do sindicato. Se no período do ciclo de protesto dos anos 1970 e 1980 contabilizamos 113 homens (99,1% dos dirigentes do período e 41,5% do total) e apenas uma mulher (0,9% dos dirigentes do período e 0,4% do total) no período subsequente – da segunda metade da década de 1980 em diante – observamos uma crescente participação feminina.

Os dados mostram-nos para o período 136 homens (86,6% dos dirigentes do período e 50% do total) e 21 mulheres (13,4% do período e 7,7% do total). Ao analisarmos apenas as mulheres presentes na população (N=22), podemos identificar esse novo padrão de recrutamento, já que a razão entre as mulheres eleitas antes de 1984 aponta para 4,5% do conjunto das mulheres eleitas e após 1984 aponta 95,5% do conjunto das mulheres eleitas. A diferença é representativa do tipo de mudança operada e abriu possibilidade para novos processos de identificação.

Os números servem para demonstrar que a despeito dessas novas configurações não há uma diferença marcante entre os indivíduos que optam ou pela continuidade na militância ou pelo desengajamento associado à questão de gênero, isto é, uma vez engajados, militando e eleitos, homens e mulheres têm possibilidades similares de optar pela continuidade da militância ou pelo desengajamento.

Em se tratando do engajamento e da continuidade na militância ou no extremo no desengajamento, temos entre os homens (N=250) um total de 105 dirigentes (42% entre os homens e 38,6% do total) seguiram engajados e um total de 13 mulheres (59% entre as mulheres e 4,8% do total). Entre os que optaram pelo desengajamento da militância, temos um total de 145 dirigentes do sexo masculino (58% entre os homens e 53,3% do total) e um total de 9 mulheres (41% entre as mulheres e 3,3% do total).

Ao contrário da tendência no engajamento, militância e eleição dos dirigentes onde predomina o sexo masculino, uma vez eleitos os dirigentes, a tendência maior é pela maior presença feminina permanecendo engajada. Ainda que devemos ressaltar, primeiro, que o número de mulheres investigadas é pequeno para nos permitir inferir de forma absoluta por essa tendência e, segundo, que a diferença não é significativa a ponto de apontar para uma militância mais estável entre as mulheres. Podemos com esses dados apontar para um maior investimento em militância entre as mulheres engajadas no sindicato no pós-1984, o que reflete uma estratégia de investimentos na trajetória militante.

### 2.1.2 Ano de nascimento e militância

Em relação ao ano de nascimento, foram obtidas informações para 261 casos (95,9% do total) e não obtivemos informação para 11 casos (4,1% dos casos). Desses, 6 nasceram ao longo da década de 1920 (2,2% dos casos), 39 nasceram durante a década de 1930 (14,4%), 61 nasceram na década de 1940 (22,3%), 96 indivíduos durante os anos 1950 (42,4%), 45 na década de 1960 (16,6%) e, por fim, 14 nasceram ao longo dos anos 1970 (7,3%). Ao relacionarmos o ano de nascimento com a data dos principais eventos em que participaram, obtivemos as seguintes frequências: para o ano de 1974, que é um ano-marco no processo de liberalização e abertura política da ditadura civil-militar, temos que 29 casos (76% do total para os que ingressaram em 1972) encontravam-se entre 45 anos no máximo e 32 anos no mínimo.

Em relação ao ano de 1978, que virou um marco por deflagrar o ciclo grevista no ABC paulista, os dirigentes encontravam-se entre os 51 anos no máximo e 18 anos no mínimo. Por fim, para o ano de 1984, caracterizado por representar a passagem da ditadura civil-militar para a democracia, temos que do total de 44 casos, 35 casos situavam-se como nascidos entre os anos de 1943 e 1954, isto é, 79% dos casos possuíam no máximo 41 anos e no mínimo 30 anos.

Os dados referentes ao ano de nascimento e a idade que os dirigentes possuíam a época dos acontecimentos mais relevantes das décadas de 1970 e 1980 são fundamentais para demonstrar não apenas o engajamento mais tardio desses dirigentes em relação a outros militantes que militaram contra a ditadura civil-militar no mesmo período. A predominância de uma faixa etária acima dos 30 anos leva-nos a avaliar o impacto do engajamento para esses dirigentes, primeiro pelo fato de que boa parte deles já contava com famílias constituídas e tanto a repressão governamental quanto a possibilidade de perda do emprego teriam graves consequências em suas vidas.

A militância na conjuntura crítica por parte dos dirigentes do sindicato não ocorreu sem que houvesse fortes constrangimentos. Entre elas perseguições no local de trabalho que, em termos práticos, representavam a presença desses dirigentes nas tão temidas “listas negras” e por consequência nas demissões e impossibilidade de contratação por outras empresas do ramo. Esses constrangimentos só eram minimizados pela posição ocupada pelos militantes no



interior das fábricas, pelos seus conhecimentos profissionais e especialmente pela maior ou menor qualificação técnica explicitada pelo cargo ocupado na fábrica.

### **2.1.3 Local de nascimento e militância**

O local de nascimento dos dirigentes foi um forte indicativo de suas características sociais. Como assinalou Offerlé (1998), a classe trabalhadora não existe nem jamais existiu senão como processo a um só tempo de (transformação) dos trabalhadores material e simbolicamente e não obstante de representação e organização desse grupo de interesse (emergente) (1998, p. 59 e 60).

Portanto, quanto ao local de nascimento dos indivíduos, temos informação de local de nascimento para 174 casos dos 272 casos investigados. Os dados coletados permitem-nos observar que dos casos de que dispomos informações (64% do total dos casos), 21 dirigentes eram oriundos da cidade de São Paulo (7,7% dos casos para o qual dispomos de informação), 68 casos são indivíduos saídos do interior de São Paulo (25% dos casos) e 85 casos (31,2%) foram dirigentes saídos de diversas regiões do país, embora predomine a região nordeste como local predominante.

Se considerarmos o recorte cronológico do universo empírico, temos para o período que vai até o ano de 1981 um total de 06 casos, para o interior do estado, contam-se 28 casos e para fora do estado temos 40 casos. Para o período que vai do ano de 1984 até 2004, temos para a cidade de São Paulo um total de 15 casos; para o interior do estado, contamos com 40 casos e para fora do estado, 45 casos.

Os dados demonstram um incremento no número de dirigentes sindicais oriundos tanto da capital do Estado de São Paulo quanto do interior do estado, assim como pouca variação nos números que refletem a vinda de indivíduos de fora do Estado. Seja como for esses números, são ilustrativos tanto da origem geográfica quanto da origem social dos dirigentes, pois, como foi mencionado, é possível observar que os dirigentes naturais do estado de São Paulo não apenas estavam mais preparados para lidar com a disciplina fabril como contavam com maiores ligações com os grupos radicais de esquerda.

Grande parte das estratégias dos dirigentes sindicais no período das grandes mobilizações esteve submetida à defesa do interesse econômico, negando o atrelamento a qualquer tipo de ideologia emancipacionista. Os dirigentes desse

período sublinhavam a dignidade do trabalho (ABRAMO, 1994) e relacionavam-na à união dessas diferenças, isto é, dos trabalhadores de diversas regiões afluindo para o ABC paulista em busca de melhores condições de vida.

#### **2.1.4 Cargo funcional e militantismo**

A análise da ocupação de cargos nas fábricas pelos dirigentes remete a um contraste: de um lado, aqueles que ocupavam cargos com maior especialização técnica, maior remuneração, maior valorização profissional e maior prestígio entre os metalúrgicos; de outro lado, os cargos menos expressivos. A estrutura hierárquica entre as fábricas da indústria automobilística refletia o modelo fordista/taylorista enfatizando o controle fabril das chefias, a linha de produção e a estrutura de cargos e salários através de critérios subjetivos de promoção<sup>56</sup>.

Qualquer tentativa de classificar a estrutura de cargos funcionais, passa pela necessidade de estabelecer um parâmetro que considere a importância de cada função para execução das tarefas no trabalho fabril. Designamos como cargo especializado aquele ocupado por chefia fabril ou por cargo funcional com especialização técnica. No caso dos cargos funcionais menos especializados, eles tornam mais onerosos o engajamento e a militância em face da maior precariedade e, ao menos, hipoteticamente predispõe os indivíduos ao desengajamento.

A relação entre os agentes de cargos mais e menos especializados pode ser compreendida a partir da constatação de Humphrey (1982) de que era de se esperar que os operários mais especializados tentassem mobilizar os operários menos especializados (HUMPHREY, 1982) e que, através de uma estratégia de ação coletiva, buscassem ampliar seus ganhos.

A classificação dos cargos funcionais dos dirigentes possui a seguinte distribuição: dos 272 casos investigados, não há informação disponível para 19 casos (7% do total); dentre os demais, 85 casos são considerados como especializados e 168 como menos especializados. O fato de ser especializado, ou não, só possui relevância se cotejado pela relação com duas outras variáveis: o sucesso nas eleições para diretoria do sindicato, no cargo ocupado no sindicato e no

---

<sup>56</sup> HUMPHREY, 1982.

que diz respeito à permanência engajado ou pelo desengajamento. No primeiro caso, importa observar as assimetrias de poder resultantes do cargo funcional e de que forma esse prestígio adquirido pelo domínio de um saber específico poderia ser convertido em melhores condições de elegibilidade para os cargos do sindicato.

De um total de 253 casos na qual dispomos de informação, não há diferenças a serem assinaladas entre aqueles dirigentes que dispunham de maior especialização e aqueles que não apresentavam especialização no tocante às possibilidades de eleição para o sindicato. Dentre os que dispõem de especialização, 61 dirigentes foram eleitos (71,8% dos casos) contra 24 dirigentes que não conseguiram ser eleitos (28,2%). Já dentre os que não dispõem de um cargo funcional de especialista, 120 casos foram eleitos (71,4%) contra 48 casos (28,6%) que não foram eleitos.

Diante desses percentuais, podemos concluir que não só não havia diferenças notáveis como o cargo ocupado no local de trabalho não era relevante para a eleição sindical, primeiro passo para o acesso a recursos da organização e a possibilidade de constituir-se como representante. Podemos argumentar que esses números representavam uma estratégia dos setores menos vulneráveis dos metalúrgicos, os mais especializados em cooptar os setores que dispunham de menor poder de barganha com os patrões e garantir-lhes representatividade.

Quando observada a relação entre essa variável e o cargo ocupado no sindicato, mais uma vez a relação não distingue entre os que desempenham função especializada e aqueles que não são especializados. Dos que apresentam especialização, 24 casos ficaram sem cargo (28,2%), 45 casos como dirigente sindical (52,9%) e 16 como suplentes (18,8%). Dentre os que não apresentam especialização, 47 casos ficaram sem cargo (28,0%), 96 elegeram-se como dirigentes sindicais (57,1%) e 25 como suplentes (14,9%).

Ao nos referirmos aos dirigentes sindicais, estamos falando dos indivíduos eleitos para a executiva do sindicato. Se, por um lado, o cargo ocupacional não afetou as possibilidades de eleição no sindicato; por outro lado, convém avaliar sua relação com o tipo de cargo ocupado no sindicato e conseqüentemente as maiores ou menores possibilidades para reconversões.

### 2.1.5 Escolaridade e militância

O controle dos recursos e o capital militante são tanto mais importantes quanto menor for o capital escolar e cultural dos dirigentes investigados. Na maioria dos casos, tal controle estava diretamente ligado à posse desse tipo de capital; entretanto, no caso dos dirigentes sindicais, a formação escolar dos dirigentes esteve até pelo menos o final da década de 1980 circunscrita a cursos técnicos e no máximo a formação básica.

O discurso da falta desse tipo de capital acabou tornando-se uma estratégia de diferenciação e legitimação para os dirigentes, pois estes procuravam reforçar a condição de “trabalhador” como constituição de um discurso coletivo direcionado a mobilizar a base do sindicato a partir do envolvimento na luta contra a ditadura militar. A condição de “trabalhador” também foi fartamente utilizada a fim de diminuir as diferenças explícitas entre os diversos cargos funcionais da indústria automobilística. A análise dessa variável através das informações disponíveis em nosso banco de dados ficou prejudicada pelo pequeno número de casos para o qual dispomos da informação: dos 272 casos investigados contamos com informações para apenas 33 casos (12% dos casos).

Dos casos válidos, temos para os dirigentes que militaram no sindicato até o ano de 1984 as frequências assim distribuídas: 6% dos dirigentes contavam com ensino fundamental completo, 12% com ensino médio completo e 9% com ensino superior completo, com o detalhe de todos os dirigentes terem concluído os cursos universitários após 1984. Entre os dirigentes que militaram no pós-1984, as frequências são de: 3% dos casos cursaram até o ensino fundamental, 3% possuíam o ensino médio incompleto, 15% tinham o ensino médio completo, 6% ensino superior incompleto e 45% dos dirigentes possuíam o ensino superior completo.

Como salientamos anteriormente, apesar da informação sobre um número reduzido de casos, é possível observar o incremento nos diplomas universitários e na escolarização. Quanto ao curso universitário dos dirigentes, os três casos do primeiro período (até 1984) formaram-se em direito. Os outros 15 casos do período de 1984 até 2004 formaram-se respectivamente em direito, ciências sociais e cursos direcionados ao trabalho fabril.

A formação majoritária no curso de direito garantiu aos dirigentes a condição de agregar a suas trajetórias de militância um diploma que lhes garantia maior

capacidade de trânsito para sua militância diferentemente do que seria possível obter com um curso universitário com formação voltada para o trabalho na indústria. O uso social da formação acadêmica permitiu a esses dirigentes obterem lucro simbólico pelo seu investimento em militância. A formação técnica só faz sentido se o dirigente considerasse a possibilidade de avançar na carreira funcional, utilizando-se da estrutura de cargos e salários oferecidos pelas empresas da região. Em termos práticos, isso corresponderia ao desengajamento.

Essa foi uma escolha tomada pelos dirigentes, por vezes de forma intencional e por vezes em virtude do afastamento das atividades sindicais. Por outro lado, uma formação mais humanista através de um curso de fronteiras menos delimitadas serviu tanto para o engajamento na militância sindical, quanto para a efetiva *entrada* na política partidária.

Apesar da pequena quantidade de informações disponíveis sobre a escolaridade dos dirigentes, as frequências corroboram com as tendências identificadas em trabalhos contemporâneos sobre os dirigentes do sindicato (TOMIKAZI; ROMBALDI, 2009; JACOME RODRIGUES, 1999), isto é, uma valorização crescente de formação universitária. Para os dirigentes no pós-1984, isso representava uma forma de substituir a legitimidade e o prestígio dos dirigentes do período anterior e identificados com as grandes mobilizações do ciclo de protesto. A melhor formação universitária atendeu igualmente a uma exigência da automação nas linhas de produção da indústria automobilística, as exigências de mercado de trabalho e a constituição de uma competência que produziu distinção na condição de dirigente sindical.

A escolaridade é uma variável importante para avaliar o capital escolar e cultural dos dirigentes. E, ainda que, como já dissemos anteriormente, a literatura sustente a premissa de que trabalhadores da indústria eram à época pouco providos desse tipo de capital, os dados não corroboram com essa assertiva. Consideramos, portanto, que o capital cultural e escolar dos dirigentes pesou decisivamente na construção de trajetórias bem-sucedidas para a *entrada* para a política partidária.

### **2.1.6 Socialização e militância**

A investigação dos locais de socialização vivenciados pelos dirigentes pode ser elucidativa de suas relações anteriores ou concomitantes ao engajamento e

militância no sindicato e serve ainda para avaliarmos as outras identificações que os dirigentes possuíam. Muitos trabalhos acadêmicos têm sublinhado a importância da socialização sindical na formação de quadros para os partidos de esquerda. Em outra direção, muitos militantes de partidos de esquerda na clandestinidade procuraram como estratégia de organização recrutamento e mobilização inserirem-se nos sindicatos, especialmente naqueles de expressão para ampliar os quadros partidários.

Interessa observar as passagens dos dirigentes através de sua ligação com a igreja católica por intermédio das comunidades eclesiais, da Juventude operária, suas ligações com as organizações de bairro, com os partidos políticos, reconhecendo nesses locais, locais de troca, de interconhecimento e de formação de redes sociais importantes. A atuação das organizações operárias católicas na região do ABC era extremamente ativa (MORAES, 2003), quer pela importância da indústria da região e do tipo de trabalhador que afluía para a região, quer por identificar-se esse amalgama entre indústria moderna e operariado como um espaço privilegiado para a ação dos comunistas.

Na análise do processo de socialização dos dirigentes estudados, não possuímos informações para 25 casos (9,2% do total). A grande maioria estabeleceu como local (único) de socialização o sindicato. O resultado obtido na análise dessa variável, ainda que se reconheça o papel desempenhado pela organização do sindicato, pode ser influenciada por dois fatores. O primeiro deles concerne à intenção de ligar a própria trajetória à relevância histórica da ação dos militantes na luta contra a ditadura.

O segundo sustentava que esses dirigentes não guardavam relação com nenhuma agremiação de esquerda, com nenhuma ideologia. São dois aspectos que se reforçam, o da valorização da socialização sindical e da desvalorização do pertencimento político, que no limite levou a ocultar os outros pertencimentos anteriores à militância no sindicato.

Dos dirigentes do período, apenas dois casos (0,7% do total) remetem a um pertencimento anterior associado a partidos comunistas. Os demais 87 casos (31,9% do total), apresentam o sindicato como local onde forjaram sua militância. Do conjunto de dirigentes que militaram após o final do ciclo de mobilização e protesto (de 1984 até 2004), temos que 01 caso (0,4% do total) aparece com ligado anteriormente a partido comunista, 02 casos (0,7%) aparecem ligados a

organizações vinculadas à Igreja e 03 casos (1,1%) mantinham ou mantêm vínculos com organizações de bairro.

Obviamente, como veremos mais adiante, os dirigentes militavam em partidos políticos em número mais acentuado do que o apresentado acima. Ocorre que nessa variável pretendíamos apreender a socialização anterior ou concomitante à *entrada* na militância no sindicato.

A análise dos dados permitiu-nos observar que não há diferenças qualitativas entre aqueles que militaram no contexto dos anos 1970 e 1980 e aqueles que militaram após os anos 1980, inclusive quando observamos a tendência a definir o espaço do sindicato, como espaço privilegiado de relações. Dos dirigentes que ocuparam cargos no pós-1984, 151 casos (55% do total) define o sindicato como espaço privilegiado de socialização, ainda que possa haver outros pertencimentos. O processo de socialização dos dirigentes guardou relação com a incorporação de disposições que se conectavam com as suas origens sociais e com a interação desses dirigentes nas redes sociais. A análise do engajamento individual através de um “modelo processual ou seqüencial da ação militante” (AGRICOLIANSKY, 2001, p. 44) levou-nos a considerar uma miríade de fatores, que dizem respeito aos múltiplos pertencimentos e às múltiplas arenas de inserção desses dirigentes.

Suas múltiplas inserções têm como resposta o desenvolvimento de “múltiplos esquemas de ação” que interagem subjetivamente na constituição de suas carreiras militantes ou em seus desengajamentos. As experiências passadas ou vividas cotidianamente nesses *sítes* de interação servem para resgatar o passado e romper com análises que tomem como referência apenas o tempo presente. Nesse contexto, todas as disposições à participação individual são consideradas parte de um processo intrincado entre as predisposições familiares e pessoais e as trajetórias e experiências de vida conectadas a biografia dos militantes (SEARLE-CHATTERJEE, 1999).

A análise dos dados disponíveis confirma a prevalência da organização do sindicato sobre as demais organizações na formação política e na constituição das relações dos dirigentes. Entendemos que o ponto de confluência para a relevância do sindicato está na afirmação da identificação desses dirigentes e na constituição desse processo de identificação com suas trajetórias particulares, seja na militância política, seja na militância sindical.

Efetivamente, a condição de dirigente sindical associado ao discurso apolítico foi efetiva para os dirigentes do período das grandes mobilizações. O discurso apolítico representava reafirmar o sindicato como local da formação dos dirigentes, ainda que a fala nativa fosse mais longe ao definir o espaço de criação desses militantes no interior das fábricas. Criava-se um mito fundacional para a biografia dos dirigentes que segue sendo a correia por onde fluem as narrativas de suas trajetórias.

Na prática a vinculação partidária e a militância partidária foram e seguem sendo efetivas com o surgimento de clivagens que vão desde as discussões com o meio sindical e a formação de oposições sindicais até as discussões partidárias levadas para dentro do sindicato.

### **2.1.7 Origem social e militância**

Não foi tarefa fácil obter dados que permitissem investigar as origens sociais dos dirigentes, informações sobre suas famílias, profissão do pai. Ainda assim, suas origens sociais atuaram como um discurso servindo como elemento legitimador para o tipo de liderança exercido por esses dirigentes. Para aqueles que passaram a militar na política partidária, serviu a um só tempo como um fator legitimador para a fundação do PT e como defesa do direito ao monopólio da representação dos trabalhadores assalariados do país.

A grande maioria dos dirigentes pesquisados tem origem no meio rural, oriundos de famílias de agricultores e meeiros. Uma parte menos significativa de casos é proveniente do meio urbano, com pais trabalhando em profissões ligadas ao comércio ou então ao funcionalismo público.

### **2.1.8 Produção intelectual e militância**

Antes de discutirmos variáveis mais específicas que nos possibilitaram observar os elementos que potencializaram os recursos detidos pelos dirigentes é importante observar que dos 272 casos analisados apenas quatro produziram alguma literatura a respeito dos eventos do qual fizeram parte, totalizando 1,5% dos casos. A maior parte, isto é, 268 casos (98,5% do total), não produziu nenhuma literatura sobre o tema.



Em geral, a literatura produzida tinha um caráter de glorificação da luta sindical empreendida no período e a imagem dos dirigentes diretamente envolvidos nas grandes greves de 1978 e 1979, além dos protestos contra o governo (ditadura). Em um dos casos, a produção da literatura teve como interesse a conclusão de curso de ciências sociais; em outro a coautoria entre um sociólogo e um dos dirigentes sindicais; em um terceiro caso, uma obra que procurava expressar as opiniões e ideias do maior líder sindical do período; e, por fim, uma obra redigida sob o argumento de resgate da memória por um ex-dirigente formado em engenharia.

Seja como for, dos três dirigentes que produziram alguma literatura, um faz parte das oposições sindicais e é nos dias atuais um dos principais representantes da oposição ao atual modelo de gestão do sindicato. O segundo caso ocupa a longa data um cargo de confiança no governo federal. Já o terceiro, enquanto caso exemplar, logrou tornar-se Presidente da República. Embora o número limitado de casos de dirigentes que produziram alguma literatura não possibilite afirmar que com isso os dirigentes agregaram algum tipo de recurso que lhes garantisse algum benefício, as frequências e a análise de cada caso – e isso só é possível aqui pela baixa frequência – sugere que de alguma forma esse recurso potencializou a estratégia individual de cada agente.

## 2.2 CARGOS NO SINDICATO E MILITANTISMO

Nesse primeiro momento, investigamos toda a população (272 casos) desconsiderando os casos em que os dirigentes foram bem sucedidos nas eleições para direção do sindicato (192 casos) e aqueles que não se elegeram (80 casos). Em um segundo momento, ateremo-nos exclusivamente àqueles que conseguiram eleger-se, uma vez que assumimos como premissa que os recursos obtidos através do controle de cargos relevantes no sindicato foram importantes para a *entrada* exitosa na militância político-partidária.

Com poucas exceções<sup>57</sup>, os dirigentes que tiveram acesso a esse tipo de recurso foram aqueles que ocuparam cargos e postos no sindicato, assumindo

---

<sup>57</sup> Podemos definir como exceção os dirigentes que conquistaram prestígio pela atuação destacada nos eventos do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e aqueles que foram convidados a compor a chapa vitoriosa, apesar de sua participação em chapas oposicionistas. A cooptação ou a conciliação (DEBRUN, 1983) foram estratégias fartamente utilizadas pelas lideranças sindicais como mecanismo de divisão das oposições.

notabilização independentemente do período. Analisamos o material coletado do universo empírico relacionando com variáveis diretamente associadas à disputa e aquisição de recursos, à possibilidade decorrente da aquisição de capital associativo e a variáveis que potencializaram a capacidade tanto de transitar para a política partidária quanto de acumular recursos favorecendo o êxito na militância sindical. Essas variáveis são: resultado da participação eleitoral para diretoria do sindicato, nº de vezes em que foi eleito(a), cargo ocupado no sindicato. A outra parte dessas variáveis foi usada para testar exclusivamente os dirigentes que dirigiram o sindicato até o ano de 1984.

Por fim, com base nas informações disponíveis, investigamos os dirigentes a partir da sua relação com o desengajamento ou identificando-os a partir da continuidade do seu engajamento e militância nos seus múltiplos locais de inserção. A categorização dos dirigentes permitiu observar diferentes trajetórias que serão apresentadas. Observamos e discutimos ainda os dirigentes que optaram pelo desengajamento, identificando os elementos explicativos das lógicas dos desengajamentos.

Com relação às variáveis que pretendem dimensionar o papel desempenhado pelo controle do sindicato para os dirigentes, no período que compreende as eleições até o ano de 1984 foram eleitos 71 dirigentes (37% dos eleitos e 26% do total). Por sua vez, no período seguinte, que compreende as eleições realizadas em 1984 e que vai até o ano de 2004, foram eleitos 121 dirigentes (63% dos eleitos e 44% do total). Em contrapartida, para o primeiro período não foram eleitos 44 militantes (55% dentre os não eleitos e 16% do total) e para o segundo período deixaram de serem eleitos 36 dirigentes (45% dos não eleitos e 13% do total). Lembramos que não necessariamente os militantes derrotados nas eleições sindicais acabaram optando pelo desengajamento, muitos buscaram outros locais de inserção.

### **2.2.1 Cargos no sindicato, reconduções e militantismo**

A variável que apresenta o número de vezes em que o dirigente foi reeleito para a diretoria do sindicato fornece uma ideia da consolidação das redes de relações (profissional, afetivo, militante) ao longo do tempo. Essa variável precisa ser apreciada a partir de uma dimensão, a importância em incorporar determinados

dirigentes, especialmente os dirigentes do período das mobilizações e protestos, pois se tornaram os “marcadores” no processo. Para essa variável, obtivemos informação para 271 dos casos e em apenas um não contamos com dados.

As frequências que obtivemos mostram-nos que, para os dirigentes eleitos entre os anos de 1972 e 1984, a maioria, isto é, 42 casos (15% do total), elegeram-se uma única vez, 14 casos (5% do total) elegeram-se duas vezes, 7 casos (2,5% do total) elegeram-se três vezes e 6 casos (2,2% do total) elegeram-se quatro ou mais vezes. Para os dirigentes eleitos a partir de 1984, obtivemos as seguintes frequências: 36 casos (13% do total) elegeram-se apenas uma vez, 32 casos (11,7% do total) elegeram-se duas vezes, 29 casos (10,6% do total) elegeram-se três vezes e 23 casos (8,4% do total) elegeram-se por quatro ou mais vezes.

Esses números indicam uma tendência visível, a do aumento de reeleições no segundo período, provavelmente motivado por uma maior valorização da militância sindical em detrimento de alguma possível *entrada* para a política partidária ou justamente o contrário, a ênfase na carreira sindical como possibilidade de trânsito para a política partidária através do recrutamento via cargo de confiança. Para os dirigentes que dirigiram o sindicato entre 1972-1984, a participação política no ciclo de protesto do período garantiu as condições para que os dirigentes pudessem efetivamente buscar espaço na política partidária na condição de “eleito”. Seja como for, o fato é que a permanência no sindicato ou a filiação partidária e consequente militância política estão imbricadas.

### **2.2.2 Tipo de cargo ocupado no sindicato e militantismo**

A seguir discutiremos a variável que identifica o tipo de cargo ocupado pelos dirigentes no interior do sindicato. Como destacamos anteriormente, o cargo funcional ocupado pelos dirigentes desempenhou um papel relevante na entrada na militância sindical, uma vez que determinados cargos asseguravam melhores condições e maior estabilidade no emprego. Isso, como vimos, não impediu que trabalhadores que ocupavam cargos menos especializados se engajassem na luta sindical, pois a ligação com os profissionais que possuíam melhor formação e maior segurança provia-os com algumas garantias, sobretudo as alianças forjadas em relações de sociabilidade na fábrica.

Ao ocupar um cargo no sindicato os militantes mantinham “algumas” garantias legais contra as ameaças dos patrões. Se a estrutura de cargos nas empresas era um importante fator de distinção (HUMPHREY, 1982), a estrutura de cargos no sindicato não era simétrica e igualitária; alguns cargos representavam possibilidades maiores que outros.

Um dado relevante para demonstrar que a ocupação de cargos no sindicato foi uma condição fundamental para a obtenção de recursos e para a efetiva militância sindical e/ou entrada na política partidária é o fato de que dos 80 militantes que disputaram as eleições sindicais ao longo do período investigado e que não obtiveram cargo, nenhum deles efetuou com sucesso a *entrada* na política partidária. A distribuição entre os anos de 1972 e 1984 demonstra que para o período ocuparam cargos da diretoria ou equivalente um total de 42 dirigentes (22% do total) e de 29 suplentes (15% do total). E para o período que segue ao ano de 1984 temos ocupando cargos de diretoria um total de 109 dirigentes (56% do total) e 11 (5,7% do total) ocupando cargos de suplente.

A análise dos dados tem pouco a dizer a respeito tanto das assimetrias produzidas pela ocupação dos cargos quanto daqueles que os ocuparam, exceto se cotejarmos esses dados com as frequências dos dirigentes eleitos e não eleitos na política partidária. Dos 151 dirigentes que ocuparam cargo da diretoria um número de 126 dirigentes (83%) não concorreu a cargo eletivo na política partidária contra outros 25 dirigentes (17%) que concorreram totalizando 17 eleitos (68% dos que concorreram) e 8 não eleitos (32% dos que concorreram). Com relação à ocupação do cargo de suplente, totalizaram 41 dirigentes dos quais 37 dirigentes (90%) que não concorreram na política partidária contra outros 4 dirigentes que concorreram sendo destes os quatro eleitos (100% dos que concorreram) e nenhum dirigente não eleito (0,0%).

Desconsiderando os cargos ocupados no sindicato e retomando a distinção entre os dois grandes períodos temporais, temos um panorama distinto. De um total de 29 dirigentes que concorreram para cada período, as frequências são as seguintes: entre os dirigentes que militaram durante o ciclo de mobilização (1972-1984) foram 13 eleitos (92% dos que concorreram no período) e um não eleito (8% dos que concorreram no período) e para o período seguinte (1984 – 2004) foram 8 eleitos (53% dos que concorreram no período) e 7 não eleitos (47% dos que concorreram no período).

Apesar do pequeno número de dirigentes militando na política partidária em relação àqueles que permaneceram no meio sindical ou “desengajaram” da militância sindical, foi possível concluirmos, primeiramente, que os dirigentes que militaram no meio sindical ao longo dos anos 1970 e 1980 transitaram com maior sucesso para a política partidária (via eleição) do que aqueles do período subsequente.

Quanto às distinções na ocupação dos cargos, salvo os cargos do topo da hierarquia, elas parecem não implicar necessariamente maior ou menor efetividade na concorrência por um cargo político. Uma maior relevância foi dada ao destino da trajetória militante dos dirigentes e para isso devemos analisar outras variáveis que identifiquem os diferenciais para a aquisição de recursos capazes de dotar os dirigentes de condições de transitar via eleito para a política partidária.

O recrutamento via eleitorado serviu para dirimir as diferenças internas na ocupação dos cargos e a assimetria de poder nas relações internas do sindicato. Os dirigentes, ao postularem uma vaga na política partidária, concorreram e agregaram as condições de sua identificação, uma identidade estratégica (COLLOVALD, 1988) projetada para o eleitorado que incorporava as narrativas e os feitos do ciclo de protesto e mobilização dos anos 1970 e 1980 e, simultaneamente, uma identidade saliente (McADAM; PAULSEN, 1993) que explicita com maior ênfase as características referentes à origem social.

### **2.2.3 Cargo no sindicato, *entrada* na política e militantismo**

Se mudarmos, entretanto, nosso foco de análise dos dirigentes que transitaram para a política partidária na condição de eleitos para os dirigentes que transitaram para a política partidária na condição de “cargo de confiança” é possível identificar, nesse caso, maiores diferenças entre os dirigentes na ocupação dos cargos. A análise dos 192 militantes que ocuparam cargos no sindicato (151 como dirigente sindical e 41 como suplentes) revela uma maior disposição em recrutar para os “cargos de confiança” nas diversas esferas da administração pública (municipal, estadual e federal) os militantes que ocuparam os cargos de maior destaque no sindicato.

Daqueles que ocuparam ou ocupam cargo de confiança nas três esferas, um total de 19 dirigentes (100% do total) ocuparam no sindicato o cargo de dirigente e

nenhum caso de recrutamento para cargo de confiança de dirigentes que ocuparam outros postos no sindicato. Decorre, portanto, que a maior visibilidade do representante pelo papel desempenhado na organização, se não implicou determinadas condições na elegibilidade na política partidária, traduziu-se em melhores condições para recrutamento através de cargos de confiança. Por um lado, este fato nos levou a pensar na importância do sindicato, enquanto organização passível de ampliar os recursos dos dirigentes eleitos; por outro lado, devemos pensar nas relações que proporcionam esse intercâmbio entre os eleitos e os militantes ligados ao sindicato, em especial, os membros da diretoria.

Por si só isso é demonstrativo de uma interconexão entre os mecanismos de seleção para a política partidária de indivíduos que militavam no meio sindical. É fundamental tentar compreender os mecanismos que tornam possível aos dirigentes adquirirem recursos que possam ser convertidos para transitar para a política partidária não apenas na condição de eleitos, mas também na relação com os “eleitos”.

A análise da distribuição dos 192 dirigentes investigados que ocuparam cargo no sindicato permitiu-nos avaliar a importância do sindicato enquanto organização, a importância do controle dos recursos passíveis de utilização para ampliar as relações e conferir maior autoridade aos dirigentes, garantindo maiores retribuições da militância. Não obstante, explicitou a relação entre o meio sindical e a política partidária, não mediada através de relações simétricas e igualitárias, mas sim por uma intrincada relação entre ocupação de cargos no sindicato e relação com os “eleitos”. A dependência do controle dos recursos conquistados na organização apareceu de forma menos evidente no caso dos dirigentes que se pré-dispuseram a ingressar como eleito na política partidária.

Outro dado que não pode ser desconsiderado entre a relação entre meio sindical e a política partidária é a passagem e ocupação de cargo na CUT. Primeiro, a representatividade do SMABC, quer seja pelo papel da organização no confronto com a ditadura quer seja pela evidência pública de seus principais dirigentes, possibilitou aos dirigentes do sindicato uma forte inserção na CUT. Faz-se necessário identificarmos as frequências a respeito da ocupação de cargos na CUT pelos dirigentes e pelo seu impacto na trajetória dos dirigentes enquanto eleitos ou enquanto recrutados para cargos de confiança.

Dos 191 militantes com cargo no sindicato, 20 deles (10,4% desse total) tiveram algum cargo na CUT; destes, 5 militaram (25% dos que tiveram cargo na CUT) ao longo do período 1972-1984 e 15 (75% dos que tiveram cargo na CUT) no período posterior a 1984. Esses números não representam que os dirigentes do pós-1984 tinham recursos mais atrativos a fim de garantir postos na CUT ou que a explicação reside unicamente na melhor formação técnica desses dirigentes. É necessário observar os mecanismos de produção de interesses e os investimentos militantes.

A fundação do PT e da CUT está fortemente relacionada aos recursos e à posição de militantes expressivos conquistada pelos dirigentes do período do ciclo de protesto. A filiação no PT e a ocupação de cargos na CUT foram possibilidades para todos os dirigentes. O que salientamos é que a baixa ocupação de cargos na CUT pelos dirigentes do período 1972-1984 está ligada ao trabalho de fundação da Central que ocorreu no Congresso de Fundação da CUT<sup>58</sup> entre os dias 26 a 28 de agosto de 1983, no pavilhão Vera Cruz em São Bernardo do Campo.

E, não menos importante, deve-se ao fato de que a fundação do Partido dos Trabalhadores fora anterior a fundação da central. Logo, a inserção na política partidária foi o meio preferencial desses dirigentes. Para os dirigentes do período posterior, a CUT representava um estágio acima em termos de carreira militante em relação ao SMABC e, como veremos, uma possibilidade de *entrada* na política partidária via recrutamento para cargo de confiança.

Dos 20 dirigentes do SMABC que possuíam cargo na CUT, sete (35% dos que possuíam algum cargo) foram recrutados para cargo de confiança nas diversas esferas da política partidária e outros cinco foram eleitos (25%). Isso demonstra o canal aberto entre a política partidária e o meio sindical através da ocupação de cargo na CUT e o ingresso dos dirigentes na política partidária, exclusivamente através da militância política no Partido dos Trabalhadores.

Foram doze dirigentes (60%) que transitaram para a política partidária, seja como eleito, seja como cargo de confiança. Antes de apresentarmos através das frequências a filiação partidária dos dirigentes, pretendemos demonstrar a relação

---

<sup>58</sup> Naquele momento, 5.059 delegados, de 912 entidades, sendo, dentre elas, 335 urbanos, 310 rurais, 134 associações pré-sindicais, 99 associações de funcionários públicos, 5 federações, 8 entidades nacionais e confederações participaram da fundação da CUT.

entre ocupação de cargo na CUT e filiação partidária como forma de corroborarmos a ideia apresentada acima.

Dos 20 dirigentes que ocuparam cargo na CUT, 15 dirigentes (75% dentre os que ocuparam cargo e 5,5% do total) eram ou são filiados ao Partido dos Trabalhadores. Para quatro deles (20% dentre os que ocuparam cargo e 1,5% do total), não possuímos informação a respeito da filiação partidária e apenas um (5% dentre os que ocuparam cargo e 0,4% do total) é filiado a outro partido (PCB). Esses números são um forte indicativo da relação umbilical entre a CUT e o PT e, mais do que isso, do “canal” de recrutamento existente na composição de quadros na política, favorecendo a *entrada* para os dirigentes engajados e militando na CUT. Adicionalmente, convém lembrar que estamos investigando apenas os dirigentes saídos do SMABC e que tiveram passagem pela CUT com ocupação de cargo.

#### **2.2.4 Filiação partidária e militância**

A respeito da filiação partidária dos dirigentes, contamos com informação para poucos casos, se considerarmos a totalidade de casos investigados (n=272), possuímos dados para 57 casos (20% dos casos). Os dados são os seguintes: 51 filiados ao Partido dos Trabalhadores (18% do total e 89% dos casos para o qual dispomos de informação), 2 casos filiados ao PMDB (0,7% do total e 3,5% dos casos para o qual dispomos de informação), 1 caso filiado ao PCB (0,4% do total e 1,7% dos casos para o qual dispomos de informação) e 3 dirigentes filiados a outros partidos (1,2% do total e 5,3% dos casos para o qual dispomos de informação).

A alta taxa de filiação ao PT explica-se pelo papel desempenhado pelos dirigentes do sindicato na própria criação e fundação do partido e pelo contínuo entre o sindicato e partido. Um aparece como prolongamento do outro e como forma de inserção dos dirigentes em sua militância. A filiação ao (P)MDB deve ser compreendida como uma das opções dos dirigentes que militaram à época da redemocratização em evitar os custos de participação na criação do PT. Podemos citar como exemplo o fato de que os dois casos encontrados (100%) são de dirigentes que militaram no sindicato ao longo dos anos 1970. Caso similar é o de filiação ao PCB que responde à vinculação e socializações anteriores e corresponde à militância nas décadas de 1960 e 1970.



A relação do SMABC aparece fortemente relacionada com a política partidária, através da filiação partidária no PT e da ocupação de cargos nas diversas esferas na qual o partido governa. Igualmente, a multiposicionalidade militante dos dirigentes responde pela dinâmica dessa interação, que movimenta um conjunto de relações sociais e uma relação imbricada de identificação. A análise das vinculações partidárias por período demonstra que, entre os dirigentes do sindicato que militaram no período de 1972-1984, predominou o vínculo ao PT com 19 casos (79% dos casos para o qual dispomos de informação no período) secundado pelo vínculo ao MDB/PMDB com dois casos (8,3% dos casos para o qual dispomos de informação no período). Por fim, temos dois dirigentes com vínculos em outras agremiações partidárias (8,3% dos casos para o qual dispomos de informação no período) e um caso vinculado ao PCB (4,4% dos casos para o qual dispomos de informação no período).

A filiação partidária, majoritariamente no PT no período, ressalta alguns fatores: primeiro, não possuímos informações a respeito de pertencimentos a partidos políticos anteriores à fundação do PT, exceto para aqueles já apresentados, que eram filiados ao (P)MDB e que na redemocratização seguiram filiados a esse partido e um caso filiado ao PCB. Esse fato pode ser comprobatório de que ou os dirigentes ocultavam a filiação partidária por conta da militância sindical e do discurso apolítico ou os dirigentes ocultavam filiações de esquerda pelas consequências em termos de repressão. Por fim, a ausência de vinculações partidárias significativas no pré-1980 pode ter como razão o fato de que realmente os dirigentes envolvidos na militância sindical no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 desconsideravam a militância político-partidária.

No caso dos dirigentes que militaram no período de 1984 a 2005, a vinculação partidária com o PT é ainda mais forte, sendo que para os 34 casos para o qual dispomos de informação temos 33 casos (97% dos casos com informação) filiados ao PT e apenas um caso (3% dos casos para o qual temos informação) filiados a outros partidos, nesse caso o PPS. Esse aumento de filiações ao Partido dos Trabalhadores tem razões históricas, pois, após a redemocratização, a vinculação partidária ocorreu sem os custos de outrora e, fundado o PT, este passou a ser o destino preferencial dos metalúrgicos pertencentes ou não à diretoria do sindicato.

A relação entre ocupação de cargo no sindicato, filiação partidária no Partido dos Trabalhadores e passagem e ocupação de cargo na CUT é direta com a conquista de cargo, seja como “eleito” seja como “cargo de confiança” na política partidária. A entrada na militância político-partidária, se considerarmos os casos para o qual dispomos de informação (57 casos) sobre a filiação partidária, encontra-se distribuída da seguinte forma: daqueles que possuíam vínculo com o PT, 16 dirigentes (28,5%) não concorreram a cargos eletivos ou ocuparam “cargos de confiança” e seguiram no meio sindical. Temos ainda 17 dirigentes (29,5%) que participaram nas disputas eleitorais na condição de “eleitos” e 18 dirigentes (31,5%) que ingressaram nas disputas políticas na condição de “cargo de confiança”.

Se observarmos a vinculação partidária a outros partidos, o número de casos é baixo para permitir comparações; entretanto, convém explicitá-los: dos dirigentes vinculados ao MDB/PMDB um dirigente (1,75%) ingressou nas disputas político-partidárias enquanto “eleito” e o outro dirigente (91,75%) não ingressou. O dirigente (1,75%) vinculado ao PCB não ingressou na política partidária. E, por fim, daqueles filiados a outros partidos, um dirigente (1,75%) não participou de disputas eleitorais, um (1,75%) ingressou como “eleito” e outro (1,75%) como “cargo de confiança”.

Desconsiderando o período de ocorrência da *entrada* na militância político-partidária, é possível identificar a forte vinculação ao Partido dos Trabalhadores. Se cruzarmos esses dados com aqueles que refletem a distribuição dos dirigentes que transitaram para a militância na política partidária, observaremos que a grande maioria concentra-se entre os dirigentes que militaram no sindicato até 1984. A distribuição aponta para um total de 13 dirigentes (65% do total de eleitos) contra 7 dirigentes eleitos (35%) que militaram após 1984 e, mais do que isso, a relação inverte-se quando observamos o caso de dirigentes que transitaram para a militância política através de cargo de confiança. Para os que militaram antes de 1984, tivemos 5 casos (25%) contra 14 casos (75%) que ocuparam cargo no sindicato no pós-1984.

Essa relação leva-nos a concluir que esses dirigentes, além de dependerem do acesso aos recursos conquistados na organização e do cargo ocupado, tiveram suas possibilidades ampliadas pela ocupação de cargo na CUT, pelas relações e pelos vínculos propiciados pelo pertencimento ao PT para transitarem para a militância político-partidária.

Considerando-se que a relação entre eleitos e recrutados para os cargos de confiança é diretamente relacionada, isto é, “eleitos” tendem a recrutar para seus gabinetes, secretarias, ministérios, em muitos casos os dirigentes do sindicato, não sem razão, a totalidade dos dirigentes recrutados para cargos de confiança estava entre os detentores de cargos relevantes no sindicato e, mais do que isso, o maior número de eleitos encontra-se entre os dirigentes do período 1972-1984, perfazendo um total de 13 dirigentes eleitos contra os 7 eleitos para os dirigentes do período subsequente.

A passagem pela CUT com a ocupação de cargo aparece de forma mais vinculada à passagem pela diretoria do sindicato. Dos 20 casos, 18 dirigentes (90% dos casos) haviam ocupado esse tipo de cargo no sindicato e apenas 2 dirigentes (10% dos casos) haviam sido suplentes. A relação, entretanto, vincula também a ocupação de cargos na CUT com a filiação partidária, privilegiadamente o PT, sendo que, dos 20 casos, um total de 15 dirigentes (75% do total) tem vínculo com o partido. Sintetizando, há uma forte relação entre a militância política e a militância sindical, estabelecida pelo controle dos recursos do SMABC e a ocupação de cargos na CUT. Observamos essa mesma relação entre a filiação partidária no PT e a ocupação de cargos de confiança, sobretudo, para os dirigentes que ocuparam o sindicato no pós-1984.

A análise das trajetórias militantes dos dirigentes desse período precisa considerar essa dinâmica. Dito isso, passaremos a analisar mais especificamente os dirigentes do período de 1972-1984 através de algumas variáveis escolhidas para dar conta da especificidade de suas trajetórias.

### 2.3 A MILITÂNCIA NA CONJUNTURA CRÍTICA

Através da análise dessas variáveis, pretendemos identificar as diferentes trajetórias dos dirigentes que militaram no SMABC no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Quanto à primeira das variáveis investigadas, se os dirigentes sofreram ou não com a repressão, precisamos, antes de qualquer coisa, lançar mão do entendimento de que vigorava uma ditadura civil-militar no país. Naquela conjuntura, qualquer greve ou protesto colocava em risco todos os envolvidos, uma vez que os custos de sofrer com a repressão do regime eram altos.

Nesse caso, de uma ou de outra forma todos os dirigentes poderiam sentir-se alvos da repressão do regime, fosse pela perseguição no local de trabalho, pelos constrangimentos impostos a atividade sindical, etc. Por essa razão, delimitamos aqui que consideramos repressão do regime, para fins analíticos, as prisões, enquanto constrangimento público sofrido pelos dirigentes. Entendemos que os desdobramentos das prisões, tais como mobilização popular em favor dos presos, repercussão na imprensa nacional e internacional foram incorporadas às trajetórias militantes dos dirigentes traduzindo-se em importantes recursos, acessíveis para eles na militância política partidária.

### **2.3.1 Repressão e militantismo**

Dos 272 dirigentes investigados e dos 114 pertencentes ao período de 1972-1984, 12 dirigentes (4,4% do total e 10,5% dentre os pertencentes ao período de 1972-1984) sofreram repressão do regime na forma de prisão. Obviamente os dirigentes submetidos a esse tipo de repressão foram aqueles que militaram ao longo do ciclo de protestos dos anos 1970 e 1980, enquanto os dirigentes que se engajaram posteriormente no sindicato não vivenciaram diretamente – na condição de dirigentes do sindicato - nem as grandes mobilizações tampouco as consequências diretas que o engajamento proporcionou para os dirigentes que participaram.

Como podemos observar nas frequências, todos os casos referem-se aos dirigentes que militaram até o ano de 1984, sem nenhuma ocorrência para os dirigentes que militaram no pós-1984 (0%), com apenas um caso não informado (0,4% do total). O pequeno número de dirigentes que sofreram com a repressão (prisão) do regime no período acrescentou esse recurso em termos de repercussão biográfica, sobretudo por firmarem posição enquanto militantes contra a ditadura militar. Podemos situar a prisão desses dirigentes como um momento diferenciado e marcante em seus itinerários.

A relação dos dirigentes que sofreram repressão com a *entrada* na política evidencia que, dos 12 dirigentes, sete deles (58,3% dos dirigentes que ingressaram na militância política e 2,6% do total) ingressaram na militância política, seis (50% dos que ingressaram na militância política e 2,2% do total) na condição de “eleitos” e um dirigente (8,3% dos dirigentes que ingressaram na militância política e 0,4% do

total) na condição de “cargo de confiança”. Outros seis dirigentes (2,2% do total) não transitaram para a militância política, nem enquanto eleito tampouco como “cargo de confiança”.

Naturalmente essa era uma via mais difícil de recrutamento por tratar-se de um período de autoritarismo. Se levarmos em conta ainda, dentre os dirigentes que sofreram repressão, aqueles que optaram posteriormente pelo desengajamento da militância, teremos dois casos (16,6%) contra dez casos (84,4%) que permaneceram engajados. Daqueles que sofreram com a repressão, seis concorreram a cargo eletivo e os seis foram eleitos, totalizando 100%. Também é preciso que se mencione que, dos 12 dirigentes, nove (75%) deles ocuparam cargo de diretor sindical para apenas 3 dirigentes (25%) que ocuparam o cargo de suplente.

### **2.3.2 Participação nas grandes mobilizações e militância**

Outra variável a ser considerada é a de efetiva participação nos eventos do ciclo de protesto do final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Reconhecemos aqui como dirigentes destacados naquele contexto aqueles cuja exposição pública colocou em evidência.

Dos 272 dirigentes investigados, apenas aqueles que se engajaram e militaram no sindicato na condição de dirigente eleito entre os anos 1970 e 1980 evidenciaram esse reconhecimento e a possibilidade de incorporá-lo como recurso. De um total de 114 dirigentes que militaram até o ano de 1984 (na condição de dirigente do sindicato), 23 dirigentes (20% dos dirigentes que militaram no período e 8,4% do total) ganharam notoriedade com o ciclo de protesto. Inicialmente a mobilização dos operários do ABC paulista foi interpretada, quer pela imprensa, quer pela intelectualidade, nos mesmos moldes das lutas operárias do modelo de luta de classes. Não tardou, entretanto, para que os sociólogos atentassem para diferenças entre os repertórios de ação coletiva, os discursos das lideranças e as diferentes redes de relações, não necessariamente ligadas aos Partidos Comunistas (HUMPHREY, 1982; ALMEIDA, 1983a, 1983b).

A participação nas mobilizações, greves e atos contra a ditadura no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 proporcionaram aos dirigentes sindicais tornarem-se figuras relevantes no cenário nacional. Essa condição teve estreita relação com suas possibilidades de inserção na política partidária, como podemos observar se

considerarmos a população investigada (n=272) e compararmos os indicadores daqueles que se destacaram naquela conjuntura com dirigentes que militaram no período subsequente.

Destes, a grande maioria, não se encontrava engajada e militando no sindicato, como podemos observar nos dados a serem apresentados: 7 dirigentes (30,4% dos dirigentes que se destacaram no período e 2,6% do total) não entraram na política partidária, permanecendo militando no meio sindical ou tendo “saído” da militância, 226 dirigentes (90,8% dos que não se destacaram no ciclo de protestos e 83,1% do total) também não entraram na política partidária, permanecendo engajados e militando no meio sindical ou optando pelo desengajamento.

Quanto à *entrada* na política partidária, os números são ainda mais ilustrativos: dentre os dirigentes que militaram na conjuntura crítica, 10 dirigentes foram eleitos (43,5% e 3,7% do total); já entre os que não militaram ao longo do ciclo de protesto, o mesmo número, isto é, 10 dirigentes, foram eleitos (4% e 3,7% do total). Apesar de o número de eleitos entre os que participaram e o número de eleitos entre aqueles que não participaram da mobilização do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 ter sido o mesmo, em termos percentuais a diferença é imensa. Essa relação faz-nos pensar no lucro simbólico obtido pela efetiva e reconhecida participação naqueles eventos e, mais do que isso, da incorporação em suas biografias de “causas”, tais como a luta contra a ditadura.

#### 2.4 DESENGAJAMENTO E MILITÂNCIA

Se considerarmos a opção do dirigente em engajar-se e permanecer engajado ou desengajar-se, observaremos que os dirigentes que adquiriram notabilidade na conjuntura crítica tiveram maiores incentivos para continuarem engajados e militando. Dos 23 dirigentes identificados como indivíduos “marcadores”, reconhecidos publicamente pela militância no período, 22 dirigentes (95,7% dos dirigentes mais destacados do período e 8,1% do total) prosseguiram engajados e apenas 1 dirigente (4,3% dos dirigentes mais destacados do período do período e 0,4% do total) optou pelo desengajamento.

Por outro lado, dos dirigentes de menor destaque público ou que se engajaram e militaram em outras conjunturas, 95 dirigentes (38,6% dos que optaram pelo desengajamento e 34,9% do total) permaneceram engajados conquanto 153

dirigentes) 61,4% dos que optaram em permanecer engajados e 56,2% do total optaram por desengajar-se. Nesse último número, entretanto, adicionamos o conjunto dos militantes que foram derrotados nas eleições sindicais e que, portanto, permaneceram sem cargo junto à organização do sindicato, dificultando as condições de engajamento e militância efetiva.

Se considerarmos apenas os dados referentes às disputas eleitorais para composição das diretorias, veremos uma diferença no que diz respeito à decisão de permanecer engajado e militando e desengajar-se entre os dirigentes que lograram sair vitoriosos nas eleições e aqueles que não obtiveram êxito. Os números revelam essa diferença, conforme podemos observar: dos 79 militantes (29% do total) que permaneceram sem cargo (por conta de derrota nas eleições), apenas 8 militantes (10,1% daqueles que foram derrotados nas eleições sindicais e 2,9% do total) permaneceram engajados e militando contra 71 militantes (89,9% daqueles que foram derrotados nas eleições sindicais e 26,1% do total) optando pelo desengajamento. O número maior de desengajamentos do que a permanência na militância pelos militantes derrotados nas eleições sindicais era algo esperado, pois os custos de permanecer sem cargo dificultavam a possibilidade de continuar a militância sindical.

Mesmo subtraindo o número de militantes que optaram pelo desengajamento em reconhecimento a esses fatores, ainda assim a diferença entre os que permaneceram engajados e militando e os que optaram pelo desengajamento é significativa, se considerarmos a diferença entre aqueles que se engajaram e militaram antes de 1984 e aqueles que se engajaram e militaram no pós-1984. Os números são mais expressivos se considerarmos que os detentores de cargos no sindicato sejam eles aqueles que fizeram parte da diretoria, sejam aqueles que eram suplentes seguiu em maior número engajados e militando.

Para ilustrarmos, dos 151 militantes que ocuparam a direção do sindicato ou cargo equivalente, 89 dirigentes (58,9% dos que ocuparam cargo de diretoria e 32,7% do total) e 20 dirigentes que ocuparam a condição de suplentes (48,8% dos que se elegeram como suplentes e 7,4% do total) seguiram fazendo engajados e militando contra 62 dirigentes (41,1% dos que se elegeram como diretores e 22,8% do total) e 21 dirigentes (51,2% dos que conquistaram cargo de suplentes e 7,7% do total) optaram pelo desengajamento.

Comparativamente, podemos observar que a diferença entre os dirigentes que seguiram engajados, isto é, militando seja na política partidária, seja no meio sindical, e aqueles que optaram pelo desengajamento da militância não é significativa, se considerado o cargo ocupado no sindicato, mas é fundamental em relação àqueles que não ocuparam cargo em função de derrotas eleitorais. Esses números reafirmam a importância do controle da organização do sindicato e conseqüentemente da distribuição de cargos como forma de garantir as condições para a militância no meio sindical, sobretudo se considerarmos os dirigentes engajados e militando na conjuntura crítica do final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Foram as próprias retribuições da militância que retroalimentaram as possibilidades mais efetivas dos dirigentes de permanecerem na militância sindical (uma vez eleitos) ou de passarem para uma militância político-partidária.

## 2.5 FUNDAÇÃO DA CUT E MILITANTISMO

Ao investigarmos as especificidades dos dirigentes que militaram naquela conjuntura, precisamos avaliar o impacto em suas trajetórias militantes de duas outras variáveis que devem ser consideradas, o de fundador(a) da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de fundador(a) do Partido dos Trabalhadores (PT). Com relação à primeira variável apresentada, a de fundador da CUT, é necessário atentarmos para a particularidade histórica da fundação dessa Central Sindical.

O processo de Abertura Política permitiu, ademais, o início de um ciclo de protestos que, entre outras coisas, garantiu condições favoráveis para o surgimento de lideranças. Além do confronto entre militares e civis em relação à forma de eleição para o executivo do país e da prevalência da eleição indireta, outro ponto de desacordo foi o da fundação de uma central sindical representativa para os trabalhadores do país. Essa era uma das demandas dos dirigentes sindicais do SMABC, que a ditadura civil-militar via com desconfiança.

A Central Geral dos Trabalhadores, extinta após o Golpe Militar, representava para os detentores do poder no pós-1964 uma organização que ameaçava a ordem interna do país, abrindo espaço para o “comunismo internacional”. Esse discurso visava legitimar a campanha dos militares contra as entidades sindicais, especialmente contra a CGT. Esse é um dos fatores pelo qual a Central Única dos Trabalhadores foi fundada apenas em 1984, considerando-se que, mesmo a



fundação do Partido dos Trabalhadores, com todos os riscos que poderiam vir a representar para os militares, não foi tão obstaculizado quanto à fundação da CUT. A fundação tardia dessa organização explica de certa forma porque os dirigentes que militaram na conjuntura crítica não ocuparam em grande número cargos na organização.

Ao observarmos na análise dos dados que relacionam os dirigentes identificados como fundadores da CUT e sua entrada na política partidária, alguns números destacam-se: dentre os que se engajaram no sindicato até o ano de 1984 temos um total de 4 dirigentes (66,6% dos fundadores da CUT e 1,4% do total) e 110 dirigentes (41,7% dos que não participaram da fundação da CUT e 40,3% do total) que não são fundadores da Central Única dos Trabalhadores. Para os dirigentes que se engajaram e militaram no pós-1984, temos 2 dirigentes (33,3% dos fundadores da CUT e 0,7% do total) contra 155 dirigentes (58,3% dos que não participaram da fundação da CUT e 57% do total) que não são fundadores da Central Única dos Trabalhadores.

A diferença pouco representativa entre o número de dirigentes que militaram antes de 1984 no SMABC daqueles que militaram depois no que diz respeito à fundação da CUT tem uma explicação: a fundação tardia da Central e o fato de que muitos dos dirigentes que se engajaram e militaram no sindicato antes de 1984 tiveram como opção preferencial a *entrada* na militância política partidária.

A ênfase dada à militância no Partido dos Trabalhadores pelos dirigentes do período pré-1984 não diminuiu a importância da passagem pela CUT como veremos nos números apresentados a seguir: dentre os dirigentes que trabalharam na fundação da CUT, o percentual de ingresso na política partidária foi de 100%, sendo que 5 dirigentes (83,3% dos fundadores da CUT e 1,8% do total) foram eleitos para cargos políticos e 1 dirigente (16,7% dos fundadores da CUT e 0,4% do total) ocupou um cargo de confiança. Dentre os que não fundaram a CUT, um total de 233 dirigentes (87,6% dos não-fundadores da CUT e 85,7% do total) não entrou na militância político-partidária; já entre aqueles que entraram na política partidária, 15 dirigentes (5,6% dos não-fundadores da CUT e 5,5% do total) ingressaram na condição de “eleitos” para algum cargo e 18 dirigentes (6,8% dos não-fundadores da CUT e 6,6% do total) ocuparam cargo de confiança.

Se considerarmos o resultado obtido nos pleitos eleitorais pelos fundadores da CUT, veremos que ele foi de 100%, pois, dos dirigentes do SMABC, fundadores

da Central Única dos Trabalhadores, a totalidade conseguiu eleger-se para cargo político e apenas um não concorreu que, como vimos anteriormente, acabou ocupando cargo de confiança. Dentre os não-fundadores da CUT, por sua vez, 241 militantes (90,6% dos não-fundadores e 88,6% do total) não concorreram e 9 dirigentes (3,4% dos não-fundadores e 3,3% do total) não foram eleitos.

Os números apresentam as diferenças entre os fundadores da CUT e os não fundadores. Os poucos casos de dirigentes que participaram do processo de fundação da maior central sindical do país e na época a única tiveram maior sucesso na *entrada* na militância política partidária do que os não fundadores. Ainda que os números absolutos entre uns e outros não demonstrem isso, os percentuais são majoritariamente favoráveis aos fundadores. Entre os não fundadores o percentual dos que não concorreram é muito maior (90,6% dos não fundadores contra 16,7% dos fundadores) e o percentual de não eleitos também é elucidativo (3,4% dos não-fundadores contra 0% dos fundadores).

Os números indicam que o fato de ser um fundador da Central Única dos Trabalhadores guarda uma estreita relação com as possibilidades de trânsito para a política partidária. Não podemos deixar de observar que o fato de ser um fundador da CUT não apenas acrescenta qualitativamente na biografia militante dos dirigentes, como é possível que, pela própria condição de representante, essa condição implique a ampliação das relações sociais desses dirigentes. Seja como for, a condição de fundador da CUT conferiu enorme prestígio àqueles dirigentes que se dedicaram a sua criação, pois o aspecto referente à biografia dos dirigentes confunde-se em parte com a própria história de organização.

Essa situação, como já mencionamos, teve um papel importante como um considerável impedimento para o desengajamento. Exemplo disso é que todos os dirigentes fundadores da CUT vinculados ao SMABC seguiram engajados (100% dos fundadores e 2,2% do total). Os números apresentados reforçam a ideia apresentada de que o fato de ser “fundador” pesou decisivamente na trajetória dos dirigentes tornando-os menos suscetíveis ao desengajamento.

Os dados apresentados em relação aos dirigentes que se destacaram nas mobilizações do final dos anos 1970 e ao longo da primeira metade dos anos 1980 já não apresentam uma relação tão direta com a CUT. Os números demonstram que, dentre os dirigentes com maior visibilidade pública no ciclo de protesto, 3 dirigentes (50% entre os fundadores da CUT e 1,1% do total) envolveram-se na

fundação da Central Única dos Trabalhadores; e ainda dentre os de maior visibilidade pública, 20 dirigentes (7,4% do total) não participaram da fundação da CUT. Por outra parte, entre os dirigentes que, por várias razões, não se destacaram ao longo do ciclo de protesto, 3 dirigentes (50% entre os fundadores da CUT e 1,1% do total) e entre os não fundadores despontam 246 dirigentes (90,4% do total).

O fato de haver maior número de dirigentes que militaram no ciclo de protesto não nos permite dizer que a condição de destaque tenha relação direta com a participação na fundação da CUT. Primeiro, como já mencionamos anteriormente, a fundação da CUT foi extemporânea em relação ao ciclo de protesto e o engajamento na fundação do PT. Logo, nem todos os dirigentes envolveram-se diretamente na fundação da Central Única, apesar de esse ser um interesse da maioria, senão da totalidade dos dirigentes sindicais. Segundo, o fato da fundação ter ocorrido de forma tardia proporcionou aos militantes que se tornaram dirigentes sindicais no SMABC em 1984 participarem da fundação da Central, garantindo-lhes a condição de partilharem dessa condição com os dirigentes que militaram até 1984. O mesmo fato não é observado para citarmos como exemplo, na fundação do Partido dos Trabalhadores, exatamente pela razão inversa, o da fundação ter ocorrido ainda no ano de 1980.

A relação entre os fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e os fundadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nem sempre é evidente e as razões para isso, além da já mencionada diferença temporal entre a fundação de uma organização e outra, pode residir nas diferentes opções de trajetória militantes dos dirigentes. A opção por militar no meio sindical encontrou um espaço privilegiado para a ocupação de um cargo eletivo ou não na CUT. A militância através do pertencimento a uma organização como a CUT, nesse caso, foi o ponto alto na biografia militante de qualquer dirigente.

Para os que priorizaram a política partidária, em particular, através da condição de eleito, o fato de ser um fundador da CUT e simultaneamente do PT serviu para compor uma trajetória “ideal”. De acordo com a análise dos dados obtidos, 4 dirigentes (66,7% dos fundadores da CUT e 1,5% do total) fundaram simultaneamente o PT e a CUT e apenas 2 dirigentes (33,3% dos fundadores da CUT e 0,7% do total) que fundaram a CUT não participaram na fundação do PT.

### 2.5.1 Fundação do PT e militância

A fundação do Partido dos Trabalhadores ocorreu em 1980 e foi, sob muitos aspectos, a grande novidade no processo de redemocratização conduzida pelas elites civis e militares. Para grande parte dos dirigentes do SMABC, a fundação de um Partido dos Trabalhadores representava a possibilidade de ampliar o próprio espaço da militância. Obviamente que um aspecto fundamental dessa relação não é jamais citado, o de que a fundação do PT representou antes de qualquer coisa a possibilidade de ampliação nas retribuições do militância para esses dirigentes sindicais. Ademais, especialmente para aqueles que militaram antes de 1984 e estavam mais sujeitos à repressão e deposição dos cargos no sindicato, representava uma forma de não retornar à situação de operário fabril.

Mais do que ser fundador da CUT, o fato de ser fundador do PT desempenhou um papel singularmente importante na biografia militante dos dirigentes. Observar esse fato levou-nos a questionar sobre as potencialidades não apenas de ser um “fundador”, mas dos usos possíveis para essa condição. Como forma de mapearmos essas possibilidades, devemos observar os números referentes aos resultados políticos – na arena político-partidária - obtidos pelos dirigentes “fundadores” e a relação entre ser um “fundador” e haver militado no ciclo de protesto dos anos 1970 e 1980.

Ao analisarmos a relação entre o fato de ser um “fundador” do Partido dos Trabalhadores (PT) e os resultados observados na política partidária, obtivemos as seguintes frequências: todos os 9 dirigentes fundadores do PT concorreram a cargos eletivos (100% dos “fundadores” e 3,3% do total) e destes oito dirigentes conseguiram eleger-se (88,9% dos “fundadores” e 2,9% do total) e apenas um dirigente não conseguiu eleger-se (11,1% dos “fundadores” e 0,4% do total). Dentre os não fundadores, 242 não concorreram (92% dos não-fundadores e 89% do total), foram eleitos 13 dirigentes (4,9% dos não-fundadores e 7,7% do total) e não conseguiram eleger-se 8 dirigentes (3% dos não-fundadores e 3,3% do total).

Os números autorizam-nos a identificar uma relação estreita entre ser fundador do Partido dos Trabalhadores e a possibilidade de eleger-se. Com relação aos fundadores do Partido dos Trabalhadores que militaram durante a conjuntura crítica, os números obtidos demonstram que a grande maioria desses dirigentes foram protagonistas na fundação do PT, sendo 7 deles de maior destaque público

(77,7% dos “fundadores” e 2,6% do total) e apenas 2 dirigentes (22,2% dos “fundadores” e 0,7% do total) não tendo participado. Esses números evidenciam, em mais de uma variável, a forte conexão entre a participação no ciclo de protesto e os investimentos militantes decorrentes (fundação da CUT, do PT, etc.).

Entre os dirigentes que militaram ativamente durante o ciclo de protesto, 16 deles (6,1% dos que militaram até 5,9% do total) não estiveram presentes na fundação do Partido dos Trabalhadores. Observamos ainda que não constam entre os “fundadores” os dirigentes que não militaram durante a conjuntura crítica dos anos 1970 e 1980, que somam 247 dirigentes (93,9% dos dirigentes de menor destaque público e 90,8% do total).

Considerando-se a relação dos dirigentes do SMABC com a fundação do PT e da CUT, sobretudo na condição de seus principais representantes, seria de esperar que houvesse uma forte coincidência entre os “fundadores” das duas organizações. Mais do que isso, que a condição e a identificação militante “metalúrgica e sindical” levassem-nos a acionar essa identidade na época. Isso se revela de fato se observarmos os dirigentes mais expressivos daquela conjuntura; porém, aparece secundarizado, ou até mesmo não aparece, quando se trata de alguns dirigentes, que transitaram para a política partidária ainda no início dos anos 1980. Seja como for, é elucidativo que em poucos casos haja uma sintonia propositalmente alegada entre a condição de “fundador” das duas organizações e a militância sindical ou político-partidária.

Efetivamente, o que vemos é que, diante da multiposicionalidade militante dos dirigentes, predomina a opção pela militância político-partidária (seja na condição de eleito ou de recrutado via cargo de confiança). Essa é ao menos a ênfase observada nas frequências e permite-nos, além da trajetória desses dirigentes, observamos a trajetória daqueles que desengajaram e daqueles que seguiram militando, dentre os quais aqueles que permaneceram exclusivamente no SMABC.

Entre os que avançaram para outras organizações, podemos investigar as trajetórias daqueles dirigentes que ocuparam cargo na CUT dos dirigentes que transitaram como “eleitos” para a política partidária ou daqueles que ingressaram na condição de cargo de confiança. Pretendemos, através da análise das variáveis investigadas, identificarmos a forma como cada uma dessas variáveis impactou na trajetória militante dos dirigentes, que associa diferentes identidades, significados,

entrecruzamentos pelas diferentes organizações e conseqüentemente diferentes recompensas para sua militância.

## 2.6 CONSTRUINDO A LEGITIMAÇÃO NA CONJUNTURA CRÍTICA

Para os dirigentes do SMABC da década de 1970, a transgressão da ordem instituída dependeu da ênfase no discurso contra aqueles que eram caracterizados como adversários na luta sindical: “[...] o principal inimigo é o movimento sindical pelego que te sufocava batia em você quando discordava te dava que segurava alguns sindicatos importantes [...]” (entrevista com Expedito Soares). A visão dos dirigentes sobre essas mudanças pôde ser observada em vários momentos das entrevistas, por exemplo, Osvaldo Cavnato ressaltando as diferenças entre os dirigentes eleitos em 1975 comentou que: “[...] eu acho que dentro do sindicato principalmente depois de 64 os dirigentes sindicais tinham outra visão mesmo que não seja pelego, mas uma visão de levar vantagem” (entrevista com Osvaldo Cavnato).

No conflito interno era importante estabelecer a distinção entre os dirigentes do sindicato e seus antecessores e concorrentes, pois isso implicava a possibilidade de desconstituir algumas lideranças que ainda gozavam de prestígio. Por outro lado, possibilitou a constituição de um discurso que unificou a militância contra um opositor pejorativamente denominado “pelego” e fundamentou a identidade de uma militância sindical combativa.

A postura mais engajada dos dirigentes no pós-1975 encontrou respaldo nas modificações efetuadas em torno dos nomes que compunham essa nova diretoria e que utilizavam estratégias de atração de novos militantes, sobretudo a figura do secretário responsável pela seguridade social e, a partir de então (1975), presidente do sindicato, Luís Inácio da Silva. Quanto a esse dirigente Osvaldo Cavnato relatou que:

[...] pegamos um cara carismático, um cara que tinha liderança, que tinha uma popularidade. O pessoal vinha aqui para beber e conversar, tomar uma cachaça. Todo mundo bebia era a forma de conversar com as pessoas, conhecê-las. Cara safado, era muito amigo dele por isso que ele me chamou para montar aqui, me chamou em 75 [...].(entrevista com Osvaldo Cavnato)

O entrevistado Osvaldo Cavnato ressaltou a todo instante a proximidade criada pelas novas condições no sindicato entre os associados e os dirigentes e como isso afetou a estrutura de engajamentos. A legislação amarrava os sindicatos,

sobretudo naquilo que se entende seja sua tarefa principal: a de garantir meios de negociar melhorias para as categorias sob sua jurisdição. A própria estrutura sindical, ao atrelar os sindicatos ao Ministério do Trabalho, interferia diretamente na capacidade dos sindicatos criarem agendas próprias. A repressão, o controle sobre os sindicatos e a intervenção sobre os dirigentes dessas organizações tornaram-nos órgãos mais voltados a práticas assistencialistas. Essa era um das principais críticas dos dirigentes do SMABC no pós-1975.

É preciso que se destaque que a mudança operada no sindicato não foi necessariamente fruto de uma nova composição na direção do sindicato, pois, como observamos, tanto a eleição de 1972 quanto a de 1975, deram-se por um processo de cooptação dos grupos e lideranças emergentes. Reduzir a discussão a uma simples tomada de poder serviria para ocultar os mecanismos de cooptação de lideranças e os próprios dados analisados que nos apontam nessa direção.

Ao longo dos processos eleitorais, alguns nomes foram sendo secundarizados e, mesmo entre os eleitos, alguns dos dirigentes perderam espaço dentro da organização, vendo-se desprovidos de recursos. Quanto às práticas assistencialistas, essas eram assinaladas como um problema na consciência do trabalhador, mas foram consideradas como ponto de partida para engajar esses trabalhadores na militância sindical. Os depoimentos de alguns dos entrevistados procuram demonstrar como esse trabalho foi realizado:

Tanto é que o sindicato naquele período era uma entidade que era para ter médico, dentista, colônia de férias. O governo dava o local para construir a colônia de férias para o sindicato, sabe então você da todo esse tipo de assistencialismo pra um [...] e pra gente ir quebrando isso ai não foi um negócio muito fácil, você ter barbeiro dentro de um sindicato [...] tem que ter barbeiro, ter dentista sabe isso ai na verdade era uma obrigação do Estado, na medida, que o sindicato é um órgão de luta de organizar os trabalhadores [...] (entrevista com Eliseu Marques).

Por sua vez, José Ferreira de Souza, assim como outros entrevistados, delimitam o momento da mudança quando da chegada de Luís Inácio à presidência do sindicato. Para os entrevistados, mais do que uma estratégia da organização, tratou-se de uma estratégia pensada a partir da figura de Lula para atrair os trabalhadores para a militância sindical.

[...] o Lula inteligente como sempre foi naquela época procurou um meio de atrair a peãozada para o sindicato porque até então o sindicato era aquele sindicato de carengo mesmo, as direções anteriores não queria que os trabalhadores se mobilizassem com raríssimas exceções e o Lula fez o que, como entendo, assim como falar com essa peãozada, então partiu do assistencialismo, por que tinha o sindicato substituir a obrigação do Estado na questão do assistencialismo, médico, dentista, corte de cabelo então muitos entrava no sindicato por isso porque tinha um melhor tratamento dentário, entendeu eu entrei para a escola para estudar porque o Lula não acabou de cara com esse serviço assistencialista porque seria ruptura de certa maneira e porque os trabalhadores não estavam preparados para isso. (entrevista com José Ferreira de Souza)

Grande parte da identidade coletiva constituída no período dependeu de um fator que ampliou as condições para o engajamento dos metalúrgicos no sindicato: a crença na eficácia da diretoria sindical. Havia a “crença” disseminada de uma tomada de decisão descentralizada e conectada aos anseios da maioria dos militantes através de uma espécie de “opinião pública” ouvida pelas lideranças em suas estratégias de mobilização. Essa “crença” foi fartamente utilizada na construção do processo de identificação coletiva.

O entrevistado Januário Fernandes da Silva forneceu-nos uma descrição de como se dava o processo de tomada de decisão e conseqüentemente a deliberação, embora nossa ênfase aqui recaia sobre a importância desses processos enquanto estrutura de incentivos para o engajamento. Como explicitou Januário Fernandes da Silva:

[...] Discutia-se embaixo, percebia-se o que o grosso dos trabalhadores queriam ai sim fazia uma peneirada de todas as propostas e ai sim levavam para a diretoria e discutiam [...] também fazia a sua peneirada trazia de volta para as instâncias intermediárias, as lideranças intermediárias iam direto para base. O Lula antes de assumir qualquer postura em assembléia, antes de subir no palanque junto com o Bargas, o Meneguelli [...] (entrevista com Januário Fernandes da Silva).

O mais importante para nossos objetivos é compreendermos o *como* esse processo está umbilicalmente ligado ao processo de legitimidade dos dirigentes sindicais. A representação era mediada por uma estrutura que ligava um processo de identificação coletiva que produziu uma ideia de pertencimento, de unidade, de força, para além das inúmeras defecções ao longo do ciclo de protesto. Em grande medida, é preciso compreender esse processo de legitimação como um mecanismo de ocultação das diferenças, dissensões, desigualdades e assimetrias na aquisição e reconversão de capitais militantes.



A estrutura descrita, hierarquizada, tanto no que diz respeito à organização e distribuição dos cargos, quanto no processo de tomada de decisão, aparecia como uma instância permeável e democratizada. A representação, enquanto expropriação da “fala coletiva”, foi apresentada como essência da própria condição democrática do período.

## 2.7 ATRIBUINDO SENTIDO A *POSTERIORI*: A LEGITIMAÇÃO DAS CARREIRAS MILITANTES

Os dirigentes envolvidos tinham à época suas próprias impressões a respeito dos acontecimentos. A reconstrução dos eventos mais de duas décadas após os acontecimentos através de depoimentos e entrevistas serve para dimensionar os meios de legitimação das carreiras militantes construídas a partir de então. As entrevistas e depoimentos dos dirigentes<sup>59</sup> a respeito de sua percepção daquele contexto são ilustrativos do excesso de significado que o ocaso da ditadura, a redemocratização e o papel desempenhado pelos dirigentes assumem nos discursos referentes às suas militâncias.

Diante disso, procuraremos discutir esses aspectos como elucidativos da legitimação a *posteriori* das carreiras militantes nos depoimentos e entrevistas de dirigentes do SMABC que militaram ao longo do período investigado. No que concerne ao ocaso da ditadura civil-militar, Osvaldo Cavegnato sentenciou que:

Eu acho que a ditadura já não tinha mais como fazer para se sustentar. [...] Vai os movimentos estudantis, sociais, trabalhadores, etc, [...] vai chegando à conclusão que olha não dá mais, tem que por outro general mais flexível. Cai o cara que era chefe do SNI do Médici para dar continuidade dos que gostavam mais de cavalo do que do povo, mas não dava mais para ele [...] (entrevista com Osvaldo Cavegnato).

Ainda nessa mesma linha, refletiram outros dirigentes que participaram ativamente do ciclo de protesto do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, e que descreveremos como forma de demonstrar como são concatenados os eventos dessas décadas com as trajetórias desses dirigentes. Para José Ferreira de Souza, “existia um barril de pólvora, o povo estava revoltado, mas com certo medo

---

<sup>59</sup> Os dados referentes aos dirigentes citados serão apresentados nas análises de suas trajetórias na análise dos perfis. Serão apresentadas sumariamente informações referentes aos dirigentes mencionados que não foram selecionados para compor os casos exemplares investigados.

precisava talvez [...] tivesse alguém com coragem de fazer aquilo [...]” (entrevista com José Ferreira de Souza).

A revolta serve, na fala do entrevistado, com subsídio para o conflito, para o enfrentamento. A ideia de “barril de pólvora”, entretanto, só adquire significado quando o mesmo entrevistado apresenta a necessidade de que era necessário que alguém tivesse coragem para fazer alguma coisa. Ainda que não tenha apontado explicitamente para os artífices da luta contra a ditadura ou, se preferirmos, daqueles que fizeram o que era necessário, fica óbvio tratar-se dos próprios dirigentes do SMABC na época. O que está implícito serve apenas para reforçar a ideia da “doação” no que se refere à ação dos dirigentes no período. Também em entrevista, Expedito Soares, ao discutir as particularidades do regime na época, sintetizou que:

[...] eu acho que era mais assim: nós vamos enfrentar o governo e por sorte é a leitura que eu faço hoje, eu acho que ela já tava muito desgastada por dentro do Congresso Nacional, perante a grande imprensa internacional e então essa leitura eu consigo ver hoje acho que ela não tinha mais aquele apoio [...] (entrevista com Expedito Soares).

Não apenas havia a ideia de que a ditadura civil-militar havia enfraquecido como a de que existia espaço para atuação e militância e que esse era um sinal de que era possível mobilizar a categoria para atingir os interesses defendidos pelo grupo. Esse espaço estava dado pela noção de que havia uma efervescência política interna e externa; enfim, que a ditadura civil-militar não era mais a mesma. A percepção de que os custos da militância haviam diminuído é uma construção a *posteriori*.

Foram através da reinterpretação daqueles eventos que os dirigentes produziram “novos” sentidos. O distanciamento temporal e a passagem para uma militância político-partidária por parte de muitos deles resultou tanto em uma releitura do passado mais próximo da narrativa histórica sobre o fim da ditadura civil-militar para alguns, quanto na necessidade de adequar os fatos aos discursos para outros. Essa compreensão dos fatos é corroborada por vários dos dirigentes entrevistados, que salientam as condições de militância em um cenário de enfraquecimento do regime. Para Geovaldo Gomes:

[...] a percepção de que daria se tinha espaço pra se trabalhar, então [...] era um momento de efervescência política. Do posicionamento internacional [...] pressionando o Brasil, inclusive para abrir [...] da democracia burguesa do respeito à propriedade, sobretudo individual e [...] dava para perceber que a situação da ditadura não era consolidada como antes, aqui e acolá havia dissidência entre eles. Isso [...] no final dos anos setenta 1978 em diante, eles já estavam muito mais comedidos. [...] então havia essas brechas pela debilidade política [...] do regime, alguns dissidentes com a situação de fora, a situação econômica já começava a ficar desfavorável. Assim trabalhando com muita percepção esses espaços foram é criados [...] e bastante precisos na época. (entrevista com Geovaldo Gomes)

Quanto à percepção do contexto diferenciado de militância, a descrição de Geovaldo Gomes é referendada por outros entrevistados que insistem na ideia de que a ditadura estava fragilizada e que a visão que os dirigentes tinham dessa crise servia para ampliar a mobilização e atingir ainda mais o regime. Evidentemente que, assim como qualquer interpretação realizada após os acontecimentos, os dirigentes, além de atribuir sentido à própria militância no passado, fazem-no a partir de sua inserção no presente. O espaço ocupado no presente (ou não ocupado) serviu para balizar a própria apreensão do passado.

Ainda na mesma linha de discussão, além do tipo de inserção desses dirigentes, a trajetória escolar nos anos que se seguiram a sua militância também afetou a narrativa sobre os acontecimentos do período. Quanto a isso, a entrevista de Geovaldo Gomes aparece pontuada por um vocabulário emprestado da linguagem marxista e gramsciana. Outro entrevistado que aborda a questão nesses termos é Gervison Monteiro. Esse entrevistado, formado em Ciências Sociais, ao ser questionado sobre a percepção dos militantes sobre a fragilidade do regime, ressaltou que:

[...] na verdade existia um sentimento muito comum contra a ditadura militar [...] esse sentimento foi se cristalizando a partir das greves o movimento contra a carestia demonstra que outros segmentos sociais também já estavam se manifestando, setores da igreja católica já estavam colocando a boca no trombone a partir das nossas greves aqui com outras greves que pipocaram. Por esse Brasil afora isso tudo foi se somando demonstrando isso, que eu chego a dizer, assim de quase uma unanimidade na sociedade, todos contra a ditadura aparentemente todos contra a ditadura [...] (entrevista com Gervison Marcos Melão Monteiro).

Evidentemente que qualquer narrativa dos dirigentes a respeito de sua participação naqueles eventos é mediada pela tentativa *ex-post* de estabelecer sentidos atualizados para aqueles acontecimentos. Cada entrevistado reconstruiu os eventos segundo suas percepções sobre sua própria participação e segundo suas

próprias experiências no passar do tempo. Para os dirigentes, a percepção de que a ditadura estava em seus momentos finais era dada pelo uso reiterado de repertórios de mobilização nem sempre reprimida eficientemente pelo regime e pelo próprio significado do processo de Abertura Política deflagrada pelo regime.

Essas eram condições da época sobre as quais os dirigentes construía suas possibilidades de compreensão dos acontecimentos e, por conseguinte, suas estratégias de ação. A atualização dos eventos em análises *ex-post* também reflete essas diferenças em suas trajetórias posteriores<sup>60</sup>. É relevante observarmos que nessas descrições dos eventos os dirigentes incorporaram informações e as inseriram na narrativa, como, por exemplo, as análises do momento econômico do país no final dos anos 1970.

Após 1979 e enfaticamente em 1980, a agenda dos dirigentes do SMABC passou a assumir uma dimensão muito maior, a da luta pelos trabalhadores assalariados do país. No processo de mobilização, apesar de todos os elementos apontarem no sentido de que o ciclo de protesto poderia ter desfecho diferente das ocorrências de 1968, a visibilidade da mobilização e a explicitação do processo de identificação constituíram-se em uma pré-condição para a tentativa de ampliação da rede de relações. Isso ficou evidente, particularmente, através das demonstrações de solidariedade, que resultaram na ampliação do escopo da mobilização e no maior destaque público dos dirigentes do SMABC no período.

A importância atribuída pelos entrevistados com relação à solidariedade ao movimento não apenas circunscreveu-se aos elementos materiais oferecidos, mas também dos elementos subjetivos e imateriais dessa “solidariedade”, representados pelos vínculos estabelecidos. Diante dos depoimentos dos entrevistados, podemos apreender alguns aspectos importantes destacados dessa “solidariedade”. Um desses aspectos foi o de catalisador, de representativo de uma ampla insatisfação com a ditadura civil-militar. Ao discorrer sobre o período, José Ferreira de Souza destacou em entrevista que:

---

<sup>60</sup> Gervison Marcos Melão Monteiro hoje se encontra filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), pertence às oposições sindicais, mantendo um posicionamento crítico em relação às discussões do grupo de dirigentes que controla o SMABC, além disso, é graduado em Ciências Sociais.

[...] o que foi muito importante nisso foi a solidariedade [...] no auge da ditadura o povo inteiro, grande parte, eu diria que 70, 80 % estava revoltado com a situação que [...] passava e a falta de liberdade, certo então, isto foi aquilo que eu te falei do barril de pólvora, entendeu [...] (entrevista com José Ferreira de Souza)

Não se tratava, entretanto, de qualquer solidariedade, mas de um ciclo de protestos que agrupou diversos militantes em torno de “causas”, tais como a luta contra a ditadura. A alusão a ideia de “solidariedade” faz sentido por tratar-se de uma série de doações e de adesões ao movimento encabeçado pelos dirigentes dos metalúrgicos do ABC Paulista. Ademais, é preciso sublinhar que os dirigentes, ao denominar como “solidariedade” a ação de outras organizações e agentes ao colaborar com o movimento em um momento de forte repressão, retiram-lhes qualquer protagonismo. Na prática é uma reafirmação daquilo que aparece em numerosas falas de entrevistados de que era necessária “coragem para fazer alguma coisa”.

Se o cenário era favorável à militância contra a ditadura civil-militar, isso não significava que não haveria contratempos. A “ajuda solidária” pode ser pensada como o início de uma grande rede de relações que avançou seu conteúdo contra a ditadura civil-militar, mas também deve ser entendida à época e permanentemente reatualizada como um reconhecimento aos porta-vozes de toda a mobilização. As “causas” defendidas representavam a ampliação de uma agenda que, entre outras coisas, incorporava, transformava e ressignificava um vasto conjunto de demandas.

Quanto às expectativas de que a solidariedade transcendesse para uma mobilização abertamente contrária à ditadura civil-militar, coexistiam a intenção e o temor. Um importante depoimento quanto a isso é o de Josimar Bezerra, nascido em São Bernardo do Campo. Trabalhou na Mercedes Benz e participou ativamente do ciclo grevista do final dos anos 1970. Esse militante ao longo dos anos 1990 teve um papel relevante na fundação da TVT (Televisão dos Trabalhadores). Josimar Bezerra relacionou as duas dimensões, a da solidariedade e do engajamento:

[...] sabe isso era instantâneo, [...] o próprio Lula o próprio sindicalista falava quando vinha um pessoal entrevistar em depoimentos, não vai misturar a nossa greve aqui com a questão política, estudante é estudante, trabalhador é trabalhador e tinha muito disso, a solidariedade, o pessoal da igreja, da comunidade vinha ajudar a recolher mantimento a trazer [...] então esses movimentos que estavam contra o regime, estavam muito ligados ao ABC, que era o pessoal da igreja, da pastoral operária. (entrevista com Josimar Bezerra)

A preocupação em estabelecer uma diferença entre a militância estritamente sindical e a militância política tinha um objetivo: evitar a repressão. Durante algum tempo, isso determinou as ações dos dirigentes do SMABC e o curso dos eventos. O engajamento, naquele contexto, estava cercado por uma série de riscos e a militância, especialmente a política, apresentava um alto custo. Como destacamos, a “solidariedade” expressava um meio de reduzir os custos da repressão. José Arcanjo de Araújo, conhecido como Zé Preto, em entrevista destacou a articulação entre os tipos de militância, o engajamento de outros sindicalistas e setores da sociedade e o crescimento da pauta política.

A militância política mais intensa foi um subproduto da capacidade de agregar diversas demandas. As condições que permitiram que dirigentes sindicais fossem capazes de controlar essa agenda e essas demandas foram determinantes para ampliar o escopo da própria militância. O incremento da pauta política não foi apenas acidental ou mera consequência de uma estrutura de oportunidades; foi também uma possibilidade aberta aos dirigentes de incorporar em suas trajetórias militantes determinadas características que viabilizaram a militância no meio político.

Para tanto, é preciso considerar que esses dirigentes encontravam-se envolvidos na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e que a militância pela criação dessas duas organizações representava a constituição de um meio ampliado para garantir retribuições da militância *vis a vis* à criação de cargos e hierarquias.

Considerando-se a possibilidade de que a greve de 1980 representou de fato uma tentativa – que representava o fim de suas militâncias sindicais – de *entrada* na política partidária, seria importante avançar na compreensão de como a ampliação da rede de relações serviu para consolidação do papel de interlocutores por parte desses dirigentes. Analiticamente é preciso que façamos uma distinção entre a mobilização grevista e o processo mobilizatório na sua integralidade, pois se, por um lado, os militantes engajaram-se em um repertório de mobilização clássico, como fora a greve, por outro, para esses dirigentes, os resultados – em 1980 – já eram de antemão conhecidos. Torna-se então evidente que outros objetivos estavam em “jogo” naquele momento.

De qualquer forma tanto a ideia de que não se tratava apenas de uma greve quanto à de que se tratava de uma mobilização contra o regime fazia parte da mesma lógica, a de preparar o “terreno” para a militância política. Malgrado todas as

condições adversas, o fato é que resultaram os meios para que a reconversão de capital militante ocorresse. A solidariedade de militantes e organizações colocava-os em condição vantajosa na apropriação dos recursos e, porque não dizer, na própria militância pela causa da redemocratização.

## 2.8 A PRODUÇÃO DE SÍMBOLOS: A CRIAÇÃO DE JOÃO FERRADOR

Uma das estratégias adotadas pelos dirigentes visando criar meios de mobilização dos militantes foi a criação de um personagem de história em quadrinhos. Daí surgiu a ideia de criar o João Ferrador<sup>61</sup> e seus bilhetes endereçados às autoridades políticas através do apelativo “Autoridades do Meu Brasil Grande e Potente”. A importância do personagem João Ferrador foi assinalada pelos entrevistados como um componente fundamental na produção da identidade política dos dirigentes.

No prefácio de uma edição comemorativa aos bilhetes do João Ferrador, o então ex-presidente do Sindicato Luís Inácio Lula da Silva sintetizou o valor atribuído ao personagem ao declarar que ele constituía-se no: “[...] símbolo da nossa consciência e da nossa dignidade” (BILHETES DO JOÃO FERRADOR, 1980, p. 7). Com a criação do personagem e sua veiculação na Tribuna Metalúrgica, os dirigentes do sindicato criaram um perfil para os militantes sindicais, de uma postura combativa, ao mesmo tempo que “desconstruíam” a ideia de uma postura subserviente.

Os protestos iniciados a partir da confirmação do “logro” dos 34,1% desencadearam uma ampliação da agenda reivindicatória da mobilização. Através de João Ferrador, os dirigentes provocavam as autoridades e inseriam em seu discurso o conteúdo de novas demandas associadas aos eventos da própria conjuntura. A Tribuna Metalúrgica<sup>62</sup>, através de seu conteúdo capitaneado pelo

---

<sup>61</sup> A criação do personagem João Ferrador, segundo a versão dos próprios militantes do sindicato deveu-se ao então presidente do sindicato Luiz Inácio da Silva que considerava a história em quadrinhos uma forma eficaz de atingir os metalúrgicos. O personagem tinha como características o uso da roupa de operário, a postura e o olhar desafiador. Além do explícito objetivo de servir para mobilizar os trabalhadores através do questionamento radical, para muitos o personagem João Ferrador mais era a própria personificação de Luiz Inácio da Silva.

<sup>62</sup> Além da importância atribuída pelos entrevistados a Tribuna Metalúrgica, tendo inclusive o entrevistado Alberto Eulálio salientado que a Tribuna Metalúrgica serviu como ponto importante tanto para denunciar os abusos nas empresas quanto para politizar os operários. Kátia Paranhos (1999) ao refletir sobre a importância desses veículos naquele contexto sentenciou que a “necessidade em organizar os operários metalúrgicos, conscientes da exploração vivida, em ações mais determinadas e, por isso mesmo, mais ferozes”. (1999, p. 194).

personagem João Ferrador, os suplementos da Tribuna Metalúrgica ou o material publicado no ABCD Jornal foram fundamentais para a divulgação do material produzido pelos dirigentes sindicais. A tarefa era tanto maior quanto maior era a heterogeneidade do grupo e os diversos interesses manifestados no interior do SMABC.

## 2.9 ENGAJAMENTOS E DESENGAJAMENTOS

A maioria dos dirigentes engajados no período ingressou nas mobilizações através das estratégias de mobilização que se tornaram públicas na reivindicação dos 34,1%. Porém, os Congressos Sindicais que ocorriam desde o início dos anos 1970 foram importantes locais de socialização e troca de experiências. Em entrevista, Osvaldo Cavignato descreveu sua participação no 1º Congresso Sindical e os contatos com o presidente eleito em 1975, Luís Inácio da Silva, que resultaram na composição da chapa montada no mesmo ano:

Nós nos anos 73,74 73 foi o primeiro Congresso [?] já tava lá como Secretário Geral. O primeiro Congresso que eu participei como delegado eu estava estudando, daí a gente voltou a ter aquela ligação. [...] Ele me chamou para pegar o departamento em 1975, mas a gente fez muita amizade, mas tem todos uns momentos históricos que eu acho que é extremamente importante para ele [...] (entrevista com Osvaldo Cavignato)

Da mesma forma, o entrevistado Alberto Eulálio destacou, ao lado das dificuldades para a participação nos Congressos nos contatos que esses possibilitavam, permitindo uma arregimentação que, logo mais tarde, traduzir-se-ia em uma mudança na composição dos dirigentes do sindicato. Esses Congressos foram importantes para o sindicato demonstrar sua capacidade de assim como definiu Offerlé (1998): “[...] interessar um público tecnicamente competente sobre a questão, e ainda tentar impor um tema, uma temática, como digna de interesse [...]” (OFFERLÉ, 1998, p. 121 – Nossa Tradução).

Em vários momentos dos Congressos Sindicais a presença de intelectuais foi intensa. No Congresso Sindical das mulheres metalúrgicas<sup>63</sup> muitas professoras universitárias foram à São Bernardo do Campo para interagir e dialogar com as operárias das fábricas onde a intelectualidade pensava estar se formando uma

<sup>63</sup> A categoria metalúrgica, naquela época, tinha por volta de 142 mil trabalhadores, só em São Bernardo do Campo e Diadema e, deste total, 32 mil eram mulheres.



oligarquia operária. Como descreveu o entrevistado Expedito Soares, o inusitado do encontro revelou as expectativas de operárias e intelectuais e o conteúdo da identidade coletiva que vinha sendo construída que, entre outras coisas, concedia um peso relevante à valorização do trabalhador.

Eu era militante de base [...] nós temos que preparar as mulheres. Na época a nossa categoria era cento e quarenta mil trabalhadores na categoria só de mulheres tinha aí por volta de trinta e duas mil trabalhadoras metalúrgicas. Eu falei então vamos fazer um congresso de mulher, vamos chamar as mulheres para discutir os problemas delas. Lotamos isso aqui de mulher e as mulheres vieram lindas era operária [...] (entrevista com Expedito Soares)

Além de definir as fronteiras da identificação dos militantes, as relações possibilitadas pelos Congressos Sindicais serviram para definir as condições de mobilização dos militantes da própria organização. O número de participantes era limitado. Logo, podemos admitir que se tratasse de militantes com maior inserção no sindicato, com maiores recursos e que em razão disso detinham maior poder de decisão. Isso tornava os Congressos muito mais do que locais de debate, locais de disputa e cooptação.

Cada Congresso guardou suas particularidades e isso dependeu de cada conjuntura. Com o aumento das reivindicações, especialmente após 1975 e mais marcadamente após setembro de 1977, os Congressos Sindicais abruptamente ampliaram sua pauta política. Isso se refletiu na própria composição dos Congressos que se inicialmente funcionavam como núcleos de formação dos dirigentes, num segundo momento funcionavam como espaços de mobilização e arregimentação, não apenas para as discussões intraorganização, mas para a formação de redes de relações entre os militantes sindicais.

Se retomarmos uma linha cronológica para os congressos, podemos observar a passagem dessas disputas entre as lideranças do sindicato para um cenário mais voltado para ações mais orquestradas, seja na conquista de melhorias salariais para os metalúrgicos, seja para a conquista de demandas tão amplas como anistia e redemocratização. O dado relevante é que os Congressos representaram momentos-chave na consolidação dos dirigentes e como decorrência produziram agendas que serviram para construir o processo de identificação ao longo de todo o período, fixando para cada conjuntura uma identidade saliente (McADAM; PAULSEN, 1993).

As disputas e conflitos entre os militantes foram enfatizadas na fala do entrevistado José Arcanjo que relatou os antecedentes da realização do Congresso Sindical de 1974 onde apareciam o conflito e a pressão sobre os dirigentes que comandavam o sindicato no período anterior. Composição esta da qual muitos deles faziam parte; porém, com menor poder de decisão, uma vez que os postos relevantes encontravam-se em mãos de dirigentes que haviam acumulado mais recursos na organização.

Dessa forma, como salienta José Arcanjo, a disputa pela realização do Congresso Sindical em 1974 ocorreu fomentando uma clivagem que se tornaria, logo após, o “estopim” para a definição de uma visão de militância sindical. Uma das dimensões do conflito entre os militantes estabelecidos no controle dos cargos da organização e os postulantes a esses cargos está expressa no depoimento abaixo de José Arcanjo:

[...] em 74 nós fizemos o 1º congresso aqui no ABC. [...] Isso foi em 74, na época se dizia que se fizesse o congresso seria cassado toda a diretoria e junto com alguns companheiros nós se juntamos aqui e eu gostaria de frisar o nome dele Betão, Janjão, Valdemir e Mariana. Nós fizemos a primeira reunião aqui no sindicato naquela época [...] antes de fazer esse congresso. Nós estávamos dando em cima da diretoria daquela época para poder fazer esse congresso [...] na época do Paulo Vidal e ai já tinha alguns diretores do sindicato tentando lutar, brigar por causa dessa mudança [...] (entrevista com José Arcanjo)

A sequência cronológica entre os Congressos é apenas aparente, pois cada um deles é um reflexo das mudanças conjunturais sobre os dirigentes, sobre suas estratégias, seus diferentes processos de identificação. A fala dos dirigentes entrevistados procurou, na maioria das vezes, identificar a conexão entre um momento e outro; enfim, atribuir um sentido e um significado. As discontinuidades foram exortadas dos depoimentos cedendo espaço ao gradualismo como explicativo de sua evolução.

Através das entrevistas, os indivíduos estabeleceram uma cadeia de significados que, além de permitir que o processo se tornasse inteligível, atribuiu causalidade à ação dos dirigentes. Esse processo garantiu-lhes que não fossem apenas dirigidos pelos eventos, tenham sido “eficazes” em sua ação e essa é uma parte indissociável da própria legitimidade. As narrativas estabeleceram como marco final, como clímax do processo de mobilização, particularmente, os Congressos Sindicais.

O Congresso Sindical de Lins em 1978 representou uma ruptura, pois foi nesse momento que a militância sindical perdeu espaço para a militância política, inclusive com a proposta de criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Osvaldo Cavnato apresentou a proposta de criação do PT como resultado de toda a mobilização anterior. Os discursos dos dirigentes e o material de divulgação produzido reiteraram os limites da militância sindical em um cenário marcado por uma ditadura civil-militar e apontavam para a necessidade de inserção na política partidária.

Por mais que houvesse o risco de aumento da repressão com a canalização da militância para um cenário político, muito mais do que uma determinação, essa aparecia como uma possibilidade. A relação do Congresso Sindical de Lins com o incremento na militância política dos dirigentes tem relação com a participação ativa dos militantes com socialização anterior na esquerda tradicional, seja nos quadros formados a partir do Partido Comunista (na clandestinidade ou dentro do MDB) ou nos grupos clandestinos. Essa mudança de comportamento com seus condicionantes foi descrita por Gervison Marcos Melão Monteiro:

[...] começa a dar um viés diferente em 79. Eu participei de um congresso em Poços de Caldas. Isso que eu to te falando é muito mais influência dessa militância de esquerda que estava por aqui e tem muita gente daqui, muita liderança do próprio sindicato e diretores do sindicato e mesmo do Lula não que se opuseram, mas também não se predispusessem a defender da forma que a gente se dispôs a defender nesse congresso de 79 aqui em Poços de Caldas, no Congresso Nacional dos Metalúrgicos. Nós fomos lá e conseguimos aprovar anistia ampla, geral e irrestrita. [...] Nós conseguimos fazer essa aprovação porque a gente adquiriu uma moral tão grande que o que a gente falava para as outras pessoas era uma referência muito importante, então quando a gente explicou a importância da anistia nós chegamos inclusive a tentar pedir voto secreto [...] (entrevista com Gervison Marcos Melão Monteiro)

Como observamos em Offerlé (1998), as ações podem ser ignoradas ou publicizadas (1998); a diferença entre uma e outra tem relação com os recursos possíveis de serem mobilizados pelos grupos ou pelos dirigentes. O resultado é a politização do problema apresentado pelo grupo e para os organizadores a possibilidade de monopolizar a interpretação dos eventos junto à imprensa e aos órgãos que promovem a cobertura jornalística dos acontecimentos (OFFERLÉ, 1998).

Toda a análise de engajamento considera a pessoa/sujeito como centro da investigação<sup>64</sup>. Em nosso caso, esses dirigentes fizeram uso de estruturas de participação fortemente institucionalizadas, tais como o SMABC e mais tarde o PT e a CUT. Ao longo do tempo, o engajamento desses dirigentes nessas organizações colocou diferentes questões acerca de suas estratégias, de seus processos de identificação; enfim, de fatores que incitavam a participação, tais como a própria ampliação das retribuições da militância, e que incitavam o desengajamento, tais como o conflito identitário. No limite tratava-se de ações “[...] marcadas por uma forte personalização das lógicas de ação” (CHABANET, 1998, p. 306 – Nossa Tradução).

Há inegavelmente uma processualidade entre o engajamento e a militância dos dirigentes e essa dinâmica associada às condições que lhes possibilitam tornarem-se representantes de determinadas causas. Essa processualidade foi, nessas condições, considerando-se todas as particularidades e todas as dimensões da mobilização (uso dos repertórios, uso dos recursos, identificação coletiva, etc.) e o próprio processo de politização no qual os dirigentes (na condição de sujeitos engajados) foram, simultaneamente, produtos e produtores.

Ao dirigente engajado no SMABC, particularmente durante o ciclo mobilizatório, não faltaram narrativas sobre as lutas políticas coletivas, mas também não faltaram registros que ligavam as diversas percepções das retribuições da militância às justificativas que cada um atribuía ao próprio sentido da militância. Refletir sobre as modalidades de engajamento e militância dos dirigentes, sobretudo atentando para os elementos diferenciais que serviram para compor as diversas trajetórias – possíveis – permitiu-nos avançar sobre a análise dos processos de reconversão e a forma como capitais militantes e associativos puderam ser utilizados para um ingresso bem-sucedido na política partidária.

Ao lado dos fatores que facilitaram ou dificultaram aos dirigentes tomarem a decisão de engajarem e militarem, outros fatores foram relevantes para explicar o desengajamento dos dirigentes. Essa opção aparece conectada a disputas por recursos e pela incapacidade diante disso de acionar estratégias que se traduzissem em controle da organização. Há temporalidades para esse desengajamento. A primeira “onda” ocorreu na militância no SMABC e se relacionou com as disputas intrassindicato. Uma segunda “onda” de desengajamentos ocorreu no início e no

---

<sup>64</sup> O engajamento é um elemento-chave na filosofia da ação e é com a emergência do sujeito que aparece o engajamento individual (KEMP, 1973, p.152).

decorrer do processo de mobilização em setembro de 1977 e que avançou pela década de 1980.

A terceira “onda” foi o resultado de uma forte tensão entre a identificação coletiva construída ao longo do ciclo de mobilização e reforçada pelos dirigentes sindicais e a estratégia da diretoria sindical em 1979 no episódio que ficou conhecido como trégua dos 45 dias. A “quarta” e última “onda” identificada relaciona-se à fundação do Partido dos Trabalhadores e ao distanciamento da identificação coletiva dos militantes sindicais com o avanço da militância política.

### 3 PERFIS E TRAJETÓRIAS DOS DIRIGENTES DO SMABC

O pesquisador, ao mesmo tempo mais modesto e ambicioso do que o curioso pelos exotismos, objetiva apreender estruturas e mecanismos que, ainda que por razões diferentes, escapam tanto ao olhar nativo quanto ao olhar estrangeiro [...] (BOURDIEU, 1994)

Nesse capítulo detemo-nos na análise dos perfis identificados a partir dos dados referentes ao universo empírico. Identificamos quatro distintas modalidades de perfis para os dirigentes oriundos do SMABC. Aqui apresentamos especificamente os perfis do militante da organização e do militante político sindical e nosso objetivo foi o de demonstrar as diferenças quanto às trajetórias militantes dos dirigentes, como tributárias de suas estratégias, da aquisição maior ou menor de recursos e condições de reconversão. Essas diferentes trajetórias relacionavam-se com diferentes retribuições para cada diferente tipo de militância e em cada conjuntura específica.

Esses perfis foram cotejados pela análise de casos particulares para a qual dispomos de informações, entrevistas e outros materiais que nos possibilitaram compor suas trajetórias militantes. Cada um dos perfis guarda relação com distintos itinerários, diferentes posses de recursos, identidades e retribuições para a militância.

O capítulo possui três seções, sendo que a terceira delas está dividida em duas subseções e em cada uma delas tratamos de um perfil distinto. Na primeira seção tratamos das fontes e da população investigada. Na segunda seção identificamos padrões e apresentamos os perfis. Os dados foram cotejados e discutidos a partir das biografias de dirigentes que permaneceram engajados ou que optaram pelo desengajamento da militância.

Ademais discutimos cada uma das variáveis de maior impacto para explicar os diferentes trajetos dos dirigentes. Na terceira seção investigamos os perfis de dirigentes que se engajaram e permaneceram no SMABC diretamente ligados à militância sindical e àqueles que, a partir da militância no SMABC, passaram a militar na CUT, permanecendo nessa organização.

### 3.1 IDENTIFICANDO PADRÕES E ANALISANDO PERFIS

A análise dos dados permitiu confrontar nossas hipóteses construídas a partir da literatura existente. Inicialmente, podemos identificar que o capital escolar e cultural dos dirigentes teve uma relevância que não pode ser desprezada na constituição de suas trajetórias militantes. Essa situação não corrobora com a noção inicialmente defendida de que operários/metalúrgicos não concentravam esse tipo de capital (OFFERLÉ, 1998). As variáveis investigadas possibilitaram-nos afirmar que, para o período do ciclo de protestos, a escolaridade não apenas impactou significativamente na trajetória dos dirigentes, como a análise mais aprofundada do material pode demonstrar que ela tornou-se um importante recurso para esses dirigentes na comparação com os demais trabalhadores das fábricas.

Ao investigarmos os dados referentes aos dirigentes que ocuparam cargos no sindicato no pós-1984, identificamos uma tendência de maior valorização de especialização técnica; portanto, de maior valorização dos recursos escolares e culturais. Essa valorização incidiu, sobretudo, através de cursos voltados aos cargos mais valorizados no trabalho das fábricas ou cursos da área de ciências humanas e sociais, tais como o de direito. A opção por esse tipo de curso superior permitiu, entre outras coisas, a manutenção da militância no sindicato. Ao afirmarmos, portanto, que a escolaridade teve um papel relevante na composição das carreiras dos dirigentes, não desconsideramos os limites dessa escolaridade se comparados com outras categorias profissionais. Apenas reafirmamos seu papel de diferenciação entre os trabalhadores na indústria automobilística do período.

Ao investigarmos as variáveis com o qual pretendemos compreender como os dirigentes se apropriaram dos recursos em disputa, algumas questões precisam ser abordadas. Quais os recursos que permitiram extrair maiores retribuições da militância? Não podemos esquecer de que foi a partir da posição de eleitos que os dirigentes puderam, na interação com a conjuntura crítica, ir além da posição de dirigentes do SMABC. As variáveis investigadas para dar conta, tanto da dimensão dos recursos em disputa, quanto da forma desigual com que esses recursos estavam distribuídos, permitiu observar as assimetrias de poder dentro da organização, cujas diferenças somente puderam ser mediadas através de um complexo processo de identificação saliente (McADAM; PAULSEN, 1993).

Esse processo de identificação esteve, por sua vez, ligado com os eventos daquela conjuntura, razão pela qual a variável que identificava o ano de entrada na diretoria do sindicato, o cargo ocupado no sindicato e a atividade funcional dos dirigentes tornaram-se importantes marcadores para entendermos as diferenças e as relações de trocas entre os dirigentes. Não se tratou apenas de distinguir as diferenças na disputa pelos recursos entre os dirigentes a partir do cargo ocupado, mas de investigar de que forma esse controle traduziu-se em melhores retribuições para a militância.

As mesmas diferenças identificadas nos indicadores sócio-econômicos da categoria em diversos trabalhos foram possíveis de observar na análise de nossa população (N=272) composta pelos dirigentes sindicais do SMABC, assim como a mesma estrutura de hierarquias e as assimetrias de poder. Algumas análises procuravam ver nessa estrutura de diferenças as condições para o surgimento de uma “aristocracia operária” (ALMEIDA, 1983a, 1983b) ou os reflexos de um modelo capitalista de organização do trabalho (HUMPRHEY, 1982). Para os nossos objetivos, essas assimetrias permitem-nos compreender as diferentes possibilidades de construção de carreiras militantes, diferentes trajetórias, diferentes construções biográficas e, especialmente, as diferentes retribuições para a militância.

### **3.1.1 Desengajamento**

A análise dos dados permitiu-nos identificar quatro diferentes destinos para os dirigentes e três perfis, sendo que um deles decompõe-se em dois subtipos. A análise através de perfis foi importante para dar conta tanto das diferentes conjunturas para militância quanto da análise de diferentes trajetórias em um cenário de multiposicionalidade militante. Cada uma das trajetórias foi dependente da interação de um conjunto de variáveis. O primeiro destino que não constitui uma trajetória militante foi o do desengajamento da militância que, como identificamos, dependeu em grande medida do fato dos militantes não terem conquistado cargos na organização do sindicato.

Ao investigarmos as razões para o desengajamento, consideramos importantes variáveis, tais como cargo funcional, resultado das eleições sindicais, ano da “entrada” (1ª eleição), número de vezes compondo a nominata do sindicato e cargo ocupado no sindicato. Reconhecemos que muitos foram os fatores que



explicam o desengajamento dos militantes/dirigentes; porém, consideramos que, para esse caso, explicamos boa parcela desses desengajamentos analisando as variáveis acima listadas.

Apesar da dinâmica multiposicional desses dirigentes, consideramos imprescindível analisar as diferentes trajetórias percorridas pelos dirigentes considerando as particularidades de suas escolhas, além de focarmos privilegiadamente as possibilidades de retribuições e os processos de identificação acionados em cada situação. Esses processos foram tributários dos espaços ocupados pelos militantes, pelos recursos que acumularam e, sobretudo, pelas possibilidades conferidas por cada conjuntura. Em contextos de conjuntura crítica, onde foi necessário acionar um conjunto de repertórios de mobilização, os militantes desenvolveram um processo de identificação saliente (McADAM; PAULSEN, 1993) que não ignorou outros pertencimentos, outros processos de identificação. A afirmação dos dirigentes dependeu, nesses casos, em parte do monopólio da palavra e em parte da afirmação do número. Logo, justificou-se o “gasto” de energia a fim de dotar os militantes de uma identidade coletiva forte.

Em contextos no qual os militantes procuraram se constituir como militantes multiposicionais (na quase totalidade dos casos do sindical para o político), o processo de identificação visava atender aos interesses estratégicos dos dirigentes (individuais). Logo, os dirigentes constituíram processos de identificação estratégica (COLLOVALD, 1988). Com isso, obtiveram a legitimidade necessária para a mudança de ênfase na militância, fundamental para a reatualização de seus recursos para os “novos” locais de inserção. Além de tudo isso, é importante considerar a rede de relações dos dirigentes, pois, como identificamos na análise das variáveis testadas em nosso universo empírico, há um impacto diferenciado da militância para os dirigentes que se socializaram em outros locais (anteriormente ou simultaneamente a socialização no sindicato).

A maioria desses casos permaneceu engajada e militando, enquanto aqueles que se socializaram no sindicato e viviam somente as relações tecidas no interior do sindicato acabaram desengajando em maior número. Isso demonstra que há uma relação direta entre socialização, formação de redes de relações e permanência ou não na militância.

### 3.1.2 Militante da organização

Os três outros destinos identificados constituem-se em trajetórias militantes a partir de diferentes perfis que se relacionam com as organizações de atuação do militante e com a forma como os recursos foram utilizados. O primeiro deles denominamos de “militante da organização” e diz respeito aos militantes engajados e eleitos na condição de dirigentes do SMABC que atuavam exclusivamente nessa organização. Para esses dirigentes, a estrutura do sindicato proveu toda ordem de bens materiais e simbólicos que serviu para reafirmar a identificação militante desses dirigentes, mesmo daqueles que faziam parte das oposições sindicais.

Para alguns desses, a relação com a política partidária apresentou-se a um só tempo como uma necessidade ditada pela proximidade entre agentes relevantes da política e uma conexão desejável em função da intercomunicação entre os dois tipos de militância. Para outros, essa relação apareceu como espúria e configurou-se como um conflito entre a identificação saliente e a identificação estratégica. Para estes, a intermediação do político refletia uma “invasão”, um “imperialismo velado” sobre a organização.

Independentemente das motivações reais, de reafirmação de uma militância exclusivamente sindical ou pela posse de poucos recursos que referendassem uma *entrada* na militância político-partidário, o fato é que esses dirigentes procuravam legitimar-se, sobretudo, no processo de identificação saliente. As variáveis que nos permitem abarcar esse perfil são aquelas que relacionam o dirigente com sua inserção no sindicato, tais como socialização anterior, nº de eleições disputadas no sindicato, cargo ocupado no sindicato e ano de “entrada” (1ª eleição) na composição da diretoria.

### 3.1.3 Militante político-sindical

O segundo perfil que nomeamos “militância político-sindical” diz respeito aos indivíduos que se engajaram no sindicato; porém, conquistaram um cargo na Central Única dos Trabalhadores, situação que lhes possibilitou ingressar na política partidária através do recrutamento dos dirigentes eleitos para ocuparem cargos de confiança. Nesse caso, o processo de identificação dos dirigentes não se apresentou como “fechado” em uma identidade saliente e sim como uma identidade

negociada e estratégica, já que os dirigentes acionavam a identificação coletiva de metalúrgico/trabalhador/sindicalista como forma de maximizar a condição de representante e dessa forma garantir condições para a *entrada* na política partidária via recrutamento dos dirigentes eleitos.

Esse recrutamento não foi tributário, como demonstram as variáveis investigadas, apenas de investimentos em educação, mas, sobretudo, de investimentos em militância, tendo como “palco” privilegiado a ocupação de cargos na Central Única dos Trabalhadores. Além disso, o pertencimento ao Partido dos Trabalhadores apareceu como condição necessária para o recrutamento, pois os indicadores mostraram-nos que é essa agremiação partidária que recrutou, através de seus “eleitos”, os dirigentes com esse perfil militante.

As variáveis de maior impacto na trajetória militante dos dirigentes e que, portanto, mereceram uma análise destacada foram aquelas que lhes garantiram condições de acumular recursos no sindicato, tais como nº de eleições disputadas (e vencidas), ano de “entrada” (1ª eleição), cargo ocupado no sindicato. Além dessas, enumeramos as variáveis que deram conta da conjuntura, isto é, aquelas que identificaram os dirigentes com diferentes pertencimentos, ou seja, a ocupação de cargo na CUT, a filiação ao PT.

### **3.1.4 Militante político-partidário**

Em relação ao terceiro perfil de militância identificado dos dirigentes do SMABC, classificamos como “militância político-partidária”. Esse perfil é composto por dirigentes que transitaram com sucesso para a política partidária na condição de eleitos. Na quase totalidade dos dirigentes, o pertencimento partidário é o do Partido dos Trabalhadores e é nessa dinâmica de pertencimento, do sindicato e do partido, que se produziram os esquemas de identificação e as lógicas de suas trajetórias. Esse terceiro perfil possui uma particularidade que nos levou a duas classificações dentro do mesmo perfil: a distinção entre o recorte temporal, dividindo a população investigada em dois recortes empíricos: a dos dirigentes eleitos até 1984 e os eleitos no pós-1984.

Essa escolha analítica, como já foi exaustivamente explicada, justifica-se pela conjuntura crítica que culminou com a redemocratização do país. A primeira subdivisão desse perfil foi denominada de “militância político-partidária em contextos

de conjuntura crítica” e procura referir-se aos dirigentes que se engajaram e militaram no sindicato, conquistando cargos eletivos na diretoria ou na condição de suplente.

Para a análise e investigação do perfil desses dirigentes, as variáveis de maior impacto sobre as biografias analisadas foram assim como as dos demais perfis as variáveis que demonstram o peso dos recursos conquistados através da ocupação de cargos no sindicato em suas trajetórias. Apresentamos ainda outras variáveis exclusivas para a compreensão desse perfil, que são: ano de “entrada” no sindicato na condição de dirigente (1ª eleição), cargo no sindicato, socialização anterior, escolaridade, local de nascimento, repressão e participação no ciclo de protesto dos anos 1970 e 1980, fundador do Partido dos Trabalhadores, socialização anterior, o fato de ter sofrido repressão do regime durante a conjuntura crítica.

A análise dos dirigentes dessa subclassificação do perfil reveste-se de grande importância em função desses dirigentes serem os de maior destaque (desse grupo) em termos de repercussão pública, inclusive com muitos deles ocupando os cargos mais importantes da administração pública do país. São por assim dizer uma espécie de “pais fundadores”, uma vez que a organização e os repertórios de mobilização acionados pelo SMABC no confronto com a ditadura civil-militar os colocaram como a “ponta-de-lança” na luta contra a ditadura.

Por todas essas razões, esses dirigentes foram os marcadores (CRAIG JENKINS, 1994) da organização; aqueles mais sensíveis ao desengajamento e depositários da identificação constituída ao longo do ciclo de mobilização e protesto. Dessa forma, ainda que tenham transitado para a política partidária, eles representam para aqueles que militavam no meio sindical o “ideal” em termos de militância, mesmo que em suas trajetórias essa militância servisse para reafirmar seus propósitos políticos.

A segunda subdivisão desse perfil foi denominada de “militância político-partidária no pós-ditadura civil-militar” e corresponde aos dirigentes que se engajaram e militaram no SMABC, elegendose diretores ou suplentes no período imediatamente posterior à ditadura civil-militar. Para esses dirigentes, entretanto, a militância em um período marcado pela inexistência de uma conjuntura crítica reduziu drasticamente suas possibilidades, diferentemente do que ocorrera com seus antecessores.

Ainda assim, esses dirigentes puderam gozar de uma situação privilegiada da organização do sindicato que, através da ação nas décadas anteriores, construiu uma imagem de sindicalismo combativo e tornou-se a organização representativa da categoria frente a todas as outras organizações análogas do país. Essa situação reforçou a importância de contar com os cargos disponibilizados pela organização e, em parte, serviu para compensar o fato de sua militância não ocorrer em um período marcado por uma conjuntura crítica.

A possibilidade de ocupar uma passagem pela CUT, em especial ocupando um cargo (quanto mais relevante melhor), aumentou consideravelmente as possibilidades de *entrada* na política partidária enquanto eleito (da mesma forma que para um cargo de confiança, como vimos no perfil de “militância político-sindical”). Essa categorização exigiu observarmos as variáveis já mencionadas para os outros perfis de militância atentando especialmente para o cargo ocupado no sindicato.

As variáveis pertinentes ao contexto de conjuntura crítica, tais como as de fundador do PT, participação e destaque nas mobilizações dos anos 1970 e 1980 e fundação da CUT, não são relevantes para apreciar as possibilidades de *entrada* desses dirigentes, pois a grande maioria deles ou engajou posteriormente na militância sindical ou não constava como dirigente eleito à época dos acontecimentos. Assim como os dirigentes que militaram durante a conjuntura crítica, esses dirigentes também adequaram estrategicamente suas identidades a fim de transitarem eficientemente em outro tipo de militância.

No terceiro capítulo, a apresentação dos perfis será complementada pela análise de alguns casos particulares de dirigentes para o qual dispomos de informações, entrevistas e material biográfico. Além disso, debruçamo-nos na descrição e análise desses casos, discutindo as particularidades dos processos de identificação para cada perfil e a maneira como esses processos nem sempre se relacionaram com a “identificação saliente” construída no período do ciclo de protesto. Da mesma forma, analisamos como essa identificação esteve tensionada pelos diversos pertencimentos (PT ou outros partidos políticos, CUT ou outras centrais sindicais, organizações ligadas à igreja, comunidades de bairro, etc.) ou ainda pelos espaços ocupados pelos dirigentes.

### 3.2 A ANÁLISE DOS PERFIS

As informações a respeito dos 271 indivíduos que disputaram as eleições para o SMABC entre os anos de 1972 e 2006 permitiram que identificássemos perfis militantes. Cada um desses perfis relaciona-se com os diferentes usos do processo de identificação, de diferentes competências, além das diferentes expectativas e as diferentes percepções sobre as retribuições da militância (materiais e/ou simbólicas).

Sinteticamente, explicitaremos cada um dos perfis para aprofundarmos a discussão sobre cada um deles nas próximas seções. Diante do fato de que a situação política do país era o da existência de uma ditadura civil-militar que reforçou seu aparato institucional de controle e de força após 1968 com o A.I. 5, a opção entre o engajamento e o desengajamento tornou o custo do primeiro extremamente alto. Ainda que para o caso investigado pudéssemos dizer que o desengajamento correspondesse mais a derrotas nas eleições sindicais do que propriamente à opção de não militar mais, o fato é que muitos dos não eleitos em alguma eleição particular acabaram aparecendo em outros contextos seja na composição das chapas, seja na militância nos episódios de mobilização mais intensa.

Inversamente, muitos dirigentes que militaram por um período relativamente longo, optaram em algum momento de sua trajetória pelo desengajamento. Como forma de entender os processos que levaram esses dirigentes ao desengajamento é que propomos a análise de alguns casos que, ao longo dos diversos períodos citados anteriormente, fizeram essa opção. Essa análise não entra em contradição e nem se constitui em um excesso na presente pesquisa, pois, se nosso objetivo está diretamente relacionado ao estudo daqueles que permaneceram engajados e que construíram trajetórias distintas durante seus engajamentos, se as retribuições para a militância foram centrais para explicar os engajamentos, resta entender o que explicaria os desengajamentos.

Resgatando essas trajetórias, podemos compreender, à luz dessa intrincada relação entre investimentos, identidades e retribuições, os fatores que incidem diretamente sobre essa decisão. Esses fatores estão centrados nas disputas pelos recursos, pelo controle do sindicato, pelos reforços aos engajamentos, pelas possíveis retribuições e pelo processo de identificação. Com a análise de algumas trajetórias, pretendemos estabelecer a relação dos desengajamentos com esses processos.

Os primeiros a deixar a militância foram alguns dos militantes do sindicato que competiram nas eleições sindicais e não conseguiram se sagrar vitoriosos. Essa foi para alguns uma situação transitória e para outros uma situação permanente. O controle dos cargos da organização mostrou-se fundamental para que os dirigentes permanecessem engajados e, no sentido contrário, sua ausência definiu a sorte de muitos militantes.

Do conjunto de 71 dirigentes que constam em nosso universo empírico e que corresponde aos militantes que foram derrotados nas eleições para diretoria do sindicato, uma pequena parte foi cooptada via incorporação às nominatas nas eleições subsequentes, restando à maioria o desengajamento. Convém salientar que o desengajamento da militância não guarda as mesmas causas do desengajamento da diretoria do sindicato. Ainda assim, é importante mencionar que na grande maioria dos casos esse último tipo de desengajamento implicou, sob determinadas condições, em um desengajamento da própria militância e são esses casos sob as quais nos debruçamos.

Outros desengajamentos ocorreram quando da mobilização iniciada com a luta pela reposição dos 34,1% em 1977 que culminou com um ciclo de greves que, entretanto, não se esgotavam nas greves, avançaram em um ciclo de protestos. O desenvolvimento de uma identidade coletiva serviu para forjar um sentimento comum e diminuir a defecção dos militantes.

Um dos casos mais lembrados pelos entrevistados de desengajamento é o do militante metalúrgico denominado de “ratinho”. Não apenas esse militante é citado como um dos mais combativos e ligado a vários nomes da diretoria, como seu “desaparecimento” é fruto de tristeza para os militantes que atuaram com ele no sindicato. Seja pelas razões que tenham ocorrido, o desengajamento desse militante, pela demissão e conseqüentemente pela impossibilidade de recolocação em outro emprego na região, pela repressão do regime, pelo retorno à terra natal, esse é lembrada como um dos desengajamentos mais sentidos.

Esse fato é tão expressivo que ainda hoje os dirigentes do SMABC e os ex-dirigentes que entraram na política partidária e hoje militam no PT procuram encontrar o “ratinho”. Por mais pitoresco que esse militante seja apresentado ele, aparece como a cristalização do radicalismo que o conflito assumiu naquela conjuntura crítica.

Ao se referir ao antigo colega de militância, o entrevistado Januário Fernandes da Silva ressaltava a forma como “ratinho” colocava-se frente às autoridades policiais da época:

[...] na época o ratinho era diretor sindicato aqui na categoria, trabalhava na Ford comigo, inclusive, ele chegava e falava pro general, imagina um cara desse tamanho, nordestino, porreta, chegava pro general e falava: ó vai correr sangue por essa canela aqui, mas vai sair essa passeata. Falar isso para um general do exército é muito abusado mesmo (risos). (Entrevista de Januário Fernandes da Silva)

A valorização do que caracterizava um militante “autêntico” contrasta com o sentimento explicitado pelo desengajamento desse dirigente em algum momento. O caso do desengajamento do dirigente “ratinho” é ilustrativo de um desengajamento imediatamente após os eventos da conjuntura crítica e foi antes à exceção do que a regra, uma vez que boa parte dos dirigentes que militavam no sindicato seguiu militando, quer no meio sindical, quer na política partidária.

Como comentamos anteriormente, a maioria dos dirigentes que desengajavam o faziam pela incapacidade de controlar os cargos da organização. Um dos elementos fundamentais de estímulo à militância, as expectativas de retribuições viam-se frustradas diante da primeira “barreira” a ser transposta, a eleição para diretoria. Da mesma forma, destacamos anteriormente que houve episódios de desengajamento, tais como o evento marcante que serviu como referência histórica, a trégua dos 45 dias e mais tarde durante o incremento da militância política. Esses desengajamentos tinham em alguma medida relação com as demais inserções dos dirigentes, particularmente daqueles engajados no PCB e em menor número no MDB.

Não é possível identificar uma única causa para explicar todos os desengajamentos, antes pelo contrário, muitos fatores corroboraram com a decisão dos dirigentes em deixar de lado a militância. Ainda que não fosse nosso objetivo principal identificar e analisar a fundo as trajetórias dos dirigentes que optaram por desengajar-se, excetuando-se os 71 militantes que se candidataram às eleições sindicais e não lograram eleger-se, extraímos importantes informações sobre a dinâmica dos desengajamentos da militância.

Os 71 militantes já comentados serviram de grupo de controle para auferir o peso dos recursos da organização no engajamento e militância dos dirigentes em



uma organização e como estes foram relevantes para que eles pudessem mais tarde conquistar e ressignificar os recursos obtidos naquela conjuntura, politizando-a.

Dentre aqueles que optaram pelo engajamento, a análise dos dados permitiu que identificássemos quatro diferentes perfis. Nenhum deles é um tipo “puro”; há muitos entrecruzamentos na trajetória dos dirigentes. Ainda que houvesse dirigentes que se engajaram e militaram no sindicato e independente das possibilidades abertas, defenderam a militância sindical como a única legítima. Outros ainda que tiveram sua militância no sindicato “premiada” com a possibilidade de ingressar nas nominatas da CUT e com isso ampliaram a visibilidade de sua militância. Por fim, a análise de um tipo de perfil que é central em nossa investigação, o dos dirigentes que transitaram para a política partidária. Analiticamente, esse perfil foi subdividido em dois, um que dá conta da militância durante a conjuntura crítica e um segundo que considera essa militância no pós-ditadura civil-militar.

A diferença quanto à militância em diferentes contextos e conjuntas não pode ser menosprezada e isso fica atestado no impacto de determinadas variáveis. Em cada um dos perfis investigados destacaram-se algumas variáveis. Outro aspecto a ser sublinhado é a diferente e muitas vezes tensa relação no que diz respeito ao processo de identificação dos dirigentes. Podemos observar determinadas particularidades em cada perfil, por exemplo, para os dirigentes que seguiram militando no sindicato o recurso à identificação coletiva forjada durante a conjuntura crítica, foi acessada com maior frequência e intensidade do que entre os dirigentes que transitaram para a política partidária. Estes últimos, muito mais interessados em defender a necessidade da participação em uma esfera marcadamente política, acessavam uma identificação estratégica que se, por um lado, não negava a militância sindical, por outro dava maior peso à militância política.

Dessa forma, otimizando a condição de militantes políticos obtida durante a conjuntura crítica, fomentavam a atividade partidária durante a construção e institucionalização do Partido dos Trabalhadores (PT). Como resultado, ampliavam-se consideravelmente os escopos de atuação, quer fosse para sua militância, ameaçada pela intervenção e fim do mandato, quer para as retribuições para a militância, num cenário, guardadas as devidas proporções, muito melhores.

Para os que militaram no sindicato e após ingressaram na diretoria da CUT, o processo de identificação é apresentado como um *continuum* e essa postura é corroborada pela defesa da fundação da CUT como resultado das lutas da

conjuntura crítica e essencialmente relacionados à ação dos dirigentes do período. Quanto a isso, a análise de nossos dados revelou que a quase totalidade dos dirigentes que se tornaram militantes reconhecidos priorizaram por força da conjuntura crítica a criação do PT. Com isso couberam aos dirigentes que ocuparam o sindicato no período imediatamente posterior às grandes mobilizações a tarefa de estruturar a Central Única. Em síntese, não apenas o processo de identificação em um determinado contexto não é homogêneo, conquanto seu uso não segue um padrão, ele atende às lógicas particulares de cada local de inserção na militância.

Nas próximas seções apresentaremos a trajetória e dados biográficos dos dirigentes considerando as variáveis de maior capacidade explicativa para cada um dos perfis apresentados. Apresentaremos os dados referentes a três dirigentes para, a seguir, identificarmos os recursos conquistados e a forma como foram reconvertidos dentro dos diferentes tipos de modalidade de militância, repercutindo em diferentes retribuições para a militância.

### 3.3 “PERFIL DO MILITANTE DA ORGANIZAÇÃO”

Esse perfil identifica os dirigentes que permaneceram militando no SMABC, não tendo reconvertidos seus capitais militantes para ingresso nem na CUT, nem no PT. As razões para isso podem ser explicadas pela aquisição de poucos recursos, pela *expertise* ou pelo valor conferido à identificação coletiva. Os dirigentes investigados não apenas contavam com pouco capital escolar ou cultural, como seus recursos de origem eram, na mesma medida, pouco significativos. Ao apresentarmos esses recursos de origem, seja para qualquer um dos perfis identificados, sobressai-se sua escassez. Os quadros 3 e 4 apresentarão as propriedades mais gerais dos agentes investigados e que servem para ilustrar as análises de suas trajetórias.

**Quadro 3- Propriedades sociais dos dirigentes investigados**

Nome do dirigente	Última profissão do pai	Escolaridade dos pais	Escolaridade	Local de nascimento	Ano nascimento
José Arcanjo	Desconhecido	Fundamental	Fundamental	Bahia	1944
Oswaldo Cavignato	Agricultor	Fundamental	Superior (Economia)	Duartina (SP)	1945
Geovaldo Gomes	Agricultor	Fundamental	Ensino Médio (Técnico em Metalurgia Senai)	Muritiba (Bahia)	1949

A primeira das trajetórias investigadas é de um dirigente que teve uma socialização no PCB, apesar de destacar em sua trajetória a militância no SMABC a despeito dos pertencimentos anteriores. Esse dirigente ocupou cargos menos importantes no sindicato, tendo permanecido na militância na organização. A segunda trajetória é de um dirigente que realizou importantes investimentos escolares que lhe proporcionaram permanecer engajado no sindicato ocupando um importante cargo no DIEESE. Apesar de ocupar cargo no sindicato após 1975, destacou os prejuízos em virtude do período em que foi afastado da diretoria por conta de uma opção do então presidente do SMABC. A terceira e última trajetória investigada é a de um dirigente que, tendo permanecido ao longo do tempo ligado ao sindicato, ressalta o conflito com os dirigentes que buscam cargos na relação com o sindicato ou com o PT.

**Quadro 4- Dados referentes a militância na conjuntura crítica**

Nome do dirigente	Cargo funcional	Espaço de socialização e experiências	Participação em grandes eventos (greves e manifestações)	Cargo no sindicato
José Arcanjo (Zé Preto)	Soldador	Partido Comunista Brasileiro	Mobilização dos 34,1% em 1977 e greves dos anos 1980.	Suplente do Conselho da Federação (1987/1990)
Oswaldo Cavignato	Ferramenteiro	SMABC	Mobilização dos 34,1% em 1977 e greves dos anos 1980.	Técnico assistente da presidência (1975)
Geovaldo Gomes	Cargo especializado	SMABC	Mobilização dos 34,1% em 1977 e greves dos anos 1980.	Suplente (1987/1990), diretor de base (1990/1993, 1993/1996, 1996/1999) e membro do Conselho da Direção (1999/2002).

### 3.3.1 José Arcanjo: socialização e identificação na “velha” esquerda

José Arcanjo<sup>65</sup>, ao referir-se sobre sua infância e adolescência, proporcionamos uma visão particular sobre como sua situação familiar acabou lhe proporcionando ter acesso a meios de socialização juntamente com militantes ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). A longa transcrição da entrevista (abaixo) justifica-se por proporcionar uma visão bastante ampla sobre a socialização comunista de um militante do SMABC.

José Arcanjo, militante durante as grandes mobilizações do final dos anos 1970, dirigente ao longo dos anos 1980, ligado diretamente ao sindicato e ao Partido dos Trabalhadores, destacou alguns aspectos relevantes para a própria trajetória militante.

Eu sou baiano [...] fui pro Paraná naquela época e o que tinha no Paraná naquela época era o PC, partido comunista e eu não diria que eles tava de salto alto não é isso, mas eles não tinham muito reflexo na base. Eles tinham muito mais um poderio muito mais pra cima de que eles tinha aquele contato com a base. Eu to dizendo isso por que nós jogavamos bola no Paraná com um senhor chamado José Marcos da Silva eu acho que é isso. O apelido dele era o Deda ele era um comunista convicto e ele treinava a molecada pra jogar bola e nessa jogada de bola o que ele fazia: eu pegava você aqui dessa fazenda e ia jogar naquela outra fazenda e depois tinha aquele negócio de vim pagar jogo aqui na outra fazenda. E fazia um trabalho que era assim, quando foi em 64 pegavam todo aquela organização que tinha ali que era de comunista na época e eu tinha vinte anos eu sai corrido de lá com medo para sair do Paraná. (Entrevista com José Arcanjo – Zé Preto)

Esses fatores ligados aos contatos com membros do antigo PCB levaram o dirigente a um verdadeiro périplo por várias regiões do país. A longa citação acima evidencia-nos todos esses processos, bem como, em outros momentos, relaciona-os: a infância e adolescência em condições de miséria, a situação de migrante (em busca do pai), o contato com militantes do PCB e a socialização que se seguiu, juntamente com isso o temor de ser perseguido pelo regime. Aquele temor da juventude contrastou com a militância combativa do período seguinte ao engajamento e à militância no SMABC. A chegada a São Paulo, enquanto migrante vindo da região nordeste, representou uma mudança radical nas condições sociais desse dirigente, marcando o início de seu engajamento e militância no sindicato.

---

<sup>65</sup> ARCANJO, José. Entrevista concedida em Diadema/SP em 22/02/2005.

Apesar de José Arcanjo ter tido experiências de socialização em meio a militantes comunistas, essa militância, como o próprio entrevistado sentencia, sofreu uma descontinuidade por conta da repressão do regime. A comparação entre a militância experimentada ao lado de outros dirigentes do sindicato e a militância experimentada na adolescência no Partido Comunista é evocada a fim de ilustrar uma vocação pessoal para a militância. Na comparação comentada, o entrevistado aponta as diferenças e, simultaneamente, reflete sobre as contribuições do aprendizado no PC para sua militância no SMABC:

A influencia no partido comunista era assim: é obrigado, sim senhor e as palestra que eles davam , eu achava muito interessante, você nunca podia dizer não Isso foi uma das regras que eu aprendi dentro do Pecezão, mas também voltando encima disso, eu acho que a minha influenciafoi muito grande encima do PC e aqui também encima da igreja. Era toda influencia da igreja mais a influencia do tom do partido comunista toda vida. (Entrevista de José Arcanjo – Zé Preto)

A construção das carreiras militantes no SMABC, entretanto, não seguiu diretrizes e orientações do PCB, não pelo desinteresse dos militantes comunistas, uma vez que esse sindicato, por todas as razões já enumeradas, era central para os interesses de qualquer grupo ou agremiação partidária. De qualquer forma, a própria socialização no SMABC e a construção da identificação coletiva no sindicato tornaram inviável qualquer outro pertencimento.

O surgimento de um “novo” tipo de militante foi um discurso legitimador fartamente utilizado pelos dirigentes para corroborar e dar significado a essa distinção quanto ao tipo de atuação na prática sindical. Essas diferenças assinaladas são, antes de tudo, diferenciações que visavam assinalar as características dos dirigentes que procuravam efetivar sua liderança dentro do sindicato, considerando-se que, muitos dos dirigentes do período anterior continuavam constando na composição da diretoria através de arranjos e combinações. Essas composições dos nomes para diretoria, especialmente, na eleição de 1975 atendiam a construção dessa hierarquização entre os militantes.

O processo de identificação coletiva produziu-se de forma a tornar-se a identificação saliente no período, desconstituindo ou secundarizando qualquer outro tipo de identificação. Muitos militantes e dirigentes do SMABC tiveram socialização na Igreja ou nos grupos de esquerda; todavia, a relevância assumida pelo engajamento sindical colocou em segundo plano esses pertencimentos anteriores.

Dessa “ocultação” não apenas resultavam melhores condições no enfrentamento com a ditadura, mas melhores condições para recrutamento para cargos no sindicato. Os poucos recursos detidos por José Arcanjo ocasionaram um fortalecimento da identidade saliente e converteram em recompensas de identidade. Efetivamente esse foi um caso em que a passagem por cargos pouco expressivos no sindicato resultou, a despeito da rede de relações sociais, em poucos recursos a serem reconvertidos.

### **3.3.2 Osvaldo Cavignato: investimentos escolares e reconversão**

As composições dos nomes para diretoria, especialmente na eleição de 1975, atendiam a construção dessa hierarquização entre os militantes. Em entrevista, Osvaldo Cavignato<sup>66</sup> comentou o convite do então candidato à presidência do sindicato, Luís Inácio da Silva, para que compusesse a chapa a fim de garantir um grupo e evitar os dirigentes que estavam como uma atitude “meio pelega”<sup>67</sup>. Segundo ele, “[...]a gente voltou a ter aquela ligação [com Lula]. Ele me chamou para pegar o departamento em 1975 [...]” (Entrevista de Osvaldo Cavignato). O fato de ser da ferramentaria, assim como boa parte dos dirigentes, proporcionou as melhores condições para seu engajamento.

Foi no trabalho no interior da fábrica que a maioria dos dirigentes socializou-se com a prática militante. Muitos deles, inclusive, passaram a trabalhar e a estudar nas unidades escolares mantidas pelo sindicato. A condição de estudante proveu de um segundo local de socialização, que reforçava o primeiro, pois os colegas eram os próprios metalúrgicos da região e colocavam-no em contato com aqueles a quem se convencionou denominar de “educadores populares”.

Na prática, reproduzia-se nas atividades docentes o papel desempenhado pelos militantes comunistas. Não é sem razão que muitos dos dirigentes entrevistados ou para os quais dispomos depoimentos salientam o papel militante desses professores e a influência em suas trajetórias. Conforme o próprio entrevistado destacou, outra influência sentida no meio militante foi o das

---

<sup>66</sup> CAVIGNATO, Osvaldo. Entrevista concedida no DIEESE em São Bernardo do Campo/SP em 15/02/2005.

<sup>67</sup> Na fala do próprio candidato a presidência do sindicato.

organizações ligadas à igreja. Refletindo sobre os motivos do próprio engajamento, ele destaca as suas motivações para militar:

Eu vou sair de uma empresa numa situação onde eu sou mandado fazer aquilo e que eu não gostaria de fazer, mas eu sou obrigado porque eu estou ganhando para isso e vendo as injustiças, eu gostaria de sair dessa situação para defender os interesses das pessoas que são mais desfavorecidas ou são injustiçadas, independentemente, se eu tenho uma revolta normal que tinha a injustiça como palco. Ai é o meu caso. Depois você está sujeito a um caldo de cultura de qualquer tipo de influência. Mais ou menos com essa visão comunista da coisa. (Entrevista de Osvaldo Cavignato)

O engajamento e a própria militância são apresentados como uma “doação de si”; um “dever”. Todo envolvimento é colocado na perspectiva de engajamento moral, a luta contra as injustiças. Por oposição, toda a ação militante presente na trajetória desses dirigentes assume a perspectiva de luta pela justiça. A militância no sindicato, por mais que isso não aparece nos depoimentos, repercutia diretamente na vida dos dirigentes. Cavegnato cita diretamente na passagem a diferença entre o trabalho na fábrica, algo que, segundo ele, era obrigado a fazer, pois ganhava para isso e a passagem para uma condição, onde sua tarefa era o de defender os interesses das pessoas mais desfavorecidas.

Essa passagem, da condição de trabalhador na fábrica para dirigente sindical, proporcionou, como podemos ver no depoimento de Cavegnato, uma retribuição para a militância. A saída do emprego na fábrica para ocupar um cargo na diretoria, por si só, representou um ganho, uma retribuição, segundo os entrevistados. Obviamente, a trajetória militante de cada um definiu as possibilidades para maiores ou menores retribuições.

A militância na conjuntura crítica implicou em uma série de dificuldades, porém, as retribuições extraídas da militância naquele período representaram muito na trajetória dos dirigentes do SMABC. Toda a mobilização e toda a “doação” pela causa são destacadas no empenho dedicado. O enfrentamento com o regime militar, o risco de sofrer repressão, as dificuldades de ordem pessoal, enfim, são situações que representaram uma série de dificuldades para suas vidas pessoais, porém, ampliaram o capital militante desses dirigentes. Por mais que tenha desempenhado um papel destacado, ocupando um cargo relevante no sindicato, na composição para a Executiva da Diretoria em 1975, em algum momento seu nome foi preterido. Isso ocorreu em virtude da composição na época que ainda mesclava nomes de

dirigentes que vinham da composição anterior da presidência de Paulo Vidal (1972) e os nomes preferidos pelo presidente eleito do sindicato, Luís Inácio da Silva. Naquelas condições, Osvaldo Cavnato acabou deixando a executiva e isso lhe custou muito em termos pessoais, como expressou em entrevista:

*Vamos falar teve também [...] ele acertou pegamos um cara carismático, um cara que tinha liderança, que tinha uma popularidade o pessoal vinha aqui para beber e conversar uma cachaça. Cara safado cara pelo menos muito amigo dele por isso que ele me chamou para montar aqui, me chamou em 75. [...] eu vim aqui pra pedir a conta [...] me mandou embora eu já sabia disso me custou um ano de faculdade, desemprego, mas eu fui tocando eu não tinha responsabilidade familiar grande e fazer o que eu era mais velho, mas os outros tocavam, depois ele me chama em 79 [...]. (Entrevista com Osvaldo Cavnato)*

Apesar da decisão do então presidente do sindicato de deixá-lo de fora da composição para a executiva, Osvaldo Cavnato destaca a relação de amizade entre ambos. O “prejuízo” em termos individuais é apresentado na forma de maior “entrega” a causa. O retorno a diretoria em 1979, em plena efervescência do ciclo de protesto, não apenas restituiu Osvaldo Cavnato a condição de diretor, mas possibilitou que isso ocorresse justamente no momento que conferiu maior destaque aos dirigentes do SMABC. Ainda assim, esse dirigente não foi preso ou teve seu nome entre os mais “visíveis” naquele período. A trajetória militante desse dirigente ficou marcada pela militância dentro do sindicato. As condições dessa militância após os anos 1980 estiveram ligada a formação acadêmica de Osvaldo Cavnato. A graduação em Economia pela Fundação Santo André em 1977 conferiu a legitimidade para que sua militância fosse respaldada em uma função técnica, especialmente, após os anos 1980. Osvaldo Cavnato foi responsável direto pela constituição da subsecção do Dieese que funciona no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista.

A trajetória militante desse dirigente ficou marcada pela militância dentro do sindicato. As condições dessa militância após os anos 1980 estiveram ligadas à formação acadêmica de Osvaldo Cavnato. A graduação em Economia pela Fundação Santo André em 1977 conferiu a legitimidade para que sua militância fosse respaldada em uma função técnica, especialmente após os anos 1980. Osvaldo Cavnato foi responsável direto pela constituição da subsecção do Dieese que funciona no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Apesar de ter sido deixado de fora na composição da chapa em 1975, foi justamente a formação



acadêmica que lhe garantiu as condições de continuidade na militância através de recrutamento para assessorar a presidência do sindicato.

Ao apresentar a própria trajetória militante, Cavnato, assim como os demais entrevistados, emprestam-lhe sentido e intencionalidade. O engajamento na luta sindical apresenta-se como um engajamento moral cujo sentido é mudar o país. A própria sequência dos acontecimentos, ainda que apresentada em termos cronológicos, objetiva justificar a ênfase atribuída à militância político-partidária.

### **3.3.3 Geovaldo Gomes: identidade coletiva e retribuições da militância**

Geovaldo Gomes<sup>68</sup> teve uma passagem por Osasco anteriormente e, em razão disso, tinha vívidas as memórias da greve de 1968 na mesma cidade. Em 1976 sindicalizou-se, passando a acompanhar a mobilização dos 34,1% em 1977. Essa trajetória é descrita por Geovaldo Gomes que procurou destacar a todo instante o fato de que a falta de “visibilidade” no ciclo de protesto do final dos anos 1970 resultou de uma estratégia individual para evitar a repressão.

Eu tava chegando por aqui, vinha de Osasco, novo na fábrica na Ford, sai de uma escola técnica e entrei numa função que era visto como um trabalhador altamente especializado. Eu era sindicalizado e acompanhava o sindicato, isso era motivo de estranhamento do pessoal. Se procura muito aqui fotografia minha aqui tem pouca coisa aqui porque eu não dava colher de chá pra fotografar em lugar nenhum. [...] (Entrevista com Geovaldo Gomes dos Santos)

Seu engajamento e militância no sindicato ocorreram posteriormente, apesar de ter participado enquanto militante no interior da fábrica dos principais eventos do final dos anos 1970 e início dos anos 1980. A passagem pela diretoria do sindicato em suas diversas instâncias, incluindo o trabalho de mobilização dentro das fábricas, é fartamente utilizada por esse entrevistado como forma de dar maior significado ao próprio engajamento. O retorno ao trabalho na fábrica e, posteriormente, as aposentadorias na empresa foram utilizadas para ressaltar a militância como uma obrigação moral, um dever. Ao assim proceder, Geovaldo chamou a atenção para as retribuições da militância.

---

<sup>68</sup> GOMES, Geovaldo. Entrevista concedida na sede do SMABC em São Bernardo do Campo/SP em 18/02/2005.

Ao afirmar que jamais dependeu da relação com o sindicato, com a Central sindical e com o partido (PT) para sobreviver, diferentemente de muitos outros, Geovaldo propôs-se não apenas a criticar as oposições sindicais, interessadas em desqualificar os dirigentes do SMABC, mas a sublinhar sua maior abnegação a causa do que muitos dos militantes.

Ao ressaltar aspectos ligados à “doação” em sua militância e ao negar as expectativas de retribuição por essa militância, ao menos em termos de cargos, Geovaldo Gomes estabelece uma ligação com um argumento utilizado fartamente pelos dirigentes de períodos anteriores, da vinculação com o “chão da fábrica”. Ao assim proceder, Geovaldo incorporou para a própria trajetória uma característica sempre ressaltada pelos dirigentes que militaram durante a conjuntura crítica, o do engajamento moral. Evidentemente que o fato de não permanecer ligado formalmente ao sindicato ou ocupando cargo político é mais efeito do que causa das justificativas e explicações desse entrevistado.

Eu tive pega com as pessoas, sou muito velho aqui e não sou carregador de mala, não sou da articulação sindical, mais trabalho com esse sindicato. Eu sempre trabalhei na Volkswagen, não quis sair para ser diretor aqui da executiva. Nunca quis sair da fábrica, eu tenho trinta anos de Volkswagen, demitido e duas vezes afastado do setor, participei dentro da comissão, trabalhei pelo sindicato, mas não trabalho para a articulação do PT, não sou organicamente ligado [...], mas aqui no sindicato eu sempre trabalhei. Alguns convites [...] eu vim aqui tomar conta do departamento jurídico, sair da fábrica [...] e a gente contribuiu bastante [...] e sempre tive essa atividade muito ligada ao chão da fábrica e não tenho essa vinculação orgânica de emprego e sempre trabalhei e trabalho com o sindicato [...] (Entrevista com Geovaldo Gomes dos Santos)

Mesmo que sua militância estivesse fortemente ligada ao sindicato, um fator distinto para os demais dirigentes que continuaram militando no sindicato e na própria militância sindical reside no fato de que esse dirigente não possuía uma formação acadêmica capaz de absorvê-lo em funções na organização interna, como seria o caso de formação ligada ao direito, ao *management* ou às engenharias. A contratação como permanente garantiu uma sobrevida à militância de alguns dirigentes.

Precisamos sempre lembrar de que o vetor de migração da militância para ocupação de cargos segue a orientação sindicato, central, partido. Em poucos casos, um movimento do partido para a central é identificado e em nenhum caso do

partido para o sindicato. Isso explicita duas dinâmicas: primeiro a de que as recompensas para o militantismo seguem a mesma orientação; e, segundo, o recrutamento para a militância no sindicato segue regras muito particulares.

A importância do sindicato foi ressaltada por Geovaldo Gomes não apenas pelas razões históricas, pelo fato de ter sido um dos núcleos da qual se originaram os fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), mas pela importância econômica para a região do ABC.

*[...] aqui a atividade desse sindicato é tão importante quanto qualquer prefeitura do PT, prefeituras importantes, pelo papel que ele desempenha aqui a partir do momento que não só retêm recursos, retêm salários, retêm valores [...] (Entrevista com Geovaldo Gomes)*

A militância no sindicato durante mais de duas décadas com a ocupação de todos os cargos possíveis em sua estrutura, a socialização militante e a trajetória vinculada exclusivamente ao sindicato, sem ocupação de cargos na política partidária. Toda essa trajetória militante o levou a defender enfaticamente o sindicato e as ações dos dirigentes ao longo do tempo. A identidade coletiva construída na conjuntura crítica e salientada anteriormente passou nessa configuração a coexistir com a necessidade de mudança nas estratégias das ações dos dirigentes, logo da própria organização do sindicato, justificando a diferença de orientação da militância, nas diferentes conjunturas.

Durante a conjuntura crítica os interesses em “jogo”, incluíram uma extensa pauta de “causas” (anistia, democracia, etc.). Após os anos 1980, especialmente com a eleição indireta para a presidência da República e as promessas de eleição direta no final da década, o contexto político se alterou e os interesses organizados saídos daquele contexto passaram a demandar uma série de políticas públicas mediadas por inúmeros dos dirigentes saídos daquela conjuntura, especialmente pelos dirigentes oriundos do SMABC. Os recursos disputados foram re-significados para esse “novo” contexto: as narrativas destacando as virtudes de combatividade, origem social do migrante e do vínculo com o “trabalho” cedeu lugar a defesa da competência técnica, da habilidade na negociação e da profissionalização de setores do sindicato. Essa mudança foi motivada pela menor rentabilidade da militância num contexto “pós-ditadura”, porém, foi reforçada pela

necessidade de legitimação de “novos” dirigentes, com maiores recursos escolares e maior conhecimento técnico. Conforme salienta Geovaldo Gomes:

*[...] senão é a habilidade desse sindicato, a luta pra manter essa fábrica toda já teria fechado e hoje o Melão até pode negar isso, mas em 1990 eu escrevi com ele, porque o Melão hoje foi pra oposição e ele aí pode negar, mas parte, inclusive, disso foi construído junto com ele quanto trabalhava com a gente. (Entrevista com Geovaldo Gomes dos Santos)*

Ao reafirmar a importância do sindicato, como mais importante do que muitas prefeituras para o PT, Geovaldo Gomes sinalizou para o papel simbólico da instituição da qual, muitos militantes, extraíram retribuições, saíram para a militância na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e no Partido dos Trabalhadores (PT). Com a reestruturação das fábricas iniciada no meio da década de 1980, a militância contou com a construção de “novos” interesses. Isso obrigou esses militantes a buscarem outros elementos de justificação, uma vez que a condição de representantes efetivada com a eleição dependia de características outras que não somente aquelas consideradas relevantes para os engajados nos anos 1970. Nessas novas condições, variáveis como formação técnica e universitária passou a desempenhar como vimos um papel preponderante na trajetória militante desses dirigentes.

#### **3.3.4 Os recursos dos militantes da organização**

No quadro abaixo apresentamos os dados referentes ao militante da organização, buscando relacionar os recursos conquistados, utilizados, os investimentos feitos no curso de sua trajetória, os processos de identificação e as retribuições da militância observadas.

### Quadro 5 – Militantes da organização

PERFIL DO MILITANTE DA ORGANIZAÇÃO				
DIRIGENTE	RECURSOS	INVESTIMENTOS	IDENTIFICAÇÃO	RETRIBUIÇÕES
José Arcanjo	Capital de relações	Capital de relações	Saliente	Identidade
Oswaldo Cavnato	Capital cultural	Educação	Saliente	Identidade Cargo no DIEESE
Geovaldo Gomes	Capital de relações	Capital de relações	Saliente	Identidade

De certa forma, ao vincularmos esses dirigentes a uma noção de identidade coletiva, salientamos que, mais do que nunca, ela tornou-se uma “ferramenta”, pois, ao recorrerem à história do sindicato e das lutas, esses dirigentes estão de forma alguma evocando “novas” modalidades de ação e intervenção. São outras as características defendidas nos pós-anos 1980, sobretudo com o advento da reestruturação produtiva nas fábricas e com a necessidade desses dirigentes transformarem e produzirem “novas” causas.

A ideia é provocar uma “ruptura” entre a militância sindical e a militância política, fortalecendo a própria trajetória. De acordo com Geovaldo, mais voltada para a militância do que para a busca de cargos, especialmente aproveitando-se da relação entre sindicato e partido.

[...] aqui a atividade desse sindicato é tão importante quanto qualquer prefeitura do PT, prefeituras importantes, pelo papel que ele desempenha aqui a partir do momento que não só retêm recursos, retêm salários, retêm valores [...] (Entrevista com Geovaldo Gomes)

Seja como for a postura dos dirigentes do sindicato durante o que convencionamos denominar de “conjuntura pós-ditadura civil-militar”, mudou seu foco. Os recursos disputados foram ressignificados para esse “novo” contexto: as narrativas, destacando as virtudes de combatividade, origem social do migrante e do vínculo com o “trabalho” e não com uma ideologia particular, cederam lugar à defesa da competência técnica, da habilidade na negociação e da profissionalização de setores do sindicato.

Essa mudança foi motivada pela menor retribuição da militância num contexto “pós-ditadura”; porém, foi reforçada pela necessidade de legitimação dos “novos” dirigentes, com maiores recursos escolares e maior conhecimento técnico. Nessas novas condições, a formação técnica e universitária passou a desempenhar um papel preponderante na trajetória militante desses dirigentes.

### 3.4 “PERFIL DO MILITANTE POLÍTICO-SINDICAL”

Esse perfil caracteriza os indivíduos que, através do engajamento na luta sindical e da condição de dirigente eleito, puderam lançar-se como militantes de “causas” políticas através de sua inserção em organizações sindicais de maior envergadura, como é caso das centrais sindicais. Esse tipo de engajamento esteve ligado a maior ou menor disposição dos dirigentes envolvidos em ampliar o escopo da própria militância. Por conta disso, puderam ampliar a rede de relações e obterem recursos que os credenciaram para o recrutamento para ocupação de cargos de confiança no meio político-partidário e excepcionalmente para a ocupação de cargos na condição de “eleitos”.

Seja como for, ampliaram consideravelmente as retribuições da militância. Esses casos serão tratados no perfil dos militantes político-partidários, uma vez que suas trajetórias ficaram marcadas pela militância nessa esfera. Nesse perfil, deteremo-nos em tratar especificamente aqueles que conquistaram espaço na CUT. Evidentemente os dirigentes egressos do SMABC não se vincularam exclusivamente à CUT, ainda que devemos ressaltar que esse foi o destino mais provável e o mais expressivo.

Com o avanço no processo de institucionalização da CUT, houve um incremento na legitimação de seus quadros dirigentes mediante a posse de um conhecimento, de um saber, em geral, adquirido mediante a escolarização. A análise dos dados demonstra o gradativo incremento em termos de investimento em educação, na mesma proporção em que aumentaram as possibilidades de acúmulo de capital militante. Ao menos durante os anos 1980 e boa parte dos anos 1990, houve tendência de ocupação de cargos e espaço dos dirigentes do SMABC na CUT; embora esse espaço aparentemente integrado na prática militante (sindical e política) continue aberto até os dias atuais.

O próprio sentido do movimento dos recrutamentos tem vetores unidirecionais do sindicato para a central, ocorrendo apenas um caso em sentido contrário<sup>69</sup>. A observação desse fato foi possível através da análise dos dados recolhidos. Algumas das variáveis destacaram-se na compreensão dos mecanismos que permitiram aos dirigentes sindicais o recrutamento para as centrais sindicais. As variáveis de maior relevância são para explicar as condições necessárias para que determinados dirigentes tivessem logrado ocupar cargos nas centrais sindicais e pudessem ser classificados como sendo variáveis que tratam da militância na organização e variáveis que tratam da militância na conjuntura.

As primeiras propiciaram as condições de acumular recursos através da ocupação de cargo no sindicato, tais como nº de eleições disputadas (e vencidas), ano de “entrada” (1ª eleição), cargo ocupado no sindicato. Já as variáveis do segundo tipo permitiram evidenciar os diferentes pertencimentos dos dirigentes, ou seja, a ocupação de cargo na CUT, a filiação ao PT.

Tomando como referência as variáveis comentadas, analisamos as trajetórias de dirigentes que atuaram no SMABC e posteriormente conquistaram cargos na CUT. Além disso, analisamos um caso em que o dirigente, a despeito de possuir relações similares aos demais, apresenta uma trajetória militante particular. Abaixo, nos quadros 4 e 5, apresentaremos aspectos pertinentes aos agentes que foram investigados nesse perfil.

---

<sup>69</sup> Esse é o caso do ex-presidente do SMABC, José Feijóo, conforme veremos no capítulo cinco.

**Quadro 6- Dados referentes à militância no SMABC**

Nome	Naturalidade	Cargo funcional	Ano da primeira disputa	Resultado da competição eleitoral	Nº de vezes na nominata	Cargo no sindicato	Cargo antes do sindicato
Valter Sanches	Loanda - Paraná	Planejador de processos	1999	vitória	3	Diretor de base (1999/2002, 3º suplente do Conselho Fiscal (2002/2005), reeleito diretor de base (2005/2008)	Eleito na Mercedes Benz para a CIPA entre 1989 e 1990.
Enílson Simões de Moura "Alemãozinho"	Divinópolis-MG	Mecânico/inspetor de qualidade	1981	Derrota	0	Integrou a chapa 2 nas eleições do Sindicato em 1981.	Atuou no SM de São Paulo
Adi dos Santos Lima	Montes Claros MG	Programador de produção	1996	Vitória	4	Diretor de base (1996/1999) diretor executivo (1999/2002) (2002/2005) e (2005/2008). É presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo (FEM/CUT)	Foi coordenador da Comissão de Fábrica por dois mandatos desde 1987.

O primeiro caso é o de um dirigente que se engajou e militou após o ciclo de protesto do final dos anos 1970 e compensou a visibilidade adquirida naquela conjuntura crítica com recursos escolares. O segundo caso é o de um dirigente sindical que malgrado tenha participado ativamente das mobilizações do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e tenha conquistado recursos importantes com essa participação. Tendo, inclusive, sido preso juntamente com outros militantes, teve de utilizar esses recursos como forma de modificar sua própria trajetória militante em virtude da competição entre esses dirigentes.



A terceira trajetória é de um dirigente cujo processo de socialização anterior deve-se à participação nas comunidades eclesiais de base e às relações com os militantes do sindicato. Sua trajetória militante que culmina na presidência da CUT/SP está fortemente ligada ao capital de relações e aos recursos escolares.

#### Quadro 7- Dados referentes à militância político-sindical

Nome	Partido político	Data nascimento	Cargo CUT	Destaque anos 1970/1980	Socialização anterior	Escolaridade
Valter Sanches	PT	1964	CNM-CUT Secretário de relações internacionais Membro do conselho mundial de administração da Daimler (2008) Reeleito (2013)	Não	Sindicato	Superior-bacharel em geografia
Enílson Simões de Moura "Alemãozinho"	PT (saiu depois)	1950	CUT CGT Força Sindical SDS- Social democracia sindical	Sim Nas greves de 79 e 80 foi membro da Comissão de Mobilização com papel de destaque.	POLOP e Grupo da Igreja	Ensino Médio incompleto
Adi dos Santos Lima	PT	1956	Presidente CUT SP	Não. Militância na Igreja	Igreja católica (CEB)	Superior - Letras

#### 3.4.1 Valter Sanches: investimentos, *expertise* e retribuições

A trajetória militante de Valter Sanches<sup>70</sup> denota alguns aspectos que precisam ser investigados. Um deles, já comentado, é o fato do dirigente ter ingressado no movimento sindical no final do período das mobilizações que marcaram a trajetória dos dirigentes do período. Desde a "entrada" desse dirigente na vida sindical, observa-se que sua atuação concentrou-se, senão exclusivamente, de forma contundente na militância sindical, não se restringindo à militância no SMABC, mas ocupando posições importantes dentro da CNM/CUT.

<sup>70</sup> SANCHES, Valter. Disponível em: <http://www.cnmcut.org.br/conteudo/valter-sanches>. Acesso em 9/11/2012.

Chama atenção a trajetória percorrida pelo dirigente com a ocupação de inúmeros cargos no SMABC e na CUT, inclusive com a ocupação simultânea de cargos nas duas organizações, menos por uma eventual impossibilidade de ocorrência, mas pelo fato de que mais do que qualquer outra coisa outro recurso estivesse sendo acessado, o da formação universitária. O diploma de curso superior não apenas legitimou a ocupação de cargos, especialmente no tocante a CUT, como determinou o tipo de função ocupada na organização. A formação como geógrafo permitiu ao dirigente responder pelo cargo de relações internacionais da CUT.

Em entrevista na Confederação Nacional dos Metalúrgicos na Seção da CUT/SP, o dirigente Valter Sanches destacava a todo instante a menor importância de sua entrevista em relação aos dirigentes que militaram no curso das grandes greves e das mobilizações políticas contra o regime militar. Essa sobrevalorização dos dirigentes que militaram na conjuntura crítica revela-se no reconhecimento de que o capital militante “em jogo” naquele contexto dependia muito menos de outros recursos.

A trajetória de Valter Sanches possui uma particularidade: sua militância passou a caracterizar-se pelo relevo conferido à sua formação acadêmica na ocupação dos cargos dentro da CUT. O saber técnico-científico ganhou espaço na definição dos cargos, muito menos por reengenharia administrativa, e muito mais como estratégia de recorrer a uma reconversão profissional em proveito da militância política.

Em termos gerais, podemos admitir que crescentemente a *expertise* passou a desempenhar um papel central nas trajetórias de um conjunto – não tão pequeno – de dirigentes. A formação universitária deve ser vista como um importante investimento militante, que resultou na ocupação de um espaço destacado dentro da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM). O destaque obtido, inclusive através de participações em eventos internacionais, proporcionou a Valter Sanches altas retribuições para sua militância. Um exemplo disso é que se tornou o representante brasileiro no Comitê Mundial dos Trabalhadores na *Daimler-Chrysler* entre os anos 2000 e 2007, sendo reeleito para o período subsequente. Para que se tenha uma dimensão disso, basta dizer que essa posição o colocou acima do cargo de presidente da Chevrolet no país.

### **3.4.2 Enílson Simões de Moura “alemãozinho”: socialização na esquerda e ostracismo**

Um caso distinto de dirigentes que seguiram militando no movimento sindical é o de Enílson Simões de Moura. A socialização política desse dirigente difere dos demais que militaram no SMABC por alguns aspectos, entre eles pelo pertencimento prévio a organizações de esquerda. Enílson Simões de Moura trabalhou como metalúrgico em São Paulo, indo logo a seguir trabalhar na região do ABC paulista onde se aliou a outras lideranças nas Comissões de Fábrica. Teve um papel destacado tanto nas articulações das greves do final dos anos 1980 quanto das mobilizações que já incluíam uma agenda política definida. Na greve de 1980 foi, inclusive, um dos indiciados na Lei de Segurança Nacional<sup>71</sup>.

Sua participação nesses eventos foi vista pelos dirigentes mais ligados ao presidente do SMABC, Luís Inácio da Silva, como tentativa de controlar o movimento grevista e a própria mobilização. Uma vez que estava em disputa uma série de recursos, a condição de dirigente do sindicato na conjuntura crítica abria novas e relevantes possibilidades. O receio de que Enílson Simões de Moura tivesse interesse em controlar o movimento tomando, dessa forma, uma figura proeminente na mobilização, relacionava-se com seu engajamento anterior (em organizações clandestinas de esquerda) e com as próprias disputas dentro da diretoria do SMABC. Como Josimar Bezerra, Geovaldo Gomes e Alberto Eulálio sublinharam nas entrevistas, a militância de Alemãozinho foi importante assim como o receio de que houvesse tentativas de controlar o movimento.

As disputas aumentavam à medida que os recursos eram mais valorizados, sobretudo no ápice dos conflitos com a ditadura civil-militar e com o incremento da pauta política das manifestações. Na primeira metade dos anos 1980, Enílson ainda esteve presente nas discussões e debates que redundaram na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Como recurso privilegiado, esse dirigente manteve ao longo de um período um intercâmbio contínuo com organizações políticas internacionais, especialmente as do Leste Europeu. Essas relações configuravam um espectro de possibilidades, dado o fato

---

<sup>71</sup> Foi condenado assim como o então presidente do sindicato, Luís Inácio da Silva e vários outros a três anos e meio de prisão.

de que articulava a militância sindical com o contato com organizações de caráter político.

Na segunda metade dos anos 1980, Enílson Simões de Moura ainda participou juntamente com outras lideranças sindicais do processo constituinte, estando nessa época na condição de vice-presidente da Central Geral dos Trabalhadores<sup>72</sup>. Evidentemente que a ativa militância sindical de Enílson Simões de Moura após toda a mobilização do final dos anos 1980 dependeu de uma série de fatores, tais como aproveitar as condições políticas para fundar sindicatos e centrais com o apoio de agentes políticos interessados em contrabalançar o poder constituído em torno da CUT. A fundação da CGT e da Força Sindical pode ser facilmente identificada como uma articulação entre os interesses de alguns militantes sindicais em constituir um local de militância alternativo àquele ocupado pelas lideranças já estabelecidas no SMABC e na CUT.

Após o ciclo de mobilização, Enílson Simões de Moura foi o único a receber uma sentença igual à de Lula. Essa condição não reverteu imediatamente em melhores condições de inserção tanto na militância sindical. Isso se deveu, em grande parte, como já afirmamos, ao fato de pertencer a um grupo com interesses considerados diferentes do “núcleo” de dirigentes do SMABC. Seja como for, Alemãozinho ficou fora da diretoria do sindicato e por mais que tenha tido participação ativa na fundação do PT e da CUT não conquistou um papel relevante nessas organizações.

Mais tarde, durante o governo Montoro em São Paulo conseguiu colocar-se como carregador no CEAGESP, entreposto de hortifrutigranjeiros por indicação do Suplente de Senador Fernando Henrique Cardoso. Na CEAGESP, fundou um sindicato, para o qual foi eleito presidente, tornando-se logo a seguir Secretário da Força Sindical. Fundou uma Central Sindical, a SDS<sup>73</sup>. Criou o Mast (Movimento dos Agricultores Sem Terra) a fim de contrapor-se ao Movimento dos Sem Terra (MST) e

---

<sup>72</sup> A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) funcionou até 2007 quando juntamente com a SDS, CAT e sindicatos independentes fundaram a UGT.

<sup>73</sup> A SDS conta com cerca de 1.100 entidades filiadas, produz uma farta literatura e mantém convênios internacionais. Com recursos de R\$ 380 milhões este ano e R\$ 500 milhões para 2001, 20% do FAT é destinado às centrais sindicais. Em seus três primeiros anos de existência, a SDS beliscou ali R\$ 20 milhões e espera receber R\$ 23 milhões em 2001. Aos 50 anos, Alemão voltou para ficar. Ele amarrou uma grossa teia de sustentação da SDS tanto nas entidades de classe, quanto nos gabinetes de Brasília. Após a fundação da central, em 1997, num congresso prestigiado pelos ministros José Serra e Paulo Renato, montou praça em Brasília. Para chegar ao FAT, esticou um cordão de apoio político até obter a alteração de uma medida provisória no sentido de dar poderes ao ministro do Trabalho para mexer nos conselhos gestores do FAT e do FGTS. (Fonte: Isto É Dinheiro de 08 de setembro de 2000, Ed.159)

sua ligação com o PT. Com visibilidade política e reconhecimento no meio sindical, Alemãozinho tornou-se um crítico contumaz de seus antigos colegas no SMABC, ao mesmo tempo em que consolidou sua liderança ou como declarou a imprensa “eles não sabem fazer central sindical. Eu sei.”<sup>74</sup>

As relações constituídas ao longo de sua trajetória militante e potencializadas com a participação nas greves e na luta pela redemocratização, acrescidas por um quadro político favorável<sup>75</sup>, foram instrumental para que alemãozinho obtivesse sucesso em seus empreendimentos na década de 1990.

### **3.4.3 Adi Lima: socialização na igreja, investimentos em educação e *management***

Adi Lima<sup>76</sup> apresenta a mesma tendência dos dirigentes para os anos pós-conjuntura crítica, a do incremento em escolaridade. O desejo de tornar-se um tradutor de inglês levou-o a prestar vestibular para o curso de Letras na Ibero-Americana tendo concluído o curso em 1988.

As características da origem social desse dirigente, apesar de guardar uma estreita semelhança com a do conjunto da população investigada, possui um particularidade, o de sua formação escolar. Após o período em que cursou seus primeiros anos de escola, Adi Lima passou a estudar no Colégio Marista onde além da conotação religiosa, importante pela incidência da igreja católica na questão trabalhista através das pastorais ainda frequentou uma escola de classe média. Conforme sua própria descrição a respeito desse período de sua vida escolar:

*A escola Marista era católica e nós tínhamos que rezar. Tinha uma divergência com a minha família, porque os meus pais eram protestantes, evangélicos e eu também participava, freqüentava a igreja. Mas não atrapalhou, passei assim o meu período de ensino fundamental. Depois eu fui pra fazer o segundo grau numa outra escola. Ganhei uma bolsa de estudo numa escola particular, uma escola de classe média. Eu fiz o primeiro ano do segundo grau e saí. Fui para um outro colégio que era estadual e tinha um nível melhor. Eu fiz o exame admissional, entrei no segundo ano do segundo grau e concluí o meu segundo grau na Escola Normal. (Depoimento de Adi dos Santos Lima a Memória do DIEESE)*

<sup>74</sup> (entrevista a Isto É Dinheiro de 08 de setembro de 2000, Ed. 159)

<sup>75</sup> A elite que governou o Estado entre os anos 1990 procurou contrabalançar a ação das organizações de militantes (de esquerda) vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT).

<sup>76</sup> LIMA, Adi dos Santos. Disponível em: [http://memoria.dieese.org.br/museu/nossas\\_historias\\_menu/adi-dos-santos-lima](http://memoria.dieese.org.br/museu/nossas_historias_menu/adi-dos-santos-lima). Acesso em 18/06/2012.

O desejo de tornar-se um tradutor de inglês o levou a prestar vestibular para o curso de Letras, porém, na Universidade de São Paulo (USP) não conseguiu classificar-se. Prestou vestibular na Ibero-Americana tendo concluído o curso em 1988. Durante esse período trabalhou na Mercedes Benz, onde ocupava o cargo de Programador de produção desde 1978. Antes disso a saída da cidade-natal ocorrera como uma forma de buscar oportunidade na megalópole. Como destacou Adi Lima, ainda em Montes Claros ele conheceu “[...] uma família de vendedores, que tinha loja na minha cidade, e acabei indo trabalhar com eles. Eles prosperaram nesse ramo do comércio, espalharam lojas por vários lugares do país”. O auxílio prestado por essa família foi fundamental, segundo Adi Lima, sua ida para São Paulo em 1967 dependeu muito dessa relação com a família Boa Ventura. Conseguir um emprego em São Paulo não era problema, pois, como Adi ressalta:

nessa época [1977] quem tinha o segundo grau completo, em São Paulo, tinha facilidade para arrumar emprego e havia uma demanda muito grande. Fui trabalhar numa empresa chamada Trefil SA, uma empresa de trefilação de aço. (*Depoimento de Adi dos Santos Lima a Memória do DIEESE*)

Sua trajetória profissional ficou marcada, entretanto, pelo emprego na Mercedes que ele descreve com um diferencial. Como Adi Lima destacou no depoimento, não apenas o emprego em uma grande montadora do ABC, mas a ocupação de um cargo funcional qualificado permitiu-lhe um bom trânsito entre os demais metalúrgicos e alguma garantia contra os possíveis riscos de desemprego. Como salientamos em diversos momentos dessa pesquisa, o cargo ocupado no local de trabalho guarda relação direta com os incentivos ao engajamento, especialmente em um contexto no qual a identificação coletiva ainda não era forte o suficiente para explicar a adesão.

Na maioria dos casos investigados, a socialização militante iniciou no local de trabalho, a fábrica, através da mais variada gama de contatos e relações. No caso de Adi Lima, essa socialização é anterior ao trabalho na fábrica. Efetivamente ele iniciou seus primeiros contatos, ainda na juventude, conforme descreveu no depoimento:

Lá em Montes Claros, com meus 17, 18 anos, fundamos um Grupo de Jovens ligados à Igreja Católica. Um grupo muito atuante que fazia trabalho filantrópico. Era uma atividade que a juventude fazia no bairro e eu participava. Eu também tocava na missa e passei a gostar muito. Quando eu vim para São Paulo, senti falta dessa convivência. Na mesma rua da pensão, que eu fui morar, tinha algumas pessoas que participavam de grupo de jovens. Conheci alguns deles, me enturmei e acabei indo tocar na igreja. Nessa época, tinham as Comunidades Eclesiais de Base [CEBs] que faziam o contraponto com o conservadorismo da igreja. Nisso nasceu o Partido dos Trabalhadores [PT], em 1980, e tinha muito a ver com as Comunidades Eclesiais de Base, as bandeiras eram as mesmas, a vida era muito próxima. Comecei a trabalhar na Comunidade Eclesial de Base e no partido político. (Depoimento de Adi dos Santos Lima)

Como podemos observar, no caso de Adi Lima, a militância dentro de congregações da igreja católica antecedeu a militância sindical e político-partidária. O engajamento no SMABC apareceu como oportunidade através de um convite para uma reunião do sindicato em pleno período de intervenção. Naquele momento, Adi Lima preferiu seguir militando na Igreja. Foi com a radicalização da conjuntura crítica que se deu uma maior aproximação entre as CEBs e as organizações e indivíduos que militaram naquele momento.

Com a conquista da Comissão de Fábrica da Mercedes, Adi Lima recebeu o convite de Vicentinho, então presidente do sindicato, para compô-la. Inicialmente o fato de estar fazendo cursos oferecidos pela Mercedes e a pouca disponibilidade quase o demoveram do convite. Ainda assim, o engajamento na Comissão veio em 1987 como relata abaixo:

Aí me convidaram para entrar na comissão, mas eu não quis porque eu queria concluir o curso. Mas, no segundo mandato, em 87, não teve jeito. O Vicentinho insistiu e acabou me convencendo. Entrei como suplente na comissão de fábrica, em 87, e dois anos depois, fui eleito coordenador. Fiquei até 96 e entrei na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Em 1998, eu fui para a executiva do sindicato e me afastei da Mercedes Benz, para coordenar a subsede do sindicato, em Diadema. Também em 98, vim para o DIEESE, depois fui para a Federação dos Metalúrgicos. (Depoimento de Adi dos Santos Lima)

Com a implantação de um processo de reestruturação produtiva na Mercedes no curso dos anos 1990, os militantes da Comissão ganharam condições diferenciadas para conferir visibilidade a sua militância. Esse evento foi recorrente nas empresas do ramo automobilístico da região e representaram, cada um, com suas próprias características, momentos em que os dirigentes sindicais

(especialmente os que atuavam dentro das unidades fabris) assumiam maior “peso” e relevância.

As possibilidades abertas pela militância em um contexto de mobilização no qual as “causas” defendidas eram ligadas à manutenção do emprego não podem ser desconsideradas, mesmo quando comparadas com as “grandes” causas e “eventos” promovidos pelos militantes das décadas anteriores. Mais do que a própria reestruturação produtiva, foi a capacidade de torná-la uma “causa” naquele contexto que fundamentou a mobilização nos anos 1990. Adi Lima destacou a articulação entre Comissão de Fábrica, sindicato e DIEESE nos inúmeros projetos apresentados no período<sup>77</sup>.

Sua militância no sindicato ficou marcada pelo pertencimento ao DIEESE e aos contatos e experiências oriundos daí. A escolarização e a formação técnica assumiram centralidade para os dirigentes que militaram nos anos 1990 e 2000. Podemos observar no perfil de Adi Lima essa forte tendência e as justificativas para a mudança no perfil da militância.

Penso que, hoje, para o movimento sindical, o conhecimento é mais necessário do que a força daqueles companheiros no final da década de 70, em que o diretor do sindicato chegava, "chutava a porta do chefe" para depois perguntar quem é que estava lá dentro. Podemos até "chutar a porta", mas chutar sabendo o porquê o chefe não quis conversar antes. (Depoimento de Adi dos Santos Lima)

A defesa do “conhecimento” na militância no lugar da “força” é uma justificativa para esse “perfil” de militante desprovido das oportunidades abertas por uma conjuntura crítica, mas com capital escolar. Esse capital e as experiências vivenciadas em cursos no exterior são apresentadas como um aprendizado que conferem “saberes”, sempre relacionado à própria militância.

Adi Lima fez cursos de formação de dirigentes<sup>78</sup> onde teve como interlocutores militantes de várias centrais sindicais. A obtenção desses recursos e o acúmulo de capitais militantes referendados por um capital de relações e por um capital cultural tornou possível a ele ocupar a Presidência da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo (FEM/CUT).

---

<sup>77</sup> A Mercedes havia proposto uma nova fábrica, uma nova estrutura, que dividia a fábrica em cinco. Esse projeto já vinha com nome “Mudar ou Fechar”, ou seja, ou fazia aquelas mudanças ou ela fecharia. Adi Lima relata que não houve problema em discutir.

<sup>78</sup> O PCDA [Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores Sindicais] foi segundo Adi Lima uma fase de amadurecimento, pois, lhe permitiu conviver com outros militantes sindicais.



### 3.5 OS RECURSOS DOS MILITANTES POLÍTICO-SINDICAIS

No quadro abaixo apresentamos os dados referentes ao militante político-sindical, relacionando os recursos conquistados, utilizados e/ou descartados, os investimentos feitos no curso de sua trajetória, os processos de identificação e as retribuições da militância observadas.

#### Quadro 8- Militantes político-sindicais

PERFIL DO MILITANTE POLÍTICO-SINDICAL				
DIRIGENTE	RECURSOS	INVESTIMENTOS	IDENTIFICAÇÃO	RETRIBUIÇÕES
Valter Sanches	Capital cultural	Educação	Estratégica	Cargo CNM/ Comitê Mundial
Enílson Simões	Oratória	Capital de relações	Estratégica	Cargo de presidente da SDN
Adi dos Santos	Capital cultural	Educação	Estratégica	Cargo CUT

Os trajetões descritos anteriormente são expressão de um padrão identificado através da análise de dados. Os dirigentes que perfizeram a trajetória militante que os levou do sindicato até a CUT (maioria dos casos investigados) ou para militarem em alguma outra Central percorreram diferentes caminhos, por não militarem em uma conjuntura crítica, necessitaram buscar outras formas para construir suas trajetórias militantes.

A politização foi, sem dúvida, a estratégia mais amplamente adotada, com a permanente produção de “causas”. A multiposicionalidade militante proveu as redes de relações que foram instrumentais para a conquista de posições de destaque, assim como a reconversão através de *expertise* ou de uma militância voltada para a defesa de alguma minoria no interior do movimento sindical (mulheres, afro-descendentes, homossexuais, etc.). Os casos tratados são de dirigentes que, apesar dos contatos com agentes inseridos no meio político-partidário, e de eles próprios encontrarem-se engajados e militando em partidos políticos ou em outras organizações, permaneceram militando em organizações sindicais e de forma subsidiária em outras organizações.

A passagem pela CUT não estava aberta a todos na mesma medida. Havia um considerável impacto entre o cargo ocupado no SMABC ou do tipo de formação escolar universitária sobre as possibilidades de militância na CUT. É importante

recordar que essa organização tem uma estrutura administrativa controlada por dirigentes eleitos regularmente. Por tratar-se de uma organização nacional com uma série de outras organizações estaduais, há um número considerável de cargos a serem ocupados, seja por profissionais remunerados, os permanentes, seja por militantes recrutados segundo uma infinidade de critérios. Obviamente as relações sociais mantidas e os contatos construídos previamente são elementos de extrema importância para explicar o recrutamento para a CUT.

A ocupação de cargo na CUT dependeu muito menos do cargo ocupado no sindicato e muito mais do valor atribuído ao investimento em capital escolar. O fortalecimento de uma visão administrativa na CUT possibilitou a criação de numerosos casos passíveis de ocupação por agentes egressos do SMABC e que estivessem legitimados pela posse desse tipo de saber. Os casos que analisaremos no próximo capítulo seguem outro padrão de militância centrado na militância em organizações partidárias.

#### 4 PERFIS E TRAJETÓRIAS DOS DIRIGENTES DO SMABC QUE *ENTRARAM* NA POLÍTICA PARTIDÁRIA

Nas sociedades pouco codificadas, onde o essencial é deixado ao sentido do jogo, a improvisação tem um encanto prodigioso e, para sobreviver nelas, e, sobretudo para dominar, é preciso ter o dom das relações sociais, um sentido do jogo absolutamente extraordinário. Com certeza, é preciso ser muito mais astucioso do que nas outras sociedades. (BOURDIEU, 2004)

No capítulo quatro, analisamos o perfil de militância político-partidária que se desdobra em duas subdivisões: o perfil de “militância político-partidária em contextos de conjuntura crítica” e o perfil de “militância político-partidária no pós-ditadura civil-militar”. Nesse capítulo, investigamos de que forma a militância dos dirigentes do SMABC - uma vez criada uma organização partidária que congregou a grande maioria deles – assumiu outras características, afetou as identidades coletivas, gerou expectativas e, especialmente, implicou novas formas de retribuição para militância. Ao investigarmos esses aspectos, propomo-nos a discutir não apenas os fatores que cercam a *entrada* em uma esfera eminentemente política, mas a própria natureza das retribuições.

Por mais que essa *entrada* na política partidária fosse apresentada como resultado natural daqueles eventos, uma análise mais atenta, entretanto, revela as possíveis estratégias não apenas para justificar essa *entrada* como para uma reconfiguração na própria identidade dos dirigentes e nas suas expectativas quanto às retribuições da militância.

Os recursos obtidos durante aquele período foram levados para a militância na política partidária através do partido fundado justamente por esses militantes, o Partido dos Trabalhadores. A diferença entre as conjunturas (crítica e pós-ditadura civil-militar) é notável se observarmos as trajetórias militantes dos dirigentes. Todas essas considerações justificaram a adoção de dois recortes cronológicos distintos que dessem conta dessas assimetrias na disputa por recursos entre os dirigentes engajados na política partidária, seja na condição de eleito seja de cargo de confiança durante a conjuntura crítica e aqueles que se engajaram na política partidária após 1984. A primeira subdivisão do perfil foi denominada de “militância político partidária na conjuntura crítica” e trata dos agentes que engajaram e militaram durante a conjuntura crítica.

A segunda subdivisão desse perfil foi denominada de “militância político-partidária no pós-ditadura civil-militar” e engloba os dirigentes que se engajaram e militam no SMABC após a conjuntura crítica. Nesse segundo subperfil, analisamos os dirigentes que militaram no pós-1984 apresentando as características desse perfil e observando os aspectos referentes a cada uma de suas subdivisões. Para tanto, investigamos as trajetórias militantes de três dirigentes para cada uma das subdivisões que compõem esse perfil.

Na primeira seção desse capítulo analisamos os aspectos mais gerais ligados ao “Perfil de militância político-partidária”. Como decorrência dessa seção, investigamos as características que definiram as duas subdivisões desse perfil, sendo que na segunda seção investigamos a militância político-partidária na conjuntura crítica através da análise da trajetória militante de três dirigentes. Ainda na segunda seção investigamos a militância político-partidária no pós-ditadura civil-militar utilizando-se também da análise das trajetórias de três dirigentes.

Na terceira seção desse capítulo investigamos de que forma as relações foram sendo gradativamente constituídas, especialmente na relação entre o SMABC, o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o impacto sobre as expectativas de retribuições da militância.

#### 4.1 “PERFIL DE MILITÂNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA”

Uma parte dos militantes do SMABC que compôs a diretoria do sindicato durante o período que vai do ano de 1974 até 2006 continuou engajada e militando nessa organização, em outro sindicato ou em uma central sindical; outra parte, entretanto, engajou-se e passou a militar exclusivamente em organizações partidárias.

Para nenhum outro padrão identificado a diferença analítica entre as duas conjunturas (1974-1984 e 1985-2006) fez tanto sentido quando relacionado às possibilidades de retribuições da militância. Como assinalamos, em vários momentos dessa pesquisa a militância durante o ciclo de protesto associado à prioridade concedida à fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) garantiu a uma parte dos dirigentes a reconversão de seus capitais militantes para a disputa na política eleitoral. Considerando-se as diferenças entre as duas conjunturas, os dados obtidos permitem-nos observar que, no que concerne ao primeiro recorte

cronológico, um total de 96 dirigentes (35,3% do total) por diversas razões não concorreram ou entraram efetivamente nas disputas político-partidárias (nesse número ainda são computados os dirigentes que optaram pelo desengajamento da militância).

Dentre os dirigentes engajados naquela conjuntura que fizeram a reconversão de seus capitais militantes e passaram a militar no campo político-partidário, um total de 13 dirigentes (4,7% do total) foram eleitos para cargos políticos e, destes, 5 dirigentes (1,9% do total) foram recrutados para cargo de confiança.

Quanto aos dirigentes que compõem o segundo recorte empírico, um total de 136 dirigentes (50% do total) não ingressou em disputas partidárias ou não transitou para uma militância apenas no meio político-partidário, sendo que destes muitos prosseguiram na organização do sindicato. Daqueles que ingressaram num quadro de disputas partidárias, um total de 7 dirigentes (2,6% do total) foram eleitos e 14 dirigentes (5,1% do total) foram recrutados para cargo de confiança. A diferença mais evidente, portanto, entre uma conjuntura e outra é a de que há uma inversão entre o número de eleitos e de recrutados para cargos de confiança de um período para outro.

Essa diferença pode ser explicada em parte pela retribuição diferente para militância em diferentes conjunturas. A criação do Partido dos Trabalhadores foi o ponto alto para que essa representatividade fosse expressa na militância política. Os capitais militantes, ampliados na participação do ciclo de protesto, foram determinantes para que esses dirigentes fundassem um partido que reivindicava a representação de todos os interesses colocados em “cena” no final dos anos 1970 e na primeira metade dos anos 1980.

O destaque que esses dirigentes conquistaram serviu para agregar de forma assimétrica nas suas trajetórias militantes os recursos conquistados. O engajamento e a militância durante aquele período foi importante, pois, conforme observamos nos indicadores, o papel destacado na conjuntura crítica resultou em um maior potencial de reconversão de capitais militantes para a arena político-eleitoral.

Dos dirigentes de militância mais expressiva na conjuntura (n: 23 - 8,5% do total), 10 dirigentes (3,7% do total) foram eleitos e 6 dirigentes (2,2% do total) foram recrutados para cargos de confiança. Quanto aos dirigentes que se engajaram e militaram no pós-1984, os números, apesar de pouco distintos dos apresentados anteriormente, devem ser analisados tendo em conta que o número de dirigentes

nesse recorte temporal é sensivelmente maior (n: 157) do que daqueles analisados na conjuntura anterior.

Para termos uma ideia, se somarmos os dirigentes engajados em 1981 (n: 44), período de descenso das mobilizações na região do ABC paulista, teremos que, na conjuntura crítica, 71 dirigentes militaram em condições de serem reconhecidos como representantes eleitos do sindicato e destes, como mencionamos, um total de 23 dirigentes tornaram-se referência de uma militância para um conjunto bem maior de demandas. Feita a ressalva dentre os dirigentes engajados no período pós-1984, 10 dirigentes (3,7% do total) foram eleitos e 13 dirigentes (4,8% do total) foram recrutados para cargos de confiança.

A discrepância fica por conta do incremento na ocupação de cargos de confiança e, mesmo se considerarmos a igualdade entre os indicadores, alguns pontos necessitam de uma reflexão que, apesar da aparente superficialidade, poderá guiar a análise das trajetórias que serão analisadas a seguir.

A institucionalização do Partido dos Trabalhadores e seu crescimento eleitoral com a conquista de cargos executivos e legislativos ampliaram a possibilidade de recrutamento para os filiados ao partido e obviamente isso repercutiu favoravelmente aqueles dirigentes do SMABC que controlavam mais recursos. A própria institucionalização do partido permitiu em seus momentos iniciais que o capital militante assegurasse condições privilegiadas para os dirigentes que militaram durante a conjuntura crítica; porém, tornou a militância política dos dirigentes engajados posteriormente menos suscetível a reconversões.

Essa condição precisava ser elucidada uma vez que boa parte dos dirigentes do SMABC que passaram a militar na política partidária o fez através do Partido dos Trabalhadores (PT). Ao relacionarmos o desenvolvimento da organização partidária com as condições de engajamento e militância dos dirigentes e as possibilidades de reconversão de capitais ou de retribuição da militância, pretendemos chamar a atenção para a fundação do PT, como parte de uma estratégia que, entre outras coisas, incluía a ampliação das expectativas de retribuições para a militância.

A análise dos dados revelou a importância que a ocupação de cargos de destaque na organização do SMABC teve na trajetória militante dos dirigentes. A presidência do sindicato, em especial, permitiu, sob qualquer circunstância, condições reais de reconversão de capitais militantes. No período investigado nessa pesquisa, o sindicato contou com quatro presidentes eleitos e um interino e todos

depois de concluídos seus mandatos passaram a militar exclusivamente na política partidária por intermédio do PT na condição de eleitos ou recrutados para cargos de confiança.

Sob essas condições, tratamos da trajetória desses dirigentes em uma seção à parte no capítulo quatro, como forma de investigar o impacto biográfico do cargo ocupado no sindicato e sua tradução na efetiva possibilidade dos dirigentes tornarem-se representantes do grupo e as possibilidades de recrutamento para a política partidária.

Após fazermos essas importantes ressalvas sobre situações que serviram para constranger ou potencializar as diferentes possibilidades nos trajetos militantes dos dirigentes que engajaram e militaram na política partidária, apresentaremos a trajetória militante de três dirigentes para cada um dos perfis identificados através da análise dos dados.

#### 4.2 “PERFIL DE MILITÂNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA EM CONTEXTOS DE CONJUNTURA CRÍTICA”

Na primeira metade dos anos 1970 a ditadura civil-militar acenou com um processo de abertura política. Essa conjuntura crítica caracterizou-se pela confluência de uma série de fatores, já exaustivamente abordados ao longo dessa pesquisa. Ao mencioná-la, tratamos das possibilidades para que, através de um ciclo de protesto, uma gama variada de agentes pudesse, pelo seu engajamento e militância em organizações formais ou não, constituir-se como militante.

Analisamos a trajetória militante de três dirigentes, o primeiro deles foi o primeiro vereador eleito pelo Partido dos Trabalhadores. Militante ativo na luta sindical e dirigente do SMABC durante o ciclo de protesto do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o dirigente José Ferreira de Souza, se não pode ser considerado um dos maiores expoentes do período<sup>79</sup>, teve uma continuidade na diretoria que lhe garantiu relações privilegiadas com esses dirigentes.

A segunda trajetória analisada é a de Djalma de Souza Bom que, assim como José Ferreira de Souza, teve participação ativa na conjuntura crítica, ocupou cargos

---

<sup>79</sup> De fato ele só não pode ser considerado um “porta-voz” da envergadura de outros que foram analisados em virtude da maior visibilidade e exposição dos dirigentes que possuíam cargos mais relevantes no sindicato.

importantes no sindicato durante dois mandatos consecutivos, engajando-se na fundação do PT e da CUT. Iniciou uma militância política que lhe proporcionou eleger-se deputado federal, vice-prefeito de São Bernardo do Campo e deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores.

É interessante observar que, para os dirigentes que reconverteram seus capitais militantes e engajaram-se e militaram a partir de então, exclusiva ou quase que exclusivamente na política partidária, houve uma necessidade em justificar e naturalizar essa militância como uma mera continuidade. Para os dirigentes que, ao contrário, permaneceram militando no SMABC, essa reconversão não é apresentada senão como uma ruptura na própria trajetória do dirigente.

Em virtude disso, analisaremos a trajetória militante de Expedito Soares pela característica diferenciada de ter tido um papel relevante na conjuntura crítica, ter acumulado capitais militantes que lhe permitiram ser um dos fundadores e militar no recém fundado PT. Foi ainda eleito Deputado Estadual Constituinte pelo Estado de São Paulo e retornado à militância sindical no SMABC, na condição de advogado do sindicato. Nos quadros 9 e 10, observamos dados referentes à militância no sindicato e à *entrada* na política partidária.



**Quadro 9- dados referentes à militância sindical e política**

Nome	Naturalidade	Cargo funcional	Ano da primeira disputa	Nº de vezes na nominata	Cargo no sindicato	Entrada na política	Partido político
José Ferreira de Souza	Açucena- MG	Ferramenteiro	1972	4	Conselho da Federação - 1972 a 1975 Efetivo Conselho da Federação - 1981 a 1984 Efetivo, Executiva - 1967 a 1969 Suplente, Executiva - 1969 a 1972 Suplentes	Sim Vereador em São Bernardo do Campo pelo PT.	PT
Djalma de Souza Bom	Medina- MG	Controlador de peças Mercedes Benz	1975	2	Suplente no Conselho Fiscal (1975/1978) e 1º tesoureiro (1978/1981).	Sim Foi deputado federal, vice-prefeito de São Bernardo do Campo e deputado estadual pelo PT .	PT
Expedito Soares	Diamantina- MG	Inspetor de qualidade Arteb	1978	1	2º tesoureiro (1978/1981).	Sim Deputado estadual (1982/1990)	PT

Conforme é possível observar, os dados referentes aos três dirigentes do SMABC remetem a sua militância na conjuntura crítica. Um período marcado por três grandes greves, a mobilização de 1977 e inúmeras pequenas paralizações nas fábricas da região do ABC Paulista. Todos os citados possuem em comum, além da origem geográfica, o fato de terem tido cargos funcionais relevantes dentro da estrutura fabril, cargos importantes no sindicato e posteriormente terem ingressado na política-partidária.

**Quadro 10- dados referentes à militância política**

Nome	Resultado na política	Entrada na política	Data nascimento	Cargo CUT	Destaque anos 1970/1980	Socialização anterior	Escolaridade
José Ferreira de Souza	Eleito	Sim	1951	Não	Sim	Sindicato	Bacharel em Direito
Djalma de Souza Bom	Eleito	Sim	1939	Não	Sim	Sindicato	Ensino Fundamental
Expedito Soares	Eleito	Sim	1952	Não	Sim	Sindicato Teve professores ligados a organizações clandestinas	Bacharel em Direito

Os dados analisados no quadro acima explicitam ainda mais a ligação entre a militância no sindicato e a entrada na política, uma vez que, naquele contexto, a fundação da CUT ainda estava sendo debatida. Os dirigentes que atuaram no período, diferentemente daqueles que os sucederam, não contaram com a passagem pela Central Sindical em suas biografias. Outros recursos como capital escolar, geralmente foram conquistados posteriormente, sendo importantes para legitimar a ocupação de outras funções nas organizações nas quais esses dirigentes se ligaram.

A seguir apresentaremos as trajetórias dos três dirigentes elencados destacando as especificidades de cada trajeto.

#### **4.2.1 José Ferreira de Souza: pioneiro na reconversão de capitais nos anos 1980**

A forma como José Ferreira de Souza<sup>80</sup> relacionou os eventos de sua biografia permitiu-nos observar a forma como compreendeu os resultados de sua militância. As retribuições foram naturalizadas em uma linha de tempo descontínua e apresentadas de forma a parecer um todo coerente:

<sup>80</sup> SOUZA, José Ferreira de. Entrevista concedida na Câmara Municipal de São Bernardo do Campo/SP em 16/02/2005.

Eu sou o primeiro vereador do PT e continuo até hoje no mesmo partido e com cinco eleições consecutivas. Tenho muito orgulho disso, porque vindo da roça do interior de Minas Gerais, chegar aqui, morar em favela e trabalhar. Era menor, tinha dezessete anos e ser guarda noturno no primeiro emprego de carteira, depois metalúrgico. Depois fui direção do partido, candidato a deputado estadual e vereador, então eu tenho orgulho do Lula ser Presidente da República hoje [...] (Entrevista com José Ferreira de Souza)

Apesar da longevidade na composição das diretorias do SMABC, José Ferreira de Souza possui uma particularidade: fez parte da diretoria eleita em 1981 e que teve seus mandatos cassados. O fato de ter pertencido a uma diretoria que foi cassada potencializou os recursos detidos por esse dirigente.

Para uma parte considerável dos casos as relações foram imprescindíveis como forma de compensar as assimetrias na aquisição dos recursos e na sua possível utilização. Aspectos como uma socialização em comum, uma origem social centrada nas classes baixas da sociedade e o engajamento e militância em uma organização que desfraldava um conjunto de demandas resultou na constituição de uma identidade coletiva, um sentido de dever compartilhado com o grupo. Essa identidade coletiva estruturou as relações numa perspectiva horizontal, negando as assimetrias de poder que, por sua vez, reestruturaram as relações numa perspectiva vertical.

José Ferreira de Souza em entrevista procurou enfatizar a forma como essas relações constituídas no próprio processo de identificação foram marcantes na definição de sua condição de militante, na sua forma de militar e de interpretar o mundo. Como José Ferreira ainda comentou, o seu gabinete de vereador serve como meio de reconstruir no ambiente da política parlamentar o aprendizado adquirido durante a militância sindical:

A gente ia pra porta de fábrica junto, dormia no chão todo mundo junto, porque ninguém ia para casa. Às quatro horas da manhã estávamos na portaria da Volks no ABC, então nós ficávamos reunidos, deitados no chão, com o Lula na casa dele, para no outro dia sair cedo. Dentro da sala dele [do Lula], que antes era fechada, a porta era aberta, você subia no sindicato e a primeira coisa que você via era a sala do Lula, lá dentro tinha um barrilzinho, copos e ali os peões chegavam. Isso quebrou, igual nós quebramos aqui na Câmara, quando nós entramos aqui em 83, os sete vereadores que o PT elegeu aqui, pra chegar aqui não foi fácil, não queria se eleger aqui filho de operário daquelas grotas, calcanhar amarelo. Nós chegamos e abrimos os gabinetes e o povo aí os mais antigos o PT vem bagunçar [...]. (Entrevista com José Ferreira de Souza)

A militância sindical é apresentada como um momento de dificuldade e de doação. Um período em que as frustrações e limitações individuais contrastam com o sentimento advindo de um pertencimento a um grupo, a um coletivo. A identificação coletiva na conjuntura crítica proporcionou aos dirigentes uma gama de relações que serviu para atenuar os momentos de maior repressão. Toda a ênfase atribuída à identificação coletiva a define como um componente de uma militância de “novo” tipo. Os dirigentes aparecem providos de características singulares. Obviamente que as narrativas de vida apresentam uma coerência que respondeu aos interesses dos dirigentes de prover com ordem suas próprias ações.

Os dirigentes consideram os eventos passados para dar sentido e legitimar a trajetória que fizeram. A militância sindical arrojada é citada como referência para a militância política necessária a um partido que pretendia ter em seus quadros militantes capazes de interligar a militância às diversas causas políticas. A militância sindical associada ao relevo conferido à origem social era considerada uma característica incorporada e que garantia um “saber-fazer” para os dirigentes que se engajavam nas disputas político-partidárias.

A trajetória de militância política desse dirigente apresenta seis mandatos como vereador (reeleito pela sexta vez em 2008) em São Bernardo do Campo. Como destacou em entrevista, estudou tardiamente, “fez o Madureza<sup>81</sup> e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O entrevistado José Ferreira de Souza, ao apresentar sua própria trajetória militante, revelou a preocupação em apresentá-la como voltada para o social. Porém, é possível identificar que o dirigente, por mais que destaque os benefícios simbólicos de sua militância, não deixou de observar o impacto da militância sobre sua trajetória de vida.

Em muitos momentos, José Ferreira deixou claro seu reconhecimento de que a militância levou-o a um processo de ascensão social. A todo instante, o passado na favela, de trabalhador, de jovem sem acesso ao estudo é contraposto ao presente, de bacharel em Direito, das viagens, do estudo dos filhos, etc. Em síntese, é a respeito das retribuições da militância que o entrevistado a todo instante envereda. Essa percepção é, porém, atravessada por ambiguidades, já que o engajamento e a militância implicam um sentimento de dever e de doação e o

---

<sup>81</sup> Escolas e cursos com o objetivo do(a) aluno(a) trabalhador(a) concluir estudos.

reconhecimento “aberto” e declarado de ascensão social por intermédio dessa militância que representaria uma verdadeira “perversão”.

#### **4.2.2 Djalma de Souza Bom: visibilidade na conjuntura crítica**

A trajetória de Djalma de Souza Bom<sup>82</sup> guarda semelhança com aquela analisada anteriormente. Na reestruturação de cargos pós-1975, que provocou o afastamento de alguns e um rearranjo nos cargos entre os dirigentes, Djalma de Souza Bom foi um dos que passou a contar com um cargo de maior expressividade dentro do sindicato que, dentre outras coisas, garantiu-lhe maiores recursos, maior visibilidade e uma posição mais favorável na conjuntura crítica. Esses foram eventos que resultaram em pré-condições favoráveis a tornar o dirigente um militante de relevo no período. Através da militância política partidária por intermédio do Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu como eleito vários cargos públicos.

Na militância sindical, Djalma de Souza Bom possuía as mesmas características dos demais dirigentes investigados, segundo esse padrão de militância identificado. Com poucos recursos sociais de origem, com recursos escolares semelhantes a dos demais, esse dirigente contou com um cargo relevante no sindicato no momento de eclosão do ciclo de protesto, uma militância sindical na conjuntura crítica, forte exposição pública, foi preso assim como outros poucos; enfim, condições que o permitiram superar as condições sociais de origem, ainda que a militância político-partidária tenha sido proeminente na trajetória militante desse dirigente ao lançar um olhar sobre o marco desencadeador desse que foi apresentado como um “novo” modelo de militância.

No mandato de 75, nós já tínhamos claro o papel que deveria ter um Sindicato como instrumento de luta, na defesa dos interesses dos trabalhadores. Nós chegamos à conclusão que só tinha sentido ser diretor do Sindicato se nós fôssemos capazes de desenvolver um novo tipo de sindicalismo. [...] A verdadeira atividade do Sindicato seria a defesa dos interesses dos trabalhadores, das suas reivindicações, das condições de trabalho dentro da fábrica. E com essa clareza, com essa concepção, que nós começamos a desenvolver essa atividade do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. O Novo Sindicalismo -

---

<sup>82</sup> BOM, Djalma de Souza. ([http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id\\_DEP=63](http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id_DEP=63)). Acesso em 16/10/2010.

o sindicalismo de porta de fábrica, o sindicalismo que estaria junto com a classe trabalhadora na defesa intransigente de seus interesses. (Depoimento de Djalma de Souza Bom ao Centro de Documentação e Pesquisa do SMABC)

A trajetória militante de Djalma de Souza Bom reflete, assim como a de José Ferreira de Souza, até que ponto os capitais militantes conquistados na militância sindical foram efetivos para que os dirigentes pudessem construir uma carreira política. Após sua longa trajetória de engajamento sindical e político, Djalma de Souza Bom deixou a vida partidária para dedicar-se a questões de interesse particular, justamente quando o então presidente do sindicato Luís Inácio da Silva finalmente assumia a Presidência da República após três tentativas frustradas. Outros dirigentes do sindicato ou de outras organizações que na época faziam parte das relações dos diretores do SMABC também trilharam o mesmo caminho, isto é, o do desengajamento.

Em entrevista<sup>83</sup> para um semanário, Djalma de Souza Bom declara que:

Mudei um pouco a minha vida. Hoje, faço curso enquanto ele é presidente da República. A conjuntura política do país mudou muito, e de certa forma nós acompanhamos esse processo (Entrevista para Semanário Veja)

A conquista de cargos legislativos e executivos por militantes do Partido dos Trabalhadores deu aos dirigentes do SMABC uma condição favorável na militância partidária. Esse processo dependeu do sucesso eleitoral da sigla recém fundada e da própria dinâmica de recrutamento. O final dos anos 1980 representou um momento de crescimento do PT que se aprofundou ao longo dos anos 1990, cujo ápice foi a conquista do executivo nacional na eleição de 2002.

Ao longo de mais de uma década e meia, os dirigentes saídos do SMABC seja durante a conjuntura crítica, seja nos anos seguintes, passaram cada vez mais a militar na política partidária. Essa militância política respondeu, como vimos anteriormente, a diversos interesses. Cada um deles, na interação com os demais, serviu para definir as possibilidades de trajetória para cada um dos dirigentes. O crescimento do PT, em que pese, o fato do partido ter uma composição heterogênea, podendo ser dividido em três segmentos (militância operária, intelectuais de esquerda e membros oriundos da “velha” esquerda), resultou em um

---

<sup>83</sup> Publicado em 12 de agosto de 2010.

crescente número de cargos a serem distribuídos entre esses militantes. Por si só, tratava-se de uma considerável retribuição para a militância.

#### **4.2.3 Expedito Soares: reconversão e identidade coletiva**

Um caso que guarda uma particularidade é o do ex-dirigente do SMABC e ex-deputado estadual Expedito Soares<sup>84</sup>. A sua trajetória militante revela condições análogas a dos dirigentes investigados anteriormente: condições sociais de origem, uma socialização militante determinada pela convivência nos mesmos espaços sociais. Além disso, ativa participação na fundação do PT e posterior militância nessa organização, inclusive concorrendo a cargo eletivo, tendo sido eleito para deputado estadual pelo Estado de São Paulo.

Um dos aspectos diferenciais que pode ser visto na trajetória militante de Expedito Soares é que a militância no Partido dos Trabalhadores (PT) com a conquista de cargos eletivos não representou o “ponto final” de uma reconversão de capitais militantes sindicais para capitais militantes na política partidária. Diferentemente dos demais militantes que passaram a militar na política partidária, Expedito Soares retornou a militância no SMABC. Desta vez fazendo uso do diploma de direito, tornou-se advogado do sindicato.

Se considerarmos os aspectos ligados à dinâmica da militância sindical, tais como a exposição pública desse dirigente, a ocupação de cargo relevante no sindicato, o fato de ter sido preso juntamente com outros dirigentes, entenderemos a própria dinâmica da entrada em uma militância política. O conjunto de características incorporadas ao longo de seu trajeto militante permitiu-lhe um espaço destacado também no Partido dos Trabalhadores.

Em entrevista, Expedito Soares realçou não apenas seu engajamento militante, mas, também, esse “rito de passagem” para uma militância denominada “autêntica”; enfim, para as condições que definiram a identidade coletiva dos militantes do SMABC durante a conjuntura crítica.

---

<sup>84</sup> SOARES, Expedito. Entrevista concedida em São Bernardo do Campo em 17/02/2005.

O Lula foi eleito presidente do sindicato em 75 e em 78 foi quando ele se recandidatou a presidência do sindicato e aí tinha que ter uma mudança na direção do sindicato. Tirou alguns dirigentes antigos que estavam como uma postura meia pelega e colocou catorze novos. Eram vinte e quatro, tirou mais da metade e aí a gente começou, foi quando eu entrei. (Entrevista com Expedito Soares)

O poder de qualificar o “bom”, o “justo”, o “correto” em oposição ao que é “ruim, injusto ou incorreto” é precisamente o poder de estabelecer as condições de recrutamento ou de afastamento. A postura “meio-pelega” foi o estopim para uma estratégia de desconstituição dos dirigentes que ocupavam posições importantes na estrutura organizacional do sindicato e que controlavam cargos importantes. Além disso, pôs em xeque a própria estrutura de relações pessoais herdada do período anterior (gestão de Paulo Vidal no sindicato).

Naquele momento, o “novo” não nascia senão para ser inventado e apresentado associado a um conjunto de virtualidades. É precisamente isso que Expedito Soares ressaltou, sem que, entretanto, diferenciasses a militância pré-1975 daquela praticada a partir de então. A identidade militante e a constituição de uma imagem militante foram importantes para definir as condições nas quais os dirigentes do SMABC conquistaram recursos e tornaram-se militantes expressivos.

Expedito Soares caracterizou a militância estudantil como importante para sua própria noção do que deva ser a militância sindical. As condições da militância estudantil reforçaram a ideia de que a ditadura civil-militar não era o mesmo de 1968 e de que, por mais que a abertura proposta pelo regime ainda precisasse ser testada, havia alguns indicativos de que os custos de repressão já não seriam os mesmos do final da década de 1960.

Não raras vezes a militância na “causa” foi apresentada em contraste com as dificuldades e as tragédias familiares. A análise da trajetória de Enilson Simões feita anteriormente explicitou a ênfase atribuída pelo dirigente ao fato de que seu engajamento e militância resultaram na crise de sua vida familiar, com desemprego e precarização. Evidentemente, naquele caso as relações não favoreceram uma militância continuada dentro do SMABC e, apesar de ter tido participação na fundação da CUT e nos debates sobre a criação do PT, também não resultou em uma militância efetiva nas duas organizações.

O impacto desse desengajamento “forçado” já foi abordado na trajetória do dirigente que, em todas as declarações concedidas, expressa mágoa em relação a



esse tratamento e ao impacto da sua militância em sua vida. São, portanto, as próprias retribuições do militantismo que estão sendo explicitamente discutidas. Ao narrar de forma pormenorizada cada um dos momentos que os levaram à prisão, os dirigentes pretenderam sublinhar o caráter do “sacrifício”, da “doação” e até que ponto foram portadores da “moral” investida na “causa”.

Expedito Soares descreveu minuciosamente os aspectos ligados à militância e às escolhas dos dirigentes naquele momento:

Tinha que ter coragem para fazer isso nós que éramos dirigentes se não tivéssemos a coragem você não fazia as coisas acontecer. Precisava alguém botar a cara à tapa, botar-se em risco. Tem que ter peito para ir na porta da fábrica, pegava a tribuna botava debaixo do braço, depois a polícia estava lá prendia você e levava pro Dops. Chegava lá você tinha que discutir com o delegado, sofrer inquérito, te advertiam, te ameaçavam, te soltavam, você voltava, te soltavam e aí te observavam e você era preso de novo. Eu, por exemplo, num ano fui preso nove vezes. (entrevista com Expedito Soares)

A descrição de Expedito Soares avança para as consequências da repressão na vida pessoal desse dirigente. O engajamento e a militância têm como contrapartida um impacto relevante na sua vida familiar. Os estímulos para a militância passavam necessariamente pela incorporação pelos dirigentes sindicais de táticas de mobilização dentro das fábricas. A dupla tarefa de evitar o confronto com as chefias das fábricas e com os agentes do governo era possível através da mobilidade dos militantes.

Expedito Soares revela toda a sistemática e organização na arregimentação da militância utilizando-se fartamente de material jornalístico produzido pelo sindicato. De qualquer forma, o “balanço” da militância sindical não foi apresentado apenas como importante para os militantes, mas como determinante para a história política do país. Mais uma vez o entrevistado reforça os aspectos ligados à repressão sofrida; entretanto, liga-os à satisfação de ter participado do que define como sendo a luta pela democracia.

Expedito Soares em entrevista citou que a mobilização dos militantes metalúrgicos, além de colocar em xeque a ditadura civil-militar, “mostrou a necessidade de criar a CUT mostrou a necessidade da movimentação partidária mostrou para a opinião pública a imprensa que mostrar o que tava acontecendo” (Entrevista de Expedito Soares). A militância política apareceu de forma recorrente

como uma continuação daquela militância desenvolvida no sindicato e levada ao extremo em cada mobilização.

Exedito relatou em todos os espaços no qual foi entrevistado que, no ano seguinte, após serem presos e cassados da direção do sindicato pela ditadura militar, os dirigentes que já vinham trabalhando na criação do Partido dos Trabalhadores alugaram uma sala na Praça Lauro Gomes para ter onde atuar. Uma das primeiras medidas foi ter criado a bandeira do PT com o objetivo de dar visibilidade ao partido e, junto aos demais, redigiram o primeiro manifesto programa para o partido.

Ao longo dos anos 1980, a militância de Exedito Soares esteve ligada à política partidária. Tanto o envolvimento nos processos eleitorais e na própria dinâmica do mandato quanto o esforço no crescimento e institucionalização do partido tornaram a militância partidária o centro das atenções dos dirigentes “saídos” da luta sindical após a greve de 1980. A falta de opções, porém, era identificada como resultado de um processo que, para muitos, havia sido estrategicamente pensada para ser o “*réquiem*” de Lula e do Partido dos Trabalhadores.

Em termos práticos, o fim da militância sindical representou o início da militância partidária. A inclusão dos nomes dos dirigentes cassados e impedidos na eleição para a diretoria sindical em 1980 foi parte de uma estratégia de controle da organização pelas lideranças “menos notáveis” que passaram a controlar os cargos mais relevantes e como meio de conferir mais destaque a uma militância radical dos ex-dirigentes.

Um dos aspectos diferenciais da trajetória militante de Exedito Soares é o fato de que, diferentemente dos demais dirigentes que militaram na conjuntura crítica, tornaram-se militantes expressivos no ciclo de protesto do final dos anos 1970 e que passaram a militar na política partidária através do PT, ele retornou à militância sindical no SMABC. Esse retorno ocorreu através do cargo de advogado do sindicato.

Como mencionamos anteriormente, a formação acadêmica lhe proporcionou ocupar um cargo na organização do sindicato de uma forma diferente daquela nos anos 1970. A trajetória militante de Exedito ainda revela as interações entre a educação escolar que funcionava no sindicato e os aspectos ligados à socialização militante. Muitos dos professores do Centro Educacional Tiradentes (onde completou os estudos) eram vinculados às organizações clandestinas de esquerda, como Ação

Popular (AP), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), Convergência Socialista (CS), Ala Vermelha e à dissidência do PC do B (PARANHOS, 2006). Essas características reforçam a ideia de que o processo de socialização militante desses dirigentes foi tributário em grande medida da influência de militantes das organizações de esquerda. No quadro 9 apresentamos dados referentes à passagem por cargos na CUT, investimentos militantes e à relação com a entrada na política.

#### 4.3 OS RECURSOS DOS MILITANTES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS NA CONJUNTURA CRÍTICA

No quadro abaixo apresentamos os dados referentes ao militante político-partidário na conjuntura crítica, buscando relacionar os recursos conquistados, utilizados os investimentos feitos no curso de sua trajetória, os processos de identificação e as retribuições da militância observadas.

##### **Quadro 11- Militante político-partidário na conjuntura crítica**

PERFIL DO MILITANTE POLÍTICO-PARTIDÁRIO NA CONJUNTURA CRÍTICA				
DIRIGENTE	RECURSOS	INVESTIMENTOS	IDENTIFICAÇÃO	RETRIBUIÇÕES
José Ferreira	Capital cultural	Educação	Estratégica	Cargo eletivo
Djalma de Souza Bom	Oratória		Estratégica	Cargo eletivo
Exedito Soares	Capital cultural	Educação	Estratégica	Cargo eletivo

Através da investigação das trajetórias militantes de José Ferreira de Souza, Djalma de Souza Bom e Exedito Soares, procuramos distinguir determinados recursos que se mostraram importantes para que os dirigentes tivessem reconvertido seus capitais militantes para a política partidária. Tomamos como referência para a análise das trajetórias as variáveis consideradas relevantes para compor esse perfil militante (ano de entrada, cargo no sindicato, socialização anterior, escolaridade, local de nascimento, repressão, participação no ciclo de protesto e ser fundador do Partido dos Trabalhadores). A partir desses elementos,

podemos mensurar até que ponto a militância em uma conjuntura crítica foi relevante para explicar as condições de militância desses dirigentes na política partidária.

Não tratamos nesse perfil dos dirigentes que ocuparam no período o cargo de presidente do sindicato e passaram a militar em partidos políticos. A razão para isso reside no fato de que o cargo ocupado na estrutura organizacional, especialmente o de presidente, implicou condições favoráveis para reconversão. A condição de dirigente conquistada segundo regramentos institucionais foi determinante para que, durante a conjuntura crítica, durante o período de redemocratização, esses dirigentes tivessem condições para acumular recursos e capital militante a serem reconvertidos para a militância em partidos políticos.

Para os dirigentes que militaram durante a conjuntura crítica, os recursos em disputa naquele cenário exigiram menores investimentos para que a reconversão para a militância político-partidária fosse efetiva. A participação nos grandes eventos do período, a notabilização alcançada foram condições suficientes, se considerarmos a abertura de um espaço para esse tipo de militância através da fundação do PT. Para os dirigentes que militaram no período subsequente, outros fatores intervieram. Inicialmente, o espaço político já havia sido relativamente ocupado. Logo, o recrutamento dependia, além da filiação, da legitimação de um conjunto de recursos e de investimentos diferenciados, tais como a escolarização. Além disso, reconhecemos um papel importante no capital de relações conquistado e ampliado por intermédio da multiposicionalidade militante.

#### 4.4 “PERFIL DE MILITÂNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA NO PÓS-DITADURA CIVIL-MILITAR”

Nesse perfil, procuramos analisar a trajetória militante de dirigentes que engajaram e militaram no SMABC, tendo sido eleitos para a diretoria nos seus diversos cargos e suplências no pós-ditadura civil-militar. A conjuntura crítica permitiu que os dirigentes daquele período tivessem um acréscimo considerável em seus capitais militantes. Com o fim da ditadura civil-militar tanto esses recursos quanto às possibilidades de constituir uma trajetória militante marcada por maior notabilidade diminuiriam potencialmente.

A dificuldade em criar ou ressignificar determinadas “causas” foi parcialmente compensada pelas redes de relações construídas e que serviram para criar uma

“ponte” entre duas organizações: o SMABC e o PT. Essa relação, porém, não foi simétrica. O controle dos cargos na organização entre os dirigentes do sindicato tornou-se imperativo, como forma de compensar a ausência de outros recursos e como forma de facilitar o engajamento e a militância no partido.

Mais tarde a fundação da CUT representou um “novo” espaço para militância tanto para aqueles que continuaram militando preferencialmente na luta sindical, quanto para aqueles que eram recrutados para a militância político-partidária. Para os dirigentes que se engajaram ou militaram mais tarde, algumas variáveis que dizem respeito à conjuntura foram determinantes, para explicar que o perfil anterior é pouco relevante. Outras variáveis, mais particularmente aquelas voltadas para a análise dos fatores que guardam relação com a militância no interior da organização, adquiriram uma importância maior para explicar a trajetória militante desses dirigentes.

A passagem pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) teve uma relevância que não pode ser desconsiderada nas possibilidades de recrutamento dos dirigentes para determinados cargos na militância político-partidária; entretanto, não se apresenta como condição *sine qua non* para que isso ocorra. A fim de investigar os fatores que cercam esse perfil militante, analisaremos as trajetórias de quatro dirigentes que se engajaram e militaram no início nos anos 1980 e 1990.

Dentre os dirigentes que engajaram e militaram no SMABC entre os anos de 1974 e 1996, um total de 20 dirigentes do sindicato ocupou cargos na CUT. Destes, 17 (85% do total) eram do sexo masculino e 3 (15% do total) do sexo feminino. Partindo dessas premissas, apresentaremos as trajetórias de quatro dirigentes, dois com trajetórias regulares dentro daquelas investigadas para a composição dessa categoria de dirigentes e dois deles com uma trajetória diferenciada.

No quadro 10, apresentamos dados que remetem à importância da militância no SMABC, passando desde a ocupação de cargo funcional até a militância antes da ocupação de cargo na organização como forma de acúmulo de recursos que possibilitou a passagem para militância político-partidária.

**Quadro 12- dados referentes à militância sindical e política**

Nome	Naturalidade	Cargo funcional	Nº de vezes na nominata	Cargo no sindicato	Cargo antes do sindicato	Entrada na política	Partido político
Januário Fernandes da Silva	São Bernardo do Campo- SP	Almoxarife na Ford	1	Diretoria Plena 1999-2002 Fotógrafo Dirigente no Sindicato dos jornalistas de São Paulo	Comissão de Fábrica	Sim Cargo de confiança do presidente do Sistema S, Jair Meneguelli	PT
Alfredo Alves Cavalcante	Oeiras- Piauí	Ford	2	Diretor de base (1996/1999) e membro do Conselho da Executiva (1999/2002).	CIPA Comissão de fábrica	Sim Gabinete da Subprefeitura no mandato de Luiza Erundina Eleito vereador em São Paulo em 2008 e reeleito em 2012.	PT
Gervison Marcos Melão Monteiro	Teresina- Piauí	Inspetor de qualidade	1	Diretor de base (1990-1993)	CIPA na Schüller Comissão de fábrica	Sim Vereador em São Bernardo do Campo (1996-2000)	PT (saiu e ingressou no PSOL)

O primeiro caso analisado foi de Januário Fernandes da Silva, militante e ex-dirigente, que teve como característica uma formação profissional diferenciada, isto é, além de engajado e militante, tornou-se fotógrafo do sindicato. Essa condição lhe propiciou trabalhar com o ex-presidente do sindicato, Jair Meneguelli, quando a frente do cargo de deputado federal. A segunda trajetória investigada é a de Alfredo Alves Cavalcante que se engajou e militou no sindicato na segunda metade dos anos 1990, sendo dessa época sua eleição para a diretoria do sindicato. Na militância no Partido dos Trabalhadores ocupou cargo de confiança durante a administração de Marta Suplicy na Prefeitura de São Paulo e foi eleito vereador na capital paulista em 2008. O terceiro caso analisado é o de Gervison Marcos Melão Monteiro. Trata-se de um ex-dirigente que se engajou e militou logo após as grandes mobilizações do final dos anos 1970 e que caracterizou seu engajamento como “tomada de consciência” pelos eventos que ocorreram no período.

Esse caso tem uma particularidade: esse dirigente percorreu uma trajetória similar a dos demais que fazem parte desse perfil, exceto pelo fato de que em algum momento de sua militância passou a fazer parte das oposições sindicais e saiu do

Partido dos Trabalhadores, partido pelo qual inclusive chegou a concorrer a cargo eletivo para filiar-se no PSOL.

#### **4.4.1 Januário Fernandes da Silva: a dependência da rede de relações**

Januário Fernandes da Silva teve uma trajetória militante diferenciada, pois sua ligação à diretoria do SMABC deveu-se à militância na Comissão da Ford nos anos 1980. Em virtude da última ocupação, integrou o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Durante o período em que trabalhou na empresa, fez parte da Comissão de Fábrica da Ford. A permanência na militância sindical (do SMABC para o SJSP) demonstra a importância que Januário credita a esse tipo de pertencimento.

A socialização militante do dirigente deu-se dentro da Comissão de Fábrica, não possuindo vínculos com organizações de esquerda (clandestinas). O cargo ocupacional de menor destaque foi em parte compensado pela passagem pela Comissão de Fábrica; porém, isso não significou uma integração formal aos dirigentes eleitos do SMABC, senão através de relações importantes e do reconhecimento da militância.

Em entrevista, Januário Fernandes da Silva ressaltou a importância de ter pertencido ao SMABC e a “causa” pelo qual engajava. Um dos aspectos que se sobressai é o de que, independentemente do contexto da militância, os dirigentes tenderam a incorporar em seus trajetos militantes os significados presentes na trajetória daqueles que militaram ao longo do ciclo de protesto do final dos anos 1970. Em termos mais simples, os eventos não são tomados segundo uma ordem cronológica. A militância contra a ditadura adquiriu um novo contorno, o da militância pela democracia. Através do relaxamento do próprio sentido, a militância pela democracia apresentou-se como militância por “tipos” de democracia, até que no limite incorporasse todo o “social”. Ao discutir todos esses aspectos, Januário relatou que:

Hoje eu sou repórter fotográfico, eu sou político, a minha vida foi dentro dessa categoria, comecei na Ford como trabalhador metalúrgico e segui até em 86 quando eu fui demitido, eu mais os companheiros da comissão de fábrica dos trabalhadores da Ford, depois de termos liderado uma greve por melhores condições de trabalho e contra a ditadura por incrível que parece em pleno 1986. (Entrevista com Januário Fernandes da Silva)

Ao apresentar primeiramente as causas em disputa e os custos da militância, Januário procurou dar sentido à própria participação. Ao definir a mobilização no ano de 1986 como ainda sendo parte da luta contra a ditadura, Januário pretende estender o marco cronológico das lutas contra a ditadura. Essa causa tinha capacidade de reduzir todas as demais a um *slogan*, a uma bandeira. A defesa da importância do sindicato na história do país cresceu em significado não apenas para os militantes daquele período como para todos os militantes engajados a partir de então. Ao relacionar essa importância com a eleição de Luís Inácio da Silva para a Presidência do país, cerca de 20 anos depois das grandes mobilizações e greves, o que Januário pretende destacar é a própria militância sindical no período.

Eu entrei na Ford e tive a felicidade de participar de todas os tipos de luta que essa categoria encampou e ter o privilégio de pertencer a um dos sindicatos mais importantes da história desse país. Sindicato esse que gerou inclusive nosso companheiro Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República e tudo o que nós sabemos hoje em termos de liderança, em termos de luta, em termos de respeito aos trabalhadores, em termos de espaços democráticos, nós podemos dizer com toda a clareza, com toda a felicidade, que nós fazemos parte dessa escola aqui, que o Lula começou a implantar aqui no ABC, aqui em São Paulo aqui no Brasil chamado sindicalismo novo. (Entrevista com Januário Fernandes da Silva)

A defesa dos interesses dos militantes era um elemento central na constituição de uma identidade coletiva que não apenas assegurava as condições para a mobilização, mas que se contrapunha ao modelo centralizado de controle e comando do SMABC. A necessidade de mobilização e militância levou a criarem-se incentivos para a militância. Como demonstramos, em muitos momentos da pesquisa houve estratégias com a finalidade de aumentar os engajamentos e de reforço da identidade a fim de tornar os custos do desengajamento, muito altos para os militantes. De qualquer forma, Januário lembra a própria militância dos custos sofridos com a demissão e do momento em que “o companheiro Lula com toda a sua diretoria dali para diante fez questão de deixar claro que quem decide não são os bastidores sindicais e sim os trabalhadores”.

O cargo de permanente foi proporcionado através das relações com os dirigentes do sindicato; porém, apareceu como uma retribuição pela militância, pela luta obstinada e pela visibilidade de “segundo plano”. No início dos anos 2000, participou da montagem e execução do documentário *Peões*<sup>85</sup>. Januário passou a

---

<sup>85</sup> Documentário de 2004, dirigido por Eduardo Coutinho.



militar mais intensamente no Partido dos Trabalhadores, ocupando um cargo no escritório em São Bernardo do Campo do ex-presidente do sindicato, Jair Meneguelli. A promoção de Meneguelli a presidente do Sistema S (SENAI, SESI, SESC) no ano de 2002 abriu possibilidade para recrutar para ocupação de alguns cargos. As relações construídas no sindicato funcionaram como um dos canais para esse recrutamento.

#### **4.4.2 Alfredo Alves Cavalcante: uma trajetória militante diversificando as “causas”**

A segunda trajetória militante investigada é a de Alfredo Alves Cavalcante. A trajetória deste ex-dirigente guarda muita semelhança com a de Adi Santos Lima, apresentada no “Perfil Político-Sindical”. A exceção fica por conta do fato de que o dirigente investigado nesse perfil passou a militar na política partidária, deixando a militância sindical enquanto o outro se engajou na CUT, tornando-se presidente da seção de São Paulo. A militância dentro da Ford através da CIPA já garantia retribuições da militância aos engajados.

Na Ford, a estrutura da militância interna fornecia um peso relevante para a Comissão de Fábrica e para a CIPA. Na ausência da primeira, a segunda ocupava o espaço de tornar-se uma via por onde a militância era canalizada. Por mais que a CIPA tivesse como objetivo e função legal cuidar da saúde dos trabalhadores no local de trabalho, a ausência de espaços de militância e a dificuldade do sindicato atuar no interior das fábricas tornavam-na praticamente um espaço de inserção de militantes.

Com a conquista da Comissão de Fábrica na Ford, aliás, a primeira conquistada na região do ABC paulista, essa nova organização intrafábrica serviu para dinamizar as demandas do SMABC no local de trabalho e para facilitar o recrutamento de novos militantes. Essas considerações são importantes por revelarem até que ponto o pertencimento à CIPA da Ford demonstrou ser um recurso considerável.

A militância desse dirigente iniciou no final da conjuntura crítica, tendo participado da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1984. O papel de fundador do PT mostrou-se importante para explicar as condições de *entrada* para a militância político-partidária.

Alfredo Alves atuou no Sindicato como diretor de base (1996/1999) e membro do Conselho da Executiva (1999/2002), tendo como período de militância mais marcante aquele que se deu durante a gestão do então presidente do sindicato, Luis Marinho.

A militância política deste ex-dirigente teve como elemento mais relevante à defesa de uma causa, o da atuação junto aos movimentos populares e da defesa do direito à moradia. No PT, Alfredo foi presidente do diretório zonal da Capela do Socorro e ocupou a secretaria dos movimentos populares no Diretório Municipal e foi responsável pela Tesouraria do Diretório. Morador da Zona Sul de São Paulo. Procurou concentrar suas estratégias eleitorais na defesa dos interesses dos moradores carentes dessa região. Essa construção obedeceu a uma lógica da disputa político-eleitoral, sobretudo se considerarmos a forma como os militantes do PT, aspirantes a cargos políticos, procuraram obter recursos políticos.

A militância no sindicato lhe proporcionou ocupar cargos relevantes na diretoria. O período, entretanto, foi de menos mobilização para os dirigentes do SMABC. A militância sindical nos anos 1990 e nos anos 2000 diminuiu suas retribuições, uma vez que a conjuntura já não concedia as retribuições aos militantes como ocorrera no final dos anos 1970. O crescimento e a institucionalização do quadro partidário, especialmente do Partido dos Trabalhadores (PT), principal destino dos dirigentes do SMABC, servia de atrativo para aqueles dirigentes que se destacavam nessa conjuntura.

Se para os dirigentes na conjuntura crítica a militância sindical impunha-se sobre a militância política, para os dirigentes das décadas posteriores a militância sindical aparecia como uma etapa para a outra. Como observamos nas trajetórias de alguns dirigentes que militaram após o final da conjuntura crítica, determinados recursos como escolarização passaram a ter um peso maior. Alfredo Alves Cavalcante graduou-se bacharel em direito. As organizações formais, isto é, o SMABC, a CUT e o PT, serviram como organizações com um espaço compartilhado de militância para os dirigentes oriundos do SMABC. A multiposicionalidade militante foi o resultado da intrincada relação entre identidade e expectativas de retribuições para militância.

#### 4.4.3 Gervison Marcos Melão Monteiro: multiposicionalidade e conflito identitário

A terceira trajetória investigada foi a de Gervison Marcos Melão Monteiro. Trata-se de um dirigente que militou no sindicato no período final das grandes greves e mobilizações, sem que, entretanto, naquele momento, pertencesse à diretoria do sindicato. Tornou-se parte da diretoria no momento em que boa parte dos dirigentes que mais acumularam recursos na conjuntura crítica passou a dedicar-se exclusivamente à fundação e militância no PT.

O dirigente ingressou no PT onde concorreu ao cargo de vereador em São Bernardo do Campo. A sequência de sua trajetória militante é uma sucessão de rupturas: rompimento com a diretoria do SMABC e, por extensão, com o grupo que hegemonizou o controle da diretoria desde a década de 1970, resultando na ligação com as Oposições Sindicais; desligamento do Partido dos Trabalhadores (PT) e filiação ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Essa terceira trajetória é reveladora da importância da militância na conjuntura crítica e da relevância do cargo ocupado na diretoria do SMABC, pois a ausência desses recursos pode ter tido um papel determinante nas estratégias desse dirigente.

De acordo com Gervison, seu primeiro contato com o SMABC foi quando apareceu a luta dos 34,1%. Esse foi um episódio especial para ampliar os contatos entre os militantes favorecendo trocas e fomentando uma identidade coletiva. Logo, como sugere Gervison: “de fato a militância começou a abrir mais os horizontes, ter contato com o sindicato, com outros sindicalistas”. De qualquer forma, a mobilização de 1977 e as “trocas” e “contatos” entre os envolvidos facilitaram seu engajamento. Inicialmente, como em muitos casos, esse primeiro “contato” deu-se através da igreja.

Estava acontecendo o movimento contra a carestia em São Paulo e eu cheguei também a participar, me interessei porque quando você começa a lutar você começa a conhecer “n” pessoas e cheguei a participar de algumas reuniões de igrejas que estavam fazendo a organização desse movimento (Entrevista com Gervison Marcos Melão Monteiro).

O papel da Igreja na promoção do debate sobre as condições de trabalho no Brasil ia muito além da atuação dos militantes das JOCs e das Pastorais<sup>86</sup>. Muitos

---

<sup>86</sup> Para uma análise da ação dos jovens católicos ver Moraes (2003).

desses militantes encontravam-se atuando dentro de importantes sindicatos. Ademais, o efeito das relações formais e informais fomentava a participação e a militância através da Igreja. Essa ligação, além de facilitar o engajamento, também servia como um “atestado de antecedentes ideológico”, salvaguardando os militantes da identificação com os militantes comunistas e, portanto, minimizando os custos de repressão.

O engajamento em 1978 levou à militância sindical, mas não representou nem naquele momento e nem nos dez anos seguintes uma incorporação ao grupo de dirigentes do SMABC. O engajamento foi em grande parte resultado da mobilização de 1977 e dos contatos que se seguiram; porém, a expectativa de retribuição seguia os mesmos parâmetros dos demais engajamentos. Gervison admite em entrevista que pretendia obter os benefícios coletivos ofertados pelo sindicato, como médico, dentistas, entre outros. Ao referir-se aos motivos do engajamento, ele salienta que:

Quando comecei na militância eu não tinha essa expectativa de mudar o Brasil, de mudar o mundo, não era essa a minha vocação tanto é que eu sempre faço questão de dizer: eu entrei pro sindicato a principio pra tratar os meus dentes. (Entrevista com Gervison Marcos Melão Monteiro)

Foi apenas para o triênio 1990/1993 que foi eleito diretor de base. O cargo ocupado no sindicato garantiu visibilidade e possibilitou mais tarde que esse dirigente, além de ter sido um dos fundadores do PT, tenha disputado uma eleição a vereador em São Bernardo do Campo. Eleito Vereador para o período 1996-2000, ocupou inclusive a liderança da bancada. Não conseguiu reeleição para os períodos subsequentes, ficando na suplência na eleição de 2004 como candidato do PT a Vereador em São Bernardo do Campo.

A eleição de 2004 foi o epílogo da participação de Gervison Monteiro no Partido dos Trabalhadores e o início de uma postura crítica em relação à diretoria do SMABC. A saída do PT foi seguida pela filiação ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)<sup>87</sup>. Essa filiação representou uma ruptura na trajetória militante de Gervison

---

<sup>87</sup> Dizendo-se inconformados com os rumos tomados pelo 1º governo de Lula (2002-2006), especialmente, no que se referem às reformas da previdência e manutenção da política econômica do governo anterior, vários militantes do Partido dos Trabalhadores deram início a fundação de um novo partido, o Partido Socialismo e Liberdade. Embora, o partido tivesse sido fundado em 2004, sua existência legal só efetivou-se no mês de setembro do ano seguinte.

Melão, obviamente não a única se considerarmos todo o universo pesquisado<sup>88</sup>, mas que resultou em custos elevados na trajetória militante desse dirigente.

As justificativas apresentadas para uma posição mais crítica em relação ao comando do sindicato tiveram suas raízes no meio dos anos 1990, que para o dirigente representam o momento em que a reestruturação das empresas na região colocou os dirigentes sindicais em posição defensiva. Se nos ativermos a uma análise dos dados coletados para essa pesquisa, poderemos arguir que a maior escolarização dos dirigentes, além de compensar o fato de não terem militado na conjuntura crítica, alterou o próprio padrão da militância.

Os aspectos mais gestionários das gerações mais recentes das diretorias do SMABC, em algum grau, conflitavam com os aspectos históricos da identidade coletiva da própria organização. Essa condição, para Gervison, marcou uma ruptura com a própria história da luta do sindicato e com a identidade coletiva construída durante os anos 1970 e 1980. Essa crítica não teve esse dirigente como único interlocutor. Em entrevista no sindicato, o presidente da época, José Lopes Feijó, ressaltou que as lutas dos anos 2000 eram diferentes daquelas vividas em épocas passadas. Lutava-se para não perder as conquistas do passado e obter pequenas vantagens. De qualquer forma, para Gervison, os anos 1990 são ilustrativos dessa mudança de postura, pois, segundo ele:

[...] naquele momento ficou muito bem diferenciada a questão de classe, de burguesia e de classe operária, isso foi um divisor de águas magnífico. Esse divisor de águas conseguiu se manter, inclusive, aqui na nossa categoria de uma forma mais efetiva até 95. Nós tínhamos um negócio mais pragmático, muito focado e essa pauta foi tomando determinadas dimensões, mas isso se refere também a própria dinâmica sindical com todas essas influências, com o contexto da sociedade, enfim, a nossa postura enquanto direção sindical também se alterou. Hoje tem certas linhas, certos diretores, por exemplo, que acham que não pode acabar o patrão porque se acabar o patrão não vai ter trabalhador, então não pode matar a galinha dos ovos de ouro [...] (Entrevista com Gervison Marcos Melão Monteiro).

Para Gervison a postura do sindicato era de pragmatismo nas negociações, tal qual a fala do então presidente Feijó quanto as pequenas conquistas negociadas e que representavam ganhos gradativos. A defesa contemporânea de uma diretoria com perfil menos militante e mais com perfil de gestores capaz de

---

<sup>88</sup> Não são muitos os casos de dirigentes que migraram para outros partidos, sendo que um dos mais lembrados é o de Gilson Luiz Correia de Menezes, ex-prefeito de Diadema.

negociar efetivamente e em condições de obter sucesso nas negociações foi defendida por alguns foi implacavelmente criticada por Gervison Melão. Essa dicotomia entre a identidade coletiva e uma perspectiva de militância de gestores mais preocupados em organizar negociações pragmáticas é destacada por Gervison, conforme ele próprio destaca:

Essas coisas todas vão se perdendo, então hoje você não privilegia o resultado das negociações, por exemplo, a luta, mas uma boa negociação às vezes ela traz um saldo, vamos dizer assim individual, pessoal e pra classe, mas no aspecto da consciência vai se perdendo. [...] (Entrevista com Gervison Marcos Melão Monteiro).

A relação entre o SMABC e o PT enquanto espaço compartilhado de militância foi tão intensa que um desengajamento em um teve impacto sobre a militância no outro. Essa relação foi abordada em diversos momentos dessa pesquisa e ficou explícita na análise da trajetória militante de Gervison Monteiro. A saída do PT representou uma oposição mais radical em relação aos dirigentes do sindicato, cuja grande maioria mantém forte conexão com o partido.

É importante citar que já havia algum tempo que Gervison Melão se constituía como oposição a essas lideranças, como é possível ver no papel que ocupou dentro da Volkswagen em 2001, contra o então presidente do SMABC, Luiz Marinho, e no fato de ter feito parte da Chapa de oposição (2) na eleição para o Comitê Sindical de Empresa em 2002. De qualquer forma, a ruptura em sua trajetória tem como subproduto uma relação de exclusão, pois qualquer oposição só podia apresentar-se como uma ruptura com a própria identidade coletiva da organização.

As transformações da própria estrutura da militância repercutem na trajetória militante dos dirigentes e nas suas possibilidades de extrair retribuições de sua militância. Esses dirigentes fazem investimentos ao longo de suas trajetórias militantes, esboçam novas estratégias e reatualizam seus repertórios de ação buscando dessa forma superar a concorrência no meio militante. Por essas razões é que não faz sentido pensar na crise do sindicalismo, senão enquanto reconfiguração da prática militante dos seus dirigentes.

Como mencionamos anteriormente, a “novidade” em relação a outras formas de militar é mais um artifício discursivo do que qualquer outra coisa. Responde mais a uma necessidade instrumental de sobrevivência em um meio de intensas disputas do que as transformações globais e as novas exigências do mercado político.

#### 4.5 OS RECURSOS DOS MILITANTES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS NO PÓS-DITADURA CIVIL-MILITAR

No quadro abaixo apresentamos os dados referentes ao militante político-partidário no pós-ditadura civil-militar, buscando relacionar os recursos conquistados, utilizados os investimentos feitos no curso de sua trajetória, os processos de identificação e as retribuições da militância observadas.

##### **Quadro 13- dados dos militantes político-partidários no pós-ditadura civil-militar**

PERFIL DO MILITANTE POLÍTICO-PARTIDÁRIO NO PÓS-DITADURA CIVIL-MILITAR				
DIRIGENTE	RECURSOS	INVESTIMENTOS	IDENTIFICAÇÃO	RETRIBUIÇÕES
Januário Fernandes	Capital de relações	Capital de relações	Estratégica	Cargo de confiança
Alfredo Alves	Capital cultural	Educação	Estratégica	Cargo eletivo
Gervison Marcos	Capital cultural	Educação	Estratégica	Cargo eletivo

A análise das trajetórias desse perfil revela a importância da rede de relações e dos investimentos em educação para a trajetória dos dirigentes. Como consequência da multiposicionalidade militante assumida pelos agentes, o processo de identificação, ainda que discursivamente centrado em torno da identificação saliente, apresenta todos os contornos e nuances que implicam a constante justificativa para a militância em múltiplos domínios.

Os dirigentes investigados procuraram estabelecer o passado como justificativa para a multiposicionalidade, especialmente para a militância político-partidária. O intenso ciclo de mobilização dos anos 1980 e 1990 é permanentemente retomado como forma de legitimar a passagem para essa militância. O próprio processo de identificação é o resultado dessa necessidade.

Os cargos ocupados na militância política fossem eles eletivos ou de confiança precisam ser pensados como recompensas, com todas as vantagens oriundas. A politização de diversos temas no período subsequente representou a possibilidade de dar relevo à própria trajetória. Os investimentos na militância, sobretudo através de escolarização, mostraram-se importantes para a conquista de cargos.

#### 4.6 O CAPITAL DE RELAÇÕES DOS DIRIGENTES DO SMABC

Não pretendemos fazer um inventário sobre as relações dos dirigentes do SMABC, pois, além do fato de não ser esse o foco de nossa análise, também reconhecemos as limitações de nossos dados para alcançarmos esse objetivo. Muitos autores<sup>89</sup> tem se dedicado a demonstrar a importância do estudo de redes com o objetivo geral de compreender os ciclos de mobilização e, mais particularmente, como as redes ligavam os militantes em múltiplas organizações (DIANI, 1995).

Ao explicitarmos as redes de relações, podemos identificar com maior clareza como elas potencializaram as assimetrias de poder, as hierarquizações, os recursos e “distinções” produzidas, utilizadas, não utilizadas, ressignificadas, descartadas. Enfim, podemos observar como todos esses elementos estavam imbricados nos itinerários dos dirigentes dentro da administração do sindicato ou na sua reatualização, em uma posterior carreira política. Evidentemente esse aspecto permite pensar o caso dos dirigentes que migraram para uma militância efetivamente político-partidária.

Entendemos que as redes de relações possibilitaram aos dirigentes entrar em relações com outros militantes e organizações estabelecendo vínculos e contatos. Em determinados contextos, como no caso de conjunturas críticas ou fluídas, esses vínculos assumem como característica o elemento estratégico, haja vista o componente aglutinador ser um interesse que condensou todos os demais interesses em “jogo”. As relações afirmam um processo de aprendizado conjunto, pois a conjuntura é “igual para todos”, exceto pelo fato de que determinados militantes possuem diferentes recursos que podem ser maximizados.

Nestes contextos, os repertórios de ação coletiva podem ser partilhados pelos indivíduos e organizações, estabelecendo *slogans* comuns e processos de identificação mais amplos. Ao investigarmos os dirigentes do sindicato, duas constatações básicas devem ser observadas: primeiro, a organização foi central para os dirigentes constituírem-se em militantes relevantes no contexto; e, segundo, as relações foram importantes por permitir a expressão do interesse defendido por esses dirigentes conferindo-lhes notabilidade nacional.

---

<sup>89</sup> Tilly (1978) ao explicar revoluções através do processo de constituição de mobilizações e Oberschall (1973) ao interpretar a participação dos indivíduos nos movimentos sociais, entre outros.



A análise das relações dos dirigentes sindicais do SMABC com os de outras organizações tornou possíveis alianças horizontais que o sindicato enquanto organização e os dirigentes enquanto representantes da organização estabeleceram. Em um cenário de conjuntura crítica, a oficialidade das relações poderia ser um problema no conflito com a ordem instituída, daí que as conversas e as trocas informais permitiam “furar” esse controle.

Uma consequência é que os laços muito mais do que assumirem um caráter interorganizacional acabavam como compromissos entre as lideranças das organizações. A existência de uma conjuntura crítica com um intenso ciclo de mobilização e protesto permitiu as condições para que contatos, mormente formais, assumissem o caráter de informalidade. Esse é um fator que tem dois desdobramentos: um deles é o do menor controle dos militantes da organização sob os acordos dos dirigentes e o outro derivado desse foi a ampliação do uso pessoal dos recursos obtidos através das relações sociais em virtude de como já foi dito tratarem-se menos de vínculos institucionais e mais de vínculos pessoais.

O pertencimento a uma organização e, por extensão, a uma rede de relações (organizacional, associativa ou individual) expôs os militantes a pressões contraditórias. A própria tentativa de classificação de redes simplifica, mas não elimina, o problema de pensar que as redes podem possuir todas as dimensões simultaneamente e os militantes sofrerem a pressão desses arranjos. McAdam e Paulsen (1993), ao analisarem a literatura sobre o tema, destacam as variáveis que, segundo eles, podem explicar o pertencimento a uma rede e ao engajamento em um ciclo de contestação: redes interpessoais, que são um forte indicador de participação e engajamento; militar em organizações (fator micro estrutural ligado diretamente ao ativismo individual) (McADAM; PAULSEN, 1993).

Esses fatores foram o ponto de partida para os autores elaborarem um modelo microestrutural de análise do recrutamento. Para eles, a dificuldade em identificar a variável de impacto da rede social se dá pelo fato de que é difícil capturar os múltiplos “pertencimentos” que caracterizam os militantes (IDEM, 1993).

Para uma investigação que possibilitasse alcançar esse objetivo, necessitaríamos considerar não apenas a trajetória dos dirigentes do sindicato, mas outros dirigentes investidos em cargos no SMABC, na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e no Partido dos Trabalhadores (PT). Diante dessas limitações, circunscrevemos nosso objetivo nessa seção a estabelecer algumas

premissas acerca das lógicas que conectavam a militância nas três organizações já citadas. A partir daí pretendemos demonstrar a importância da rede de relações para a trajetória militante desses dirigentes e o impacto sobre as retribuições da militância.

Ao longo da conjuntura crítica as estratégias dos dirigentes, fossem os da Diretoria, fossem do segundo escalão, que mais tarde geralmente substituíam os primeiros no comando do SMABC, dependiam das múltiplas relações (MDB, Igreja, Organizações, etc.). Essa movimentação de militantes entre organizações, que foi descrita como uma rede de solidariedade durante a conjuntura crítica, configurou-se como uma rede de vínculos interpessoais que serviu para conectar as pessoas e as organizações.

No período imediatamente após o ciclo de protestos do final dos anos 1970 os dirigentes do SMABC cassados passaram a militar na política partidária através do PT. A partir de então as trocas e relações entre os dirigentes do SMABC e das lideranças do Partido dos Trabalhadores foram intensas, quer pela necessidade de institucionalização do partido, quer pela intencionalidade dos dirigentes em buscar um espaço de militância que oferecesse maior retribuição.

A contiguidade entre as duas organizações deu origem a militantes multiposicionais que passaram a transitar nas duas organizações. Por mais que essas relações traduzam-se em contatos pessoais entre lideranças sindicais de diferentes momentos do sindicato, elas configuram um campo de militância que favoreceu determinados recrutamentos. Uma das características que potencializou a possibilidade de recrutamento foram as relações mantidas pelos dirigentes e fortemente relacionado a isso, o cargo ocupado na organização sindical.

Com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), formou-se uma tríade de organizações que passou a ofertar retribuições aos militantes servindo como um espaço de interação entre os militantes. Devemos destacar a existência de um espaço em comum onde não apenas as relações davam-se entre as organizações, mas entre os militantes das diversas organizações.

Em sua militância e sucessiva ocupação de cargos, os dirigentes do SMABC foram tributários de seus esquemas de socialização, inclusive, em cada entrevista, em cada depoimento isso é realçado por mais que os mecanismos de legitimação os levassem a assumir uma “vocação” para a militância sindical e, por essa razão,

atribuíam seus engajamentos a um “ato inaugural”, mormente relacionado à luta contra alguma injustiça.

Como nossa análise tem procurado demonstrar, a legitimação de um militante dependeu, em grande medida, da capacidade de ressignificar e recontextualizar, se esse for o caso, todos os recursos em disputa. Não é sem razão que grande parte dos dirigentes investigados não atribui seu engajamento a alguém, senão um abstrato sentimento de infortúnio frente às injustiças (sempre tomadas em sentido genérico). A análise mais detida evidenciou os contatos interpessoais e o estabelecimento de redes de relações que configuravam a própria cadeia de comando da organização, além dos meios de recrutamento e das características com que os dirigentes, considerado cada contexto, assumiam.

As relações que se estabeleciam no interior das fábricas guardavam estreita conexão com as estratégias de expansão dos dirigentes sindicais. O ato de recrutar tinha dentro da organização a finalidade de criar quadros para a mobilização. Logo, eram os repertórios de ação coletiva que ditavam o recrutamento. Como esses repertórios eram controlados pelos dirigentes que detinham o controle dos recursos mais valorizados, esses recrutamentos tinham conexão com os interesses mais imediatos desses dirigentes. A constituição em militante ignorou, para muitos desses dirigentes, esse recrutamento.

A importância dessas relações para os dirigentes foi tão maior quanto mais distante sua militância no sindicato foi dos eventos da conjuntura crítica. Nesses casos, identificamos uma forte dependência em relação ao cargo ocupado no sindicato, a escolaridade e aos recursos conquistados em cada situação particular (campanhas salariais, campanhas contra o desemprego pela reestruturação produtiva, etc.). Se nos detivermos apenas às três organizações que compõem uma espécie de espaço contínuo para a militância dos dirigentes do sindicato, veremos que entre o SMABC, a CUT e o PT há uma área onde os militantes multiposicionais atuam e é justamente nesse ponto que a reconversão de capitais se faz possível.

A militância nas três organizações simultaneamente requer a disponibilidade de tempo e um engajamento diferenciado. O engajamento no SMABC é uma condição de associação e militância; já a condição de tornar-se dirigente dependeu mais do que de uma eleição, mas de condições de recrutamento no interior do local de trabalho (fábrica) pela posse de determinados atributos pessoais ou de um capital de relações sociais. O recrutamento para a Central Única dos Trabalhadores (CUT),

mais do que tudo isso, dependeu da conquista de recursos durante a militância no SMABC, do capital de relações no período de militância e, cada vez mais, de capitais escolares ou da apropriação de uma demanda particular (mulheres, afro-descendentes, etc.).

Num processo interno de diferenciação e de valorização de determinados recursos dentro de cada uma das três organizações, uma parte da militância, em geral dirigentes do sindicato, incorporaram a defesa de “causas” específicas como meio de ampliar o capital militante em suas trajetórias. Se esse tipo de capital não referendou por si só a ocupação de um cargo expressivo nem na CUT, nem no PT, ao menos, estabeleceu a existência de um nicho para essa militância no interior de cada uma das organizações.

Como podemos observar, as assimetrias no controle dos recursos pelos dirigentes os levaram a produzir inovações e novas modalidades de intervenção. A inserção dos dirigentes em cada uma das organizações foi mediada pelo controle diferenciado desses recursos. Logo, um dirigente que ocupou um cargo relevante na estrutura do SMABC teve melhores condições de militância na CUT e também no PT. Contrariamente a isso, os dirigentes com menores recursos no sindicato tiveram menores condições de militância nas outras duas organizações e isso teve um impacto direto nas possibilidades para extrair retribuições dessa militância.

## 5 TRAJETÓRIAS DOS PRESIDENTES DO SMABC

É se anulando completamente em benefício de Deus e do povo que o sacerdote se faz Deus ou o próprio povo (BOURDIEU, 1983, p.52 – Nossa Tradução)

No capítulo cinco analisamos a trajetória militante dos presidentes do SMABC com o objetivo de investigar de que forma o controle dos cargos da organização foi relevante para explicar os recursos conquistados por esses dirigentes tanto na conjuntura crítica quanto no pós-ditadura civil-militar. Além disso, procuramos investigar como essa inserção nos mais variados espaços de militância viabilizou a reconversão dos capitais militantes.

Na estrutura organizacional do sindicato, o cargo de presidente proveu seu detentor do controle sobre os recursos materiais e humanos da organização. Mais do que qualquer outro cargo, esse forneceu os meios para legitimação e autoridade, para a aquisição de competências e constituição de um *habitus* que permitiu uma passagem para a política partidária. A reconversão de capital militante em capital político apresentou-se como mais efetivo nos dirigentes que ocuparam o cargo de presidente.

Os recursos conquistados e o capital militante de cada um dos dirigentes foram em grande medida tributários do cargo ocupado na organização, fato esse que remete obrigatoriamente para a discussão do sentido e significado da militância dentro de uma organização. Como fatores adicionais, devemos considerar que não apenas a estrutura hierárquica era assimétrica e obrigatoriamente mediada por uma identificação coletiva que simultaneamente servia para dar força e expressão ao grupo e para ocultar essas assimetrias, como também foram os recursos conquistados que possibilitaram a reconversão do capital militante (da militância sindical para a militância política).

Nesse capítulo, analisaremos as trajetórias dos presidentes do SMABC ao longo do período destacado para nossa pesquisa, isto é, entre os anos de 1974 e 2005. Para esse recorte cronológico, coletamos material e depoimentos dos seis presidentes desse período. O capítulo apresentará na primeira seção a trajetória desses dirigentes, discutindo-as à luz das variáveis consideradas relevantes para explicar o que tornou possível essa reconversão.

Na segunda seção, discutiremos os recursos detidos por esses agentes ao longo de sua trajetória. Na terceira seção, retomaremos a discussão a respeito das categorias de engajamento e militância a partir dos casos analisados no capítulo e discutiremos de que forma os dirigentes, em que pesem as particularidades de cada perfil investigado, extraíram as retribuições da militância. Na quarta seção investigaremos o processo de politização dos dirigentes do SMABC atentando para o período da conjuntura crítica.

Na quinta seção, avançaremos na investigação da multiposicionalidade militante a partir da análise da inserção dos dirigentes em dois cenários de militância: a sindical e a política partidária atentando para os aspectos relacionados aos processos de identificação. Na sexta e última seção, investigaremos o Prêmio João Ferrador instituído em 2009 pelo SMABC como uma oportunidade para identificarmos os usos ou abandonos dos recursos conquistados dentro da estrutura multiposicional e sua reatualização no presente.

## 5.1 AS TRAJETÓRIAS DOS PRESIDENTES DO SMABC E O CONTROLE DA ORGANIZAÇÃO

Quando analisamos a militância, procuramos compreender não apenas as motivações, as ideologias subjacentes à prática de militar, os esquemas de entendimento dos dirigentes, os processos de identificação, mas, principalmente, como é central em nossa análise os meios de reconversão de capitais e as possíveis retribuições da militância. Essas diversas dimensões assumidas pela atividade de militar, explicada por variáveis que dão conta da dinâmica individual e a um só tempo estruturante da militância enquanto prática social, deixam em suspenso a militância enquanto ocupação de espaço em organizações.

A maioria das práticas militantes nas sociedades modernas ocorre de forma estruturada em organizações formais e não formais. Essa distinção é importante, pois aponta para diferentes configurações para os militantes, no que se refere às disputas pelos recursos pelas assimetrias nas disputas internas de poder e, por que não dizer, na própria concentração e oligopolização dos acessos aos recursos passíveis de conquista através do controle da organização.

Trata-se de reconhecer que a escassez de capitais (econômicos, culturais, de relações) entre os militantes sindicais pode ser compensada, ao menos inicialmente,

pelo controle de recursos proporcionados pela ocupação de cargos relevantes na organização.

Na análise dos diversos casos investigados nessa pesquisa, independentemente do perfil, sobressai-se a importância da ocupação de cargos na estrutura do SMABC como determinante para a trajetória militante dos dirigentes e para as diversas configurações possíveis para essa militância. Cabe dizer que a própria definição de engajamento e desengajamento esteve direta e permanentemente conectada a essa condição.

Como demonstramos no capítulo quatro, a ocupação de cargo no sindicato foi instrumental, não apenas para os dirigentes que militaram durante a conjuntura crítica, mas ao longo de todo o período investigado. A distinção não se circunscreveu entre ocupação e não ocupação dos cargos, mas, inclusive, na diferenciação existente entre os diversos cargos existentes. Os cargos ligados à militância no interior das fábricas (Comissão de Fábrica, Cipa, etc.) tornavam os ocupantes postulantes a cargos no sindicato.

A estrutura de cargos no sindicato reflete a hierarquia interna de uma organização, com alguns cargos destacando-se dos demais, ficando os suplentes na parte inferior dessa distribuição, enquanto os membros da executiva ocupam o vértice da organização. No quadro 14 apresentamos os dados referentes à militância sindical dos agentes e no quadro 15 os aspectos referentes ao engajamento e militância político-partidária.

**Quadro 14- Dados referentes à militância sindical**

<b>Nome</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Cargo funcional</b>	<b>Cargo no sindicato</b>	<b>Militância antes do sindicato</b>
Luiz Inácio Lula da Silva	Guaranhuns-Pernambuco	Ferramenteiro	1º secretário (1972-1975) e Presidente (1975-1978 e 1978-1981)	Engajamento no sindicato através da influência do irmão (Frei Chico).
Jair Antônio Meneguelli	São Caetano do Sul- SP	Ferramenteiro	Presidente (1981-1984) e (1984-1987)	Comissão provisória de fábrica na Ford (1981)
Vicente Paulo da Silva	Santa Cruz-RN Hoje a localidade pertence ao Município de Campo Redondo (RN).	Inspetor de qualidade na MBB	Foi eleito vice-presidente do sindicato. Cassado em 1983, retornou no ano seguinte como 2º secretário. Eleito presidente do sindicato em 1987 e reeleito em 1990 e 93, afastou-se para presidir a CUT Nacional.	Participou das greves da categoria de 1979 e 1980, integrando a Comissão de Mobilização.
Heiguiberto Guiba Della Bella Navarro	Coroados- SP	Ferramenteiro	Foi secretário-geral no mandato 1984/1987 e vice-presidente nos mandatos 1987/1990 e 1990/1993. No período de 1994 a 1996 assumiu a presidência do Sindicato. Membro da executiva no mandato 1996/1999 e do CSE 1999/2002. Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT desde 1990. Em 2003 foi indicado Delegado Regional do Trabalho de São Paulo.	Mobilização pela Comissão de fábrica na Ford em 1981. Participou nas greves de 79 e 80, fez parte da Comissão de Mobilização.
Luiz Marinho	Cosmorama-SP	Pintura na volkswagen	Tesoureiro na direção do Sindicato, cargo que exerceu por dois mandatos; na gestão de 1990–1993 foi secretário-geral, sucedeu Vicentinho na presidência em 1993/1996. Reeleito presidente nas gestões 1996/1999, 1999/2002 e 2002/2005.	Cipeiro em 1982/83.
José Lopes Feijó	Entranbosrrios-Espanha.	Conferente na Ford.	Eleito diretor de base para as gestões de 1993/1996 e 1996/1999 . Eleito Secretário Geral do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC para a gestão de 1999/2002. Eleito Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC para a gestão de 2002/2005. Assume a presidência do sindicato em substituição a Luiz Marinho. Reeleito para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos para a gestão de 2005/2008.	Eleito secretário da Comissão de Fábrica dos trabalhadores da Ford em 1982.



Dos dirigentes que ocuparam a presidência do SMABC durante o período investigado, totalizando seis presidentes, todos eram do sexo masculino (100%). Independentemente do incremento do número de mulheres ocupando cargos no SMABC, jamais uma ocupou a presidência dessa organização. Dos seis presidentes que contemplam o universo empírico investigado, todos têm uma origem social com poucos recursos de origem.

Não há casos entre esses dirigentes de pais com trajetória militante. Dos seis casos, quatro deles (67% dos casos) são nascidos no estado de São Paulo; destes, dois oriundos do interior do estado e apenas um da grande São Paulo (São Caetano na região do ABC paulista). Isso demonstra que há uma diferença entre o conjunto de dirigentes do SMABC e aqueles que ocupam o cargo de presidente, com uma maior incidência de indivíduos originários do próprio estado de São Paulo.

Dentre os migrantes de outros estados, contabilizamos dois dirigentes (28,5% dos casos), o que representa um número inferior do que aquele verificado entre os indivíduos que ocuparam “qualquer” tipo de cargo no sindicato. Um caso diferenciado é o do dirigente oriundo da Espanha que, apesar de ter crescido no país, representa o único caso de um presidente do SMABC nascido fora do país (16% dos casos).

Um fato que se destaca entre os dirigentes que se tornaram presidentes do sindicato é o de que, em sua totalidade, todos ocuparam cargos ocupacionais especializados no trabalho dentro das fábricas. Dos seis dirigentes, três (50% dos casos) pertenceram a ferramentaria, outros dois faziam controle de qualidade (32% dos casos), um trabalhava como conferente (16%) e apenas um era operador de máquinas (16%).

Como analisamos no capítulo dois, determinadas funções dentro da fábrica concediam maiores garantias contra desemprego ou mesmo contra a repressão dentro das fábricas. Além disso, favoreciam a movimentação dentro das fábricas. Não há um modelo ideal para a ocupação dos cargos no sindicato, ainda que tenhamos que reconhecer o fato de que, fora o período da conjuntura crítica, onde os eventos e o próprio ciclo de mobilização serviram para evidenciar alguns militantes, prevaleceu o recrutamento dos militantes mais ativos dentro das fábricas.

Ainda assim, não podemos estabelecer que as trajetórias dos dirigentes sustentem uma ocupação gradual dos cargos do hierarquicamente inferior para o superior. Embora alguns casos aproximem-se desse modelo, as assimetrias de

poder e o controle dos cargos da organização por parte dos dirigentes que controlavam os cargos mais importantes da estrutura do sindicato. Especialmente o cargo de presidente, deu origem a um capital de relações que levava ao recrutamento por indicação para esses cargos.

#### Quadro 15- Dados referentes à militância política

Nome	Data nascimento	Cargo CUT	Escolaridade	Transição para a política partidária	Partido político
Luis Inácio Lula da Silva	1945	Não	Ensino Fundamental Incompleto Curso de ferramenteiro no SENAI	Sim Deputado federal constituinte (1986-1990), Presidente da República (2002-2006), reeleito Presidente (2006-2010)	PT
Jair Antônio Meneguelli	1947	Presidente da CUT Nacional	Bacharel em Direito	Sim Eleito Deputado Federal (1994-1998) e reeleito (1998-2002), em 2003 assumiu a presidência do Conselho nacional do SESI.	PT
Vicente Paulo da Silva	1957	Presidente da CUT Nacional	Bacharel em Direito	Sim Eleito Deputado federal (2002-2005) e reeleito (2006-2008)	PT
Heiguibeiro Guiba Della Bella Navarro	1945	<b>1992</b>   Eleito presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos - CNM/CUT. <b>1998</b>   Reeito presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos - CNM/CUT	Ensino Médio No SENAI, curso de torneiro mecânico e fresador.	Sim Cargo de confiança	PT
Luiz Marinho	1959	Presidente da CUT Nacional 2003	Bacharel em Direito	Sim Ministro do Trabalho e prefeito de São Bernardo do Campo	PT
José Lopes Feijó	1950	Eleito Secretário Geral da CUT e também eleito membro efetivo do Conselho Fiscal do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC na gestão de 1990/1993. Eleito presidente da CUT Estadual/SP por três gestões (1992 a 2000). Vice-presidente da CUT (2008)	Ensino Médio Incompleto	Sim Assessor da Presidência da República	PT

No que se refere ao capital escolar dos dirigentes investigados, apenas um possuía o ensino fundamental incompleto (16% dos casos), um possuía o ensino médio completo (16% dos casos), um o ensino médio incompleto (16% dos casos) e três deles possuíam o ensino superior (50% dos casos). Destes últimos, todos são bacharéis em Direito (100% dos casos que possuem Ensino Superior). Um importante aspecto a ser mencionado é o de que nenhum desses três dirigentes possuía a graduação em Direito antes de tornar-se presidente do SMABC.

Todos eles graduaram-se ao longo da própria trajetória militante, especialmente durante o mandato de Presidente da CUT. O curso superior, no caso, o bacharelado em Direito, não foi um pré-requisito para a ocupação do cargo de presidente do sindicato e também não foi para a ocupação do cargo de presidente da CUT, mas representou um acréscimo considerável em termos de capital escolar para esses dirigentes em suas investidas na militância político-partidária.

Os seis dirigentes que se tornaram, cada um ao seu tempo presidente do sindicato, engajaram-se nas greves do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 que proporcionaram maior visibilidade para os dirigentes, tornando-os lideranças expressivas. Dos seis dirigentes, apenas um vivenciou as greves na condição de presidente, já que ocupou esse cargo entre os anos 1975 e 1980 quando foi a principal liderança e referência não apenas do sindicato, mas de toda a mobilização daquela conjuntura crítica.

Efetivamente o ciclo de protesto avançou até por volta de 1984, garantindo visibilidade para o presidente do sindicato. Ademais, como mencionamos as reestruturações empresariais das grandes montadoras e aspectos ligados a conjunturas políticas, tais como o impedimento do então Presidente da República Fernando Collor de Mello, geraram conjunturas particulares que concederam “momentos” de maior relevo para os dirigentes. Essas conjunturas foram importantes para a aquisição de recursos.

Dos seis, apenas um dos presidentes (16% dos casos) sofreu repressão, a ponto de ser preso. Se considerarmos os casos em que os dirigentes foram cassados, contamos com dois presidentes (32% dos casos), sendo estes dois os presidentes do SMABC que estavam no cargo durante a conjuntura crítica, portanto, que atuavam ainda sob a ditadura civil-militar.

A ocupação do cargo de presidente do SMABC garantia parcela considerável do controle da organização (econômicos, a capacidade de impor uma agenda,

prestígio, etc.). Logo, o tempo em que o dirigente esteve à frente do cargo é importante para a ampliação das redes de relações desses dirigentes, especialmente na CUT e na militância no PT.

Dos sete dirigentes analisados, quatro deles (64% dos casos) ocuparam o sindicato por dois mandatos, sendo três em sequência no período (1975-1990) e um presidente que ocupou o cargo após a saída do presidente anterior para ocupar cargo de Presidência na CUT e foi reeleito para o período seguinte. Um (16% dos casos) dos presidentes permaneceu à frente do sindicato por três mandatos, outro (16% dos casos) por quatro mandatos, tendo renunciado em seu último mandato ao cargo para ocupar cargo na CUT. Por fim, apenas um (16% dos casos) permaneceu por um mandato, na verdade concluindo o mandato do presidente eleito que passou a ocupar cargo na Central Sindical. O tempo de permanência na presidência do sindicato foi relevante, mas não determinante para a *entrada* em uma militância político-partidária que resultasse na condição de “eleito” ou para o recrutamento como “cargo de confiança”.

Apesar de todos os presidentes do sindicato estarem filiados ao PT, tendo três (50% dos casos) deles inclusive sido fundadores do partido, apenas um deles passou no início dos anos 1980 para a militância político-partidária durante a conjuntura crítica. Fora esse primeiro caso que, por várias razões, acabou dedicando-se à institucionalização do recém fundado Partido dos Trabalhadores, relegando para um plano secundário a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Pelos motivos já discutidos, os demais cinco casos (84% dos casos) tiveram passagens significativas pela Central Sindical.

Considerando-se que o dirigente que presidiu o sindicato até 1980 direcionou-se para a militância político-partidária, dos cinco outros, três (42,8%) tiveram passagem como presidente da CUT, um (14,2%) foi presidente da CNM/CUT, e, por fim, apenas um teve uma breve passagem com cargo na Central após o término de seu mandato no sindicato. Esses dados são relevantes para demonstrar que a CUT ocupa um espaço destacado na trajetória militante dos dirigentes que ocuparam a presidência do SMABC.

A fundação do PT ocorrida cerca de três anos antes representou um local exclusivo para militância político-partidária dos dirigentes que militaram conjuntura crítica. A *entrada* na militância político-partidária por parte dos dirigentes que ocuparam a presidência do SMABC dependeu inteiramente do período no qual

estiveram empossados no sindicato. Dos seis presidentes do período, cinco tiveram passagem pela CUT. Isto é, com exceção do dirigente que ocupou o cargo de presidente do sindicato no período da conjuntura crítica e logo após direcionou-se para a militância político-partidária, todos os demais possuem uma trajetória militante similar.

Observando os dados referentes às trajetórias militantes dos presidentes do SMABC do período escolhido para análise, alguns aspectos destacam-se: todos os seis (100% dos casos) filiaram-se ao PT, sendo que, destes, quatro (64% dos casos) tornaram-se “eleitos” para cargos políticos e dois (32% dos casos) ocuparam cargos de confiança na administração pública.

Na apresentação e discussão das trajetórias militantes dos presidentes do SMABC, seguimos os padrões de militância identificados na análise dos dados, isto é, apresentaremos inicialmente os dois presidentes que atuaram diretamente na conjuntura crítica e na sequência os presidentes que ocuparam o cargo no período definido para fins analíticos como “pós-ditadura civil-militar”. Essa definição, não afetou a apresentação em ordem cronológica da ocupação do cargo pelos respectivos presidentes, já que o período definido como conjuntura crítica compreende os quatro mandatos entre 1974 e 1984 que foram ocupados por dois presidentes.

### **5.1.1 Luiz Inácio da Silva: caso exemplar de reconversão de capital militante**

O presidente do sindicato no período de 1975 a 1980 é, sem dúvida, a personalidade de maior reconhecimento nacional dentre todos os dirigentes que passaram pelo SMABC. Seja pela militância e visibilidade adquirida durante o ciclo de protesto do final dos anos 1970, seja pela militância política que o acabou conduzindo em 2002 à presidência da República, Luís Inácio da Silva<sup>90</sup>, é sempre apresentado como a “síntese” de todas as jornadas de mobilização, não importando se movidas pelo sindicato ou pelo Partido dos Trabalhadores.

O engajamento e a militância desse dirigente incorporaram uma série de particularidades que se esmiuçadas servirão para entendermos a dinâmica da militância em um contexto organizacional. Esse dirigente foi alvo de uma

---

<sup>90</sup> SILVA, Luiz Inácio da. ([http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id\\_DEP=100](http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id_DEP=100)). Acesso em 15/04/2009.

multiplicidade de narrativas que servem para afirmar a ascensão de um operário até a Presidência da República<sup>91</sup>. Como nosso objetivo é o de investigar de que forma os dirigentes que ocuparam o cargo máximo do sindicato, o de presidente, maximizaram os recursos, ampliaram seus capitais militantes e extraíram recompensas da militância, não nos deteremos em aspectos gerais de suas vidas que não guardem relação com as variáveis investigadas.

Para Luiz Inácio, o divisor de águas em sua vida ficou por conta do ingresso no SENAI. Luís Inácio descreve em depoimento o que o SENAI representou em sua trajetória profissional:

O Senai foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. Porque? Porque aí, eu fui o primeiro filho da minha mãe a ter uma profissão, eu fui o primeiro filho da minha mãe a ganhar mais que o salário mínimo, eu fui o primeiro filho da minha mãe a ter uma casa, eu fui o primeiro a ter um carro, eu fui o primeiro a ter uma televisão, eu fui o primeiro a ter uma geladeira. Tudo por conta dessa profissão, de torneiro mecânico, por causa do Senai. (Depoimento de Luís Inácio da Silva)<sup>92</sup>

O compartilhamento de determinadas características sociais entre um indivíduo e os membros de um grupo mobilizado e, portanto, a existência de uma comunhão de ideias, não basta para orientar um indivíduo para determinado grupo mobilizado; na maior parte dos casos, a mediação de pessoas próximas é necessária, senão suficiente (SAWICKI; SIMÉANT, 2011, p. 213). Em geral, as análises sobre os engajamentos confirmam a importância dos contatos de pessoas próximos na decisão de “entrada” nas organizações ou de adesão a uma causa.

O engajamento de Luís Inácio da Silva deu-se por intermédio da relação com o irmão, chamado de Frei Chico e militante ligado ao Partido Comunista. As entrevistas realizadas enfatizam a entrada da figura mais destacada do sindicato no período na vida sindical através desse tipo de vínculo e de “chamado” do irmão para que engajasse no sindicato. O caso de Lula não é exceção no que diz respeito ao engajamento dos dirigentes sindicais do SMABC.

---

<sup>91</sup> Quanto a isso há numerosas biografias de Luiz Inácio Lula da Silva que pretendem justamente sublinhar a “epopéia” do ex-migrante, ex-metalúrgico até a Presidência da República. Alguns exemplos na bibliografia, tais como, e inclusive em filmes como Lula o Filho do Brasil.

<sup>92</sup> Trata-se de um depoimento concedido ao Núcleo de Dados do SMABC e é posterior a todos os acontecimentos, mas anterior a eleição que o levou a Presidência da República. Utilizaremos ainda para cotejar esse depoimento, outras entrevistas e depoimentos expressos em vários momentos ao longo de sua trajetória militante.

Ao analisar a biografia de militantes socialistas britânicos, Andrews (1991) demonstrou que a experiência operária não serve para explicar o engajamento e que os contatos com pessoas próximas “jogam” um papel decisivo como fator de engajamento. Para o autor, há um desenrolar de momentos no ato de engajar-se: no primeiro deles, a influência por intermédio de relações com os militantes; no segundo, os recrutados são convidados a entrar em contato com a imprensa sindical; no terceiro, são levados a participar de reuniões públicas. O ato de engajar-se é o resultado das diversas possibilidades das quais os “momentos” descritos pelo autor aparecem como momentos “ideais”.

A insistência de Frei Chico no engajamento do irmão acabou recompensada quando, na oportunidade de composição para as eleições de 1972 no sindicato, o nome de Frei Chico foi lembrado. Ele, entretanto, sugeriu que “é melhor levar o Lula que trabalha na Villares, é empresa grande e não tem diretor de Sindicato” (Depoimento de Luís Inácio da Silva). O convite veio na sequência com uma conversa com os então dirigentes do sindicato, entre eles o presidente do SMABC, Paulo Vidal.

O engajamento e a militância no sindicato deram-se a partir de um cargo na diretoria que foi importante para que, em um curto espaço de tempo, Luís Inácio se destacasse na organização sindical. A tarefa de cuidar da previdência dos filiados permitiu um conjunto de trocas e de socialização que se refletiu mais adiante no seu fortalecimento como liderança. A chegada à presidência do sindicato em 1975 foi uma consequência dessa maior visibilidade e da ampliação das relações sociais.

A Presidência, nessas condições, foi viabilizada com a manutenção de muitos nomes remanescentes da nominata eleita em 1972, dentre os quais o do próprio Paulo Vidal, na condição de Secretário-Geral. Durante algum tempo, como descreveu Luís Inácio, a pouca experiência, a timidez e a dificuldade de falar em público facilitaram o trabalho do ex-presidente em continuar impondo uma pauta. Alguns episódios foram importantes para efetivamente alçarem Luís Inácio da Silva à condição de liderança. O primeiro foi a participação em um curso de psicodrama, do qual participaram os membros da diretoria. Segundo ele, “nesse curso, a gente começou a descobrir o seguinte: esse é o papel de um dirigente sindical ou é o papel de um funcionário? O papel do dirigente é fazer política” (Depoimento de Luís Inácio da Silva).

A ruptura com Paulo Vidal viria mais tarde por conta de um episódio na Ford e para o mandato seguinte representou uma mudança radical em termos de composição, se comparada com a chapa eleita em 1975. Em se tratando da militância sindical de Luís Inácio, a conquista da presidência do sindicato não representou o fim da influência de Frei Chico que, em várias oportunidades, procurou engajar o irmão na luta clandestina contra a ditadura militar. Conforme Luís Inácio salientou:

Depois que eu entrei no Sindicato, o Frei Chico sempre me respeitou muito. Eu acho que pelo fato de eu ser o irmão mais novo e estar crescendo na política, o Frei Chico sempre teve uma relação de muito carinho comigo, eu diria até de uma certa proteção. Em 73/74 ele vivia me convidando para ir a reuniões clandestinas: "Olha, vai ter uma palestra com fulano de tal, no apartamento não sei de quem". Eu falava: "Frei Chico, eu não vou em reunião clandestina. Não vou, sabe por quê? Eu não sei se agüento uma tortura, Frei Chico. Se eu não for, eu vou morrer sem abrir a boca, porque não conheço ninguém. Mas se eu conhecer eu não vou deixar ninguém me bater. Então, não me convide, não. (Depoimento de Luís Inácio da Silva)

O pertencimento anterior de Frei Chico ao PCB impunha um risco permanente que era sentido por Luís Inácio da Silva. Enquanto encontrava-se em uma viagem ao Japão, Frei Chico foi preso. Esse fato é descrito como um dos acontecimentos mais importantes na vida de Luís Inácio da Silva, pois, segundo ele, permitiu ver a necessidade de assumir uma postura mais política, de maior enfrentamento com a ditadura civil-militar. Isso, porém, serviu para reafirmar sua posição no que concerne a participar de organizações clandestinas e da importância do SMABC para materializar essas posições políticas.

O primeiro obstáculo para a efetiva participação em um processo eminentemente político como era a Abertura Política ficou por conta da própria oposição de grande parte dos militantes sindicais. É preciso compreender que dois processos simultâneos estabeleceram-se: um que ditava o processo de identificação coletiva dos militantes do SMABC e era essencialmente tributário das declarações públicas do presidente da organização que, entre outras coisas, afirmava a defesa de um interesse dos metalúrgicos do ABC Paulista e se contrapunha à participação política.

Fosse como estratégia para evitar a repressão ou como concepção dos dirigentes, o fato é que durante o acirramento dos conflitos no ABC essa foi uma



ideia que ganhou força, a de que a luta não envolvia a política. Ao menos essa era a configuração da identidade coletiva desses dirigentes. Segundo Luís Inácio da Silva:

Nesse período já tinha empresários também lutando por democracia. Já tinha, aqui em São Paulo, os nomes mais conhecidos, Bardella, Mindlin, o Francinni, o Ênio Arcock. Era um momento, de 75 a 77, em que já tinha uma movimentação. E, para a gente conversar com o Petrônio Portella, era uma coisa complicada, porque tinha uma oposição na categoria que achava que isso era rendição. E nós achávamos que não, que deveríamos fazer parte dessa discussão porque a democracia interessava para todo mundo. (Depoimento de Luís Inácio da Silva)

Como foi possível observar, não havia consenso com relação à participação nas “negociações” da Abertura. De qualquer forma, não podemos deixar de observar que, para Luís Inácio da Silva e muitos dos dirigentes que militavam naquela época, a participação ativa na luta contra a ditadura possibilitava assumir uma dimensão até então inimaginável. A rede de contatos crescentemente avançou para um conjunto de relações que não se circunscreveu apenas a “solidariedade”, colaborando para facilitar a *entrada* na militância político-partidária.

Em virtude da conjuntura política e da eclosão de um ciclo de protesto, surgiram lideranças que se destacaram no período. O ciclo grevista alicerçou o surgimento dessas lideranças e não apenas conferiu visibilidade aos dirigentes do SMABC como lhes proporcionou a formação de uma rede de relações que foram instrumentais para a fundação do PT.

A dimensão pública alcançada na condição de dirigentes do sindicato definiu as fronteiras do que vários intérpretes denominaram de rede de relações da redemocratização (DOIMO, 1995; SADER, 1988). A politização das demandas de cada um desses grupos foi canalizada para o evento de maior repercussão no período, a mobilização dos metalúrgicos do ABC Paulista.

A militância na conjuntura crítica permitiu ampliar os recursos que os dirigentes detinham e mais ainda ampliar o capital militante e a capacidade de extrair as “recompensas” pela militância. Se para os associados e militantes, recompensas em identidade coletiva era a parte mais evidente e mais destacada, para os dirigentes que se tornaram gradativamente militantes capazes de representar uma gama variada de organizações e militantes e em virtude da militância tornaram-se interlocutores reconhecidos pelos próprios agentes do regime ou dos partidos políticos mais ainda.

O interesse em politizar as atividades, as práticas e os objetivos da organização definiu os passos adotados por Luís Inácio da Silva a partir dessa visibilidade conquistada. O fato de ser o presidente do sindicato à época controlador dos recursos do sindicato e despontar publicamente como a maior liderança surgida do ciclo de protesto do final dos anos 1970 permitiu que parte considerável das estratégias de ação dos demais militantes passasse por estratégias construídas por esse dirigente.

Do declarado apolitismo no início de 1978 até a defesa da fundação do PT não passaram mais do que dez meses. Conforme expresso nas suas próprias palavras: “Eu acho que o único mérito que eu tenho é que eu soube exteriorizar para o resto da sociedade aquilo que os metalúrgicos conseguiam fazer” (Depoimento de Luís Inácio da Silva). Esse reconhecimento do próprio papel desempenhado e da representatividade que conquistou emprestou autoridade para o envolvimento com a militância política, uma vez que se engajou na campanha de Fernando Henrique para o Senado e engajou-se na fundação da CUT e do PT.

Os contatos tanto com políticos e figuras públicas do Brasil como de outros países<sup>93</sup> agregaram maior reconhecimento ainda a esse dirigente e mais do que isso um sentimento de “eficácia” que se traduziu em uma afirmação da condição de militar e ingressar na política partidária.

Para Luiz Inácio da Silva, sua trajetória refletiu toda uma mobilização de uma época e a condição conquistada apareceu como resultado do engajamento naquelas lutas. A saída da fábrica para ocupar espaço no sindicato pode ser entendida como uma recompensa pelo militantismo. A aquisição de recursos de notabilidade, prestígio através da ascensão dentro da hierarquia de cargos, permitiu o acesso a convites, encontros com autoridades políticas e viagens. A condição de dirigente sindical garantiu um conjunto bastante amplo de retribuições, embora essas sempre apareçam ocultadas pela ênfase nos discursos de doação e sacrifício na militância.

Em termos gerais, as retribuições simbólicas adquiridas o credenciavam segundo muitos para iniciar uma carreira política. Em uma entrevista concedida em 1980, portanto, em meio aos debates a respeito da criação do PT, começou a

---

<sup>93</sup> Entre 1979 e 1980, Luís Inácio da Silva afirma ter mantido numerosos contatos, inclusive uma conversa com o então Presidente da República, Ernesto Geisel na Ford, também com Delfim Netto. Em termos de autoridades internacionais teve contato com o Adolfo Soares que era Primeiro Ministro espanhol, com Helmut Schmidt que era Primeiro Ministro da Alemanha e com o senador norte-americano Ted Kennedy.

aparecer a tentativa de conciliar os discursos que deram origem a uma identidade coletiva para os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e a construção de uma identidade estratégica que serviu para justificar a “passagem” a uma militância político-partidária.

Ao purismo na militância sindical, Luiz Inácio da Silva contrapôs a política como um cenário mais amplo que exige em alguma medida concessão. A todo instante essa tentativa de legitimar essa mudança de comportamento era questionada como uma mudança operada pelas retribuições da militância e seu impacto naquele momento da vida de Luiz Inácio da Silva. Essa realidade não era desconhecida para Lula, pois, conforme ele próprio explica, nos processos de negociação costumava-se jantar nos melhores restaurantes, nos melhores hotéis com os empregadores. Adicionalmente, convém destacar que Luís Inácio recebia seu salário do sindicato com a justificativa de ser dessa forma possível sustentar a autonomia. Um salário nada desprezível à época, cerca de dez vezes o salário de um trabalhador da fábrica.

Não é sem razão que em determinado momento ele destacou que “eu acho que Deus foi muito generoso comigo, sabe? Eu não reclamo das coisas, acho que vir de onde eu vim e chegar aonde eu cheguei, só pode ser dádiva de Deus” (depoimento de Luiz Inácio da Silva). Por si só, o engajamento no sindicato trouxe consigo diferenciadas retribuições para a militância e uma percepção muito mais ocultada pelo discurso de doação e abnegação do que por alguma intencionalidade. Essa própria percepção destacava a valorização do engajamento e da militância.

A *entrada* de Luís Inácio da Silva na política representou uma expectativa muito grande em relação às possíveis reconversões da militância sindical. Conforme ele próprio afirma, esse anseio era compartilhado com outras lideranças sindicais, que esperavam um reconhecimento nas disputas políticas. O primeiro grande teste ficou por conta da candidatura ao governo do Estado de São Paulo.

Ao refletir sobre esse período, Luiz Inácio afirma que “achava que ia ganhar”. E, dizendo-se frustrado à época, comenta que “[...] foi um tempo que teve um vazio muito grande na minha vida porque o sindicato não estava mais sob intervenção, já tinha outra diretoria e eu tinha perdido as eleições (para o governo do Estado) [...]” (Depoimento de Luiz Inácio da Silva).

O fato de não ter o que fazer e não poder retornar para o sindicato e para a militância sindical é apresentado como um “fato angustiante”. Para corroborar esse

sentimento inicial de derrota, Luís Inácio ainda cita o caso de Olívio Dutra que tinha expectativa de obter 300 mil votos em sua candidatura para o governo do Estado do RS e obteve não mais do que 50.000.

A eleição para Deputado Federal Constituinte representou, segundo ele, um sentimento ambíguo: de um lado, foi o melhor momento para estar na Câmara dos Deputados; de outro lado, nada lhe pareceu mais inócuo do que as tarefas parlamentares. Conforme salientou:

[...] você é acostumado a ser um líder de massa, é acostumado a ter liberdade de falar o que bem entende sem precisar ferir nenhum decoro. Você está habituado a falar para milhares de pessoas todos os dias. De repente, você fica num Congresso Nacional, onde tinha que fazer um discurso para cinco pessoas te ouvirem, e nem estavam ouvindo, estavam de costas para você. (Depoimento de Luís Inácio da Silva)

A partir de então, Luiz Inácio passou a concorrer para cargos do executivo federal, embora ressalte que sofreu pressão de filiados do partido para que concorresse a cargos do Legislativo a fim de conquistar mais cadeiras no Congresso Nacional para o PT. Seu argumento para sistematicamente rejeitar essas propostas foi, como destaca, o de querer “provar para o PT que para ser importante, para ter voto, não precisa ser deputado, eu não preciso de cargo, É só ter vontade de trabalhar” e, completando, destaca que se “[...] você se mata de trabalhar, se você viaja, se você constrói as coisas, você tem representatividade”.

O que se depreende dos depoimentos de Luís Inácio da Silva é que, primeiro, uma das recompensas pela militância durante o ciclo de protesto foi o processo que o levou à presidência do PT e à escolha pelo tipo de trajetória político-partidária que exerceu, independentemente dos desejos da organização partidária; segundo, que a militância sindical lhe permitiu condições de notabilização para engajar-se e militar na política partidária, porém, esse atributo isoladamente não garantia o sucesso nesse tipo de militância.

O fortalecimento e institucionalização da organização do partido (PT) e o perfil adotado, especialmente na capacidade de constituir-se em canal de “politização” permanente das demandas incorporadas, requalificadas e “jogadas” na arena eleitoral, foram um subproduto da militância sindical e das estratégias para a trajetória militante na política partidária.

O direcionamento para uma militância político-partidária<sup>94</sup> não representou um desligamento total do SMABC e nem da CUT, pois as relações do PT com as duas outras organizações permaneceram para além da conjuntura crítica do final dos anos 1970, como já foi amplamente discutido nessa pesquisa. Outro fato foi a tendência contínua de reforçar a origem social; as características da origem social.

O discurso de luta pela igualdade de oportunidades, pela melhor distribuição de renda, que se tornaram unificadores nas diversas tendências internas do Partido dos Trabalhadores, foi duplamente instrumental, pois permitiu a politização de temas de grande alcance para a sociedade brasileira e a construção de um eleitorado para o partido recém-criado. Além disso, legitimou a disputa eleitoral por parte de dirigentes desprovidos de capital escolar e econômico.

### **5.1.2 Jair Meneguelli: O fazer-se militante**

O presidente que sucedeu no sindicato, o então dirigente cassado, fundador do Partido dos Trabalhadores e seu primeiro presidente Luís Inácio “Lula” da Silva foi Jair Antônio Meneguelli<sup>95</sup>. A militância é apresentada por esse dirigente como algo que lhe já era natural; algo que esteve presente desde o início da vida. Não apenas a militância, mas também a liderança. Essa ligação entre o engajamento “moral” e a capacidade de liderar foi observada em todos os casos investigados.

Na análise da trajetória de Luís Inácio da Silva, o sentimento de injustiça social, a capacidade de apesar de parecer “brabo”, talvez pela voz rouca, como ele salientou, não diminuía a simpatia que conquistava em cada espaço que ocupava, fosse ao futebol ou na fábrica. De qualquer forma, os dirigentes tenderam a encontrar, eles próprios, as justificativas em vários momentos de suas vidas, para a trajetória militante que desenvolveram a partir dos anos 1970. Uma das tendências foi a da naturalização da militância, por mais que ela aparecesse contraditoriamente nas falas dos entrevistados e dos depoentes como um aprendizado que dependia da organização e da conjuntura na qual se militava.

---

<sup>94</sup> Após três derrotas para o Executivo Federal, em 1990 para Fernando Collor de Mello e em 1994 e 1998 para Fernando Henrique Cardoso, finalmente em 2002, Luiz Inácio “Lula” da Silva elegeu-se Presidente da República, sendo reeleito em 2006. No pleito de 2010 assistiu a eleição de sua candidata Dilma Rousseff conseguindo dessa forma eleger sua sucessora.

<sup>95</sup> MENEGUELLI, Jair. ([http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id\\_DEP=11](http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id_DEP=11)). Acesso em 15/04/2009.

Ao comentar sobre suas características pessoais, Meneguelli argumenta que sempre teve liderança por onde passou, quer fosse à escola, quer fosse à fábrica; porém, que naquela época essa liderança não resultava em nada. O sentimento de que não redundava em “nada” justifica-se pela comparação que ele faz com os resultados, as recompensas para seu militância a partir do momento em que se engajou e passou a militar através da organização do sindicato.

Essa constatação fica ainda mais explícita se considerarmos o fato de que, empregado na Willians e especializando-se no SENAI, participou do que seria uma Comissão dentro da Ferramentaria que, entre outras coisas, garantia melhores condições de trabalho para os funcionários especialistas. Assim como os demais dirigentes que ocuparam a presidência do sindicato, Meneguelli ocupou um cargo considerado diferenciado na estrutura de empregos da indústria automobilística, um cargo como já disse antes, que até certo ponto diminuía os custos do engajamento e da militância<sup>96</sup>.

A sindicalização não significou necessariamente militância, pois, como o próprio Meneguelli comentou, os motivos de seu engajamento tinham como única finalidade a conclusão dos estudos. O fato desencadeador do engajamento foi o contato com um conhecido, no caso um colega de trabalho e amigo, o Guiba, que na verdade trata-se de Heiguiberto “Guiba” Della Bella Navarro, que mais tarde viria a tornar-se também presidente do sindicato. Já, por sua vez, a militância de fato inicia com outro fato desencadeador, descrito abaixo pelo próprio Meneguelli:

Eu fui para o Sindicato, não foi por nada não. Eu fui para fazer o Curso de Madureza Ginásial, foi por isso que eu fui para o Sindicato. Aí, quando nós estávamos lá, foi aquela ocasião daquele roubo da inflação, dos 34,1% que o Dieese descobriu. E aí, o Lula, com toda a sua diretoria, saiu convocando todo mundo para vir fazer uma assembléia no Sindicato. Chegando na hora da assembléia, a imprensa tinha sido toda convocada, eles imaginavam que aquilo tudo fosse encher e não tinha chegado ninguém. Eles desceram no segundo andar, onde eram as salas de aulas do Curso de Madureza Ginásial e pediram aos professores, pediram aos alunos, para subirem ao terceiro andar para a imprensa filmar - porque não ia aparecer ninguém na assembléia - e depois a gente podia descer. (Depoimento de Jair Meneguelli)

---

<sup>96</sup> Em seu depoimento Luiz Inácio da Silva já na condição de Presidente do Partido dos Trabalhadores disse que nas oportunidades que teve para falar a respeito do emprego do país para universitários não se furtava em dizer que era mais fácil na sua época com um diploma de torneiro-mecânico do SENAI conseguir empregar-se do que a maioria dos universitários.

Meneguelli descreveu seu início de militância a partir de uma estratégia do sindicato que pretendia dar relevo à “politização” dos dados documentados pelo Dieese. A Campanha de reposição dos 34,1% - esse foi o indicador, segundo o Dieese, que teria sido “maquiado” pelo governo – representou o “batismo de fogo” para uma efetiva mobilização dos metalúrgicos do ABC Paulista e que se estendeu nesse e nos anos seguintes para inúmeras categorias profissionais.

O processo de politização dos debates e das discussões permitiu tornar aqueles “interesses” defendidos pelos dirigentes como um motivo para mobilização dos metalúrgicos de toda a cadeia produtiva da indústria automobilística, como “interesses” do conjunto dos trabalhadores do país. A mobilização e a capacidade de legitimar a ação em um meio até então não considerado legítimo, nem pelos próprios dirigentes que se encontravam no controle do sindicato, representou a um só tempo um sentimento de legitimidade, mas uma competência para agir “politicamente”. Com relação a isso, Meneguelli sublinha o fato de que, durante a década de 1970, não pensava sobre a situação política do país, não sabia nada da política e seu dia a dia limitava-se ao trabalho e à Ferramentaria.

Sua ação militante circunscrevia-se à atuação na Comissãozinha (ele utiliza o termo no diminutivo) que discutia problemas “menores”. Como exemplo da noção de política que possuía, ele cita a visita de José Genoíno à fábrica e a reação que a presença do ex-guerrilheiro provocou nele e nos demais trabalhadores. Meneguelli comenta ter se questionado sobre: “[...] o que é que o Genoíno tinha que ver com a peãozada, com a fábrica? Ele era tido como um revolucionário e, de vez em quando, achava que podia ir numa porta de fábrica e fazer uma greve”. (Depoimento de Jair Meneguelli). Essa comparação é evidentemente resultado de um alargamento do conceito de política.

A militância no sindicato não foi somente obra da socialização no local de trabalho ou da socialização na igreja, embora em muitos casos efetivamente isso tenha sido relevante para explicar o engajamento e a militância. É um forte indicativo dessa relevância o fato de boa parte dos dirigentes do SMABC ter possuído em algum momento algum vínculo com as pastorais da Igreja Católica. Não foram poucos os que justificaram sua militância pelo sentimento de injustiça que fazia referência aos setores mais progressistas da Igreja. De qualquer forma, juntamente com o “pessoal” da Igreja, frequentavam o sindicato os militantes comunistas.

Quanto a isso, Meneguelli comentou em depoimento a tentativa de um desses militantes em iniciá-lo em uma leitura comunista.

E aí, quando fui começar lá no Sindicato, o Wagner Lino me deu um livro para ler. O pessoal das tendências tinha muito esse costume de tentar tirar um cara novo e trazer para a sua tendência. E ele percebeu que eu era uma cara meio burrinho, que não sabia de nada e já foi tentar me ganhar. Ele me deu um livro para ler, o primeiro livro que eu fui ler na minha vida. Era "Os Dez Dias que Abalaram o Mundo", um livro grosso. Demorei um mês para ler aquela desgraça. [...] Eu acabei de ler o livro, não entendia nada, cheguei para o Wagner, devolvi o livro e falei: "Wagner, esse negócio é muito confuso rapaz, é um monte de partido naquela desgraça, o bom é aqui no Brasil, só tem Arena e MDB". Era mais fácil a gente entender, né?(Depoimento de Jair Meneguelli)

Na descrição do fato ocorrido, Meneguelli não deixa de sublinhar, por um lado, a militância desconectada com os militantes das organizações clandestinas e, por outro lado, inscrever sua militância no conjunto de mobilizações desencadeadas pelo SMABC no final dos anos 1970. A própria falta de noção "política" que o depoente relata ao defender o bipartidarismo imposto pela ditadura aparece como uma forma de dar um relevo ainda maior ao aprendizado que teve na organização sindical.

Na greve de 1980, Meneguelli salientou que assumiu um papel efetivo de liderança ou como descreve: "nesses 11 dias, nós fazíamos passeata lá dentro. Era eu que falava. [...]" (Depoimento de Jair Meneguelli). O argumento de que era "eu que falava" aponta para o papel de representação que exercia ou que utiliza como argumento para justificar sua trajetória militante posterior. Nessa época, Meneguelli destaca o fato de já estar sindicalizado, fazendo o curso de Madureza.

Na greve do ano seguinte, mais intensa e mais radicalizada que a greve por fábricas do ano anterior, Meneguelli afirma-se como um militante pronto, apesar de salientar que se tornou um militante orgânico só na greve de 1980, no momento em que se formou a Comissão de Salário de 400 pessoas. Essa diferenciação estabelecida por Meneguelli entre o ser militante e o ser militante orgânico justifica-se pela importância do cargo na organização no exercício da militância sindical naquele contexto. O que de fato ele pretende caracterizar – para si próprio – é que a representação para tornar-se representante legítimo só ocorreu através da vinculação ao sindicato, não apenas na condição de associado, mas como parte da diretoria.



Com a diretoria cassada em 1980, ficou óbvio que o Grupo dos 16 assumiria as funções delegadas inicialmente, isto é, de executar a transição para tornarem-se os dirigentes a partir dali. Os dirigentes cassados iniciavam sua trajetória de militância política na construção de fato do PT. Porém, além de incluírem alguns nomes na chapa para a eleição de 1981 contrariando a legislação<sup>97</sup>, ainda apontaram alguns dos nomes para a eleição, especialmente os de presidente e secretário-geral.

A velocidade na montagem da chapa era fundamental, pois disso dependia o emprego dos candidatos, já que uma vez inscritos para a eleição os funcionários das empresas já não podiam mais ser demitidos. A definição dos cargos deu-se na casa do presidente cassado Luís Inácio Lula da Silva e não teve unanimidade, exceto para os dois cargos já comentados, que deveriam ser preenchidos tendo Bargas como Secretário-Geral e Meneguelli como presidente. Essa definição deixou surpreso Meneguelli.

Naquele momento havia a discussão sobre a Central Sindical que recaía sobre esse grupo de dirigentes que assumiu após os dirigentes que militaram e assumiram a maior visibilidade no ciclo de protesto ter fundado o PT e, desde então, assumirem uma militância exclusivamente político-partidária. Meneguelli havia se tornado, como ele próprio narra, o Coordenador Geral da CUT.

Dirigentes de outros sindicatos<sup>98</sup> pleiteavam a coordenação da diretoria; entretanto, como salienta Meneguelli: “respeitando todos os companheiros e todas as categorias - era, sem sombra de dúvida, os metalúrgicos de São Bernardo que tinham despontado, tinham feito todos aqueles movimentos, desde 78 até 83” (Depoimento de Jair Meneguelli). Esse parecia um forte motivo para que ele ocupasse o cargo de Presidente da organização recém fundada.

Meneguelli permaneceu à frente da CUT de 1983 a 1994; portanto, durante 11 anos, totalizando quatro mandatos sindicais. Da mesma forma que no momento de destacar um momento diferenciado de sua trajetória militante no sindicato, Meneguelli apontou para uma “causa” politizada como fora a greve de apoio aos petroleiros. Ele apontou durante sua militância e exercício da presidência da CUT o envolvimento no processo de *Impeachment* do então Presidente da República

---

<sup>97</sup> Pela legislação um dirigente sindical cassado pelo Ministério do Trabalho não poderia ser reconduzido ao cargo e tornava-se inelegível.

<sup>98</sup> Entre eles, Meneguelli fez referência a Jacó Bittar e Paulo Paim.

Fernando Collor de Mello. No primeiro caso, mais do que os dividendos corporativos para a categoria desse tipo de envolvimento, encontrava-se em jogo a visibilidade política, especialmente em um período de afirmação nacional do Partido dos Trabalhadores, de sua liderança maior, Luís Inácio da Silva, da inegável rede de relações que ligavam o SMABC ao PT. A politização dos temas da militância sindical, como ocorria no SMABC após 1977, passou a vigorar na CUT, não por mimetismo, mas pela própria constituição da Central e o aprendizado dos dirigentes oriundos do sindicato.

Para Meneguelli, a passagem pela CUT contou com inúmeros momentos relevantes, dentre os quais a participação já mencionada no *impeachment* e a ênfase na atividade política, quando Meneguelli salienta que “nós estivemos em todas as manifestações do Brasil, sem exceção. Aliás, nós éramos um dos patrocinadores desse movimento”. Ou seja, Meneguelli definiu a postura da CUT durante sua presidência a partir de uma ação política orquestrada. Obviamente é essa orientação e essa ênfase que utilizou para justificar sua militância política no Partido dos Trabalhadores.

A militância sindical durante mais de uma década no SMABC e depois a presidência da CUT por onze anos definiu a trajetória de Meneguelli como marcadamente sindical. A cassação no sindicato e a ocupação do cargo de presidente na CUT são partes de um processo de recrutamento, até certo ponto “naturalizado”, dada a importância atribuída ao SMABC como fornecedor de quadros para a Central Sindical.

Durante mais de duas décadas, a militância no PT foi secundarizada e esporádica<sup>99</sup>. Logo, por mais que o capital militante adquirido em sua trajetória no sindicato e na CUT fosse apreciável, seu significado precisava ser adequado para uma militância, a partir de então exclusivamente partidária.

O PT surgiu na minha vida assim como surgiu o movimento sindical, assim como surgiu a CUT. Quer dizer, e o PT e a CUT tinham uma história muito próxima, não é? E, também, quando começam a se discutir, era mais ou menos um grupo de dirigentes, eram quatro companheiros de mais expressão no movimento sindical: o Lula, o Olívio Dutra, o João Paulo Pires de Vasconcelos, o Jacó Bittar. Foram eles que começaram a discutir a necessidade de fazer um partido político, o que era absolutamente lógico,

---

<sup>99</sup> Meneguelli participou do movimento de fundação do PT, entretanto, sua participação no partido não foi tão constante como dos demais, segundo ele, pelo fato de que a militância sindical consumia muito do seu tempo.

porque, ao invés de votar para alguém nos representar no congresso, nós começamos a entender que podíamos nos representar também no congresso defendendo as nossas reivindicações, e discutindo o país. (Depoimento de Jair Meneguelli)

A fundação do PT é apresentada como uma necessidade de uma representação “real” na política e a consciência de que diversos temas tratados na militância sindical eram, de fato, políticos. Tudo isso visava legitimar a militância em um cenário político-partidário. No caso de Meneguelli, sua multiposicionalidade militante assumiu maior força quando na condição de presidente da CUT passou a participar mais ativamente no PT, inclusive tornando-se membro do Diretório Nacional. A candidatura a deputado federal ocorreu em no meio dos anos 1990 e levou Meneguelli a duas legislaturas.

No ano 2000 lançou-se candidato a prefeito da cidade de São Caetano do Sul. Da militância política, Meneguelli salienta que ela é menos palpável que a militância sindical, pois, nesse caso, a relação é direta. Para ele, essa diferença é tão grande que, se lhe fosse dada a oportunidade, optaria pela militância sindical em detrimento da política. Essa comparação tem uma ressalva, a de que o retorno à militância sindical não faria mais sentido, uma vez que não defende que os dirigentes eternizem-se no poder. Com a chegada do PT, ao Executivo Federal em 2002, Meneguelli assumiu a presidência do Sistema S onde permaneceu durante toda a década.

Essas requalificações no fazer militante foram importantes para determinar as estratégias dos “novos” diretores. A intervenção e a cassação dos dirigentes por se solidarizarem com a greve dos petroleiros em 1983 foi um sinal de que as estratégias adotadas até o final dos anos 1980 estavam se esgotando. O cargo de presidente do sindicato por si só não era um indicativo de que era possível evitar situações como essa.

Para Meneguelli, a cassação não significou o fim da militância sindical, pois, assim como o próprio Lula, a lei que impedia que um dirigente cassado fosse reconduzido ao cargo, não impediu que o próprio Meneguelli conquistasse a reeleição em 1984. O apelo às mobilizações diminuiu e a militância assumiu um caráter multiposicional. Quanto mais próximos da década de 1990, mais é possível identificar as mudanças em termos de estratégia e de requalificação dos objetivos dessas lideranças.

### 5.1.3 Vicente Paulo da Silva: diversificando as “causas”

Vicentinho<sup>100</sup> cursou o ensino superior, bacharelando-se em direito. O desejo de ser advogado apareceu diretamente conectado a sua trajetória militante:

[...] quis estudar direito para ter uma qualificação. No fundo, no fundo, se eu tiver condição, tempo, eu pretendo ser juiz. Sendo advogado, eu queria lidar com a questão do menino de rua, da mulher violentada, do negro discriminado, mas na luta pelos direitos civis, pelos direitos humanos, direito à vida. Mas a questão do trabalhismo também. Mas a minha vida inteira foi trabalhismo, então, não sei se conseguiria ficar ali naquelas coisinhas de audiência para lá e para cá. Eu queria lidar com outra coisa: com essa questão da discriminação, do preconceito, do racismo, da violência. Isso me entusiasma muito. Como defender, como atuar nessas ações. (Depoimento de Vicente Paulo da Silva)

Como observaremos mais adiante, essa ênfase em atuar em favor deste ou daquele público tem relação direta com o tipo de “politização” que empreendeu na condição de presidente do SMABC, na presidência da CUT ou através do mandato eletivo pelo PT. O curso de direito foi realizado quase na integralidade enquanto Vicentinho esteve na presidência da CUT<sup>101</sup>.

Com a realização do curso superior, Vicentinho realizou uma trajetória educacional similar a de outros dois presidentes do SMABC, Jair Meneguelli e Luiz Marinho. A passagem pela escola do sindicato, por mais que os inúmeros dirigentes para as quais contamos com entrevistas e depoimentos neguem, teve um papel na formação militante desses dirigentes.

Ainda que houvesse de fato um distanciamento entre o espaço das discussões e deliberações da organização, algo absolutamente compreensível<sup>102</sup>, isso não significa que o trabalho de doutrinação ideológica ou mesmo de

<sup>100</sup> SILVA, Vicente Paulo da. ([http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id\\_DEP=23](http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id_DEP=23)). Acesso em 15/04/2009.

<sup>101</sup> Vicentinho explicou que demorou em optar a instituição de ensino que freqüentaria e que teve dificuldades em pagá-la. Para tanto, dependeu ao menos no primeiro ano de uma bolsa oferecida pela Instituição (Uniban). Ele ainda faz questão de ressaltar que mesmo com dificuldades não aceitou a bolsa no segundo ano e que a recebida no primeiro ano foi através de um acordo na qual deveria aparecer na imprensa. Vicentinho apresenta como um “problema” para cursar o ensino superior o fato de ser reconhecido nacionalmente, em virtude, do interesse das instituições de ensino em tê-lo como aluno.

<sup>102</sup> Isso aparecia como uma transgressão apenas para duas classes de militantes, os defensores de ideologias que propunham o papel “revelador” de uma *intelligentsia* através do processo de conscientização e tomada de consciência da classe trabalhadora (ANTUNES, 1982, 1986, 1988, 1995) e os defensores da ideologia que serviu para fortalecer a identificação dos metalúrgicos no ciclo de protesto. Em última instância uma “crença” na horizontalidade das relações entre os dirigentes e a base sindical que ocultava as assimetrias na posse e controle dos cargos da organização.

socialização não estivesse em curso na escola ou mesmo através do trabalho dos professores<sup>103</sup>. Vicentinho relatou que, quando houve insatisfação com a diretoria por conta da trégua dos 45 dias, coube a um professor da escola lhes explicar a quem interessava a divisão dos metalúrgicos naquele momento. Outras situações similares são relatadas em entrevistas e depoimentos e nos fazem indagar sobre o papel de formação da escola.

A escola de Madureza pode ter sido um espaço de socialização; porém, não foi nem o mais importante e nem o único, pois muitos dos dirigentes investigados tiveram em algum momento da vida uma passagem pela Igreja. No caso de Vicentinho, essa passagem teve um papel importante na sua capacidade de comunicação e de uso da palavra. A leitura e a fala foram associadas ao trabalho desenvolvido na Igreja. Conforme, vemos em seu depoimento:

Também ajudei na igreja, ajudava a fazer leituras na igreja. O padre era meio cego, coitado, padre Euclides que faleceu há 2 anos. Então, ele era meio cego, já velhinho, eu fazia a leitura para ele. E nessa história de ficar dentro da igreja, eu ganhei muitos amigos. Tinha um programa lá chamado "Paróquia em Marcha", então, todo dia, às 6 horas, eu lia a Ave Maria. Era um serviço de alto-falante na cidade. Era o que tinha, né? Lá, eu aprendi a ler compassadamente, dando pontuação correta, suspendendo quando tinha vírgula. (Depoimento de Vicente da Silva)

Podemos supor que não apenas o aprendizado, mas toda a argumentação "moral" tenha tido como ponto de partida a própria concepção da Igreja no período. Seria, obviamente, muito problemático circunscrever todo o processo de formação e de socialização dos dirigentes do SMABC – e, mesmo de uma parte deles - ao papel desempenhado pela formação da Igreja. Porém, seria identicamente problemático se não avaliássemos o papel da formação "moral" da Igreja no período.

Na análise do material jornalístico produzido pelo SMABC, principalmente após 1975, é possível destacar termos e expressões fartamente utilizadas, como injustiça, dignidade; enfim, um conjunto de palavras importadas da "moral" cristã e requalificadas para militância sindical<sup>104</sup> e, mais adiante, política através do PT.

<sup>103</sup> Para testar essa influência seria necessário realizar pesquisas empíricas a fim de investigar o papel desempenhado pelos professores e pela própria escola na formação militante dos metalúrgicos. Uma pequena amostra pode ser vista na pesquisa que investigou o grupo de teatro Forja, da qual inclusive, participava um dos entrevistados para essa pesquisa, Expedito Soares, que acabou premiado pela autoria de uma peça teatral sobre o cotidiano do trabalho nas fábricas.

<sup>104</sup> Isso não era absolutamente uma novidade, pois, a Igreja através da *Encíclica Rerum Novarum* passou a reconhecer a questão social como relevante e a promover organizações para os trabalhadores, tais como, as JOC (Juventude Operária Católica).

O trabalho na Igreja auxiliou, segundo Vicentinho, na sua forma de falar e, embora não sugira diretamente, na sua capacidade de oratória. Essa capacidade de falar em público foi destacada por Luís Inácio da Silva, ao comentar a respeito das qualidades de liderança de Marinho. Para Lula, Vicentinho seguia um perfil de liderança iniciado com ele de agente mobilizador através da palavra. Evidentemente, o contexto histórico já não era o mesmo, ainda assim essa qualidade sempre era apresentada em relevo. Da infância e adolescência na cidade natal, Vicentinho ressalta a desvinculação com qualquer forma de militância, destacando o fato de que não se falava em ditadura militar.

As possibilidades em termos profissionais aumentaram imensamente com a realização do curso no SENAI, da mesma forma em que identificamos demais dirigentes investigados. Essa condição é verificada até pelo menos a metade dos anos 1990, não pelo fato da formação técnica e o cargo ocupado não serem relevantes para explicar as condições de recrutamento e as “vantagens” na disputa por cargos na organização sindical, mas por outras matizes de formação passaram a ter destaque.

A maior escolarização e formação técnica na região que ocorreu por conta da automação dos processos produtivos não deixaram de impactar na formação de quadros para o sindicato. Vicentinho, com a formação no SENAI, passou a contar com um cargo funcional importante que lhe proporcionou condições para a militância no interior da fábrica. A mobilidade dentro da fábrica proporcionada por esse tipo de cargo foi importante, como dissemos, para explicar o engajamento. O convite para compor a diretoria do sindicato no início dos anos 1980 mudou seus planos, pois, além de não retornar para Acari, ainda relata que teve de parar de estudar.

De qualquer forma, o engajamento e a militância foram apresentados como momentos de “doação”, de “entrega” a uma causa. Ao engajar-se e passar efetivamente a militar como dirigente, Vicentinho relata ter alterado o curso da própria vida, já que retardou os estudos e jamais retornou para morar na cidade de origem. Os motivos para seu engajamento são descritos em depoimento:

Eu fiquei sócio do Sindicato em 1977. Eu ainda trabalhava na Tamet. Tem muita gente por aí que diz que me sindicalizou, não é verdade. [...] Eu fiquei sócio para ter algum lugar para me relacionar com as pessoas. Eu achava que o Sindicato era como se fosse um clube. Eu imaginava que tinha clube mesmo, para poder se encontrar, ir para alguma festinha. Fui no prédio e me sindicalizei. Não foi ninguém que fez campanha para me sindicalizar. (Depoimento de Vicente Paulo da Silva)

A ênfase com que Vicentinho declara que se filiou ao sindicato por conta própria remete às próprias disputas por notabilização dentro da organização sindical e por uma tentativa de compor a narrativa “oficial” do sindicato. Afirmar ter filiado um dos dirigentes que passaram pela presidência do sindicato empresta credibilidade, fornece um atestado de competência militante. Não é sem razão que os entrevistados e os depoentes investigados nesse trabalho gastaram parte do tempo explicando o próprio engajamento, as razões, motivos e, não obstante, os militantes que os levaram ao engajamento.

Um dado, entretanto, não pode deixar de ser mencionado: a militância aparece frequentemente como uma tomada de consciência individual. Logo, há uma tendência em “negar” o papel dos contatos nos antecedentes do engajamento. Mesmo no caso mais explícito de que as relações foram fundamentais para o engajamento, entre os amigos Meneguelli e Guiba, o primeiro não cita o papel do segundo como determinante para o seu engajamento e militância, embora o segundo, como veremos adiante, ao investigarmos sua trajetória, reitere esse fato no engajamento do primeiro.

O mandato de presidente do SMABC teve como grande momento a unificação dos sindicatos dos metalúrgicos da região do ABC paulista. Vicentinho coordenou juntamente com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, João Avamileno, o processo de unificação, tornando-se inclusive o primeiro presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (unificado)<sup>105</sup>. Toda sua trajetória, enquanto presidente da organização, pode ser sintetizada nesse “feito”.

Em 1993, devido ao fim do mandato de Meneguelli na CUT, Vicentinho passou a ser cogitado para a presidência da Central. O peso do Sindicato e das relações entre seus militantes, agora mais do que nunca fortalecido pela unificação,

---

<sup>105</sup> Como salientamos anteriormente, para fins analíticos não determinamos uma diferença entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC pelo fato de tratar-se de duas organizações juridicamente diferentes, pois, em termos históricos e de constituição das biografias dos dirigentes, o sindicato é tratado como a mesma organização. Isso pode ser atribuído, em grande medida, a importância do sindicato de São Bernardo em relação ao de Santo André.

viabilizou Vicentinho como novo presidente da Central Sindical. Se para Meneguelli a “causa” política que lhe deu visibilidade na presidência da CUT foi o *impeachment* do presidente Fernando Collor, para Vicentinho a novidade colocada no cenário político era a reforma da previdência. Essa não era uma negociação simples, pois envolvia os objetivos do governo e as divisões entre os militantes e dirigentes da própria CUT. Esse foi considerado um dos debates mais importantes, por Vicentinho, de sua gestão, e também significou um conflito emergente na CUT.

Na presidência da CUT, o problema colocado era o de assegurar outro tipo de competência, o de lidar com outro formato organizacional e com as redes de relações distintas. Ao destacar a dificuldade de implementar medidas que julgava necessário para uma Central como a CUT, Vicentinho reconheceu a distância entre presidir o SMABC e uma Central Sindical que se tornou cada vez mais complexa na mesma intensidade de seu crescimento organizacional. As dificuldades em lidar com divisões ideológicas inesgotáveis não deixaram de ser, segundo Vicentinho, um motivo de frustração.

Com o advento do Plano Real e a estabilização da economia, diminuíram consideravelmente as possibilidades de politizar determinados temas do interesse nacional ou mesmo de construir temas mobilizadores. Diante de um cenário político em que os temas requalificados em outros momentos já não tinham o mesmo significado e o mesmo peso, um dos eixos defendidos por Vicentinho com veemência foi o da questão étnica, particularmente, a da valorização da origem “afro-descendente”.

Na condição de presidente do Sindicato e mais tarde da CUT, essa foi uma abordagem para o qual Vicentinho dirigiu sua militância e, em virtude do controle do cargo executivo, as próprias ações do SMABC e da CUT. Toda essa movimentação foi retratada como uma “descoberta”, como efeito de uma “conscientização” do seu papel e do papel de organizações importantes e com grande visibilidade como o Sindicato, a CUT e o PT. Uma série de eventos passou a ser desencadeada com o objetivo de dar visibilidade a sua ação, entre elas, Vicentinho destaca que, para simbolizar o movimento negro, raspou a cabeça no ano que marcava os 300 anos de Zumbi dos Palmares. Além disso:



Nesse período, a gente também realizou uma marcha que foi fantástica. Foi uma caminhada a pé da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora dos Homens Pretos, no Paissandu, até a Igreja de Nossa Senhora Aparecida. Primeiro, porque Nossa Senhora Aparecida é uma santa negra. Segundo, ela tinha sido vilipendiada meses antes por aquele bispo da Igreja Universal. Então, era um gesto de solidariedade, mas, sobretudo, a idéia era: a gente ia, parava nas cidades, levava shows, música, capoeira, e explicava o que era Zumbi, dando dados sobre a questão negra. Foi uma das coisas mais emocionantes que eu tive na minha vida. (Depoimento de Vicente Paulo da Silva)

Essa requalificação dos objetivos do sindicato e do perfil de militância é derivada, é bem verdade, de uma postura militante incorporada por um dirigente, que, por ocupar o cargo executivo mais importante, seja no SMABC, seja mais tarde na CUT, conseguiu impor essa agenda. Isso revela mais uma vez a importância do controle da organização para compreendermos as diferentes possibilidades para as retribuições da militância. A capacidade de politizar determinados temas também não é desprezível, se considerarmos a militância multiposicional desse dirigente e as diversas oportunidades abertas para sua participação mais efetiva na política partidária.

A partir do final da segunda metade dos anos 1990, Vicentinho passou efetivamente a participar de forma mais ativa do PT e a militar na política partidária. A saída da CUT com o encerramento de seu terceiro mandato, definiu essa *entrada* na política. Não podemos cair na tentação de ver em Vicentinho uma carreira de tipo-ideal, pois, uma análise menos objetiva, poderia ver na militância na fábrica, na presidência do SMABC, na presidência da CUT e na militância com várias eleições pelo PT, uma ascensão em termos de postos galgados.

Efetivamente essas passagens e a sucessiva ocupação de cargos e postos só podem ser compreendidas a “luz” dos múltiplos pertencimentos desse dirigente, das redes de relações e das condições de requalificação e ressignificação das pautas e agendas defendidas em cada uma dessas organizações. Ainda durante a presidência na CUT, mas já decidido a colocar-se à disposição do partido para disputa de cargos<sup>106</sup>, Vicentinho realizou diversas viagens, tendo, como ele próprio afirmou, uma pauta mais voltada para a política.

É o caso de pensar até que ponto essa redefinição de objetivos nas organizações que presidiu foi importante para a construção de uma trajetória militante exitosa e foi instrumental para que a multiposicionalidade militante desse

---

<sup>106</sup> Vicentinho foi eleito Suplente de Senador compondo chapa com Eduardo Suplicy em 1998.

dirigente permitisse a ocupação de um espaço privilegiado no PT. Apesar de, como ele próprio afirmou, ter privilegiado a militância sindical em detrimento da militância político-partidária, é inegável a visibilidade que alcançou não apenas como presidente do SMABC, mas, sobretudo, na condição de presidente da CUT. A despeito dos debates políticos naquela conjuntura e das discussões internas da CUT ter colocado muitas dificuldades ao exercício da presidência para Vicentinho, a capacidade de reinventar e de legitimar a defesa de determinadas “causas” foi determinante em sua trajetória militante.

#### **5.1.4 Heiguiberto Guiba Della Bella Navarro: reescrevendo a própria trajetória**

Heiguiberto Navarro<sup>107</sup> começou muito cedo a trabalhar. Com nove anos de idade, já trabalhava em uma loja. Depois, trabalhou em outros locais até passar por uma gráfica. Trabalhava nessa gráfica enquanto fazia o curso de torneiro mecânico à noite. Depois de concluir esse curso no SENAI, fez também o de frisador. Em comum com as outras trajetórias analisadas, percebemos a formação técnica e a justificativa para seu engajamento e militância: um sentimento inato, uma rebeldia. Evidentemente, essa era uma tentativa de evidenciar uma característica distintiva, que não dependia de um aprendizado anterior, de uma socialização, nem de uma formação prévia. Essa inquietude, ou como citou Heiguiberto, essa rebeldia assinalou, exemplificou e justificou toda a trajetória militante percorrida.

Heiguiberto descreveu um fato ocorrido na gráfica onde trabalhava como ilustrativo desse comportamento. Nessa gráfica, ele citou que fazia um pouco de tudo, que significava entregar coisas na rua e empurrar o carrinho. Certo dia, ele recusou-se a continuar fazendo esse trabalho sozinho. Para ele, foi nesse período que começou a desenvolver a rebeldia e a não aceitar determinadas imposições. Como percebemos em todas as oportunidades, há uma causa e um objetivo; portanto, as características de rebeldia, revolta, ao menos para esses dirigentes, sempre estiveram presentes, como se fosse uma característica inata.

Essa defesa dos valores do engajamento e da militância, deve ser entendida como uma tentativa de valorização de uma condição social, a de militante. Outras passagens e situações na trajetória de Heiguiberto levam-nos a entender sua

---

<sup>107</sup> NAVARRO, Heiguiberto Della Bella. ([http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id\\_DEP=46](http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id_DEP=46)). Acesso em 15/04/2009.

socialização militante. Quando saiu da gráfica e empregou-se na Ford em 1967, como ferramenteiro<sup>108</sup>, Heiguiberto retornou aos estudos na escola Madureza do Sindicato, onde passou a entrar em contato com os assuntos sindicais. A mobilização e os protestos do final dos anos 1970 foram fundamentais para seu engajamento e militância. Assim como quase na totalidade dos casos investigados, podemos arguir que o cargo funcional de ferramenteiro (ao lado de Meneguelli na Ford) foi instrumental para a militância.

A escola foi um espaço importante de trocas para Heiguiberto que cursava o Madureza juntamente com Meneguelli; porém, a proximidade com a igreja também é outro pertencimento que o colocou juntamente com grande parte das trajetórias de dirigentes analisadas. Foi durante essa participação na igreja que Heiguiberto afirmou ter participado da primeira greve, ainda enquanto funcionário da gráfica. Do período do sindicato recorda que participou de algumas reuniões, sem ter ido às grandes assembleias.

Sua trajetória militante teve na ocupação de cargos em organizações sindicais (SMABC, CNM/CUT) seu ponto forte. Essa trajetória, entretanto, ainda que não tenha se apresentado como notável, do ponto de vista dos cargos ocupados, apresentou um evento, que limitou as possibilidades para que a chegada à presidência do sindicato tivesse ocorrido antes e sem contratempos. No sindicato, o período de mais de dois anos à frente do cargo de presidente foi um “prêmio de consolação” para que tivesse a indicação do cargo para suceder Luís Inácio da Silva em 1980.

As condições não eram favoráveis. Heiguiberto precisou negociar a permanência no cargo, pois havia três pretendentes, dos quais despontava Luiz Marinho. A permanência no cargo só foi possível mediante o compromisso de não aspirar à reeleição e à aceitação do nome de Marinho como uma imposição dos demais dirigentes.

Durante a intervenção do sindicato em 1980, foi organizado o Grupo dos 16 que deveria servir como uma diretoria paralela, atuando no momento em que a Diretoria Executiva eleita fosse impedida ou estivesse presa. Em diversos momentos, apareceu na fala dos depoentes e entrevistados que esse Grupo dos 16

---

<sup>108</sup> No momento em que concedeu esse depoimento ao Núcleo de Documentação e Pesquisa do Sindicato, Heiguiberto ainda encontrava-se vinculado a ferramentaria da Ford, na condição de licenciado desde 1983 para o mandato sindical.

na verdade contou com a participação efetiva de 15 militantes, pois um deles havia desistido. O desistente foi justamente Heiguiberto Navarro e o argumento foi o de que a pressão familiar o fizera declinar do convite.

Não é sem razão que esse fato é recorrentemente apresentado pelo depoente como um desliz, um vacilo. Não apenas a pressão familiar – versão apresentada por ele – tirou-lhe a oportunidade de compor com o Grupo dos 16, como o deixou posteriormente fora do arranjo que organizou a Diretoria que permaneceu no Sindicato após a cassação do então presidente Luís Inácio da Silva e de vários membros de sua Diretoria Executiva.

Apesar de todos esses revezes e do contínuo confronto com o “desliz” do passado que afetou as possibilidades de contar com cargos na organização e acumular recursos através da imposição de uma biografia militante “inquestionável”, esse dirigente ocupou na militância sindical um espaço considerável. Com a filiação da CUT à Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica (FITIM), Heiguiberto tornou-se vice-presidente da organização na América Latina e, dessa forma, ele próprio definiu a militância como tendo “[...] mais uma relação internacional que nacional e isso tem me deixado como uma certa referência internacionalmente” (Depoimento de Heiguiberto Navarro).

A trajetória militante de Heiguiberto chama a atenção pelo inusitado da ênfase à militância sindical, pela ocupação sistemática de cargos no Sindicato, na CUT e mais tarde na FITIM, sem que a militância político-partidária tenha sido um destino “natural”. Embora não se situe como um dos fundadores do PT e sim como um filiado tardio, Heiguiberto não se furtou em considerar a pouca militância no partido algo extremamente relevante. Inegavelmente, a multiposicionalidade militante, quer pela ampliação das relações sociais, quer pela inserção em outra modalidade de militância, proporcionou extrair maiores retribuições da militância. No início dos anos 2000, Heiguiberto assumiu a Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo, ocupando dessa forma um cargo com forte conotação e incidência política.

#### **5.1.5 Luiz Marinho: compensando recursos militantes com o discurso de *management***

Um dos aspectos sempre ressaltados pelos militantes é o das relações sociais responsáveis pela sua entrada na militância, no caso dos militantes sindicais,

os indivíduos que influenciaram sua sindicalização. Luiz Marinho<sup>109</sup> não credita a ninguém a sua entrada no sindicato. Segundo ele:

Na Volks ninguém, na verdade, teve a ver diretamente com a minha sindicalização. Um dia fui ao Sindicato porque, bom, 78, 79 teve a greve, participamos eu e o Brás, meu irmão, participamos dos piquetes, tal. Mas não era sócio. Fui no Sindicato para ficar sócio, eu não sei, acho que foi em 80 ou 79. Acho que foi em 80. (Depoimento de Luiz Marinho)

A entrada no sindicato só ocorreu mais tarde, por conta desse contratempo em sua filiação por volta do ano de 1979. Luiz Marinho ainda chamou a atenção para o fato de que mesmo, na gestão de Luís Inácio, não era uma tarefa fácil encontrar dirigente no prédio. O contato então era pouco com a diretoria, tornando-se mais rotineiro por conta das greves e mobilizações da segunda metade dos anos 1970.

A entrada no sindicato não representou a entrada na militância, pois, assim como muitos dos que o sucederam na presidência do Sindicato, Luiz Marinho havia tido uma militância anterior na Igreja, particularmente na Igreja de São Marcos, na Pastoral Operária. Essa origem foi compartilhada por muitos dos metalúrgicos do ABC paulista, como vimos em entrevistas e depoimentos. Luiz Marinho fez questão de ressaltar que:

Iniciamos um processo de militância na Igreja. Na verdade, vem daí o início da minha formação política, mesmo antes do Sindicato. Iniciei minha militância na Igreja a convite do meu irmão Brás, que veio pra São Paulo um pouco antes de nós, antes da família, e que já estava militando na Igreja. Me convidou pra ir, eu acabei indo, gostando e participando desse processo. (Depoimento de Luiz Marinho)

Muitos dos militantes da Igreja passaram a militar no meio sindical, sendo tributários da socialização militante que tinham vivenciado. Desse aprendizado resultou muito da produção de *slogans*, palavras de ordem, imagens que foram utilizadas para mobilização dos militantes na época. A Igreja ocupou um papel fundamental nesse processo, embora devamos lembrar que não estamos nos ocupando sobre o impacto da militância na Igreja sobre as trajetórias e as biografias dos dirigentes analisados, senão como forma de compreender os mecanismos de sua ação e os recursos que mobilizaram.

---

<sup>109</sup> MARINHO, Luiz. Disponível em: [http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id\\_DEP=22](http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id_DEP=22). Acesso em 15/04/2009.

No ano de 1984, Luiz Marinho integrou a Diretoria do Sindicato, ocupando o cargo de Tesoureiro, que exerceu por dois mandatos. Na diretoria, Marinho relatou que alguns o achavam muito radical, situação que o levou até a receber um apelido, “galinho de briga”. Essa passagem serviu para ilustrar a imagem que Luiz Marinho propôs para a própria militância, a de radical, de inconformado, embora em várias passagens tenha sublinhado que foi mudando ao longo do tempo, exercitando a capacidade de negociador.

Essa mudança foi constantemente apresentada, por ele mesmo, como sua maior virtude. Se pudessemos conceber a militância como ocupação sistemática de cargos em uma organização, do de menor relevância para o de maior relevância, a trajetória militante de Luiz Marinho seria exemplar. Atuando no sindicato, incorporou a própria trajetória determinados recursos de competência gerencial. O fato de ter expandido as finanças do sindicato com aquisições como o Instituto Cajamar e os recursos dispensados para a fundação da CUT são citados como exemplo.

Como tesoureiro do sindicato na época, Luiz Marinho reivindicou para si a capacidade administrativa de ter gerenciado recursos que não apenas viabilizaram o sindicato, como ampliaram seu patrimônio, além de simultaneamente ter colaborado diretamente para a viabilidade financeira da CUT. Durante sua passagem pelo cargo de tesoureiro ainda atuou, por conta da fundação da CUT Estadual, na direção da organização. A ligação umbilical entre as duas organizações por intermédio de uma multiposicionalidade militante de seus dirigentes e por meio da construção de relações sociais que se ampliavam à medida que o tempo passava tornava não apenas aconselhável, mas também imprescindível que determinados dirigentes do SMABC compusessem com a direção da recém fundada CUT.

Dos anos 1990, Marinho salientou sua atuação diante de um contexto amplamente desfavorável, com demissões em massa, na conjuntura que redundou no *impeachment* do então presidente da República, Fernando Collor de Mello. Ao destacar seu próprio desempenho, Marinho chamou a atenção para o acordo da Câmara de março de 1992 que deu alguma resposta para a economia e reiterou que: “se for pra falar assim de participação pessoal, na verdade acabei desempenhando o papel de fazer todo o processo de negociação que o Vicentinho concluía” (Depoimento de Luiz Marinho). O papel de negociador foi uma característica que passou a ser reivindicada para si.

Na presidência do sindicato, Marinho enfatizou a diferença entre seu perfil de dirigente e dos que ocuparam o cargo anteriormente. Para ele, tanto Luís Inácio da Silva quanto Vicentinho e Meneguelli e até mesmo Heiguiberto (Guiba) tinham uma característica, o de serem lideranças carismáticas, com discurso inflamado. Ele, diferentemente, não tinha essa característica. Ao comentar essa diferença, Marinho citou uma passagem onde Lula em uma reunião teria explicitado essa característica e lhe dado um conselho: "Olha Marinho, [...] você não é uma liderança de discurso forte como eu, Vicentinho, Meneguelli, – não quero que você se chateie com isso – mas você precisa valorizar o coletivo". (Depoimento de Luiz Marinho).

Por mais que tenha afirmado não estar magoado com a constatação de Lula a respeito do próprio perfil de dirigente, em várias oportunidades Marinho retomou o assunto. A justificativa para abordar o tema reiteradamente foi a de que se serviu desse conselho para afirmar sua ênfase no coletivo em contraposição a uma liderança baseada na força da personalidade como ocorrera em outros momentos.

Uma das materializações dessa prática de liderança, como forma de legitimar o modelo coletivo de gestar o sindicato, foi a discussão do que viria a ser o Sindicato Cidadão. Esse formato organizacional de sindicato deveria, segundo Marinho, atuar, através de mecanismos regionais, como meio de estar mais próximo dos associados, dos filiados e, dessa maneira, ampliar sua influência, não apenas regionalmente, mas também nacionalmente.

A defesa de algumas premissas, das quais a negociação foi a base, levou-o a conquistar uma notabilização inesperada. Marinho, através da requalificação dos objetivos da organização, produziu as condições para ser considerado pelo *Times* uma das cinquenta lideranças mais influentes da América Latina, além de ter sido alvo de homenagens da CNN. Paradoxalmente, o conselho de Lula foi seguido à risca, talvez muito menos como uma diretriz que Marinho imputou-se, mas como uma estratégia viável de constituir-se como dirigente em uma conjuntura diferente daquela vivenciada por Lula, mas que abriu margem para a toda a ordem de requalificações dos interesses e causas defendidas pelo sindicato.

Todos os aspectos ligados a forma de gestar a organização redundaram em uma concepção militante muito mais ligada a um discurso de "responsabilidade" do que necessariamente de transformação. Isso não significa que Marinho, assim como todos os demais, não tenha atribuído à própria militância um grau de sacrifício e de abnegação. Para ele era difícil conciliar a vida de dirigente sindical com outras

dimensões da vida social, tais como o fato de ser casado, de estar estudando, de ter tempo para o lazer. O próprio Marinho ainda declarou: “confesso que é muito difícil, é um sacrifício grande, porque é pesado”. (Depoimento de Luiz Marinho).

Sejam quais forem os motivos alegados para o engajamento e para a militância, em suas diversas fases, os entrevistados e depoentes, da qual não se diferencia Marinho, fazem questão de ressaltar que independentemente dessas dificuldades, das privações, todo esse “sacrifício” foi recompensado. Obviamente é sobre as possibilidades dessa retribuição que procuramos as conexões com as outras dimensões da militância, sejam elas retribuições coletivas de identidade, sejam elas retribuições seletivas de bens mensuráveis. A ocupação de cargos em diversas organizações sindicais e políticas (tratando-se de militantes multiposicionais) é um meio de mapear a dinâmica dessas retribuições mais visíveis. Nesse quesito, Marinho percorreu uma trajetória similar a de seus antecedentes.

#### **5.1.6 José Lopes Feijóo: um itinerário diferenciado e a rede de relações**

Aparentemente, esse dirigente sindical tem características distintas do que aqueles que o antecederam no cargo; porém, uma análise mais criteriosa mostra as similitudes entre as características desse dirigente e dos demais. As dificuldades em conciliar estudo e trabalho levaram-no a renegar o estudo ao segundo plano, só retornou aos bancos escolares na Escola Madureza do Sindicato, onde completou algumas disciplinas, ficando devendo até o momento do depoimento duas delas para a conclusão dos estudos. Dessa forma, Feijóo<sup>110</sup> não completou o equivalente ao Ensino Médio. A falta de uma qualificação profissional era uma dificuldade adicional para Feijóo.

A ligação entre o emprego e a militância não foi direta, assim como observamos em uma série de casos análogos na trajetória dos dirigentes investigados. Uma das ligações mais recorrentes foi a do pertencimento em algum momento da vida, em geral, antes da militância sindical, a grupos da Igreja. Isso não foi diferente com José Feijóo que participou de um grupo de jovens que se denominavam Cruzada. Como ele mesmo descreveu:

---

<sup>110</sup> FEIJÓO, José Lopes. Disponível em: [http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id\\_DEP=28](http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id_DEP=28). Acesso em 15/04/2009.



Tive uma ligação com a igreja, na época dos grandes festivais. Fiz algumas letras de música. Tinha um amigo, que conheci no ginásio, que tocava violão. Então ele fez músicas para essas letras e nos inscrevemos num festival de igreja. E nesse festival o padre ficou preocupado. Queria que retirássemos as músicas porque podiam dar problema com a polícia, mas mantivemos e ficamos muito cotadas no público (Depoimento de José Lopes Feijó).

Sua experiência anterior na Igreja foi utilizada para ressaltar os aspectos mais ligados a uma militância radical. Como nos casos anteriores, não basta afirmar-se como defensor de diversas causas, mas requalificá-las a fim de que façam sentido num universo caracterizado pela militância sindical. Com esse depoimento apresentado acima, Feijó descreveu os princípios de sua militância, ou melhor, requalificou-os a fim de justificar sua condição de dirigente sindical, de presidente do SMABC.

Como ele mesmo salienta, demorou a engajar no sindicato e militar, só sindicalizou-se em 1981, após ter participado de todas as greves do final da década de 1970. Assim como muitos que participaram naquele momento, ainda não estava vinculado formalmente à organização. A ideia de que demorou em engajar no sindicato é decorrente dessa participação não formalizada e, portanto, menos reconhecida nos grandes eventos do final dos anos 1970. Eventualmente isso não significou a impossibilidade de alcançar a presidência do sindicato; porém, tornou essa trajetória mais dependente de recursos conquistados pela passagem por outras organizações. Ainda assim a trajetória de Feijó foi marcada pela ocupação de numerosos cargos na organização do SMABC.

A participação nas grandes greves, nas grandes mobilizações, foi ressaltada, com o cuidado de sublinhar que ainda não era um militante. Essa distinção é importante, pois, para esses dirigentes, o “ser” militante aparece como uma condição de pertencimento institucionalizado à organização, o que se dá por meio da sindicalização. Feijó enumera sua participação dizendo que, apesar de não participar de piquete, de manifestações, de debates, fez greve.

O engajamento como diretor do SMABC foi decorrência do cargo na comissão de fábrica. Nesse caso, precisamos observar que esse fato foi importante para Feijó, uma vez que de todos os que passaram pelo cargo de Presidente do Sindicato no período investigado, ele foi o único que ocupou um cargo funcional na empresa que o deixou mais a mercê das possíveis repressões no local de

trabalho<sup>111</sup>. Não é sem razão que ele foi demitido em uma das greves só reconquistando o emprego depois de cinco anos por intermédio de uma ação judicial.

Na Comissão de Fábrica, Feijóo diz que adotou um tipo de prática, que era o de considerar todas as reivindicações que os trabalhadores da fábrica encaminhavam. Com isso mudou a relação dos metalúrgicos com seu “representante” e com as práticas que até então eram comuns na fábrica. Como resultado: “ao final do meu primeiro mandato, qualquer um poderia disputar comigo que eu ganharia. Porque eu estava constantemente andando, conversando, fazendo reunião, discutindo os assuntos que interessavam aos trabalhadores” (Depoimento de José Lopez Feijóo).

Ocupando esse cargo, diz que organizou greve por tudo que se possa imaginar na fábrica. Em uma dessas mobilizações que ganhou o nome de Operação Cambalacho<sup>112</sup> que rendeu processo na Justiça Federal, Feijóo viu seu processo de naturalização não avançar<sup>113</sup>. Foi nesse episódio que foi demitido da Ford. Toda essa movimentação evidenciou o papel desempenhado por Feijóo e lhe proporcionou alguns convites, dentre os quais ocupar um cargo na CUT/SP, trabalhar com Meneguelli no Sindicato.

Apesar desses convites, Feijóo optou por uma terceira opção, o de trabalhar na TIE (*Transnational Information Exchange*). A TIE, que era uma ONG com sede em Amsterdã na Holanda que lhe proporcionou entre os anos de 1987 e 1990 não apenas ser o primeiro brasileiro a trabalhar nela, mas a viajar por vários países do mundo, investigando a reestruturação produtiva da indústria automobilística. Essa passagem e esse conhecimento foram reconvertidos em um recurso (conhecimento técnico), uma *expertise* que passou a caracterizar sua militância.

Nem o carisma dos presidentes da conjuntura crítica (Luís Inácio, Meneguelli, Vicentinho), nem as relações de Heiguiberto Della Bella Navarro, nem a requalificação das características do cargo que fez de Marinho o presidente “agregador e negociador”, mas um “saber técnico” fundamental para fazer frente a uma mudança que iniciara nos anos 1990. Esse foi o trunfo de Feijóo. Assim como

---

<sup>111</sup> Como ele destacou em depoimento a linha de montagem era o último local a parar em uma greve, normalmente primeiro parava a ferramentaria, estamparia e outros setores.

<sup>112</sup> Nome esse dado em virtude de uma novela da rede Globo que estava em exibição.

<sup>113</sup> Foi apenas com a chegada de Luiz Inácio da Silva a presidência da República que o processo de naturalização de Feijóo ganhou força, tendo esse fato sido amplamente registrado pela imprensa, no que foi considerada uma tentativa de privilegiar um amigo.

os objetivos da organização foram realinhados, ressignificados e expressos segundo os parâmetros pensados a partir. E, para cada conjuntura, também os dirigentes redefiniram seus objetivos, reciclaram conceitos e ideias, apropriaram-se e reapropriaram de sentidos emprestados do passado. José Feijóo constituiu-se em uma referência em um tema que foi importante para toda a sociedade brasileira nos anos 1990, o da reestruturação produtiva.

Curiosamente, essa trajetória ainda não incluía passagem pelo SMABC, contrariando o vetor observado em todas as outras trajetórias militantes. A partir de um debate no sindicato, alguém sugeriu que voltasse para a categoria, na condição de secretário-geral do sindicato. Segundo ele descreveu, esse duplo pertencimento dependia do reforço no pertencimento ao sindicato. A multiposicionalidade militante é uma via permanentemente aberta que, em algum momento, levou-o a preterir a Central em benefício da militância no SMABC. Esse “descompasso” apresentado por Feijóo reforçou seu engajamento “tardio” no sindicato, mas possibilitou a esse dirigente, ainda que de forma inversa, incorporar na sua trajetória militante a passagem pelo sindicato, especialmente como presidente.

[...] teve a eleição no Sindicato e eu passei a compor a diretoria de base do Sindicato, fui eleito pra diretor de base. Mas mesmo na secretaria-geral da CUT ou na presidência do Sindicato, jamais fiquei longe da categoria. Em toda reunião da executiva, toda reunião do Sindicato, todo evento importante, toda assembléia, todo congresso, eu estava aqui. Em 1999, foi a primeira vez que fiz parte da executiva do Sindicato, dividindo por um ano a secretaria-geral da entidade com a presidência da CUT estadual. Aprendi que é impossível ter dois cargos. (Depoimento de José Feijóo)

Ao não militar no sindicato de forma efetiva, isso permaneceu com uma lacuna em sua trajetória, como ele próprio destacou em várias passagens. Postular o cargo dependeu do apelo ao conhecimento técnico adquirido na militância na TIE e na CUT como meio de promover a ideia de que possuía *know-how* para enfrentar essas novas circunstâncias.

Evidentemente que essa autopromoção não é uma exclusividade de Feijóo. Cada um de seus antecessores, ao seu estilo, impôs uma marca a sua gestão, seja como forma de marcar sua passagem seja como forma de construir uma trajetória que se inserisse na identificação coletiva construída ainda nas jornadas dos anos 1970. A requalificação permanente dos objetivos, das estratégias e da própria

identidade não significou outra coisa, senão, a própria inscrição do indivíduo na história coletiva do grupo.

No ano de 2008, Feijóo deixou a presidência do sindicato para assumir a vice-presidência da CUT. Em 2011, sob indicação do amigo e ex-presidente da República Luís Inácio da Silva foi nomeado para o cargo de secretário geral da presidência<sup>114</sup>. Embora a militância no PT tenha sido secundária em sua trajetória militante, essa militância, assim como nos demais casos, independia do tempo destinado à militância partidária, dada a validade dos capitais militantes obtidos no SMABC e na CUT.

Efetivamente, esses casos confirmam a existência de uma estrutura multidimensional para a militância dos dirigentes do SMABC que lhes permitia militar no sindicato, na CUT e no PT, simultaneamente, produzindo diversos movimentos entre ambos. Ainda assim, invariavelmente o sentido dessa militância teve uma direção, a da militância sindical para a militância político-partidária. Por mais que houvesse um caminho mais frequente que levava da militância na fábrica, para o sindicato, deste para a CUT e, por fim, dessa para a militância político-partidária, Feijóo, pelo engajamento na TIE, inverteu essa lógica sem, contudo, deixar de percorrer a trajetória militante que todos anteriormente percorreram. Qualquer tentativa de entender os mecanismos que possibilitaram extrair retribuições da militância precisa considerar a dinâmica dos múltiplos pertencimentos.

## 5.2 OS RECURSOS DOS PRESIDENTES DO SMABC

No quadro abaixo apresentamos os dados referentes aos presidentes do SMABC, buscando relacionar os recursos conquistados, utilizados os investimentos feitos no curso de sua trajetória, os processos de identificação e as retribuições da militância observadas.

---

<sup>114</sup> Com a queda do Ministro do Trabalho Carlos Lupi (PDT) no final de 2011 houve um intenso *lobby* para que José Lopez Feijóo assumisse a pasta.

### Quadro 16- Dados sobre os presidentes do SMABC

PERFIL DOS PRESIDENTES DO SMABC				
DIRIGENTE	RECURSOS	INVESTIMENTOS	IDENTIFICAÇÃO	RETRIBUIÇÕES
Luiz Inácio da Silva	Oratória, notabilidade		Estratégica	Cargo eletivo
Jair Meneguelli	Capital Cultural Oratória	Educação	Estratégica	Cargo eletivo
Vicente Paulo da Silva	Capital Cultural Oratória	Educação	Estratégica	Cargo eletivo
Heiguiberto Guiba Della Bella Navarro	Oratória		Estratégica	Cargo na DRT
Luiz Marinho	Capital Cultural	Educação	Estratégica	Cargo eletivo
José Lopez Feijóo	Capital Cultural	Formação especializada	Estratégica	Cargo de Assessor da Presidência

Um dos aspectos mais assinalados nesse capítulo é o da importância do cargo na militância, pois, como vimos essa condição, determinou as possibilidades de reconversões por parte dos dirigentes investigados. O cargo de presidente, por mais óbvio que se apresente, foi aquele que garantiu aos seus ocupantes melhores condições para obtenção de recompensas para a militância *vis a vis* a passagem para uma militância político-partidária.

Considerando a excepcionalidade do período da conjuntura crítica e o capital simbólico conquistado pelo presidente do sindicato no período, Luiz Inácio da Silva, vimos nesse dirigente uma trajetória marcada pelo engajamento e militância fundada na luta contra a ditadura e no processo de redemocratização. Sua trajetória dependeu muito mais da ligação com as lutas do período do que de investimentos escolares ou da rede de relações. Ainda assim, ressaltamos que o processo de politização persistiu indiferentemente do período de militância e as trajetórias dos presidentes posteriores dependeram em grande escala de investimentos em escolarização.

A multiposicionalidade desses dirigentes garantiu a presença em múltiplos espaços de militância; porém, os investimentos respaldaram a ênfase dessa militância em um ou outro desses espaços. Como a tônica de sua militância deu-se através dessa multiposicionalidade, seus processos de identificação estiveram permanentemente sendo reconstruídos a fim de atender às diferentes lógicas desses espaços. O fato da totalidade desses agentes ter entrado para a política

partidária foi o resultado imbricado dessa multiposicionalidade, da legitimidade conquistada para ocupação de cargos na política através de diversos investimentos e, não obstante, do pertencimento a redes de relações.

Excetuando-se os dirigentes que militaram ao longo da conjuntura crítica, aqueles que ocuparam a presidência do sindicato foram os que extraíram melhores recompensas pela militância. Considerando-se a hierarquia da ocupação de cargos e postos nas diversas esferas, é possível observar na trajetória desses agentes a conquista de inúmeras prebendas simbólicas, honoríficas e outras de cunho material.

### 5.3 ENGAJAMENTO E MILITÂNCIA: RETRIBUIÇÕES DIFERENTES PARA MILITÂNCIAS DIFERENTES

O engajamento no sindicato representou o acesso a algumas recompensas, dentre os quais rompimento com a rotina de trabalho na fábrica, sentimento de melhoria material, etc. Nesse contexto, o argumento de Gaxie (2005) de que “o empreendimento da organização coletiva depende do ajustamento entre as disposições e as expectativas dos membros e sua estrutura de oferta ou estrutura de gratificações” (GAXIE, 2005, p. 179-180) apresenta todo seu sentido. A ordem interna da organização dependia da estrutura de retribuições e, a despeito da ocultação e da negação dessas retribuições, todas elas foram importantes<sup>115</sup>, em especial para os militantes e seus investimentos.

A militância política apareceu como uma aprendizagem, um saber especial sobre o social. Da mesma forma, a militância no SMABC possibilitou, além de inúmeras retribuições, a reconversão dos recursos obtidos em condições de acesso aos postos disputados na CUT ou no PT. Algumas conjunturas, entretanto, permitiram extrair mais recursos e melhores condições para reconversão. Um exemplo disso, são as conjunturas críticas, marcadas pela redefinição das regras do jogo.

A defesa de uma “causa” foi sempre apresentada como a própria satisfação para o engajamento militante. Logo, qualquer retribuição explícita aparece como um “sacrilégio”. Há condições de reforço das retribuições extraídas da defesa de

---

<sup>115</sup> Essa é a hipótese geral de Gaxie (2005).

determinadas “causas” associadas a conjunturas particulares. Essas retribuições são “sempre percebidas confusamente e negadas, fato que reforça a concepção de que essas retribuições são ‘justas’, pois, seu valor só pode ser medido em relação à “causa” que o justifica” (GAXIE, 2005, p. 185 – Nossa Tradução).

A questão-chave não é apenas de conferir à determinada atividade uma retribuição “simbólica”; porém, de entender o porquê e o como determinadas práticas militantes proporcionam e garantem, mais do que outras, retirar gratificações que sequer haviam sido antecipadas (LAGROYE; SIMÉANT, 2011). As retribuições de diversos ordens (simbólicas, materiais) no contexto do engajamento e da militância em uma causa, através de uma organização, comportam mais do que nunca a censura e a manipulação do recebimento dessas retribuições, tal como podemos ver em Pudal (1989) a respeito dos militantes do PCF ou em Matonti (2005) acerca das retribuições dos militantes sindicais franceses.

Há uma contradição aparente entre a força da defesa do “interesse” perseguido pelos grupos e as recompensas, as retribuições para o militantismo. Enquanto esse aparece como “benévolo”, como uma expressão ética, a outra aparece como a luta por um ou por (alguns) objetivos particulares. Nesse caso, “interesse” e “desinteresse” confrontam-se. A militância em uma causa permite que os engajados sejam recompensados pelo seu “desinteresse” (BOURDIEU, 1988). Tanto o “desinteresse” declarado do militantismo quanto a evocação à ética aparecem como a antípoda do interesse econômico ou de qualquer outro interesse objetivo que apareça como gratificação “material”.

A militância no sindicato, especialmente durante a conjuntura crítica, representou um acréscimo na aquisição de recursos e nas possibilidades de “antecipar” possíveis recompensas, mas também um considerável incremento nas chances de sofrer repressão. Seja como for “dentro de certos contextos, o que alguns consideram um ‘custo’ é, aos olhos de muitos militantes, uma fonte de satisfação atestando a autenticidade de seu engajamento” (GAXIE, 2005, p. 177 – Nossa Tradução). Para os militantes do SMABC, a primeira e mais pronunciada recompensa foi a própria ação, conquanto para os dirigentes, ao lado dessa recompensa moral, a *entrada* na militância político-partidária, representou uma remuneração adicional (e relevante).

Em cada um dos diferentes cenários para a militância (sindical no SMABC e na CUT e político-partidário no PT), diferentes identidades coletivas eram acessadas

e inclusive sob determinadas circunstâncias tornavam-se contraditórias. Se a identidade coletiva construída ao longo dos anos 1970 para os militantes e dirigentes do SMABC foi em parte carregada para dentro da CUT e do PT. Isso não significou que essas duas organizações tornaram-se meros apêndices do sindicato.

Podemos dizer que o processo de identificação dos dirigentes sindicais saídos da militância sindical no início dos anos 1980 foi importante para a fundação do PT e mais tarde da CUT, mas o processo de identificação dessas duas outras organizações não ficou apenas nisso. Como demonstram todos os presidentes do SMABC que ocuparam a presidência da CUT, as diferenças que precisavam ser mediadas e os grupos dentro da Central tornavam muito mais complexa a tarefa de dar a aparência de unidade e tornavam ainda mais difícil a construção de uma identidade para seus militantes.

No que concerne ao PT, essa tarefa ainda era mais árdua, dado o caráter heterogêneo na formação do partido. Sintetizando, por mais que os dirigentes do SMABC conquistassem recursos e isso lhes possibilitasse um recrutamento para a CUT ou uma militância no PT em condições de disputar cargo eletivo ou em condição de ocupar um cargo de confiança, não podemos entender essas duas organizações como meras extensões do sindicato. A reconversão dos capitais, especialmente para a militância na política partidária, implicou uma readequação do processo de identificação (individual) dos dirigentes.

Não se tratou simplesmente de “negar” a origem metalúrgica ou de não atribuir-lhe importância, mas de fazer uso de uma identidade estratégica (COLLOVALD, 1988) em um cenário em que os recursos são de outra natureza. Isso não significa dizer que, além dos dirigentes do sindicato engajados, e – fundadores – do PT na conjuntura crítica, outros não obtivessem sucesso mais tarde ao reconverterem seus capitais para a militância no partido.

A observação das trajetórias militantes dos dirigentes engajados no SMABC permitiu-nos ver as diferentes retribuições em diferentes épocas. Com a crescente politização da conjuntura, as “bandeiras” assumiram crescentemente um viés político. Obviamente que a militância em cenários tão dispares proporcionou retribuições diferenciadas: na conjuntura crítica predominaram retribuições em identificação, no sentido do “dever”, na defesa moral da causa e no reconhecimento. Aliás, a primeira delas e nem sempre tão óbvia.



Sem dúvida, o pertencimento à burocracia do sindicato foi a principal retribuição e o ponto de partida para todas as outras. Uma parte das retribuições do militantismo sindical dos dirigentes; entretanto, veio a *posteriori*, na forma da ocupação de cargo na CUT ou uma possível reconversão para a militância político-partidária. A tarefa de observar essas retribuições é sempre difícil, pois são sempre explicações *ex-post*, uma vez que é difícil para eles anteciparem os resultados de sua ação, ainda que isso não signifique que não tenham articulado ações estratégicas. O risco de conferir maior inteligibilidade às ações dos dirigentes na conquista de recursos e na possibilidade de obter recompensas por seu militantismo só pôde ser minimizado através da observação dos diversos cargos ocupados e dos recursos mobilizados por esses dirigentes em sua trajetória militante.

Uma análise das percepções da retribuição do militantismo, considerando-se todos os elementos de ocultação, demonstra até que ponto essas retribuições eram percebidas e esperadas. João Avamileno, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e um dos idealizadores da unificação com o SMABC, expressou em depoimento que a militância lhe proporcionou, além do reconhecimento, uma condição social que, segundo ele: “acho que hoje não sou rico, continuo pobre, tenho uma vida de classe média, vamos dizer assim”. (João Avamileno).

Por sua vez, na trajetória de José Lopes Feijó há uma recorrência em um aspecto que a militância sindical proveu e que esse dirigente atribui um peso considerável, sua vivência no exterior, as inúmeras viagens, os contatos. Feijó chegou inclusive a rejeitar uma proposta para assumir um cargo na CUT na presidência de Meneguelli que, segundo afirma, tinha um salário muito bom, para ser o primeiro brasileiro a trabalhar no TIE. A presidência da CUT/SP também lhe possibilitou inúmeras viagens com a família. Segundo ele, realizava as tarefas de dirigente e aproveitava para conhecer vários lugares.

Outro dirigente que afirma ser mais reconhecido pela militância internacional do que nacional foi Heiguiberto Navarro e afirma a viagem e os contatos com sindicatos do exterior. Luiz Marinho também destacou a importância das viagens<sup>116</sup> e dos fóruns internacionais, os prêmios e homenagens recebidas. As dificuldades

---

<sup>116</sup> Durante a presidência da CUT, Meneguelli, Vicentinho e Luiz Marinho destacaram que uma forma de conciliar a militância intensa na central com as atividades familiares era levar a família nas viagens que faziam.

foram sempre apresentadas para ilustrar o que concebem como uma trajetória bem sucedida, que incluiu sempre uma situação social melhor do que aquela experimentada antes do engajamento e da militância.

Marinho, sucessor de Heiguiberto na presidência do SMABC, ao discutir essas dificuldades, afirma que: “é duro conciliar a vida de dirigente sindical, marido, estudante e ainda ter tempo para lazer. Confesso que é muito difícil, é um sacrifício grande, porque é pesado”. Toda essa dedicação a uma “causa”, segundo ele, “foi recompensada”. A seu turno, Meneguelli, ao fazer uma análise da própria trajetória, a vê como um “sucesso”. A militância sindical coroada com a presidência do SMABC e da CUT nacional e a política com as eleições pelo PT são a parte visível desse “sucesso”.

Para finalizar, Vicentinho, assim como Meneguelli e Marinho, salienta que uma das recompensas mais importantes foi a possibilidade de ter estudado. Os três conseguiram cursar direito enquanto eram dirigentes sindicais. Resulta desse apanhado uma constatação empírica importante: por mais que as recompensas pela militância sejam negadas, ocultadas, há sob determinadas condições, uma clareza em relação às estratégias para obtenção e ocultação dessas recompensas.

A multiposicionalidade militante, mais do que uma característica contemporânea da militância, foi uma estratégia com o objetivo de evitar um “retorno” a uma condição anterior e manter, e se possível ampliar, as retribuições da militância. Para os dirigentes que militaram durante a conjuntura crítica, a multiposicionalidade militante foi instrumental para manterem-se como militantes, dada as cassações e o fim dos mandatos sindicais.

Para os dirigentes do pós-ditadura civil-militar, passou a ser um “patamar” a mais em sua militância. De qualquer forma, garantiu condições diferenciadas para obter retribuições da militância. Devemos entender a fundação da CUT e do PT como uma ampliação do espaço para militância, capaz de absorver tanto os egressos da primeira leva (até a cassação de 1980) quanto os recrutados do período posterior.

O recrutamento para a CUT não foi um efeito mecânico do engajamento e da militância no SMABC. A CUT é uma organização nacional, estruturada em todo o país, primeiramente através de regionais e depois através das CUTs Estaduais. Além dos dirigentes e dos militantes que atuavam em diversos níveis, há um grande número de permanentes. Muitos cargos, porém, são voltados para as funções

administrativas, sejam aquelas que dão conta do funcionamento da organização, sejam aquelas que dão conta de secretarias ou de áreas de pesquisa, incluindo setores que representam a organização em encontros internacionais.

A ocupação desses cargos depende muito mais de recursos escolares ou do capital de relações dos dirigentes. Identificamos, portanto, duas formas distintas de recrutamento, uma que se traduz na ocupação de cargos na diretoria da CUT por dirigentes oriundos do SMABC, exclusivamente ocupantes de altos cargos no sindicato, como a presidência. A outra forma expressou-se pelo recrutamento através de algum conhecimento especializado ou de uma trajetória militante marcada pela defesa de alguma “causa” particular, como a questão da mulher ou dos afro-descendentes.

Em síntese, as recompensas em termos de identificação foram pequenas; porém, se pensarmos em termos de ganhos simbólicos, todos os dirigentes que foram recrutados para trabalhar na CUT foram unânimes em afirmar que essa passagem lhes conferia um algo que podemos sintetizar como um sentimento de competência.

Outro aspecto a abordar com referência às expectativas e à retribuição da militância na CUT são as possíveis recompensas econômicas e as maiores facilidades para conquistar outros recursos. Contudo, é possível que a maior retribuição para a militância na CUT por parte desses dirigentes fosse a conquista de um recurso que conferiu melhores condições para a militância político-partidária através do PT.

A passagem pela CUT proporcionou condições excepcionais para retribuições da militância, principalmente para o caso dos presidentes do SMABC que se tornaram presidentes da CUT e que, após, concorreram a cargos eletivos pelo PT. Dos quatro indivíduos que tiveram suas trajetórias militantes analisadas, três deles conquistaram cargos eletivos e um foi recrutado para cargo de confiança na Administração Pública Federal. Esses dados servem para confirmar, ao menos para o caso dos dirigentes do SMABC, a importância da passagem pela CUT em suas trajetórias militantes.

#### 5.4 O PROCESSO DE POLITIZAÇÃO DOS DIRIGENTES DO SMABC

A análise da trajetória dos dirigentes do SMABC, especialmente daqueles que ocuparam o cargo de presidente é ilustrativa da forma como operou a politização dos dirigentes em determinados contextos. Das declarações apolíticas de 1978 até os Congressos que propunham a fundação do PT em 1980 passaram-se não mais do que dois anos. O que há por trás dessa mudança de orientação? Por mais que possamos explicar essa mudança, enquanto estratégia de dissimular os verdadeiros “interesses” que se encontravam em disputa, ainda assim ela aparecia na condição de um produto de uma conjuntura diferenciada. Por trás das declarações unânimes de “tomada de consciência” subjaz um processo muito mais complexo de legitimação, de apelo à dimensão política e as atividades caracterizadas como sendo políticas. A politização consistiu justamente em “[...] um acordo prático entre militantes inclinados, por múltiplas razões, a transgredir ou a direcionar a causa a diferenciação dos espaços de atividades”. (LAGROYE, 2003, p. 360 e 361- Nossa Tradução). A justificativa de “tomada de consciência” utilizada fartamente foi sempre usada como referência a um “momento”, um “evento” particular que funcionou como uma de “ponte” interligando domínios diferenciados e permitindo que aquilo que se apresentava como uma transgressão fosse apresentada como uma ação legítima.

Ao afirmar a importância da ação política para a consecução dos objetivos declarados, os dirigentes do SMABC aproximaram-se dos políticos eleitos. A “tomada de consciência”, então declarada como “estopim” das transgressões, é em sua dimensão menos visível representativa do desejo de requalificação dos objetivos e das práticas de indivíduos investidos em diversas atividades sociais. A politização “apresentada como ‘tomada de consciência’, como um processo de visibilidade de determinadas questões, como uma transposição para além dos limites (legitimados) é também entendida como uma operação necessária, lógica e legítima” (LAGROYE, 2003, p. 368 – Nossa Tradução). A requalificação dos objetivos e dos problemas assegurou a inserção dos dirigentes dentro de outras ordens de atividades. Ao afirmarem-se como militantes na luta contra a ditadura os dirigentes do SMABC buscavam não apenas uma renovação na prática sindical, mas também uma inserção na política. A defesa de uma militância estritamente política remeteu a “crença na necessidade da ação política e na legitimidade superior dessa ordem de atividade, [...]”. (LAGROYE, 2003, p. 367- Nossa Tradução). Foi como decorrência

desse processo que os dirigentes do SMABC justificaram a necessidade da *entrada* em uma militância político-partidária.

A requalificação dos objetivos e das atividades e a “recodificação” dos problemas asseguraram que os dirigentes do sindicato, tenham “politização” os “interesses” existentes na militância sindical e os inserido em outras ordens de atividades. A conjuntura crítica (1974-1984) não esgotou as possibilidades para os militantes, pois, estes permanentemente “recodificaram” os problemas e os objetivos perseguidos em cada situação. No ano de 1983 o SMABC ainda sofreu uma intervenção federal que alijou de seus cargos os dirigentes. Esse é considerado pelos dirigentes engajados no período mais um capítulo na luta contra a ditadura. Em termos cronológicos esse episódio ainda encontra-se dentro do período que definimos como conjuntura crítica. O ano de 1985 ficou marcado pela greve e mobilização pela redução na jornada de trabalho. Em 1986, um dos “problemas” que conferiu visibilidade ao SMABC foi à greve de solidariedade aos petroleiros. O ano de 1991 representou o engajamento dos dirigentes no processo de mobilização pelo *impeachment* do então Presidente da República Fernando Collor de Melo. OS dirigentes do SMABC envolveram-se nessas “questões” que foram permanentemente redefinindo os objetivos e servindo para a construção de “novas” problemáticas e assegurando a legitimidade para a ação em contextos considerados marcadamente políticos.

A relação intensa dos militantes do SMABC, particularmente dos seus dirigentes com a CUT e com o PT é parte indissociável de uma militância multiposicional. A militância nesses distintos domínios permite a “importação” e a “exportação” dos “problemas” de uma organização para a outra tornando as “trocas” entre os diferentes espaços de militância perfeitamente conciliáveis. Ao discutir a relação do Partido Comunista com outras organizações Lagroye (2003) chama a atenção para os mecanismos da multiposicionalidade:

Desde então a intromissão de preocupações e objetivos relevantes da política, diremos a feudalização das associações por um partido político - o exemplo do Partido Comunista, inevitavelmente vem à mente, com sua rede mais ou menos controlada por atores multiposicionais - a "politização de uma questão" - isto é a inscrição de um problema social, médico, cultural, ou mesmo "puramente técnico". (LAGROYE, 2003, p.367- Nossa Tradução)

O Partido Comunista tinha como estratégia de ação dos militantes e dirigentes do partido o controle de uma série de organizações<sup>117</sup> (sindicatos, organizações de bairro, etc.). Diferentemente disso, a militância no SMABC foi o que permitiu a fundação de duas outras organizações: uma que serviu para uma militância sindical “ampliada” e outra que serviu para a militância político-partidária. A diferença, entretanto, não nos impediu de ver nesse cenário, como observamos no exemplo utilizado por Lagroye (2003) a presença de inúmeros militantes multiposicionais atuando simultaneamente nas três organizações, militando em duas esferas, a sindical e a político-partidária e extraindo recompensas de ambas.

#### **5.4.1 O Processo De Politização Na Conjuntura Crítica**

A análise dos documentos produzidos pelos dirigentes, particularmente os da imprensa sindical, voltados para a mobilização dos militantes é ilustrativo da passagem de uma militância voltada para a defesa economicista para uma militância sindical mais “aberta” a politização de temáticas sociais. Desde a mobilização de setembro de 1977 até a greve de 1980 houve uma mudança dos dirigentes sindicais em relação a ênfase na militância. Do aparente apoliticismo inicial, elogiado pelo regime e que surpreendeu os estudiosos do sindicalismo no período até a fundação do PT não foram mais do que três anos. Quais as mudanças que operaram essa transformação quanto as expectativas de uma militância político-partidária? Podemos observar as mudanças através do material veiculado na imprensa do sindicato durante esse período, na Tribuna Metalúrgica, no Suplemento informativo da tribuna metalúrgica ou no ABCD Jornal que durante o período de intervenção no sindicato acabou sendo o espaço de diálogo entre a diretoria afastada e os militantes.

Ao nos determos na análise desse material observamos que durante o ano de 1977 as temáticas abordadas eram relativas as questões de ligadas a representação sindical e aos interesses econômicos dos metalúrgicos. O enfoque estava sobre os interesses dos patrões em esvaziar a mobilização dos metalúrgicos<sup>118</sup>, a discussão

---

<sup>117</sup> Há uma vasta literatura marxista a respeito do “imperialismo” exercido pelos Partidos Comunistas sobre os sindicatos.

<sup>118</sup> Conforme matéria veiculada no Tribuna Metalúrgica nº 40 de fevereiro de 1977.

dos interesses defendidos nos tribunais<sup>119</sup> em relação ao que era entendido como erros da política salarial do governo. O ano de 1978 assistiu a primeira grande greve metalúrgica na região do ABC e a no plano político acentua-se os debates em torno do processo de abertura e liberalização política desfraldados pelo regime civil-militar a partir de 1974. As matérias veiculadas na Tribuna Metalúrgica no ano 1978 associavam diretamente as greves, as manifestações e o momento político. Um exemplo ilustrativo é da seção Nossa Opinião escrita pelo presidente do sindicato, Luiz Inácio da Silva sob o título “O momento político”:

Um dos males da estrutura sindical brasileira está no fato de não permitir aos sindicatos fazerem política no sentido mais amplo desta palavra. O governo se apóia numa legislação rigorosa, através da qual controla todas as atividades trabalhistas, para impedir os sindicalistas de participarem das campanhas políticas nacionais. (...) Estamos de acordo que os sindicatos, como instrumento de luta em defesa dos interesses profissionais, não devam se envolver demasiadamente em questão política e, especialmente em política em determinada circunstância, e no bom sentido, chega a ser uma obrigação dos sindicatos autenticamente empenhados na defesa desses mesmos direitos profissionais. (...) Estamos vivendo um momento extensivamente político, em que tudo gira em torno de projetos e objetivos eleitorais. Todo mundo está envolvido, direta ou indiretamente, em campanha política<sup>120</sup>.

Nesse mesmo número da Tribuna Metalúrgica são feitas citações a necessidade de criação de uma Central Única de Trabalhadores, a necessidade das greves em face do novo momento da política nacional e a urgência de eleições democráticas. A relação entre todos os eventos é apresentada de forma a levar a conclusão que há necessidade de eleger legítimos representantes dos trabalhadores. A partir dessa conclusão alguns pontos podem ser depreendidos, a radicalização com a ditadura civil-militar, a rejeição aos dois partidos do sistema político (MDB e Arena) e a produção de um discurso no sentido de se constituir um partido político. As matérias do ano seguinte, especialmente após a mobilização grevista demonstram a ampliação da demanda por participação política efetiva. Nas matérias veiculadas em 1979 há uma quantidade crescente de referências a construção de teses políticas que tratam não apenas da necessidade de construir um partido de trabalhadores, mas de “causas” como a anistia ampla, geral e

---

<sup>119</sup> Conforme matéria veiculada no Tribuna Metalúrgica nº 41 de abril de 1977 e Tribuna Metalúrgica nº 43 de setembro de 1977.

<sup>120</sup> Editorial veiculada na Tribuna Metalúrgica nº 48 de novembro de 1978.

irrestrita<sup>121</sup>. O editorial da edição seguinte redigido por Luiz Inácio da Silva é ainda mais incisivo quanto a urgência da participação política dos trabalhadores. Conforme o “Nossa Opinião”:

Manter os trabalhadores afastados da atividade político-partidária foi sempre a principal preocupação dos governos brasileiros (...) Todavia, os trabalhadores foram usados como instrumento da política: votam nas eleições convocados por eles, e raramente sobra-lhes outra escolha senão sufragar os representantes da classe patronal. Pois, os partidos são deles e só através de uma legenda partidária alguém pode disputar as eleições. (...) Entretanto, formalmente os trabalhadores não estão proibidos de participar da política (...) Hoje, queremos ter um lugar no centro das decisões do país, e isso só poderá ocorrer mediante a nossa participação intensiva na reformulação dos projetos político-partidários. Nesse sentido, foi que se lançou a idéia do Partido dos Trabalhadores, o qual seria criado sem a interferência dos patrões, sob a nossa inspiração e dirigido por nós<sup>122</sup>.

Como podemos observar a defesa da participação política passa a ser mais efetiva e contrasta com o economicismo inicial. A tarefa de convencimento da categoria a aderir a causas consideradas políticas não era fácil, pois, é preciso lembrar que boa parte da legitimidade alcançada pela diretoria do SMABC repousava no discurso apolítico e apartidário de suas principais lideranças. O próprio Luiz Inácio da Silva, reiteradas vezes estabeleceu a militância política como uma espécie de “sacrilégio” e que jamais concorreria a um cargo eletivo. Tanto as autoridades ligadas ao governo quanto a imprensa escrita do período eram unânimes em afirmar essa característica da direção comandada por Lula. Foi na greve de 1980 que essas mesmas autoridades e os veículos de imprensa passaram a enfatizar a mudança de enfoque desses dirigentes<sup>123</sup>. Os bilhetes do João Ferrador do ano de 1980 assumiram o caráter dessa mudança de comportamento em relação a ênfase na militância político-partidária. Os recados foram encaminhados aos Ministros do Trabalho, Murilo Macedo e Ministro do Planejamento, Delfim Neto e ao Presidente Figueiredo e articulavam as questões sindicais com as questões políticas mais amplas, sempre ressaltando a importância da democracia e da participação política dos trabalhadores.

---

<sup>121</sup> Matéria veiculada na Tribuna Metalúrgica nº 51 de junho de 1979.

<sup>122</sup> Editorial da Tribuna Metalúrgica nº 52 de agosto de 1979.

<sup>123</sup> Na folha de São Paulo de 14 de maio o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo em entrevista, afirmou que a greve do ABC buscou afirmação no cenário político-partidário e que Luiz Inácio da Silva concedia baixa prioridade aos interesses dos trabalhadores, uma vez que estava preocupado com sua própria promoção.



## 5.5 UM “NOVO” TIPO MILITANTE: MULTIPOSICIONALIDADE E EMPREENDEDORES DA MOBILIZAÇÃO

Toda a “requalificação” dos objetivos da defesa de uma ou de várias “causas” teve como conseqüência um impacto no processo de identificação dos envolvidos, o que envolveu em alguma medida desengajamentos. Foi possível observar esse processo por intermédio dos depoimentos dos dirigentes que ocuparam o cargo de presidente ao sublinharem alguns dos momentos em que o debate esteve em torno da fundação da CUT ou do PT. A tarefa de “recodificar” os problemas enquanto meio que viabilizou a “politização” da militância sindical jamais ocorreu sem que houvesse algum tipo de conflito. Ao incorporarem demandas políticas, como fora o caso da questão da anistia ou na luta contra a ditadura civil-militar em 1980 os dirigentes do SMABC ultrapassaram as fronteiras da militância sindical.

As disputas na militância sindical e conseqüentemente a busca por recursos como meio de distinção, levou gradualmente os dirigentes do SMABC a “requalificar” os objetivos perseguidos e tornarem a defesa de interesses corporativos dos metalúrgicos do ABC Paulista apenas uma parte ínfima (das causas defendidas) com a defesa de “bandeiras” políticas. Como resultado os dirigentes do SMABC tornaram-se os maiores expoentes da luta contra a ditadura civil-militar. Nos anos que se seguiram, mesmo permanecendo ligado ao SMABC através de uma estratégia que possibilitou que seu nome fizesse parte da diretoria, Luís Inácio já atribuía peso maior para a militância política. De forma mais incisiva ele já havia se direcionado para a fundação e institucionalização do PT e com menor intensidade para a criação da CUT.

As experiências adquiridas na conjuntura crítica não se circunscreveram a capacidade de empreender mobilizações em escala não vista durante a ditadura civil-militar. Os recursos conquistados foram imprescindíveis, se considerarmos as declarações dos diretores a respeito do período em que o sindicato esteve sob intervenção e formou-se o grupo dos 16<sup>124</sup> e o fundo de greve. Mesmo reconhecendo a importância da estrutura física e financeira do sindicato esses

---

<sup>124</sup> Com a iminência da cassação dos dirigentes do SMABC e inclusive com a possibilidade de prisão uma das estratégias para manter a mobilização foi estruturar um grupo de militantes tendo como parâmetro de recrutamento a militância anterior dentro das fábricas e, sobretudo, as relações sociais com os dirigentes.

dirigentes sublinharam a capacidade de articular a mobilização mesmo sem contar com a estrutura da organização.

Com relação aos recursos detidos pelos dirigentes que repercutiam em termos de capital militante, os considerados mais significativos foram a oratória e o carisma. A análise das trajetórias militantes dos presidentes do sindicato revelou a importância delas. Essa característica foi marcante após a ascensão de Luís Inácio a presidência do sindicato em 1975, ainda que seu antecessor fosse reconhecidamente um bom orador e controlasse o *modus operandi* da militância sindical naquele contexto. Ao caracterizar o antecessor de Luiz Inácio, Paulo Vidal como possuindo uma postura “meio pelega” os dirigentes empossados em 1975, sobretudo, na figura do presidente eleito, procuravam desarticular uma coalização de dirigentes que se mostrava “leal” ao ex-presidente.

A disputa interna pelo controle dos cargos implicou em mudanças que, naquele momento, não significaram transgredir para “problemas” políticos, entretanto, serviram para consolidar uma militância que conferia maior “distinção”. A conjuntura crítica produziu transformações na forma de militar dos dirigentes, a partir de então algumas características passaram a adquirir centralidade no recrutamento dos dirigentes e nas suas possibilidades de conquista de recursos. A oratória, a desinibição e o carisma foram sendo gradativamente incorporados ao perfil “ideal” dos dirigentes, especialmente aqueles que ocuparam os cargos mais destacados no sindicato. Ao investigarmos a trajetória militante dos presidentes do SMABC, alguns dados apontam para a constituição desse perfil “ideal”.

A partir da década de 1990 com a ênfase da militância sindical contra a reestruturação nas plantas das montadoras da região outra característica que passou a predominar foi a capacidade de negociação desses dirigentes. Em parte essa nova postura dos dirigentes foi uma resposta a mudança conjuntural e ao fim do ciclo de protesto e a existência de uma organização voltada para a política partidária. Essa mudança estratégica também se relacionou com a construção de novas legitimidades construídas em termos de formação, pois, como observamos, a formação acadêmica e a posse de diploma passaram a ser um importante investimento militante.

Não há uma relação de determinação entre a formação acadêmica e o cargo de presidente, mas observamos uma relação mais estreita quando o dirigente que obteve a formação teve passagem significativa pela CUT e após dirigiu-se para a

militância político-partidária no PT. Por mais que esses dirigentes tenham se constituído como militantes multiposicionais, essa militância não ocorreu na mesma intensidade nas três organizações (SMABC, CUT e PT). Uma parte considerável das retribuições do seu militantismo dependeu da capacidade de construir uma trajetória militante caracterizada pela constante “re-atualização” e “re-significação” dos problemas e das causas consideradas sindicais em causas “políticas”. Conforme observamos na análise da trajetória militante dos dirigentes, inclusive daqueles que ocuparam o cargo de presidente do sindicato, a militância passou crescentemente a incluir “causas” políticas. A capacidade de articular e re-significar os problemas políticos e o aprendizado da experiência passada serviu como um aprendizado para os dirigentes que ocuparam o cargo posteriormente.

Com o advento da redemocratização os dirigentes mais diretamente ligados a esses “eventos” puderam contar com os recursos conquistados na luta contra a ditadura. Num novo contexto, entretanto, as “causas” defendidas ou haviam sido concretizadas parcialmente ou encontravam-se em vias de assimilação por parte do governo civil que assumia em 1984<sup>125</sup>. Como decorrência do esgotamento da principal “causa” defendida, isto é, a luta contra a ditadura, passou-se a defesa de “novas” demandas. Um dos atributos que passou a referendar sua militância foi o da defesa da radicalização das formas de participação política. Um dos princípios básicos da militância político-partidária desses dirigentes e conseqüentemente, do partido do qual se tornam os maiores expoentes (no momento da fundação) foi o da “politização” de todas as causas.

A militância político-partidária desses dirigentes em torno da defesa da causa participação – em sentido bastante amplo – permitiu a “politização” de quase todas as “causas”. A militância dentro do SMABC ainda que predominantemente uma militância sindical, mesmo após a conjuntura crítica e a *entrada* dos dirigentes daquele período para uma militância política partidária crescentemente passou a “politizar” determinadas demandas. Isso representou um encontro de duas modalidades de militantes, ao lado do, “*expert-militante*” (NONJON, 2005, p. 170)

---

<sup>125</sup> Não que a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral tenha esgotado o processo de democratização, pois, a tentativa de datar esse processo é sempre uma tarefa controversa e sujeita a múltiplas interpretações, até pelo fato dos políticos da época ainda encontrarem-se ativos no cenário político nacional. Da mesma forma, não entendemos que a questão do trabalho no país tenha sido resolvida pela mudança negociada de Regime Político, entretanto, não podemos negar que, assim como demonstraram muitos autores, o Estado tinha condições de assimilar e “responder” a muitos dos movimentos sociais nascidos no período.

cuja militância estava ligada a um saber técnico, o “antigo” militante procurou nas relações mantidas e na politização de outras “causas” extrair sua legitimidade e conseguir ampliar seu capital militante. Os dirigentes engajados na CUT ou dependiam de recursos conquistados ao longo da trajetória militante no sindicato e das relações sociais ou então dos recursos de *expertise*. Coube mais do que para qualquer outro tipo, ao dirigente do sindicato que passou a militar na política partidária, de forma quase geral no PT, a tarefa de dar continuidade a “requalificação” permanente de todas as demandas e interesses, sejam eles “criados”, “produzidos”, “reorientados” ou “traduzidos”.

## 5.6 A “HOMENAGEM” COMO REAFIRMAÇÃO DO PASSADO NO PRESENTE: O PRÊMIO JOÃO FERRADOR

A relação de “trocas” e reciprocidades entre os dirigentes sindicais ligados ao SMABC e os ex-dirigentes do sindicato e outros agentes pertencentes a mesma rede relações, atuando em outros espaços (na CUT ou PT) pode ser observada em um evento produzido a fim de representar a continuidade entre esses diferentes espaços de atuação e militância. A criação do Prêmio João Ferrador, além de atender ao interesse de produção desse *continuum*, permitiu uma re-atualização do passado através do resgate (nunca abandonado) da memória das jornadas grevistas do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e seu impacto na derrocada da ditadura civil-militar. A articulação entre esses eventos e o ocaso do regime são fartamente explorados e simultaneamente reforçam o passado e seus “heróis” e proporcionam aos homenageados a consagração, quer pelo “reforço” e reafirmação de seu papel naquele momento, quer pela imputação daqueles valores aos “novos” consagrados (agentes que passaram a militar após aqueles eventos).

O Prêmio João Ferrador foi criado em 2009 pelo SMABC com o objetivo de “[...] reconhecer personalidades e entidades que contribuem para a promoção da cidadania, dos direitos humanos e sociais, da Justiça e da democracia”<sup>126</sup>. Mais do que contemplar em cada edição pessoas que tenham ao longo de sua história assumido o compromisso com os trabalhadores o prêmio alargou seu escopo para consagrar indivíduos que tenham se destacado nas diversas esferas de politização

---

<sup>126</sup>Disponível em: <http://www.cut.org.br/imprimir/news/32a804269b2e4490c01b393a85ab2d19/>. Acesso em 16/10/2013.

que o sindicato assumiu nas últimas duas décadas . Como procuramos demonstrar ao longo do trabalho a politização de temas mais voltados ao “mundo do trabalho” avançou paulatinamente para outras agendas, tais como, questões de gênero, etnia, etc.

**Quadro 17-** homenageados entre os anos 2009 e 2012

<b>Ano de homenag</b>	<b>Homenageado</b>	<b>Posição do homenageado</b>	<b>“Causa” alegada para a homenagem</b>
2009	Guido Mantega	Ministro da Economia	Serviços prestados aos trabalhadores na Pasta da Economia.
2010	Bernardo Kucinski e Dieese	Jornalista (ligado a movimento contra homofobia) Receberam menção honrosa a Sempreviva Organização Feminista (SOF), o Movimento da Luta Antimanicomial, Ivan Seixas, do Conselho de Defesa da Pessoa Humana, e Lula Ramires, da ong Corsa, que defende os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e transgêneros.	Serviços prestados aos trabalhadores na democratização da mídia.
2011	Luiz Inácio Lula da Silva	Ex-presidente do SMABC e ex-presidente da República. Foi ainda indicada a Educadora Maria Helena Negreiros e cursinho pré-vestibular também são homenageados com prêmio João Ferrador, que reconhece a promoção da cidadania e dos direitos humanos. que teve ainda como indicados o rapper Rappin Hood e o ativista Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê. Na categoria “Entidade”, o vencedor foi o Educafro, os outros indicados foram o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e a Central Única de Favelas (Cufa).	Serviços prestados aos trabalhadores enquanto sindicalista e Presidente da República.
2012	Artur Henrique	Presidente da CUT	Serviços prestados aos trabalhadores nas diversas frentes de negociação da CUT.

A análise do quadro de homenageados acima, embora, conte com poucos nomes remete para a dinâmica das trocas entre a militância sindical e a militância política. Tanto a estrutura multiposicional representada pelo pertencimento a organizações formais surgidas nos anos 1980, quanto a politização de temas e “causas” aparecem de forma explícita no ato de homenagem dos agentes. Entre os quatro indivíduos homenageados e a organização (Dieese) é possível encontrar referências ao SMABC, PT e CUT. Na pequena amostra que compõe os

homenageados entre os anos 2009 e 2012 encontramos agentes ligados diretamente a essas três organizações. Uma explicação simplista justificaria esses pertencimentos como sendo óbvios, uma vez, que esses agentes consolidaram suas trajetórias militantes e, em alguns casos, suas carreiras políticas nas organizações que criaram a partir das mobilizações e greves nos anos 1980. A questão, entretanto, não diz respeito a filiação a essa ou aquela organização ou mesmo a obviedade da homenagem, mas a objetivação dos múltiplos pertencimentos e das lógicas que permitiram o acúmulo de recursos e capitais que garantiram o acesso a postos e cargos dentro da estrutura multiposicional. A homenagem a Guido Mantega em 2009 foi justificada pela diretoria Executiva do SMABC como "uma forma de reconhecer o trabalho de pessoas que, como Guido, tornam o Brasil um país justo e mais igual"<sup>127</sup>. O fato do homenageado não estar inserido no contexto da estrutura multiposicional, uma vez, tratar-se de um agente engajado e militando no Partido dos Trabalhadores não desconhece sua inserção na rede de relações dos dirigentes do SMABC e da CUT. A premiação a Mantega não está descontextualizada da própria lógica de "reverência" aos "pais fundadores" da estrutura multiposicional, pois, reconhecer o trabalho desse agente, significa em última instância reconhecer os méritos de Luiz Inácio da Silva na presidência da República e, por extensão, da própria trajetória de lutas do sindicato. A trajetória de Guido Mantega o liga inexoravelmente ao próprio desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores, uma vez que integra a equipe econômica do PT desde 1989. No governo Lula, foi ministro do Planejamento, presidente do BNDES e em 2006, assumiu o Ministério da Fazenda. Foi ainda membro da Coordenação do Programa Econômico do PT nas eleições presidenciais de 1984, 1989 e 1998 e um dos coordenadores do Programa Econômico do PT na campanha de 2002. A homenagem a Mantega remete uma homenagem ao próprio Partido dos Trabalhadores e seu desempenho no Governo Federal.

O homenageado do ano de 2010 foi um jornalista Bernardo Kucinski que teve a premiação justificada pela democratização da mídia em favor dos trabalhadores. Sua ligação com os sindicatos, entretanto, é de longa data, pois, foi metalúrgico em São Paulo e trabalhou em jornal sindical. O homenageado não é alguém de fora da rede de relações dos dirigentes e afirma a importância da imprensa para a

---

<sup>127</sup>Disponível em: [http://www.smabc.org.br/smabc/materia\\_print.asp?id\\_CON=16029&id\\_SEC=12&busca=brasil](http://www.smabc.org.br/smabc/materia_print.asp?id_CON=16029&id_SEC=12&busca=brasil). Acesso em 12/08/2011.

organização do sindicato. Não é sem razão que o SMABC desenvolveu estratégias diferenciadas de mobilizar através da imprensa escrita e lutou ao longo de mais de uma década para fundar a TVT (Tevê dos Trabalhadores). A premiação simultânea ao DIEESE coroou o trabalho de um departamento do sindicato que garante a legitimidade das ações da diretoria. Os dados estatísticos tornam-se o ponto de. Entre os indicados que receberam menção honrosa, constam o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial e a Sempre Viva Organização Feminista, entre as personalidades, constaram Ivan Seixas, Lula Ramires. O perfil das entidades e das personalidades listadas remete para a politização de temáticas sociais pelos militantes e dirigentes sindicais. A incorporação de “causas” como a dos indivíduos que possuem alguma deficiência física ou mental, do feminismo, do movimento LGBT através da indicação de Lula Ramires representa esse amalgama de “causas” e a sua articulação dentro da estrutura multiposicional. Conforme Sônia Coelho, representante da Sempreviva Organização Feminista:

A SOF existe desde 1963, participamos do Instituto Cajamar e dos debates sobre cotas no PT e na CUT, pois as mulheres são minoria nos espaços de poder. Desde 2000, levamos às mulheres para as ruas com a Marcha Mundial das Mulheres. Desenvolvemos um feminismo de resistência por um projeto de igualdade no País. Tenho orgulho de ser homenageada por este Sindicato que é a referência para a classe trabalhadora no Brasil. (*Sônia Coelho, Sempreviva Organização Feminista*)<sup>128</sup>

Como é possível observar há uma relação intrínseca entre as indicações, homenagens e o pertencimento a tríade de organizações (SMABC, CUT e PT). O Prêmio João Ferrador pode ser visto como um momento em que tanto a multiposicionalidade quanto a politização ficam cristalizadas e explicitadas. O homenageado do ano de 2011 foi o ex-presidente do sindicato e ex-presidente da República, Luiz Inácio da Silva. Nesse ano ainda foi indicada a educadora Maria Helena Negreiros como forma de reconhecer não apenas a educação, mas a promoção da cidadania e direitos humanos. Entre as entidades indicadas constaram a Uniafro, um cursinho pré-vestibular destinado a jovens afro-descendentes e a CUFA, a central única de favelas. Mais uma vez vemos reforçada a lógica de premiar agentes multiposicionais e da articulação com a politização de temáticas da

---

<sup>128</sup>Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2010/05/joao-ferrador-premios-para-um-brasil-melhor>. Acesso em 02/10/2010.

sociedade, tais como, a questão étnica. A justificativa da premiação a Luiz Inácio da Silva foi segundo o presidente do sindicato, Sérgio Nobre, devido à sua “história de vida, de retirante nordestino a presidente com a maior aprovação da história”<sup>129</sup>.

No agradecimento a premiação Luiz Inácio afirmou que a experiência a frente do sindicato foi fundamental para o que realizou durante a presidência da República. Estabeleceu, portanto, uma conexão direta entre a militância sindical, enquanto dirigente e presidente do sindicato nos anos 1970 e a militância política no PT coroada com o cargo máximo da República.

O homenageado do ano de 2012 foi o então presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Santos pela atuação em dois mandatos no comando da principal central sindical do país. Um dos argumentos para a indicação e o prêmio foi o do papel desempenhado por Artur Henrique durante as mobilizações contra as privatizações nos anos de 1994 e 1995<sup>130</sup>. O foco dessas mobilizações do período foi a contraposição as privatizações promovidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso do PSDB no plano federal e de Mario Covas também do PSDB no plano estadual. A homenagem a Artur Henrique é a um só tempo o reconhecimento do trabalho prestado em favor dos trabalhadores no comando da CUT ao longo de dois mandatos e a releitura no presente de sua militância em um período fundamental para o sucesso posterior do PT. Basta lembrarmos que a politização da temática das privatizações foi de longe a mais recorrente nos anos 1990 por parte das principais lideranças de oposição as administrações do PSDB, logrando ser o carro-chefe das campanhas do PT nos anos 1990 e início dos anos 2000.

A análise dos indicados e homenageados não deixa dúvida quanto a ligação desses agentes com a estrutura multiposicional e com as lógicas que permitem a transposição entre as fronteiras fluidas da militância sindical e político-partidária. Mais do que isso chama a atenção o uso recorrente da politização como mecanismo que possibilita essa aparente “transgressão”. De fato a estrutura multiposicional só é efetiva porque garante a tradução das “causas” defendidas em uma das organizações nas demais. O militante multiposicional consegue reverter os recursos e capitais conquistados justamente pela existência de uma linearidade ou descontinuidade no que diz respeito as “causas” defendidas. Nesse sentido, o

---

<sup>129</sup> Disponível em: <http://www.pt-sp.org.br/assis/noticia/?acao=verNoticia&id=31>. Acesso em 08/10/2011.

<sup>130</sup> Disponível em: [http://www.abcdmaior.com.br/noticia\\_exibir.php?noticia=40774](http://www.abcdmaior.com.br/noticia_exibir.php?noticia=40774). Acesso em 08/02/2013.



Prêmio João Ferrador é representativo desse *continuum*, das possibilidades de reconversão e da re-atualização permanente do passado no presente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] o que comumente chamamos de distinção, uma certa qualidade, mais freqüentemente considerada como inata (fala-se de "distinção natural"), de porte e de maneiras, é de fato diferença, separação, traço distintivo, resumindo, propriedade relacional que só existe em relação a outras propriedades. (BOURDIEU, 1994 – Nossa Tradução)

No estudo que realizamos tratamos da militância e do engajamento em uma realidade particular, das sociedades periféricas. Considerando-se a particularidade dessa militância e engajamento, buscamos apreender em uma determinada configuração histórica os condicionantes que permitiram que indivíduos engajados e militando em uma organização sindical tenham produzido mecanismos de politização e uma estrutura multiposicional. Além disso, conquistaram condições que lhes permitiram maximizar as retribuições da militância. Dentre as quais, destacamos desde a liberação do local de trabalho e o engajamento na burocracia do sindicato até a reconversão de capital militante em capital político. A primeira das retribuições citadas está conectada a segunda, na medida que permitiu a aquisição de um *habitus*, um aprendizado que facilitou o ingresso no meio político partidário. A disputa pelos recursos, os investimentos, a conquista de capital militante e sua reconversão foram fundamentais para obtenção de um lucro simbólico pelo engajamento e militância. Esse foi sem dúvida o ponto alto em termos de retribuição.

Esses dirigentes foram analisados a partir de processos históricos concretos: a conjuntura crítica deflagrada com o processo de abertura em 1974 e o pós-ditadura civil-militar que inaugurou a Nova República. O ciclo de protesto que iniciou em 1974 teve a incidência inquestionável dessas lideranças oriundas da militância sindical, especificamente, ligados ao SMABC. Através da sua militância e utilizando-se dos recursos disponíveis, esses dirigentes se destacaram durante a conjuntura crítica. Diferentemente das lideranças sindicais do período que mobilizavam recursos utilizando-se dos canais de interlocução dentro do Estado através do Ministério do Trabalho, esses dirigentes notabilizaram-se justamente por se oporem a estrutura sindical vigente. As inúmeras possibilidades ofertadas pelo "atrelamento" dos dirigentes sindicais ao sistema corporativo herdado do Estado Novo, tais como, manutenção no controle dos sindicatos e recompensas (seletivas) pela militância, tornaram-se o ponto de partida para as críticas dos dirigentes ligados ao Novo

Sindicalismo. Independentemente das diferenças e semelhanças entre os dirigentes sindicais identificados pejorativamente como “pelegos” e os auto-denominados “autênticos” ligados ao Novo Sindicalismo, sobressai, a disputa por recursos, utilizando-se de mecanismos diferentes. Se entre os dirigentes “atrelados” o acesso, às recompensas passaram obrigatoriamente pela ligação com a estrutura do Estado, para os dirigentes do emergente Novo Sindicalismo a politização e a multiposicionalidade militante compensaram ao menos parcialmente a recusa por esse atrelamento. O conflito ideológico entre os dois “tipos” de dirigentes foi produto de uma disputa no próprio meio militante, pela definição dos recursos em disputa. A objetivação desse conflito serviu para respaldar a legitimação dos dirigentes do “Novo” Sindicalismo.

A militância sindical, por si só, não garantiu as condições para a notabilização. A ocupação de cargos na estrutura organizacional do sindicato foi uma condição *sine qua non* para garantir melhores condições nessa militância. A militância na fábrica, além, do cargo funcional exercido mostraram-se importantes, sobretudo, para os dirigentes que militaram ao fim da conjuntura crítica. Em se tratando de indivíduos com poucos recursos sociais de origem, caracterizados como oriundos de famílias com poucos recursos, pais e mães com baixa escolaridade, foi necessário identificar os elementos de diferenciação, que permitiam a uns e não a outros ascenderem na estrutura hierárquica da militância.

A estrutura organizacional do sindicato foi instrumental para a militância na conjuntura crítica e, foi fundamental para cada um dos dirigentes que ocupou cargo no sindicato. As assimetrias de poder podem ser mensuradas pelo controle dos cargos e pela capacidade de constituir-se como militante. Apesar do controle e uso diferenciado dos recursos, as relações de poder foram mediadas pela construção de um processo de identificação coletiva que foi tributária de diversos processos simultâneos. Entre eles, podemos destacar a organização de congressos sindicais, especialmente, no pós-1974 que carregavam algumas demandas políticas. Além disso, destacamos a mobilização pelos 34,1% em 1977 e as greves dos anos seguintes. A identificação coletiva desses militantes serviu durante a conjuntura crítica não apenas para mantê-los permanentemente mobilizados, mas também para ocultar às assimetrias na conquista dos recursos.

A conjuntura crítica do final dos anos 1970 e que se estendeu até pelo menos a metade dos anos 1980 foi rica na promoção e produção de causas, demandas e

interesses. Obviamente que por detrás dessas bandeiras, inúmeros militantes de vários matizes se organizavam. A mobilização deflagrada pelos dirigentes do SMABC ultrapassou muito a das demais lideranças, produzindo relações com uma miríade de militantes de movimentos sociais e alguns políticos ligados ao MDB e a outras organizações que se encontravam na clandestinidade. A excepcionalidade do contexto político deu a esses militantes, notadamente os dirigentes do sindicato, espaço na grande imprensa. Esse processo foi incrementado pela adesão a “causas” tão abrangentes, como a Anistia e das Diretas Já. Foi, entretanto, através da luta contra a ditadura que esses dirigentes conquistaram os recursos que os distinguiram posteriormente. Várias lideranças alcançaram destaque a partir da militância no SMABC, em particular, o presidente do sindicato naquele período, Luís Inácio da Silva. Entretanto, não se tratou do único, nem naquele contexto, nem tampouco ao longo do tempo. A reestruturação partidária do final dos anos 1970 contemplou a criação de um Partido dos Trabalhadores que teve como núcleo de fundadores, justamente essas lideranças sindicais oriundas do SMABC. Quatro anos mais tarde, seria ainda criada a Central Única dos Trabalhadores. Se alguns dirigentes adquiriram distinção por conta da militância na conjuntura crítica, para os demais, a passagem pelo SMABC, CUT e PT não se deu de forma direta, senão mediada pela reconstrução permanente dos objetivos dessas organizações, pelo realinhamento de seus interesses, pela conquista de recursos. Foi através da politização (LAGROYE, 2003) que esses dirigentes do pós-1984 conseguiram compensar o fato de não militarem em uma conjuntura crítica.

O engajamento e a militância em uma causa implicaram na adesão a uma organização formal, cuja existência, era controlada pelo Estado através de suas agências, no caso, o Ministério do Trabalho e as delegacias regionais do trabalho. A militância através de uma organização formal implicou em possíveis sanções e, no limite, penalização. Em inúmeras oportunidades isso foi visível, em momentos de intervenção no sindicato como ocorrera em 1980 e 1983 ou na prisão dos dirigentes em 1980. Esses casos extremos servem para ilustrar os limites para o engajamento e porque não dizer como causa do desengajamento. Em uma organização formal os militantes não são invisíveis, logo, foi necessário identificar as variáveis explicativas para favorecer o engajamento e, em caso contrário que estimulassem o desengajamento. Para um caso e outro, as variáveis que tratavam da militância no interior da organização apontaram para as assimetrias no controle dos recursos.

Indivíduos que não controlassem recursos não permaneceriam ligados efetivamente a militância ou ocupariam um espaço residual na organização. Diferentemente, indivíduos melhor posicionados na hierarquia da organização e que, antes disso, possuísem melhor formação técnica e conseqüentemente melhor cargo funcional teriam tido melhores e maiores chances de permanecer militando. As condições e o tempo para essa militância estão diretamente relacionados com essas variáveis.

A fundação do PT em 1980 e da CUT em 1983 garantiu mais duas organizações relevantes para a militância dos dirigentes egressos do SMABC. Não houve jamais uma normativa em relação ao sentido unidirecional dessa militância, contudo, a quase totalidade dos casos expressou uma trajetória que iniciou com a militância em uma das estruturas de militância no interior das fábricas (cipas, comissões de fábrica). Gradualmente passaram pela ocupação de cargo no SMABC, integrando a CUT nas suas diversas esferas organizacionais e compondo o PT na condição de “eleito” ou de recrutado para cargo de confiança. As particularidades para cada um desses cenários dependeram de uma série de fatores, dentre os quais, o tipo de cargo ocupado dentro do sindicato, os capitais militantes que justificassem uma passagem a Central Sindical e finalmente a capacidade de reconverter esses capitais para a militância político-partidária. Essa militância não ocorreu de forma escalonada, mas de forma simultânea nas três organizações. Na quase totalidade dos casos, os dirigentes do SMABC vincularam-se e militaram na CUT e no PT, embora haja poucos casos de dirigentes que militaram em outras centrais sindicais e em outros partidos políticos. Boa parte da explicação para isso residiu nas disputas internas de poder e nos pertencimentos prévios dos dirigentes a outras organizações políticas. Seja como for, a estruturação dessa militância a partir desse múltiplo pertencimento os caracterizou como militantes multiposicionais.

A dinâmica particular de cada conjuntura, a politização de temáticas sociais, a multiposicionalidade militante, os processos de identificação e a estrutura de retribuição do militantismo sempre foram conexos. O fim da conjuntura crítica não representou a descontinuidade para os militantes no SMABC; representou a reconfiguração em seus repertórios de mobilização, a re-significação de seus lemas, *slogans* e bandeiras. A capacidade de redefinir objetivos, demandas e incorporar “novos” expedientes e “novas” estratégias foi o marco da legitimação desses dirigentes. A identificação desses militantes jamais foi cristalizada, antes pelo contrário, foi interminavelmente negociada e, embora, possamos adjetivá-la a partir

de determinados qualitativos, tais como, “autêntica”, ela nunca se limitou a essas fronteiras. Prova disso é que durante a conjuntura crítica a posição alcançada pelos dirigentes do sindicato os levou a um reconhecimento público inédito e a própria “limitação” da identidade constituída para garantir o movimento mobilizatório precisou ser ampliada. Foi, considerando a capacidade de requalificar os objetivos iniciais que procuramos demonstrar a forma como esses dirigentes, independentemente do contexto de sua militância, conquistaram recursos que definiram sua trajetória militante. Essa capacidade de reinventar a própria militância em diferentes cenários garantiu as condições de seus múltiplos pertencimentos.

Tomando como referência essa problemática, compilamos os dados referentes a 272 dirigentes que atuaram no SMABC entre os anos de 1972 e 2005. Nosso universo de pesquisa englobou a quase totalidade dos dirigentes que militaram no sindicato no período. Algumas opções metodológicas foram realizadas, dentre as quais, a diferenciação entre os dirigentes eleitos e aqueles que, em razão, de derrota nas eleições sindicais ficaram sem cargo. O objetivo nesse caso foi o de testar a importância do acesso aos cargos nas condições de engajamento dos dirigentes. O segundo recorte empírico foi utilizado primordialmente para atender esse objetivo. A análise demonstrou, comprovando a hipótese, de que a continuidade na militância sindical, dependeu fundamentalmente do controle sobre os cargos. Muito mais do que isso a ocupação de cargos no sindicato refletiu a própria hierarquização no controle e uso dos recursos conquistados, ou seja, dirigentes que controlavam os cargos do topo da hierarquia tiveram as melhores condições para levar adiante suas estratégias.

Outra opção metodológica foi àquela adotada de investigar além do período da conjuntura crítica, a fim de testar as diferentes possibilidades ofertadas por cada conjuntura, bem como dos recursos em disputa em cada uma delas. Dessa forma distinguimos entre os dirigentes que militaram durante a conjuntura crítica e aqueles que militaram após o ocaso da ditadura civil-militar. Para o primeiro período foram destacados 114 casos e para o segundo período tivemos um total de 157 indivíduos em possíveis disputas eleitorais. O objetivo nesse caso era o de determinar de que forma os indivíduos reestruturam os objetivos, as causas e os interesses em cada “novo” contexto. Os concorrentes eleitos no período da conjuntura crítica experimentaram condições diferenciadas que lhes permitiram destacar-se em meio a um ciclo de protesto. Derivada dessa exposição pública inédita, as condições de sua

notabilização fundamentaram a fundação de um partido político, o PT e de uma central sindical, a CUT. Essa tríade organizacional (SMABC, CUT e PT) representou pontos de passagem nos itinerários militantes desses dirigentes. Para os dirigentes que engajaram naquele contexto e seguiram na militância sindical ou que engajaram mais tarde no sindicato, cada período, cada “nova” situação serviu para definir os limites de sua trajetória. Evidentemente a hierarquização na estrutura de cargos do sindicato e as relações construídas na militância foram determinantes para definir esses limites. Com a ampliação do meio militante, com a fundação de duas novas organizações, outros fatores passaram a pesar nas condições desse “trânsito” entre as elas, como podem ser citados: as redes de relações, o saber técnico (*expertise*) e a defesa de causas particulares.

A análise dos casos a partir dos dados obtidos seja pela literatura consagrada, seja pela própria problemática nos permitiu avançar tanto na compreensão do objetivo central dessa pesquisa, quanto na identificação de perfis que serviram para explicitar as características mais marcantes na militância desses dirigentes. Foram 21 variáveis investigadas a partir dos dados coletados. Parte dessas variáveis pretendia dar conta da investigação de questões que se mostraram relevantes, tais como gênero, origem e data de nascimento. Os dados nos permitiram identificar determinadas características na população investigada e questões consideradas esgotadas pela literatura sobre militância sindical foram revisitadas. Enfim, essas variáveis contribuíram para contextualizar a militância desses dirigentes ressaltando as características mais valorizadas segundo cada contexto. Outras variáveis como de socialização política, engajamento e desengajamento, foram esclarecedoras das múltiplas influências que esses dirigentes sofreram ao longo da vida e que apareceram como relevantes para seu engajamento ou não e para suas estratégias enquanto militantes.

Dentre o conjunto de variáveis destacadas contamos com aquelas que nos permitiram observar a aquisição de capitais militantes. Essas variáveis foram representadas pela eleição para o SMABC, pelo resultado dessa eleição, pelo cargo ocupado na estrutura organizacional e pela continuidade ao longo das diretorias na ocupação de cargos relevantes ou não. As assimetrias de poder na hierarquia do SMABC, embora, ocultadas por uma forte identidade coletiva, estavam diretamente ligadas à passagem e ocupação de cargos e maiores retribuições da militância por parte daqueles militantes multiposicionais melhor colocados nessa hierarquia. Essas

distinções e diferenças construídas foram produzidas pela diferenciação interna e pelas diferentes conjunturas e conformaram todo o espectro onde recursos foram disputados, conquistados e utilizados para legitimar a militância em outros cenários. As variáveis utilizadas para apreender as possibilidades abertas para os dirigentes de conquistar esses recursos puderam ser discriminadas em questões abrangentes, como a notabilização na conjuntura crítica, a repressão sofrida ou não, o papel desempenhado na fundação do PT e da CUT e os cargos ocupados em uma ou outra dessas organizações. Essas variáveis, ademais permitiram identificar os “movimentos” trans-organizacionais desses militantes, os sentidos e vetores de suas mudanças em termos de predominância de um tipo de militância (sindical, político-partidária) sobre outro.

A análise dos dados garantiu ainda as condições para que identificássemos três diferentes perfis para os itinerários militantes dos dirigentes. A característica principal de cada perfil é o de considerar o espaço prioritário de militância de cada dirigente e a relação desse espaço com os recursos detidos e utilizados. O primeiro perfil foi denominado de “militância da organização” e tratou do engajamento e do controle de cargos na organização, do melhor posicionamento na estrutura da organização. Esse perfil resultou da composição de uma série de variáveis e evidenciou uma militância que prioritariamente se desenrolou dentro da organização. Geralmente se tratou de dirigentes que ocuparam cargos de menor relevância e concentraram e mobilizaram menos recursos, aliás, eles próprios obtiveram poucos “recursos” ao longo da trajetória militante. Por todas as razões, o processo de identificação com a organização foi reforçada, a ponto de, ainda que se trate de militantes multiposicionais, sua militância ocorrer primordialmente no sindicato.

O segundo perfil foi o que denominamos de “militância político-sindical” e se referiu aos dirigentes que constituíram seu itinerário a partir de uma militância efetivamente sindical com passagem pelo sindicato e por centrais sindicais, referendados por recursos escolares e conhecimentos técnicos ou pela defesa de causas específicas. Aqui fizemos uma distinção, entre os dirigentes que possuíam recursos suficientes para essa “passagem” para a central sindical em condições amplamente favoráveis, inclusive tendo anteriormente ocupado o cargo de presidente do SMABC, e aqueles que passaram a militar em centrais contando com o tipo de recurso descrito acima. Um e outro caso puderam ser distinguidos quanto ao “destino final” identificado em sua trajetória: os primeiros, os cinco presidentes do



SMABC que percorreram esse trajeto, tiveram na passagem pela CUT um recurso que os credenciou a uma passagem exitosa para a militância político-partidária, com a ocupação de cargos eleitos e/ou cargos de confiança no executivo federal. Os outros, por mais que fossem filiados a partidos políticos, majoritariamente no PT e fossem militantes multiposicionais, permaneceram na CUT atuando especificamente em um eixo de atuação da central sem deixar a militância sindical como espaço privilegiado de atuação.

O terceiro perfil denominado de “militância político-partidária” foi subdividido em dois, um tratando especificamente da conjuntura crítica e outro tratando dos dirigentes que militaram no pós-ditadura civil-militar. Essa distinção atendeu a uma diferenciação entre as possibilidades de conquistar recursos em uma e outra conjuntura. Os dirigentes enquadrados nesse perfil foram aqueles que tiveram uma militância marcada por passagens pelo sindicato e que após rumaram para uma militância político-partidária. Obviamente há numerosas diferenças entre esses dirigentes, dependendo do tipo de recursos detidos, do capital militante de cada um. A forma de recrutamento para ocupação de cargos (eleitos ou cargos de confiança) já foi um indicativo dessas diferenças.

Cada um dos perfis identificados esboçou uma série de características que puderam ser investigadas e discutidas. Cada perfil analisado evidenciou as assimetrias no controle na posse dos recursos em disputa em cada cenário. A própria condição de militante demonstrou gradações identificáveis segundo a inserção de cada um e a ênfase na militância (sindical ou político-partidária). O processo de identificação pode ser definido como resultante de uma intrincada e complexa combinação entre a identidade saliente (McADAM; PAULSEN, 1993) e a identidade estratégica (COLLOVALD, 1988), mediada sempre pelo espaço de inserção do dirigente. Na militância no sindicato, sinalizar com a identificação construída durante a conjuntura crítica serviu para reafirmar a militância denominada “autêntica” em contraposição a todos os outros militantes sindicais. Na CUT ou em outra central sindical essa identificação proveria o dirigente de um recurso de distinção, o de uma identidade que tem relação direta com um engajamento ético, abnegado, comprovado pela militância em uma “causa”, mais do que em uma organização sindical. É inegável, como pudemos observar, em nossa análise que a CUT não foi uma mera extensão do SMABC, sobretudo, se considerarmos sob o ponto de vista da identidade coletiva. Essa identificação coletiva compartilhada

apareceu de forma ainda menos determinante para esses dirigentes quando militando na política partidária. Outros recursos definiram os critérios de inclusão e exclusão e as posições na organização partidária. A identidade estratégica (COLLOVALD, 1988, p. 40), como foi abordado permitiu abarcar todo o conjunto de características que esses dirigentes incorporaram, seja na conjuntura crítica, em causas como a luta contra a ditadura ou no pós-ditadura civil-militar em causas como da mulher ou do afro-descendente. Não apenas as conjunturas marcaram os dirigentes, como os dirigentes imprimiram em cada conjuntura uma tentativa permanente de construir demandas, de reagir aos acontecimentos econômicos.

A militância dentro de uma organização formal deve ser pensada em termos de divisão do trabalho militante. Nem todos conquistaram uma posição proeminente que assegurasse tornarem-se reconhecidos pelo grupo e nem todos estavam posicionados na hierarquia nas mesmas condições. Questões aparentemente irrelevantes ou até mesmo que desestimulariam o engajamento apresentaram-se como centrais em qualquer um dos perfis investigados, como fora o caso da escassez de recursos sociais de origem e da expressividade do cargo funcional. Entretanto, essas foram condições, que dinamizaram a militância, exatamente por permitir um engajamento com menores custos. Outras questões já consolidadas na literatura, como socialização, apareceram com destaque, sobretudo, nas trajetórias dos dirigentes que deixaram a militância sindical no sindicato e foram recrutados para a direção da CUT e do PT. A socialização anterior na igreja, nas pastorais ou em outras organizações, conferiu um sentido de “dever” maior a causa defendida por esses dirigentes. As diversas passagens que acenavam nesse sentido apareciam como tentativas de demonstrar a universalidade das pretensões dessa militância.

Analisamos casos exemplares para cada um dos perfis, investigando as trajetórias militantes desses dirigentes e as variáveis consideradas relevantes para cada um dos perfis. A análise mais pormenorizada permitiu observarmos a distribuição desigual dos recursos da organização na forma de recompensas para a militância e a maneira como isso afetou a trajetória dos dirigentes. O peso desses recursos foi fundamental para favorecer a mobilidade desses dirigentes, em se tratando de uma estrutura militante multiposicional. Se os recursos de origem foram irrelevantes, como se sustentava previamente para explicar a mobilidade, para a ascensão a cargos e, conseqüentemente as maiores ou menores possibilidades de obter retribuições da militância, outros aspectos, mostraram-se relevantes. O fato de

possuírem cargo no sindicato, independentemente da conjuntura, por si só, ampliou consideravelmente as possibilidades de inserção nas outras organizações. Ainda assim, a assimetria nas relações de poder e de controle dos recursos produziram “novas” e importantes diferenciações, com a incorporação de recursos escolares, experiências no exterior, promoção de causas diversas, etc. A partir dessa constatação foram analisadas as trajetórias militantes de todos os presidentes do SMABC para o período cronológico destacado nessa pesquisa. Por tratarem-se dos dirigentes melhor posicionados na estrutura organizacional do sindicato, que concentravam a grande parte dos recursos as trajetórias dos ocupantes do cargo de presidente forneceram indicativos tanto dos meios de politização, quanto das possibilidades abertas pela multiposicionalidade.

Diante do exposto é necessário pensar as expectativas e as retribuições para a militância em uma organização e, sobretudo, através da multiposicionalidade militante como um conjunto de possibilidades desiguais. Cada dirigente contou com recursos diferenciados, com contextos distintos e, como decorrência disso, com condições diferenciadas para sua militância. A militância no sindicato proporcionou, por um lado, recompensas em identidade coletiva, difíceis de mensurar e, por outro lado, recompensas materiais de várias ordens, isto é, benefícios mais palpáveis, a partir dos quais, pudemos observar os conflitos em torno desses recursos limitados. O fato de estar fora da fábrica por si só deve ser encarado como a primeira e menos visível de todas as recompensas pelo militância. Por mais que ao longo da pesquisa, essa situação aparecesse como resultante da doação à causa, não houve de forma alguma desconhecimento por parte dos investigados das vantagens oriundas desse engajamento. Condições diferenciadas para organizar o tempo, possibilidade de estudar, bolsas de estudo, viagens, ascensão econômica, melhores condições ofertadas aos filhos, enfim, um conjunto bastante amplo de recompensas percebidas como resultado da trajetória militante.

Como vimos, toda a estrutura de diferenciação dependeu da construção e significação de recursos que simultaneamente servissem para “marcar” a diferença em relação a outros militantes e legitimar a condição de porta-voz. A própria dinâmica da multiposicionalidade militante foi resultado das disputas das retribuições da militância. Ao fundarem duas organizações os dirigentes do SMABC simultaneamente procuravam reduzir as tensões pelas disputas no SMABC e constituíam meios para retribuições ainda maiores para a militância. Conforme

salientamos as recompensas para o militantismo dependeram da estrutura desigual de controle de recursos e que puderam ser observadas nas trajetórias militantes dos dirigentes. A multiposicionalidade militante a partir de bi-dimensionalidade das arenas (sindical e político-partidária) em que os dirigentes militaram não apenas gerou expectativas distintas, mas também, diferentes retribuições. Em termos gerais foi através da capacidade de transitar de uma organização para outra que os dirigentes sindicais extraíram boa parte das retribuições para sua militância. De qualquer forma foi sempre o “sacrifício” e a dedicação a “causa” que foram apresentados, restando para as retribuições, não a ocultação, como esperado, mas o reconhecimento de seu valor e a constatação de serem uma “antecipação” de “investimentos” realizados ao longo do tempo.

As conclusões dessa pesquisa destacam a forma como os recursos obtidos na militância foram reconvertidos em outros contextos de militância. A multiposicionalidade militante é um mecanismo de inserção social em diversas esferas simultâneas, mas a reconversão desse tipo de capital simbólico (militante), não pode ser visto, apenas pela sua instrumentalização e racionalização nas diversas trajetórias possíveis. A carreira militante de indivíduos inseridos em organizações dependeu não apenas dos recursos obtidos, mas dos diversos investimentos realizados. As possibilidades abertas pela multiposicionalidade militante são a expressão de fronteiras pouco rígidas no reconhecimento de lógicas específicas para cada meio militante. O fato de termos advertido da inexistência de *campos*, não significa que os recursos obtidos em uma militância fossem automaticamente reconvertidos em outra forma de militância (por exemplo, a político-partidária). Como demonstramos ao longo da pesquisa, isso só ocorreu mediante uma série de artifícios e “construções” diretamente ligados a cada trajetória militante, pautadas pela capacidade dos militantes de invadir o discurso político com “interesses” e causas re-significadas. Esse mecanismo de politização (LAGROYE, 2003) referendou em todos os momentos as passagens de dirigentes melhor posicionados na estrutura organizacional, para ocupação de cargos e postos nas outras organizações, favorecendo através da ampliação de seu capital militante as várias dimensões da retribuição para seu militantismo.

A legitimidade alcançada pelos dirigentes do SMABC dependeu fortemente da capacidade de articular o discurso sindical e o discurso político, de aproximá-los. Para tanto colaborou a inexistência de esferas autônomas no âmbito de uma

sociedade periférica atravessada por uma conjuntura crítica. O controle efetivo sobre cargos que possibilitava a concentração de poder do grupo respaldou as principais lideranças, que a partir de então, falavam em nome desse grupo.

O domínio de uma elite no topo da hierarquia nas organizações, tema recorrente nas ciências sociais, serviu para respaldar diversas concepções de democracia nas sociedades modernas. A ênfase no domínio e legitimação de uma elite sobre uma organização desconsidera os processos inerentes a disputa pela legitimidade em cada um dos espaços de atuação. Conforme observamos no caso investigado a relação interativa entre agentes e organização, onde os primeiros reconstróem a segunda de acordo com o estado das lutas pelo controle do processo de hierarquização e legitimação, define as possibilidades abertas para a militância. A legitimação da passagem de uma militância sindical para uma militância política apontou para a necessidade de compreender o discurso político como permeável em todos os setores da vida social brasileira. A diferença em relação aos dirigentes pejorativamente denominados “pelegos” reside na ruptura com a distinção entre as esferas ou na hierarquia entre elas (política partidária, política sindical). Quanto a isso, tanto as concepções da ditadura civil-militar, quanto às concepções da esquerda, pautadas pelo Partido Comunista Brasileiro convergiam. O primeiro via no sindicato, algo a ser controlado dentro do Estado, o segundo no sindicato como instrumento na luta anticapitalista, porém, auxiliar do Partido. Os dirigentes do “novo” sindicalismo produziram discursos e práticas que conectaram os discursos sindicais e político produzindo uma matriz para a militância multiposicional através de organizações congêneres.

A investigação dos aspectos formais da multiposicionalidade militante expressa no mapeamento dos pertencimentos e passagens por organizações permitiu identificarmos as lógicas das reconversões que presidiram as diversas “transgressões” da ordem instituída. A título de pesquisas futuras, concluímos que análises que enveredem pela análise das dinâmicas dos pertencimentos não-formais esclareceriam aspectos adicionais a respeito do impacto da rede de relações na construção de trajetórias militantes marcadas pela multiposicionalidade e pela politização. Adicionalmente, um exame mais acurado das diversas organizações que compunham essa estrutura multiposicional permitiria identificar o peso e o valor relacional de cada recurso, de cada investimento, bem como as possibilidades de seu uso ou abandono.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **São Paulo Passado e Presente**: As lutas sociais e a cidade. São Paulo: Paz e Terra/Unrisd. 1994. p. 181 – 215.

AGRICOLIANSKY, E. Biographies d'institution et mise en scene de l'intellectuel. Les candidats au comité central de la Ligue des droits de l'homme. **Politix. Troisième trimestre**, v. 7, n 27, 1994. p. 94-110.

\_\_\_\_\_. Carrières militantes et vocation à la morale: lês militants de la Ligue des droits de l'homme dans lês années 1980. **Revue Française de Science Politique**, v.51, n.1-2, fev-avril, 2001. p. 27-46.

\_\_\_\_\_. La ligue Française de Droits de l'Homme et du Citoyen depuis 1945. **Sociologie d'un engagement civique**. Paris: L'Harmattan, 2002.

\_\_\_\_\_. Du tiers-mondisme à l'altermondialisme: gênese(s) d'une nouvelle cause. In: AGRICOLIANSKY, Éric; FILLIEULE, Olivier; MAYER, Nonna. **L'altermondialisme en France**: la longue histoire d'une nouvelle cause. Paris: Flammarion, 2005.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; SORJ, Bernardo (Orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: brasiliense, 1983a. p. 191-214.

\_\_\_\_\_. Novas demandas, novos direitos: experiências do sindicalismo paulista na última década. **Dados**, v.26, n. 3, 1983b. p. 265-290.

ANDREWS, Molly. **Lifetimes of Commitment**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**: Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.

\_\_\_\_\_. **Crise e Poder**. São Paulo: Cortez / Editores Associados, 1986.

\_\_\_\_\_. **A rebeldia do trabalho (o confronto operário no ABC paulista**: as greves de 1978/80). São Paulo/ Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

\_\_\_\_\_. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas / SP: Pontes, 1995.

ARECHAVALETA, Carlos Manuel R. De la estructura de oportunidades políticas a la identidad colectiva. Apuntes teóricos sobre el poder, la acción colectiva y los movimientos sociales. **Espacios Públicos**, v. 13, n. 27, 2010. p. 187-215.

BAILEY, F. G. **Humbuggery and Manipulation; The art of leadership**. New York, Cornell University Press, 1990.

BECKER, Howard S. **Outsiders**. Paris: A. M. Metailié. 1985.

BERLIVET, Luc; SAWICKI, F. La foi dans l'engagement. Les militants syndicalistes CFTC de Bretagne dans l'après-guerre. **Politix**. v. 7, n. 27, 1994. p. 111-142.

BERTAUX, Daniel. **Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antroponomia política**. RJ: Zahar, 1979.

BLASS, Leila Maria da Silva. Novo Sindicalismo: persistência e descontinuidade. In: RODRIGUES, Iram Jácome. **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. São Paulo: Vozes/educ, 1999. p.33 – 49.

BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação- política de base e democracia no Brasil**. São Paulo Rio de Janeiro: Vértice/ Iuperj, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction**. Critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Atica, 1983.

\_\_\_\_\_. La délégation et le fetichisme politique. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, (52/53) jun. 1984 (pp. 49-55)

\_\_\_\_\_. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, (62/63), Juin, 1986.

\_\_\_\_\_. **La Distincion**. Madrid: Taurus, 1988.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro/ Lisboa: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Raisons Pratiques: Sur la théorie de l'action**. Paris: Editions du Seuil, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.

\_\_\_\_\_. Condição de classe e posição de classe. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 3-25.

\_\_\_\_\_. **Propos sur le champ politique**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

\_\_\_\_\_. A Economia das Trocas Linguísticas. In: ORTIZ (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'Água, 2003. p. 144-169.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRUBAKER, Rogers. Au-delà de l'identité. **Actes de La Recherche en Sciences Sociales**, n. 134, 2001.

CALHOUN, C. (ed.). **Social theory and the politics of identity**. Oxford: Blackwell, 1994.

CHABANET, D. L'engagement comme mise em jeu de la personne. **Revue Française de science politique**. n. 2, 1998. p.306-310.

CHEVALIER, Y. La biographie et son usage em sociologie. **Revue Française de Science Politique**, 29 (1), fev., 1979. p.83-100.

CLEMENS, Elisabeth S. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação da política nos EUA, 1890-1920. **RBCP**, n. 3, Brasília, Jan-jul 2010. p. 161-218.

COLLOVALD, A. Identité(s) strategique(s). **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, (73), juin, 1988. p. 29-40.

COMBES, H. **De la Politique Contestataire à la Fabrique Partisane**: le cas du Parti de la Révolution Démocratique au Mexique. Paris, Université Paris III, Thèse de doctorat, 2004.

CONINCK, Frédéric de; GODARD, Francis. L'approche biographique à l'épreuve de l'interprétation. Les formes temporelles de la causalité. **Revue française de sociologie**., v.31-1, 1990. p. 23-53.

CORADINI, O. L. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

\_\_\_\_\_. Escolarização, militância e mecanismos de "participação" política. In: HEREDIA, Beatriz, TEIXEIRA, Carla, BARREIRA, Irllys (Orgs.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. Representação profissional e elites políticas no Brasil no período recente. **Política & Sociedade**, v. 5, 2006. p. 123-161.

\_\_\_\_\_. Engajamento Associativo-Sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Rev. Sociol. Polít**, Curitiba, v.28, 2007. p. 181-203.

\_\_\_\_\_. Recursos de origem, investimentos e expectativas de retribuição na militância no MST. **Espacio Abierto**, v. 19, n. 3, Jul-sept 2010a. p. 445-473.

\_\_\_\_\_. Titulação escolar, condição de "elite" e posição social. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 43, jan/abr 2010b. p. 45-69.

\_\_\_\_\_. Frentes Parlamentares, Representação de Interesses e Alinhamentos Políticos. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. 18, 2010c. p. 241-308.



DAMAMME, Dominique. Grandes illusions et récits de vie. **Politix**, n. 27, 1994. p.183-188.

DEBRUM, Michel. **A conciliação e outras estratégias**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DELLA PORTA, Donatella. **Social Movements, Political Violence and the State**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

DeNARDO, J. **Power in numbers**: The political strategy of protest and rebellion. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1985.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. **La Mondialisation des Guerres de Palais**. La restructuration du pouvoir d'État en Amérique Latine, entre notables du droit et "Chicago Boys". Paris, Éditions du Seuil, 2002.

DIANI, Mario. Green Networks. **A Structural Analysis of the Italian Environmental Movement**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1995.

DOBRY, Michel. **Sociologie des crises politiques**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1992.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: ANPOCS, Relume-dumará, 1995.

DUBRIN, Andrew J. **Fundamentos do comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ENGELMANN, Fabiano. Apresentação. **Pro-posições**, Campinas, v. 20, n. 2 (59), maio/ago 2009, p. 17-19.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. *Post Scriptum*. **RFSP**, v. 51, n. 1-2, février-avril, 2001. p.199-217.

\_\_\_\_\_. Temps biographique, temps social et variabilité des rétributions. In: FILLIEULE, Olivier (Direc). **Le désengagement militant**. Paris: Belin, 2005.

FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da História do Tempo Presente. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 125, out 2011. p. 110-121.

FREEMAN, Richard; MEDOFF, James. The two faces of unionism. Working paper nº 364, **NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH**: Cambridge MA, June 1979.

GAXIE, Daniel. Economie des partis et rétributions du militantisme. **Revue française de science politique**, n. 1, 1977. p. 123-154.

\_\_\_\_\_. Les logiques du recrutement politique. **Revue Française de Science Politique**, v.20, n.1, fév. 1980.

\_\_\_\_\_. Appréhensions du politique et mobilisations des expériences sociales. **Revue Française de Science Politique**, v.52, n.2-3, avril-juin, 2002.

\_\_\_\_\_. Rétribution du militantisme et paradoxes de l'action collective. **Swiss Political Science Review**, v.11, n.1, 2005.

GAXIE, D.; OFFERLÉ, M. Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital social collectif et carrière politique. In: BIRNBAUM, Pierre. (dir.). **Les Élités socialistes au pouvoir; Les dirigeants socialistes face à l'État – 1981-1985**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985. p.105-138.

GIDDENS, Anthony. **The new rules of sociological method**. Stanford University Press, 1993

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GUATTARI, Felix. **Felix Guattari entrevista Lula**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HIRSHMAN, Albert. Salida, **Voz y Lealtad**: respuestas al deterioro de empresas, organizaciones y estados. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HUMPHREY, J. **Fazendo o milagre**: Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística. Rio de Janeiro: Vozes/CEBRAP. 1982.

JELIN, Elizabeth e TORRE, Juan Carlos. Os novos trabalhadores na América Latina: uma reflexão sobre a tese da aristocracia operária. **DADOS- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 1982. p. 189 - 208.

JENKINS, J. Craig. La teoría de la movilización de recursos y el estudio de los movimientos sociales. **Zona Abierta** 69, 1994. p. 5 - 49.

JUHEN, Philippe. Entreprendre em politique de l'extrême gauche au PS. La professionnalisation politique des fondateurs de SOS-Racisme. **RFSP**, v. 51, n. 1-2, fév-avril, 2001. p.131-153.

JUNIOR, Altino Dantas (Ed.). **Lula Sem censura**: "... e aí a peãozada partiu pro pau". RJ/Petrópolis: Vozes, 1982.

KANTER, R. M. Commitment and social organizations: A study of commitment mechanisms in utopian communities. **American Sociological Review**, v.33, 1968. p. 499–517.

KECK, Margaret E. O "novo sindicalismo" na transição brasileira. In: STEPAN, A, (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 381–440.

KIRSCHBAUM, Charles. Bourdieu e institucionalistas: jogo de luz e sombras. In: **Instituto de Ensino e Pesquisa**. WPE: 301/2012.

KRIESE, Hanspeter. The political opportunity structure of new social movements: its impact on their mobilization. In: JENKINS, J. Craig; KLANDERMANS, Bert. **The politics of social protest: Comparative perspectives on states and social movements**. UCL Press, 1995.

LAGROYE, J. La legitimation. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. (dir). *Traté de Science Politique*; v.1; **La science politique, science sociale; L'ordre politique**. Paris, PUF. 1985. p. 395 – 467.

\_\_\_\_\_. Être du métier. **Politix**, v. 7, n. 28, 1994. p. 5-15.

\_\_\_\_\_. Les processus de politisation. In: LAGROYE, J. **La Politisation**. Paris: Belin, 2003.

LAGROYE, J.; OFFERLÉ, M. (Eds). **Sociologie des institutions**, Paris, Belin, 2009.

LÉVÊQUE, Sandrine. “L’entrée em politique”. Bibliographie sur les conditions sociales de la professionnalisation et de la “réussite” politique em France. **Politix**, vol. 9, n° 35, 1996 p. 171-187.

LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, 44e année. n. 6, 1989. p. 1325-1336.

LOUREIRO, Maria Rita. Economistas e elites dirigentes no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n.7, out, 1992. p. 47-69.

LOWY, Michael [et alli]. **Introdução a uma história do Movimento Operário Brasileiro no Século XX**. Belo Horizonte: Uma, 1980.

MATONTI, F. **Crises politiques et reconversions**: Mai 68. Actes de la recherché en sciences sociales 2005. p.4-7.

MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. Le capital militant. Essai de définition. Le Seuil, **Actes de la recherche em Sciences Sociales**. n. 155, déc 2004. p. 5-11.

MAYER, David; GAMSON, William. Framing Political Opportunity. In: MCADAM, Mc Carthy e Zald. **Comparative Perspectives on social moviments**. Cambridge: Cambridge, Un. Press, 1986. p. 261-274.

McADAM, Doug. The Biographical Consequences of Activism. **American Sociological Review**, v.54, 1989. p.744-760.

\_\_\_\_\_. The biographical impact of activism. In: GIUGNI, Marco; McADAM, Doug; TILLY, Charles (Ed.). **How Social Movements Matter**. London/Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. p.117-146.

McADAM, D.; PAULSEN, R. Specifying the relationship between social ties and activism. **AJS**, v. 99, n. 3, nov. 1993. p. 640-667.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, v.76, 2009. p. 11-48.

MELUCCI, A. Getting involved: identity and mobilization in social movements. In: KLANDERMANS, B. (ed.). **From structure to action: comparing social movement research across cultures, international social movement research**. Greenwich CT: JAI Press, 1988.

MEMMI, Dominique. L'Engagement politique. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. (dir.). **Traité de Science Politique. L'Action politique**. v.3: Paris: PUF, 1985.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

MISCHE, Ann. Cross-talk in Movements: Reconceiving the Culture-Network Link. In: DIANI, Mario; McADAM, Doug. **Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action**. London: Oxford University Press, 2004. p.258-280.

MORAES, Maria Blassioli. **A Ação Social Católica e a Luta Operária: a experiência dos jovens operários católicos em Santo André (1954-1964)**. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado, 2003.

MOSCA, Gaetano (1992 [1896]). **La classe política**. México, Fondo de Cultura Económica.

NONJON, Magali. Professionals de la participation: savoir gérer son image militante. In: LAGROYE, J. **La Politisation**. Paris: Belin, 2003.

\_\_\_\_\_. Les usages de la proximité dans le champ participatif, dans Le BART, C.; LEFEBVRE, R. (dir.), **La proximité en politique: usages, rhétoriques, pratiques**, Presses universitaires de Rennes, 2005. p. 169-181.

OBERSHALL, Anthony. **Social Conflict and Social Movements**. NJ: Prentice-Hall, 1973.

O'DONNELL, Guillermo; SCHIMITTER, Phillipe; WHITEHEAD, Laurence (Org.). **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice/ Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

OFFERLÉ, Michel. Le nombre de voix. **Actes de la recherche en Sciences sociales**. v. 71-72, mars 1988. p.5-21.

\_\_\_\_\_. Entrées en politique (Presentation) **Politix**, n. 35, 1996 (pp.3-5)

\_\_\_\_\_. **Sociologie des groupes d'intérêt**. Paris: Éditions Montchrestien, 1998.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.

PADRÓS, Enrique Serra. **História de tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos**. Florianópolis, v. 1, n. 1, jan/jun 2009. p. 30-45.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. **Era uma vez em São Bernardo**: O discurso sindical dos metalúrgicos- 1971-1982. Campinas/ SP: Editora da Unicamp/ Centro de memória Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. História(s) do grupo Forja no ABC: militância, memória e engajamento no Brasil no pós-1964. **UF do Sergipe**, v.1, n.1, out. 2007/abril 2008. p. 68-82.

PARETO, Vilfredo. **The mind and society**. Harcourt: Brace, 1935.

PASQUINO, Gianfranco. Participación política, grupos y movimientos, In: Gianfranco Pasquino, et al, **Manual de Ciencia política**. Espana: Alianza, 1993. p. 179–215.

PASSERON, Jean-Claude. **O raciocínio sociológico**: o espaço não-popperiano do raciocínio natural. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. Biographies, flux, itineraries and trajectories. **Revue Française de Sociologie**. v.31, 1999. p. 3-22.

PECHU, Cécile. Les generations militants à droit au logement. **Revue Française de Science politique**. v.51, n. 1-2, 2001. p. 73-103.

PENNEFF, Jean. Les grandes tendances de l'usage des biographies dans la sociologie française. **Politix**, v. 7, n. 27, 1994. p. 25-31.

PETRARCA, Fernanda R. Carreira militante, inserção profissional e exercício do jornalismo no Rio Grande do Sul. **Política e Sociedade**, n. 13, out. 2008. p.311-329.

PIZZORNO, Alessandro. Sur la rationalité du choix démocratique. In: BIRNBAUN, Pierre e LECA, J. (eds.). **Sur l'individualisme**. Paris: Presses FNSP, 1986. p. 330-369.

\_\_\_\_\_. Introduzione allo Studio della partecipazione política. **Quaderni di sociologia**, v.15, 1966.

\_\_\_\_\_. Algun tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional. In: FOXLEY, A. (et alli). **Desenvolvimento e Política**. São Paulo: Vértice, 1988.

PUDAL, Bernard. Prendre parti. **Pour une sociologie historique du PCF**. Paris: Presses de la FNSP, 1989.

PUDAL, Bernard. Du biographique entre “science” et “fiction” Quelques remarques programmatiques. **Politix**. v. 7, n. 27. 3º trim 1994. p. 5-24.

REIS, Eliana T. **Contestação, engajamento e militância**: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Tese de doutorado. PPGCP/UFRGS, 2007.

RODRIGUES, Iram Jácome. A Trajetória do Novo Sindicalismo. In: JÁCOME RODRIGUES, Iram. **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. São Paulo: Vozes/educ, 1999. p.73 – 94.

SAWICKI, Fédéric. **Les Reseaux du Parti Socialiste**: sociologie d'un milieu partisan. Paris: Belin, 1997.

SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. In: **Sociologias**, Porto Alegre, n. 28, set./dez. 2011. p. 200-255.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em disputa: O “Novo Sindicalismo” e a idéia da ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome. **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. São Paulo: Vozes/educ, 1999. p. 133 – 161.

SANTOS, André Marengo dos. Estudos de elites políticas explicam como instituições tornam-se instituições. **BIB**, São Paulo, n. 65, 1º sem. 2008, p.5-26.

SEARLE-CHATTERJEE Mary. **The Sociological Review** v. 47, n. 2, p. 258–279, May 1999

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. **Proposições**, Campinas, v.20, n. 2 (59), maio/ago. 2009. p. 21-39.

SILVA, André Luis Corrêa da. **As greves do ABC paulista no final dos anos 1970 e a construção de uma ideologia das crises (1977-1980)**. Trabalho de Conclusão de Curso: UFRGS, Departamento de Sociologia, 2006.

\_\_\_\_\_. **João Ferrador na República de São Bernardo: O impacto do “novo” movimento sindical do ABC Paulista no processo de transição democrática (1977-1980)**, Dissertação de Mestrado: PPGCP/UFRGS, 2006.

SILVA, Luiz Inácio da. **Lula: entrevistas e discursos**. ABCD- Sociedade Cultural, 1980.

SIMÉANT, J. La cause des sans papiers. **Politix**, v. 12, n. 48. Quatrième trimestre, 1999. p. 181-187.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA. Bilhetes do João Ferrador. Sindicato, 1980.

TARROW, S. **Power in movement**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Reading, Mass.: Addison Wesley, 1978.

\_\_\_\_\_. The contentious French. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, Belknap, 1986.

\_\_\_\_\_. Réclamer Viva Voice. **Cultures & Conflits**, v.5, 1992.

------. Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention. In: Traugott, Mark (org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 89-116.

\_\_\_\_\_. **Contention and democracy in Europe, 1650-2000**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, Brasília, jan-jul de 2010. p. 133-160.

TOMIZAKI, Kimi; ROMBALDI, Maurício. Construindo a legitimidade: reflexões sobre as transformações das práticas de militância no movimento sindical. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2 (59), maio/ago 2009. p. 93-112.

TOSI RODRIGUES, Alberto. Ciclos de mobilização política e mudança institucional no Brasil. **Ver. Sócio. Polít**, Curitiba, v.17, nov.2001. p. 33 – 43.

WAGNER, Anne-Catherine. Syndicalistes européens. Les conditions sociales et institutionnelles de l'internationalisation des militants syndicaux. **Actes de la recherche em sciences sociales**, 2004/5, 155. p.12-33.

## **Entrevistas**

ARCANJO, José. Entrevista concedida em Diadema/SP em 22/02/2005.

BEZERRA, José. Entrevista concedida na sede da TVT em São Bernardo do Campo/SP em 17/02/2005.

CAVIGNATO, Osvaldo. Entrevista concedida no DIEESE em São Bernardo do Campo/SP em 15/02/2005.

EULÁLIO, Alberto. Entrevista concedida em São Bernardo do Campo/SP em 21/02/2005.

GOMES, Geovaldo. Entrevista concedida na sede do SMABC em São Bernardo do Campo/SP em 18/02/2005.

MARQUES, Eliseu. Entrevista concedida na sede da TVT em São Bernardo do Campo/SP em 17/02/2005.

MONTEIRO, Gervison Marcos Melão. Entrevista concedida na sede do SMABC em São Bernardo do Campo em 18/02/2005.

SILVA, Januário Fernandes da. Entrevista concedida em São Bernardo do Campo em 17/02/2005.

SILVA, Edílson Ferreira da. Entrevista concedida em São Bernardo do Campo em 17/02/2005.

SOARES, Expedito. Entrevista concedida em São Bernardo do Campo em 17/02/2005.

SOUZA, José Ferreira de. Entrevista concedida na Câmara Municipal de São Bernardo do Campo/SP em 16/02/2005.

### **Depoimentos**

AVAMILENO, João. ([http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id\\_DEP=9](http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id_DEP=9)). Acesso em 15/04/2009.

BOM, Djalma de Souza. ([http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id\\_DEP=63](http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id_DEP=63)). Acesso em 16/10/2010.

CAVALCANTE, Alfredo Alves. ([http://www.1.camara.sp.gov.br/vereador\\_joomla2.asp?vereador=111](http://www.1.camara.sp.gov.br/vereador_joomla2.asp?vereador=111)). Acesso em 12/06/2011.

FEIJÓ, José Lopes. ([http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id\\_DEP=28](http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id_DEP=28)). Acesso em 15/04/2009.

LIMA, Adi dos Santos. ([http://memoria.dieese.org.br/mus\\_eu/nossas\\_historias\\_menu/adi-dos-santos-lima](http://memoria.dieese.org.br/mus_eu/nossas_historias_menu/adi-dos-santos-lima)). Acesso em 18/06/2012.

MARINHO, Luiz. ([http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id\\_DEP=22](http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id_DEP=22)). Acesso em 15/04/2009.

MENEGUELLI, Jair. ([http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id\\_DEP=11](http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id_DEP=11)). Acesso em 15/04/2009.

NAVARRO, Heiguiberto Della Bella. ([http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id\\_DEP=46](http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id_DEP=46)). Acesso em 15/04/2009.

SANCHES, Valter. (<http://www.cnmcut.org.br/conteudo/valter-sanches>). Acesso em 9/11/2012.

SILVA, Luiz Inácio da. ([http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id\\_DEP=100](http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id_DEP=100)). Acesso em 15/04/2009.

SILVA, Vicente Paulo da. ([http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id\\_DEP=23](http://www.abcdeluta.org.br/historia.asp?id_DEP=23)). Acesso em 15/04/2009.



## **Jornais Metalúrgicos**

SUPLEMENTO INFORMATIVO DA TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, 03 out.1979.

SUPLEMENTO INFORMATIVO DA TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, 04 out.1979.

SUPLEMENTO INFORMATIVO DA TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, 09 out.1979.

SUPLEMENTO INFORMATIVO DA TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, 10 out.1979.

SUPLEMENTO INFORMATIVO DA TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, 11 out.1979.

SUPLEMENTO INFORMATIVO DA TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, 18 out.1979.

SUPLEMENTO INFORMATIVO DA TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, 23 out.1979.

SUPLEMENTO INFORMATIVO DA TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, 24 out.1979.

SUPLEMENTO INFORMATIVO DA TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, 30 out.1979.

SUPLEMENTO INFORMATIVO DA TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, 31 out.1979.

SUPLEMENTO INFORMATIVO DA TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, 13 nov 1980.

TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, nº 40, fev 1977.

TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, nº 41, abril 1977.

TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, nº 42, jul 1977.

TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, nº 43, set 1977.

TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, nº 45, fev 1978.

TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, nº 48, nov 1978.

TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, nº 49, nov 1978.

TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, nº 51, jun 1979.

TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, nº 52, ago 1979.

TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, nº 53, out 1979

TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, nº 56, fev 1980.

TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, nº 57, abril 1980.

TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, nº 58, dez 1980.

TRIBUNA METALÚRGICA, São Bernardo do Campo, nº 40, fev 1977.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 25, 04 a 11 abril 1979.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 26, 18 a 24 abril 1979.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 27, 08 a 14 maio 1979.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 28, 17 a 23 maio 1979.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 30, 23 a 29 jul 1979.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 36, 03 a 10 set 1979.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 37, 11 a 17 set 1979.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 38, 17 a 23 set 1979.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 40, 1º a 07 out 1979.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 41, 08 a 14 out 1979.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 42, 15 a 21 out 1979.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 43, 22 a 29 out 1979.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 44, 29 a 04 nov de 1979.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 45, 05 a 11 nov de 1979.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 48, 27 nov a 03 dez 1979.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 49, 04 a 10 dez de 1979.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 50, dez.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 51, 05 a 11 fev 1980.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 52, 12 a 25 fev 1980.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 55, 11 a 17 mar 1980.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 56, 18 a 24 mar 1980.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 62, abril 1980.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 63, 07 maio 1980.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 64, 17 maio 1980.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 65, 22 maio 1980.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 66, 17 jun 1980.

ABCD JORNAL. São Bernardo do Campo, nº 67, 28 ago 1980.

JORNAL UNIDADE. São Paulo, maio 1978.

### **Jornais da imprensa**

ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 02 maio 1978.

ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 07 jun 1978.

ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 27 mar 1979.

ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 24 mar 1979

ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 15 maio 1979.

ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 16 maio 1979.

ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 05 jun 1979.

ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 1º maio 1980.

ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 18 abril 1980.

ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 22 abril 1980.

ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 24 abril 1980.

ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 16 maio 1980.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 05 maio 1978.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 10 maio 1978.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 14 maio 1978.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 18 maio 1978.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 22 maio 1978.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 24 maio 1978.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 16 ago 1978.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 06 out.1978.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 07 out.1978.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 08 out.1978.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 11 out.1978.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 05 dez 1978.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 14 jan 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 13 mar 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 20 mar 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 21 mar 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 24 mar 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 25 mar 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 28 mar 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 29 mar 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 15 abril 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 19 abril 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 23 mar 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 17 maio 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 03 jun 1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 15 mar 1980.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 18 mar 1980.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 16 abril 1980.  
FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 20 abril 1980.  
FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 25 abril 1980.  
FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 26 abril e 1980.  
FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 28 abril 1980.  
FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 04 maio 1980.  
FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 06 maio 1980.  
FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 17 maio 1980.  
FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 23 maio 1980.  
FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 25 maio 1980.  
FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 14 jun 1980.  
FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 30 out.1980.

#### Filmografia

COUTINHO, Eduardo. **Peões**. 2004.

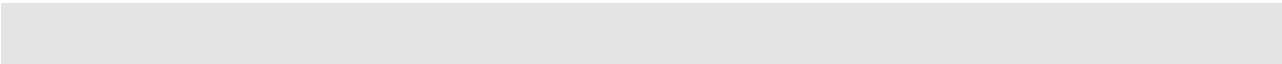
## **APÊNDICE 01- Roteiro de entrevistas**

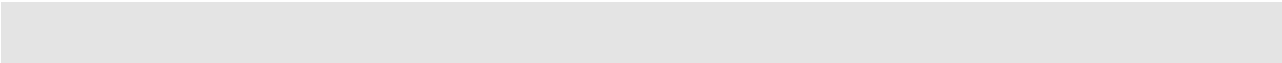
- 01 – Função na fábrica
- 02- Engajamento no sindicato
- 03- Tipo de militância no local de trabalho
- 04- Período de militância
- 05- Escolarização antes e após o engajamento
- 06- Cargo no sindicato
- 07- Engajamento em outras organizações
- 08- Militância política
- 09- Militância na luta contra a ditadura e redemocratização
- 10- Papel desempenhado na fundação e engajamento no Partido dos Trabalhadores
- 11- Papel desempenhado na fundação e engajamento na Central Única dos Trabalhadores.

## ANEXO 01- Linha do Tempo - Período de 1974 até 2006

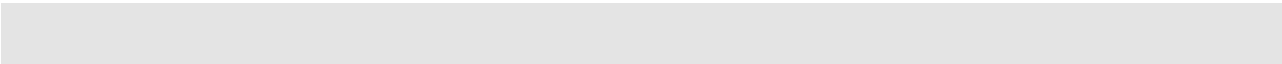
---

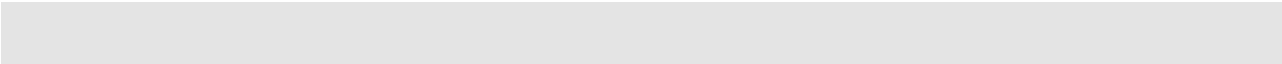
### CONJUNTURA BRASILEIRA

- 1974 » **Contexto para 1974**  
» General Ernesto Geisel toma posse anunciando abertura democrática
- 

- 1975 » **Contexto para 1975**  
» Jornalista Wladimir Herzog é assassinado no DOI-CODI
- 

- 1976 » **Contexto para 1976**  
» Operário Manoel Fiel Filho é assassinado no DOI-CODI
- 

- 1977 » **Contexto para 1977**  
» Mobilização estudantil contra o regime militar
- 

- 1979 » **Contexto para 1979**  
» Movimento pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita  
» Figueiredo é eleito e toma posse
- 

### MOVIMENTO SINDICAL

- 1978 » Professores da rede pública deflagram greve  
» Metalúrgicos de São Paulo deflagram greve  
» Bancários de São Paulo organizam greve

- 1979 » IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo é realizado em Lins  
» Greve dos metalúrgicos de São Paulo  
» Greve dos jornalistas de São Paulo  
» Greve dos bancários  
» Greve dos Professores

#### METALÚRGICOS DO ABC

- 1973 » Inauguração da sede do Sindicato dos Metalúrgicos de S. B. do Campo e Diadema

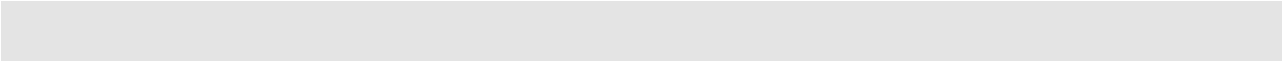
- 1974 » I Congresso dos Metalúrgicos de S. B. do Campo e Diadema

- 1976 » II Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema

- 1977 » Campanha pela reposição salarial dos 34,1%

- 1978 » **Contexto para 1978**  
» Paralisação na Scania estimula ciclo de greves no ABC  
» I Congresso das Mulheres Metalúrgicas de S. B. do Campo e Diadema  
» III Congresso dos Metalúrgicos de S. B. do Campo e Diadema



- 
- 1979 » **Contexto para 1979**  
» Greve geral dos Metalúrgicos do ABC  
» Criação do Fundo de Greve em São Bernardo do Campo

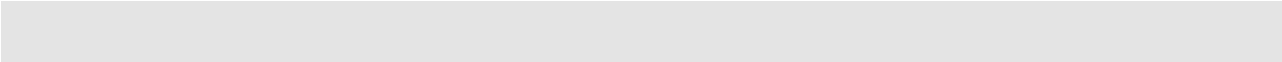


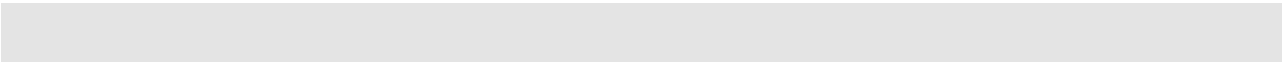
Linha do Tempo - Período de 1980 até 1989


---

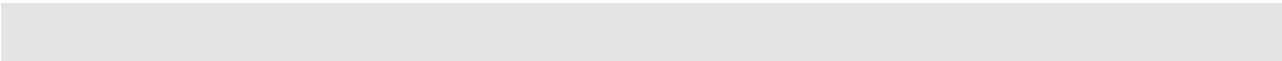
#### CONJUNTURA BRASILEIRA

- 1980 » **Contexto para 1980**  
» Fundação do Partido dos Trabalhadores

- 
- 1981 » **Contexto para 1981**  
» Atentado no Riocentro

- 
- 1982 » **Contexto para 1982**  
» Eleições fortalecem a oposição

- 
- 1983 » **Contexto para 1983**  
» Protesto de desempregados gera saques

- 
- 1984 » **Contexto para 1984**  
» Diretas Já: campanha por eleições diretas

- 1985 » **Contexto para 1985**  
» Tancredo Neves é eleito no Colégio Eleitoral

- 1986 » **Contexto para 1986**  
» Sarney assume a presidência e lança o Plano Cruzado

- 1987 » **Contexto para 1987**  
» Plano Bresser fracassa na tentativa de vencer inflação recorde

- 1988 » **Contexto para 1988**  
» Promulgada a Constituição e prorrogado mandato de Sarney  
» Exército invade a CSN, ocupada por grevistas, e mata três operários  
» Chico Mendes é assassinado

- 1989 » **Contexto para 1989**  
» Eleição presidencial

#### MOVIMENTO SINDICAL

- 1980 » **Contexto para 1980**  
» ENTOES – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical

- 1981 » **Contexto para 1981**  
» Realiza-se a I Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora)  
» Eleições Sindicais dos Metalúrgicos de São Paulo

- 1983 » **Contexto para 1983**  
» Fundação da CUT  
» Greve dos petroleiros  
» Greve Geral Nacional

- 1984 » I Congresso Nacional da CUT - Concut  
» Eleições Sindicais dos Metalúrgicos de São Paulo

- 1985 » **Contexto para 1985**  
» Greve dos canavieiros em Guariba/SP  
» Greve nacional dos bancários

- 1986 » II Congresso Nacional da CUT - Concut  
» Greve Geral Nacional  
» I Congresso da CGT

- 1987 » Greve Geral Nacional

1988 » III Congresso Nacional da CUT - Concut

1989 » Greve Geral Nacional  
» II Congresso da CGT

#### METALÚRGICOS DO ABC

1980 » **Contexto para 1980**  
» Volkswagen cria Sistema de Representação  
» Metalúrgicos do ABC deflagram greve  
» 1º de maio de 1980

1981 » **Contexto para 1981**  
» Greve conquista a Comissão de Fábrica na Ford

1983 » **Contexto para 1983**  
» Metalúrgicos fazem greve de solidariedade aos Petroleiros - julho/1983  
» IV Congresso dos Metalúrgicos de S. B. do Campo e Diadema

1984 » Greve pela Equiparação de Salários na MBB

1986 » 1º de Maio de 1986




1987 » V Congresso dos Metalúrgicos de S. B. do Campo e Diadema

Linha do Tempo - Período de 1990 até 1999

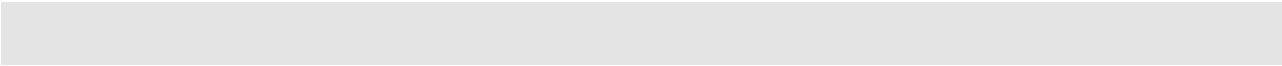
---

#### CONJUNTURA BRASILEIRA

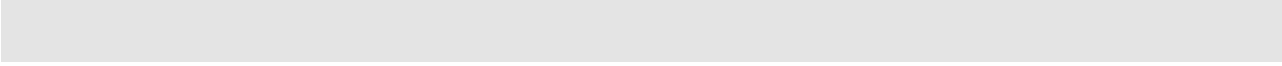
1990 » **Contexto para 1990**  
» Governo lança o Plano Collor



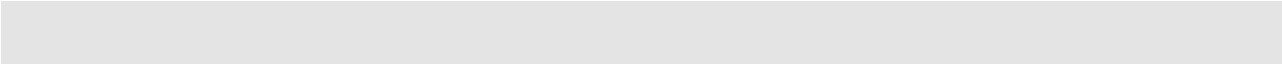
1992 » **Contexto para 1992**  
» O impeachment do presidente Collor  
» Câmara setorial da indústria automobilística



1993 » **Contexto para 1993**  
» Lançamento da Campanha de Combate à Miséria e a Fome



1994 » **Contexto para 1994**  
» Plano Real alavanca eleição de FHC



1995 » **Contexto para 1995**  
» Massacre de sem-terra em Corumbiara

- 1996 » **Contexto para 1996**  
» Massacre de Sem-terra em Eldorado de Carajás

- 1998 » **Contexto para 1998**  
» Eleição presidencial

#### MOVIMENTO SINDICAL

- 1991 » IV Congresso Nacional da CUT - Concut  
» Greve Geral Nacional  
» Manifestação contra o Governo de Fernando Collor  
» I Congresso da Força Sindical

- 1992 » **Contexto para 1992**  
» Fundação da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT  
» III Congresso da CGT

- 1993 » II Congresso da Força Sindical

- 1994 » V Congresso Nacional da CUT - Concut

- 1995 » Contexto para 1995  
» Greve dos petroleiros

- 1996 » IV Congresso da CGT  
» Greve Geral Nacional

- 1997 » MST e Confederação Nacional dos Metalúrgicos protestam em Brasília  
» V Congresso da CGT  
» Dia Nacional de Luta - Terra, Emprego e Cidadania  
» VI Congresso Nacional da CUT - Concut  
» III Congresso da Força Sindical

- 1999 » Marcha dos 100 mil em Brasília

#### METALÚRGICOS DO ABC

- 1990 » Greve dos Golas Vermelhas

- 1991 » Greve contra as demissões na Autolatina (Ford e Volks)  
» Greve dos Ferramenteiros na Volkswagen  
» Greve contra as demissões na Brastemp  
» VI Congresso dos Metalúrgicos de S. B. do Campo e Diadema

- 1992 » IV Festival de Música

» Vigília pela Terra

---

1993 » Greve pela equiparação salarial na VW  
» I Congresso dos Metalúrgicos do ABC

---

1994 » Protesto contra a recessão e o Desemprego - S.B.C.

---

1995 » Criação do Movimento de Alfabetização - MOVA  
» Greve contra as demissões na MBB  
» Protesto em Defesa do Emprego - S.B.C.  
» Protesto Brasil, Cai na Real - S.B.C.

---

1996 » Movimento Kinder Ovo na MBB  
» Greve pelo aumento da PLR na Scania  
» II Congresso dos Metalúrgicos do ABC

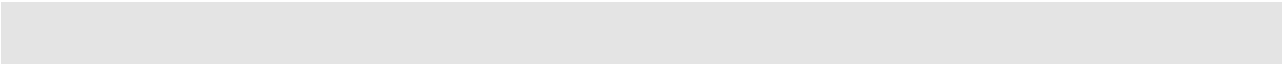
---

1997 » Protesto em Defesa do Emprego e do Salário  
» Protesto FHC não rima com ABC  
» Câmara Regional ABC

---

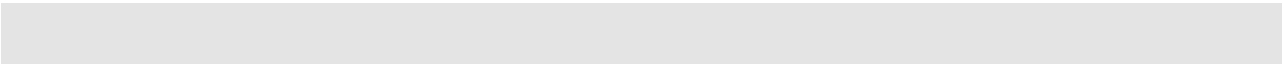
1998 » Protesto contra a Reforma na Previdência - S.B.C.  
» Maratona em Defesa do Emprego

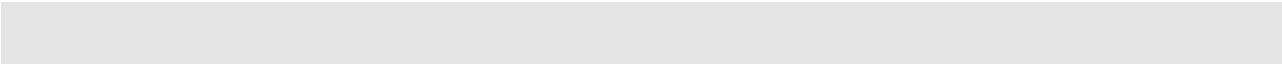


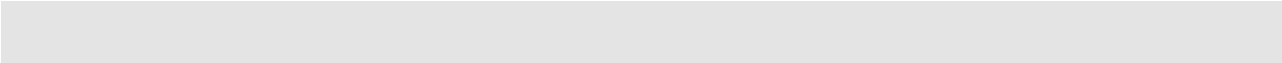
- 
- 1999 | » Greve contra as demissões na Ford  
» III Congresso dos Metalúrgicos do ABC

#### CONJUNTURA BRASILEIRA

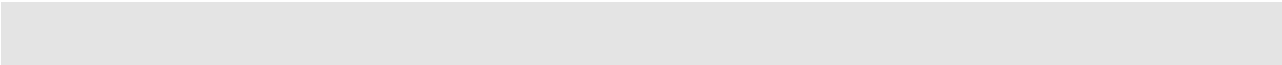
- 2001 | » Fórum Social Mundial

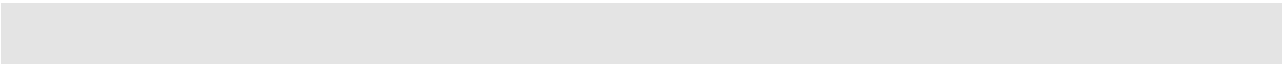
- 
- 2002 | » Eleição presidencial

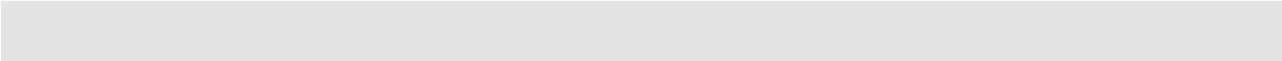

- 
- 2003 | » Lula toma posse

- 
- 2006 | » **Contexto para 2006**  
» Presidente Lula é reeleito

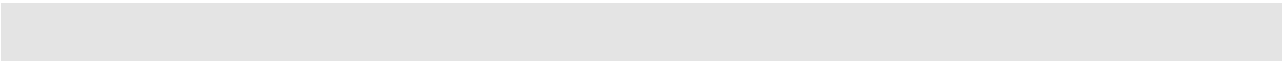
#### MOVIMENTO SINDICAL

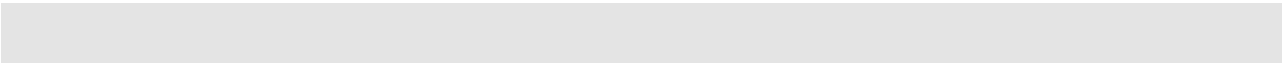
- 
- 2000 | » VII Congresso Nacional da CUT - Concut  
» VI Congresso da CGT

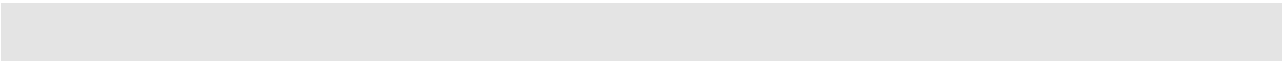
- 
- 2001 | » IV Congresso da Força Sindical


- 
- 2003 | » VII Congresso da CGT  
» VIII Concut
- 


#### METALÚRGICOS DO ABC

- 2000 | » Pela antecipação da PLR e reestruturação salarial na Scania
- 

- 2001 | » Luta contra as demissões na Volkswagen  
» Luta contra o fechamento da Multibrás
- 


- 2002 | » Luta contra as demissões na Mercedes Benz
- 

- 2003 | » IV Congresso dos Metalúrgicos do ABC
- 

- 2005 | » Homenagem a Lula pelos 30 anos da primeira posse  
» Greve na Volks por PLR
- 

- 2006 | » Reestruturação na Volkswagen - Planta Anchieta

» Luta contra cobrança de mensalidade no SESI



2007 » Greve na Fris Moldu Car

LINHA DO TEMPO. Acessível em: <http://www.abcdeluta.org.br/decada.asp?decada=2000>. Acesso em 02/07/2014.